

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora
Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)



Coordenação de produção editorial
Editora de publicações
Preparação e revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Marília Carolina de Moraes Florindo
Jeane A. Pedrozo
Wladimir de Andrade Oliveira
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R322 Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural / Sérgio
 Sauer, Andréa Leme da Silva, Laura Maria Goulart Duarte
 (orgанизadores). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
 2021.
 388 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-5846-023-7

1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento rural. 3. Mulheres do
campo. 4. Educação do campo. I. Sauer, Sérgio (org.). II. Silva,
Andréa Leme da (org.). III. Duarte, Laura Maria Goulart (org.).
IV. Série.

CDU 502.3

Sumário

Apresentação 11

Parte 1

Desenvolvimento rural e sociobiodiversidade

Capítulo 1

Conflitos por terra e território provocados pelas eletroestratégias nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri – PR 21

Ralph de Medeiros Albuquerque

Sérgio Sauer

1.1 Introdução 22

1.2 Empreendimento e geração de energia elétrica no Paraná 23

1.3 Eletroestratégias: a agroestratégia do setor elétrico 26

1.4 Conflitos e sujeitos nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri 30

1.5 À guisa de conclusão 44

Referências 45

Capítulo 2

Fronteira agrícola e natureza: povos e comunidades tradicionais e áreas protegidas no Cerrado 53

Karla Rosane Aguiar Oliveira

Sérgio Sauer

2.1 Modernização conservadora da agricultura e expansão da fronteira agrícola: o papel das agroestratégias 56

2.2 As ameaças do avanço da fronteira agrícola sobre territórios tradicionais e áreas protegidas do Cerrado 60

2.3 Estratégias de enfrentamento de Povos e Comunidades Tradicionais frente aos novos desafios à conservação 67

2.4 Considerações finais 73

Referências 74

Capítulo 3

Produtos do agroextrativismo do Cerrado e mercados da sociobiodiversidade 79

Jessica Pereira Garcia
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Stéphane Guéneau
Marcelo Souza Alves

3.1 Introdução **80**

3.2 A contribuição da Nova Sociologia Econômica ao entendimento da construção social dos mercados da sociobiodiversidade **84**

3.3 Tipologia dos mercados de produtos da sociobiodiversidade **88**

3.4 Considerações finais **100**

Referências **102**

Parte 2

Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável

Capítulo 4

Integração e sinergia de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: uma análise da política territorial e do Programa de Aquisição de Alimentos 111

Alberto Abadia dos Santos Neto
Mário Lúcio de Ávila

4.1 Introdução **112**

4.2 Ambiente das Políticas Públicas no Brasil **114**

4.3 Entraves para a sinergia e integração de Políticas Públicas com foco na agricultura familiar no Brasil **117**

4.4 Breves considerações sobre o Pronat, PTC e PAA **120**

4.5 Percepções sobre integrações e sinergias entre o PRONAT, PTC e PAA **124**

4.6 Considerações finais **131**

Referências **133**

Capítulo 5

Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015) 137

Ericka Carneiro Leão de Oliveira

Mário Lúcio de Ávila

5.1 Introdução **138**

5.2 A política de agroecologia no Brasil na Pnapo **142**

5.3 A pesca artesanal e a aquicultura familiar e a inserção no Planapo **144**

5.4 Núcleos de estudos como instrumentos da Pnapo **145**

5.5 Resultados **149**

5.6 Considerações finais **156**

Referências **158**

Capítulo 6

Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida 163

Fernanda de Paula Medeiros

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

6.1 Introdução **164**

6.2 Caracterização da área de pesquisa e do remineralizador **167**

6.3 Metodologia **169**

6.4 Resultados e discussão **171**

6.5 Fertilidade do solo **176**

6.6 Análise do tecido vegetal **183**

6.7 Considerações finais **185**

Referências **187**

Parte 3

Políticas de gênero: protagonismo das mulheres no campo

Capítulo 7

Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica 195

Analine Almeida Specht

Newton Gomes Narciso Junior

7.1 Introdução **196**

7.2 Mulheres rurais: uma leitura desde a economia feminista **197**

7.3 Autonomia crítica **207**

7.4 Considerações finais **214**

Referências **215**

Capítulo 8

O lugar da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) nas políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai: ideias e paradigmas de políticas de gênero 219

Caroline Buosi Molina

Moisés Villamil Balestro

8.1 Introdução **220**

8.2 Elementos para uma análise institucional das políticas públicas **222**

8.3 A agenda das políticas públicas para as mulheres rurais e o Mercosul **231**

8.4 Considerações finais **244**

Referências **246**

Capítulo 9

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES 249

Marcia Zumak

Laura Maria Goulart Duarte

9.1 Introdução **250**

9.2 Metodologia **252**

9.3 Gênero como um campo de estudos **253**

9.4 O Pronaf Mulher e o PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz **261**

9.5 Considerações finais **269**

Referências **271**

Capítulo 10

A Marcha das Margaridas e as políticas públicas de agroecologia no Brasil 275

Sarah Luiza de Souza Moreira

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

10.1 Introdução **276**

10.2 Metodologia **279**

10.3 Abordagem teórica **284**

10.4 Resultados e discussão **289**

10.5 Considerações finais **295**

Referências **298**

Parte 4

Juventude rural e educação do campo: um sopro de esperança para um futuro sustentável

Capítulo 11

Concepções não hegemônicas de desenvolvimento no contexto da educação de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária 305

Joice Marielle da Costa Moreira

Sérgio Sauer

11.1 Introdução **306**

11.2 Histórico e construção do desenvolvimento hegemônico **307**

11.3 Concepções alternativas: as origens de um real desenvolvimento **310**

11.4 As concepções de desenvolvimento dos sujeitos do Projeto Tecicampo **318**

11.5 Contribuições do Pronera e do Tecicampo para o desenvolvimento **327**

11.6 Considerações finais **331**

Referências **332**

Capítulo 12

A educação do campo no Distrito Federal 335

Cleide Maria de Souza

Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

12.1 Introdução **336**

12.2 Concepções de educação rural e educação do campo **337**

12.3 Método **341**

12.4 As escolas no meio rural do Distrito Federal **342**

12.5 Considerações finais **358**

Referências **359**

Capítulo 13

A permanência das jovens no meio rural do Maranhão, do Piauí e de Alagoas 363

Luciana Porto

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

13.1 Introdução **364**

13.2 Metodologia adotada **367**

13.3 Análise dos dados e discussão **370**

13.4 Considerações finais **378**

Referências **380**



A Apresentação

A nível global, as relações entre ser humano e natureza vêm ganhando características especiais em função do contexto natural dos ecossistemas, mas especialmente devido às ações antrópicas promovidas pelos modelos de desenvolvimento hegemônicos, o que exige estudos e análises sobre manejos ambiental e rural menos predatórios. As mudanças climáticas, decorrentes do uso indiscriminado da natureza, têm relação com os processos mais recentes de ocupação predatória de biomas brasileiros. A ocupação dos biomas Cerrado e Amazônia vem deixando uma série de sequelas tanto ambientais quanto sociais. No campo, essas sequelas são consequências do atual e predatório modelo de desenvolvimento rural que, apesar de ser economicamente produtivo, é profundamente dependente de insumos externos e acarreta grandes impactos sobre a bio e a sociodiversidade.

Consequentemente, o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) tem como principal objetivo entender, estudar, sistematizar e propor soluções para os problemas socioambientais dos biomas e/ou das regiões Centro-Oeste e Amazônica. A partir de um olhar interdisciplinar, PPG-Mader dedica especial atenção à sociobiodiversidade desses biomas, a fim de contribuir na construção de conhecimentos sobre articulações e dinâmicas socioambientais locais, regionais, nacionais e mesmo globais, executando projetos de pesquisa em parceria com movimentos e organizações

sociais, governos, populações locais e instituições de ensino e pesquisa, em diferentes territórios rurais.

Criado em 2012, o PPG-Mader tem como intuito promover a formação interdisciplinar de profissionais, pesquisadores, docentes e gestores de políticas públicas e a construção de conhecimento em desenvolvimento rural sustentável, pesquisando impactos, consequências e resistências ao atual modelo agropecuário, baseado no pacote tecnológico da Revolução Verde, buscando possibilidades e alternativas de produção da sociobiodiversidade, especialmente dos biomas Cerrado e Amazônia. O corpo docente do PPG-Mader procura, portanto, promover pesquisas que estudem possibilidades de integração de processos produtivos e ecológicos e, assim, gerar alternativas de socioprodutivas e sociotécnicas, considerando o acesso e uso sustentável dos bens da natureza e da sociobiodiversidade.

Para tanto, uma das prioridades é promover o desenvolvimento rural sustentável, com base na produção familiar e comunitária, enfatizando o papel e as lutas dos povos tradicionais. Estudos e pesquisas do PPG-Mader vêm, com base na organização, fomento e gerenciamento da sociobiodiversidade, lutando pelo acesso e otimizando o uso justo dos bens da natureza, promovendo o acesso à educação, capacitação e assistência técnica na busca de melhores condições de vida, trabalho e produção das populações tradicionais e da agricultura familiar.

O PPG-Mader entende que soluções de problemas rurais socioambientais, locais, regionais e nacionais passam por análises, elaboração, operacionalização e monitoramento de políticas públicas, especialmente políticas de desenvolvimento, educação, formação profissional e assistência técnica. Um dos objetivos, portanto, é estudar, avaliar e propor políticas públicas e programas governamentais relacionados a processos produtivos e ecológicos na construção do desenvolvimento rural sustentável e na gestão da sociobiodiversidade.

O PPG-Mader conta com uma única área interdisciplinar de concentração (meio ambiente e desenvolvimento rural), composta por três linhas de pesquisa. A linha *desenvolvimento rural sustentável e sociobiodiversidade* visa estudar, entre outros elementos, processos

históricos de resistência da produção familiar, inclusive estratégias produtivas mais adaptadas, diferentes relações sociais e de adequação sociotécnica das agriculturas não hegemônicas no campo. Estuda formas de uso e apropriação do território — portanto, dinâmicas e formas sociais de trabalho, produção e vida cultural — com especial atenção para contribuições da agricultura familiar e das comunidades tradicionais na produção de alimentos e conservação das sementes e do meio ambiente. Pesquisa, ainda, ações e movimentos sociais, conflitos e lutas territoriais por desenvolvimento, abordando consequências e impactos ambientais do atual modelo de desenvolvimento agropecuário, e possíveis contribuições, problemas e conservação da sociobiodiversidade com a criação, gestão e manutenção de Unidades de Conservação (de uso sustentável) na Amazônia e no Cerrado.

A segunda linha de pesquisa, *políticas públicas para o meio ambiente e o campo*, tem como objetivo estudar o Estado e os governos na gestão do meio ambiente e do campo, por meio do levantamento de informações e análise das políticas públicas e dos programas voltados para a promoção da sustentabilidade, educação ambiental, educação do campo, bem-estar social, conservação e uso sustentável do meio ambiente. Estuda, ainda, os impactos sociais e ambientais e conflitos gerados pelo atual modelo de desenvolvimento agropecuário, discute e analisa políticas voltadas para a sustentabilidade, pesquisando alternativas metodológicas de educação ambiental, educação do campo e extensão rural, voltadas para incentivos à produção familiar, sociobiodiversidade e conservação da natureza.

A terceira linha, *avaliação e gestão socioambiental e agrária*, visa promover pesquisas sobre gestão dos recursos naturais, biodiversidade e agrobiodiversidade. Promove estudos e análises sobre impactos socioambientais do atual modelo de desenvolvimento agropecuário, de processos de desenvolvimento sobre ecossistemas e territórios rurais, discutindo riscos ambientais, qualidade de vida, segurança e segurança alimentar e saúde pública.

Com base nestes estudos e pesquisas, o PPG-Mader já formou mais de sessenta mestres, sendo que parte das pesquisas estão refletidas no

conjunto de capítulos desta coletânea. Os treze capítulos foram elaborados a partir das dissertações, portanto, são reflexões em coautoria entre discente/docente, expressando o caráter interdisciplinar da produção acadêmica do PPG-Mader.

Na primeira parte do livro, “Desenvolvimento rural e sociobiodiversidade”, os dois primeiros capítulos abordam conflitos territoriais entre povos e comunidades tradicionais e os setores elétrico e agrícola. Conflitos estes provocados por processos de crescente financeirização, privatização, mercantilização, gestão e manipulação de crises e redistribuições estatais, que criam ou reforçam formas de acumulação de capital pelas elites locais e estrangeiras.

O primeiro capítulo, “Conflitos por terra e território provocados pelas eletroestratégias nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri”, no estado do Paraná, destaca que o setor elétrico brasileiro tem utilizado diversas “eletroestratégias” para lograr vantagens e incentivos públicos, que vão desde narrativas de sustentabilidade, desregulamentações e flexibilizações nas legislações ambientais, até a negação e/ou retirada de direitos de atores sociais historicamente invisibilizados. O artigo analisa a ambientalização das lutas sociais como resposta às imposições das eletroestratégias, construindo-se territórios, resistências e uma geografia do dissenso com possibilidades de uma outra sociedade.

O segundo capítulo, “Fronteira agrícola, natureza, povos e comunidades tradicionais e áreas protegidas no Cerrado”, discute as estratégias conservacionistas acordadas entre comunidades quilombolas e gestores do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, frente às ameaças de expansão da fronteira agrícola para a produção de *commodities* na região de cerrado do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia (Matopiba).

Na contramão desse processo, as experiências de reconhecimento e valorização de produtos agroextrativistas do Cerrado apresentam-se como alternativa ao desenvolvimento local e à conservação da biodiversidade. Nesse sentido, o terceiro capítulo, “Produtos do agroextrativismo do Cerrado e mercados da sociobiodiversidade”, a partir de uma exposição teórica acerca dos processos de construção social e tipologias dos mercados da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, busca

compreender como tais dinâmicas favorecem a comercialização e as formas de valorização desses produtos.

A segunda parte do livro, “Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável”, reúne três capítulos que analisam conceitos e práticas inovadoras com base no paradigma da agroecologia, bem como contribuições da abordagem interdisciplinar e territorial para a integração e a sinergia de políticas de desenvolvimento rural.

O quarto capítulo, “Integração e sinergia de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil”, busca compreender a contribuição da abordagem territorial para a integração e sinergia de políticas públicas com foco no desenvolvimento rural brasileiro. Embora o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tenha importância reconhecida por integrar as políticas agrícola e social de combate à fome, na prática este não se beneficiou da abordagem territorial dos Programas de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e Territórios da Cidadania. Apesar destas limitações, a abordagem territorial e suas interfaces com as novas dinâmicas do espaço rural são fundamentais para o fortalecimento de programas com foco na agricultura familiar, sobretudo no cenário atual de rupturas, descontinuidades e retrocessos sociopolíticos do país.

O quinto capítulo, “Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar”, analisa as experiências dos núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca e aquicultura, implementados pelos institutos federais no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). A partir de uma análise temática de construção do conhecimento e transição agroecológica, os autores constatam que estes núcleos conjugam (ou conjugaram) esforços para promover a transição agroecológica das atividades da pesca artesanal e da aquicultura familiar, ainda que de forma incipiente, quando comparada à transição dos modelos de produção agrícola.

Em “Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida”, capítulo seis deste livro, são apresentados os resultados de uma pesquisa experimental, fundamentada nos pressupostos da agroecologia, como forma de potencializar a produção

de duas espécies de palma forrageira. Os resultados apontam que o uso de remineralizadores, com base na tecnologia de rochagem em sistemas de plantio consorciado (policultivos), aumentou consideravelmente a produtividade e a sanidade das espécies vegetais estudadas, e ampliou os níveis de fertilidade do solo, constituindo uma técnica útil para o incremento na produção do pequeno agricultor no contexto de escassez de insumos agrícolas do semiárido. A terceira parte do livro, “Políticas de gênero e protagonismo das mulheres no campo”, trata da estreita relação entre as políticas de gênero e o protagonismo das mulheres rurais no Brasil. A partir da perspectiva de gênero e de um olhar crítico sobre o sistema capitalista e patriarcal, os quatro capítulos que compõem esta parte do livro dão luz às problemáticas que envolvem as mulheres rurais, suas organizações e movimentos sociais, suas reivindicações e lutas a fim de alcançar maior autonomia e visibilidade.

O sétimo capítulo, “Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica”, estabelece articulações entre duas concepções teóricas, economia feminista e autonomia crítica, alicerçando uma reflexão crítica sobre a economia capitalista e os princípios da divisão sexual do trabalho que estruturam as desigualdades de gênero.

O capítulo oito, “O lugar da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) nas políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai: ideias e paradigmas de políticas de gênero”, lança um olhar sobre as ideias e paradigmas de políticas públicas presentes nos debates e recomendações da Reaf. Analisa a incidência da Reaf na elaboração e implementação de políticas para as mulheres rurais em dois países membros do Mercosul — Paraguai e Uruguai.

O capítulo nove, “Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES”, analisa a contribuição de duas políticas públicas com recorte de gênero destinadas à agricultura familiar — o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Pronaf Mulher e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — no cotidiano de mulheres rurais e na diminuição das desigualdades de gênero no campo.

O décimo capítulo, que trata da “Marcha das Margaridas”, expõe o processo de fortalecimento da pauta da agroecologia no âmbito da luta das mulheres, especialmente daquelas organizadas em torno da marcha. Analisa a contribuição desse movimento no processo de construção e implementação de políticas públicas de agroecologia no Brasil, durante o período de 2000 a 2015, em especial a Pnapo e o primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo I).

Os três capítulos que compõem a quarta parte, “Juventude e educação do campo”, têm seu foco na juventude rural e na educação do campo, refletindo a intenção deste livro que, afora a divulgação de estudos produzidos no âmbito do PPG-Mader, busca focar em uma perspectiva promissora de futuro. Nesse sentido, a juventude e a educação são elementos fundamentais no processo de construção de um futuro no qual a superação dos graves problemas ambientais e das desigualdades sociais e de gênero que assolam o campo brasileiro, para além de uma utopia, se torne uma realidade.

O capítulo onze traz uma reflexão sobre as concepções de desenvolvimento dos participantes do Projeto Tecendo a Cidadania no Campo (Tecicampo). Este foi um projeto do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em sua modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizado no Distrito Federal e entorno, no período de 2012 a 2015.

A partir de dados coletados em três escolas do Distrito Federal, o capítulo doze discute as tensões enfrentadas no processo de transformação da educação rural para a educação do campo. Busca entender de que modo os princípios da educação do campo estão sendo acessados pelos educadores e pelas educadoras das escolas no meio rural do DF.

A partir da análise de dados dos Censos Demográficos do IBGE, relativos ao período de 2000 a 2010, e com a aplicação do estudo de coorte, tendo em perspectiva (e como parâmetro) dados das pesquisas censitárias de 1980 a 2010, o capítulo treze, e último desta coletânea, busca captar o fenômeno reverso à migração, com foco nas mudanças das taxas de permanência das jovens rurais nos estados do Maranhão, Piauí e Alagoas.

Este conjunto de trabalhos, fruto de pesquisas realizadas e dissertações defendidas no âmbito do PPG-Mader, representa uma pequena contribuição acadêmica na construção de um campo justo e igualitário. Desvela conflitos, analisa lutas e discute alternativas para atividades produtivas sustentáveis, qualidade de vida e protagonismo dos povos do campo na busca por direitos territoriais, preservação do meio ambiente e um verdadeiro desenvolvimento rural no Brasil.

Sérgio Sauer
Andréa Lema da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
Organizadores
Brasília/DF, maio de 2020.



Parte 1
**Desenvolvimento rural
e sociobiodiversidade**





1

Capítulo 1

Conflitos por terra e território provocados pelas eletroestratégias nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri – PR

Ralph de Medeiros Albuquerque¹
Sérgio Sauer²

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é graduado em Geografia pela mesma universidade e mestre em Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente pelo PPG-Mader. Este capítulo é parte da dissertação “Eletroestratégias como mecanismos de acumulação por espoliação: conflitos socioambientais nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri”, defendida em 2015.

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB, é professor da mesma universidade no PPG-Mader, da Faculdade UnB, campus Planaltina (FUP) e pesquisador do CNPq.

1.1 Introdução

Historicamente, o estado do Paraná sofre os efeitos e impactos provocados por grandes hidrelétricas, protagonizando inúmeros conflitos socioambientais, suscitando questionamentos acerca desses empreendimentos. Os casos mais emblemáticos foram as construções das usinas de Itaipu, em Foz do Iguaçu, e de Salto Santiago, em Saudade do Iguaçu. Itaipu foi concebida na ditadura militar, na década de 1970, e causou conflitos, sobretudo, pelo deslocamento de populações que viviam às margens do Rio Paraná. Aproximadamente 60 mil famílias foram afetadas, com pagamentos irrisórios de indenização, quando houve pagamento, e provocou o desaparecimento de Patrimônio Natural de valor inestimável, como o alagamento dos Saltos das Sete Quedas (AGOSTINI; BERGOLD, 2013). O empreendimento protagonizou, ainda, desrespeito aos povos indígenas, desterritorializados e deslegitimados de seus modos de viver, os quais ainda lutam por território e para manter hábitos culturais (AGOSTINI; BERGOLD, 2013).

Esse histórico demonstra efeitos que as hidrelétricas impõem ao território paranaense, que não ficaram no passado, pois persistem levando à destruição da natureza e daqueles que se opõem aos empreendimentos. Portanto, o objetivo deste trabalho é evidenciar e caracterizar as eletroestratégias na área de estudo, analisando conflitos socioambientais provocados por essas eletroestratégias, especialmente em comunidades de pescadores e assentamentos de reforma agrária.

A perspectiva metodológica foi a etnografia dos conflitos (LITTLE, 2006), buscando enfatizar as ocorrências na área de estudo, sem, contudo, invisibilizar os atores envolvidos. Os procedimentos adotados foram, a partir de uma revisão bibliográfica, o levantamento documental dos processos de licenciamento dos empreendimentos hidrelétricos junto ao órgão licenciador do Estado — Instituto Ambiental do Paraná (IAP) — e a realização de entrevistas semiestruturadas com sujeitos atingidos pelos empreendimentos — pescadores artesanais e assentados da reforma agrária.

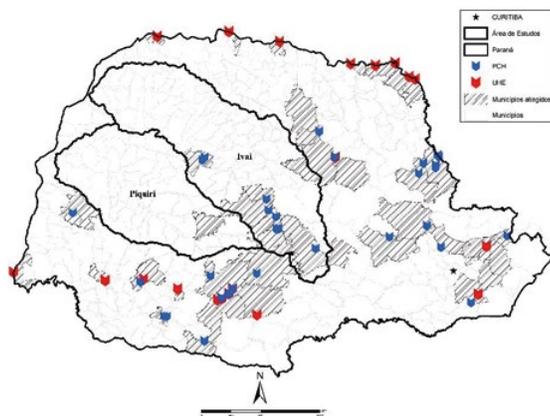
O texto está dividido em três partes, além desta introdução e conclusão, visando dar um panorama dos conflitos, da temática e da área

abordada. A primeira parte visa apresentar dados e histórico da geração de energia no Paraná, evidenciando os empreendimentos hidrelétricos no estado. A segunda parte aborda as eletroestratégias e como atuam nos empreendimentos hidrelétricos. E a terceira parte está dividida em duas subseções, demonstrando conflitos provocados nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri e em dois sujeitos atingidos por esses empreendimentos (pescadores artesanais e assentados da Reforma Agrária).

1.2 Empreendimento e geração de energia elétrica no Paraná

O Paraná é um dos estados mais afetados pela construção de hidrelétricas. A figura 1 apresenta os empreendimentos hidrelétricos que estavam em operação no estado até 2015, com destaque para as bacias dos rios Ivaí e Piquiri, universo geográfico desta pesquisa. A bacia do Ivaí contava com oito Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), mas ainda não existia nenhum empreendimento no rio Ivaí. A bacia do Piquiri era a única bacia hidrográfica do estado livre de hidrelétricas à época da pesquisa de campo, em 2014. As demais bacias já se encontravam impactadas por diversos barramentos, tanto de grandes obras quanto de PCHs para a geração de energia.

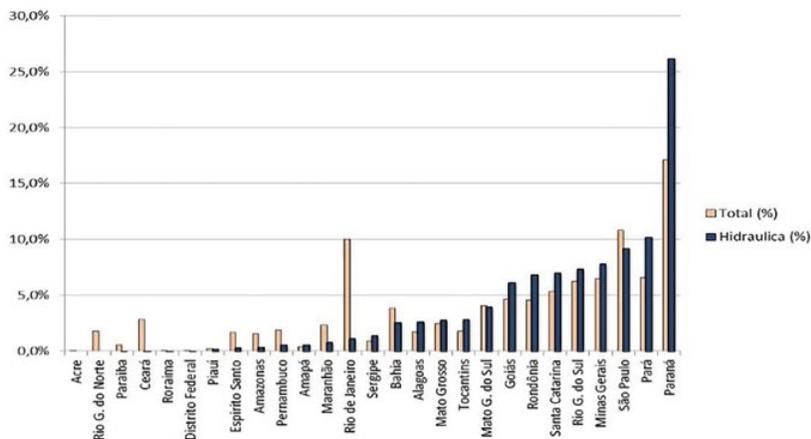
Figura 1: Localização dos empreendimentos hidrelétricos em operação no Paraná



Fonte: SIGEL (2015) – Elaborado pelos autores (2015).

Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN) de 2016, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Brasil gerou 581.486 gigawatt-hora [GWh] de energia em 2015, sendo 64% destes de fonte hidráulica (EPE, 2016). O Paraná despontou como o maior contribuinte nacional, produzindo 99.410 GWh, o que representou 17,1% de toda a energia elétrica gerada no país naquele ano. Em relação à fonte, o estado responde por 26,1% de toda a geração de energia hidráulica (EPE, 2016), como pode-se observar no gráfico 1. Apesar de deter apenas 2,3% do território nacional, o estado produz mais de um quarto de toda a energia hídrica. Essa contribuição tem se mantido nos últimos anos, sendo 21% em 2012, 25% em 2013 e 2014, do total de energia hidráulica gerada no país (período da pesquisa).

Gráfico 1: Geração elétrica por estado da Federação



Fonte: EPE (2016).

Se, por um lado, o Paraná responde por 17,1% de toda a eletricidade gerada (EPE, 2016), por outro, o consumo total foi de apenas 6,4%. Ou seja, apenas 29% da energia produzida em 2015 foi consumida no estado; o restante tem abastecido outras regiões do país. Apesar de superavitário na produção de energia elétrica, isto não tem sido suficiente para reverter a implantação indiscriminada de empreendimentos hidrelétricos

no estado.³ Assim, em nome do aproveitamento máximo e da otimização dos recursos hídricos, é causada a deterioração dos territórios e da natureza, produzindo injustiças ambientais.⁴

O atual modelo energético — ao reproduzir a prática de que os benefícios se destinam aos grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais mais despossuídos⁵ — reproduz mecanismos de injustiça ou desigualdade ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2012). Essas desigualdades e/ou injustiças se opõem ao discurso de que os danos ambientais incidem de forma igual sobre todos os grupos sociais. Diferentemente das narrativas de todos como parte de “um mesmo planeta”, para se construir um mundo efetivamente “comum”, é preciso que as iniquidades sejam devidamente enfrentadas (ACSELRAD *et al.*, 2012). Ao contrário, as hidrelétricas, mesmo as de pequeno porte, ampliam as injustiças e iniquidades, que se refletem em remoções (desterritorialização) ou relocações de pessoas. Usurpam o uso comum do rio, normalmente em uso por pescadores artesanais dos rios Ivaí e Piquiri. Apropriam-se de terras de famílias historicamente injustiçadas, como bem retrata a concentração fundiária brasileira. Esse modelo, e seu avanço, do setor elétrico baseia-se em processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), portanto, parte constitutiva das eletroestratégias, descritas na próxima seção.

³ Empreendimentos são justificados em nome do pacto federativo e do aproveitamento desse potencial hidráulico como vantagem comparativa. Vantagem comparativa é a atração lucrativa das atividades extrativistas, em uma conjunção de crescente demanda global por commodities (boom das commodities), que é impulsionada por uma visão da América Latina como um eldorado, ou seja, um continente com abundância de recursos naturais (SVAMPA, 2012).

⁴ Injustiça ambiental é o “[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (LEROY, 2011, p. 1).

⁵ Para Acselrad *et al.* (2012), “grupos mais despossuídos” são aqueles sujeitos que não se beneficiam dos ganhos econômicos destes empreendimentos como, nos casos aqui analisados, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária.

1.3 Eletroestratégias: a agroestratégia do setor elétrico

Frente ao cenário evidenciado pelo setor elétrico brasileiro, Albuquerque (2015), por analogia à noção de agroestratégias de Almeida (2010), utiliza a noção de “eletroestratégias”. Para Almeida (2010, p. 101), as agroestratégias são “estratégias acionadas pelos interesses vinculados aos agronegócios, com fim de expandir seu domínio sobre amplas extensões de terras no Brasil”. Estas estão na ordem do dia das agências multilaterais — Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) —, de agroindústrias e de conglomerados financeiros (ALMEIDA, 2010), mas também de entidades de representação do setor patronal — como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) —, de grandes produtores agropecuários (de grãos, óleos vegetais, carnes e matérias-primas de uso industrial, como pinus e eucalipto), e das grandes agroindústrias, bem como do setor financeiro e de empresas de consultoria. As agroestratégias compreendem um conjunto heterogêneo de narrativas, mecanismos jurídico-formais e ações ditas empreendedoras. Abrangem estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências, assim como ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos.

São agroestratégias porque abarcam um conjunto de iniciativas, desde investimentos, passando por narrativas justificadoras, até incentivos e esforços para remover obstáculos jurídico-formais (de proteção ambiental, por exemplo) à expansão dos cultivos e incorporação de novas terras aos interesses agroindustriais, em uma quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas. Definem-se, ainda, como um aporte da mídia, professores universitários, especialistas políticos, ONGs e empreendedores que pressionam decisões políticas, buscando benefícios para o setor. Essa composição diversa, mas com objetivos comuns, forma verdadeiros *think tanks*,⁶

⁶ *Think tanks* são modalidades de organizações e grupos dedicados principalmente à pesquisa de questões afetas às políticas públicas, visando influenciá-las por meio da

que formulam narrativas hegemônicas que sustentam ações e negócios (ALMEIDA, 2010, p. 102-103).⁷

De forma complementar ao que Almeida (2010) chama de agroestratégias, Delgado (2013, p. 62) cunhou a noção de “economia do agronegócio”, como “um sistema de relações de produção das cadeias agroindustriais com a agricultura, alavancado pelo sistema de crédito público e pela renda fundiária (mercado de terras)”. Trata-se de um projeto ou aliança de poder “assentado na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais ou de sua outra face da moeda — a renda fundiária — organiza-se vários aparatos ideológicos” (DELGADO, 2013, p. 62).

Dentre os “aparatos ideológicos”, como partes constitutivas dessa economia do agronegócio, Delgado (2013) destaca a existência de uma bancada ruralista, ativa e ousada, que cria leis casuísticas e desconstrói normas e regulamentos, e de uma CNA, entidade política de representação dos interesses do setor patronal rural. Para essa economia, são fundamentais também uma mídia alinhada com ideologia do agronegócio, uma burocracia estatal de crédito (e subsídios), destinada a apoiar a agricultura capitalista, combinada com instituições passivas na regulação fundiária e ambiental (Incrá, Ibama, Funai), desautorizadas ou inviabilizadas para atuar na fiscalização. E ainda, como parte da construção narrativa, é fundamental o apoio, via cooptação, de círculos acadêmicos avessos ao pensamento crítico (DELGADO, 2013).

Os negócios ou empreendimentos no campo são concretizados com o apoio massivo de recursos e políticas públicas, ou seja, são investimentos e negócios que só “caminham ‘*pari passu*’ com os negócios dos governos” (CARVALHO, 2013, p. 34). Esta sustentação pública e favorecimento político são fundamentais para a acumulação via

disseminação de seus resultados de pesquisa (HAUCK; ÁVILA, 2014).

⁷ Agroestratégias buscam relativizar os efeitos das mudanças climáticas, da concentração da terra, exaltando o mercado de commodities e a exploração dos recursos naturais. Além disso, utilizam-se de uma retórica de “gestão ambiental” e de um “gerenciamento voltado para a sustentabilidade”, escamoteando a exacerbação da exploração e a elevação do poder de destruição dos recursos naturais (ALMEIDA, 2010, p. 104).

espoliação dos recursos naturais e para a exploração dos trabalhadores. Os empreendimentos negam a natureza como portadora de direitos, relegando a um segundo plano ou ao ostracismo político-filosófico. Fundamentam-se pelas imposições ideológicas e econômicas do capital, que considera a natureza mercadoria e “as atividades nela e com ela apenas negócios” (CARVALHO, 2013, p. 40).

Essa lógica, narrativas e preceitos das agroestratégias — ou da economia do agronegócio — estão presentes no setor elétrico, que dispõe de estratégias muito semelhantes às descritas por Almeida (2010), possibilitando denominá-las de “eletroestratégias”. Estas têm como pano de fundo a defesa de interesses do setor elétrico, combinando incentivos públicos e investimentos capitalistas privados.

Um componente fundamental das agro/eletroestratégias é (constante eminência) crise, como, por exemplo, a crise de alimentos como narrativa para justificar a apropriação de terras. O Banco Mundial tem elaborado estudos⁸ sobre o setor elétrico, visando acelerar licenciamentos ambientais de empreendimentos hidrelétricos, pois é preciso evitar a crise energética. Bermann (2007) denomina de “Síndrome do Blecaute”, pois as narrativas de crise visam provocar pânico e legitimar empreendimentos absolutamente inconsistentes do ponto de vista econômico, financeiro, técnico, social e ambiental. Essa síndrome é justificada enfatizando a necessidade de gerar energia limpa diante do aquecimento global. Enfatizam, portanto, a hidroeletricidade como uma geração limpa, independentemente do lugar em que a usina vai ser construída e dos impactos que irá causar (BERMANN, 2011). As narrativas da crise e a ênfase no aumento da produção funcionam como aparato ideológico (ALMEIDA, 2010; DELGADO, 2013), justificando o sistema atual e a lógica de exploração.

⁸ Ver, por exemplo, o estudo Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma contribuição ao debate – volume I: Relatório Síntese, do Banco Mundial, de 2008.

Semelhanças com as agroestratégias ficaram evidentes na discussão sobre as renovações de concessões⁹ do setor elétrico brasileiro, em 2012, evidenciando uma “queda de braço”. De um lado, as empresas estatais, juntamente com movimentos sociais, formaram a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia,¹⁰ lutando pela renovação das concessões do setor elétrico e usando como lema “privatizar não é a solução”. Do outro lado, encabeçado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), estava a campanha em prol da realização dos leilões, usando como bandeira o lema “energia a preço justo”.

As agroestratégias são justificadas com argumentos relacionados ao preço dos alimentos, o que explica incentivos ao setor agropecuário e a maior concentração da terra e da produção para evitar a crise e insegurança alimentar mundial. As eletroestratégias utilizam-se do mesmo argumento, ou seja, explicitam dados sobre a crescente demanda, o que poderia levar a uma crise energética e, em segundo lugar, prometem baixar o preço da energia.

Essas eletroestratégias se materializam em diversas escalas, combinadas, mas com diferentes sujeitos, sendo, no âmbito internacional, pela atuação de grandes capitais empresariais privados combinados e, em muitos casos, apoiados e justificados por instituições de financiamento e pesquisa, como o Banco Mundial. Regionalmente, na América Latina, a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), particularmente devido a acordos e empreendimentos, as eletroestratégias têm sido implementadas no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional

⁹ Aproximadamente 30% das concessões do setor elétrico venceriam em 2015, a maior parte delas sobre domínio de empresas estatais, portanto, o leilão significaria, na verdade, privatização. Fruto desse debate originou a Medida Provisória (MP) n.º 579, de 11 de setembro de 2012, e o Decreto n.º 7.805, de 14 de setembro de 2012, regulamentando a MP e renovando as concessões.

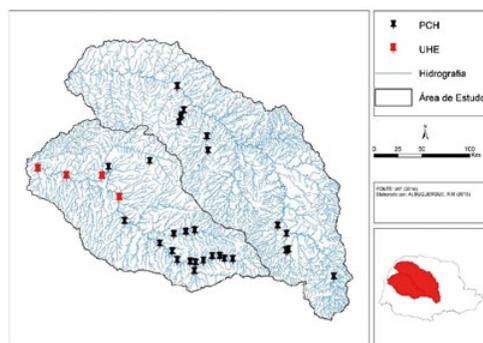
¹⁰ Esta Plataforma foi composta pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Federação Interstadual de Sindicados de Engenheiros (Fisenge), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicatos de trabalhadores (Sindieletrô/MG, Sinergia/SC, Sengen/PR, STIU/DF, Sinergiacut/SP), Intersul, Intercel, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Via Campesina.

Sul-Americana (IIRSA). Na escala nacional, a atuação do BNDES até 2016, inclusive no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), combinada com instituições de pesquisas, frentes parlamentares, *lobbies* etc. deram o maior impulso às eletroestratégias. Em escala local, pela forte influência política nos estados e nas populações, sendo nessa escala que focaremos as análises deste capítulo.

1.4 Conflitos e sujeitos nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri¹¹

Os conflitos nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri ocorrem devido ao grande número de empreendimentos previstos ou em execução nestas áreas. Como ilustra a figura 2, são 34 empreendimentos entre usinas hidrelétricas (UHEs) e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que estavam em fase de licenciamento em 2014, sendo treze projetos na bacia do rio Ivaí e 21 na bacia do Piquiri. Estes empreendimentos vêm provocando vários conflitos, sobretudo ao impor a privatização das águas e das terras a sujeitos com outra lógica de relação com o meio.

Figura 2: Licenciamento de UHEs e PCHs nas bacias dos Rios Ivaí e Piquiri



Fonte: IAP (2014) – elaborado pelos autores (2015).

¹¹ Neste capítulo, foram abordadas apenas algumas entrevistas realizadas com pescadores artesanais da Comunidade de Porto Ubá, município de Lidianópolis – PR e assentados do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, município de Mariluz – PR. A pesquisa realizou 22 entrevistas com diferentes sujeitos envolvidos nos conflitos: agricultores, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, vereadores, prefeitos, empresários, integrantes de ONGs, procuradores etc.

A dinâmica dos conflitos nas bacias do Ivaí e Piquiri está relacionada ao papel que o Brasil assume no processo de globalização e a atual dinâmica do capitalismo, caracterizada pelo aprofundamento da inserção internacional periférica enquanto fornecedor de *commodities* e recursos naturais, e pela intensificação dos conflitos entre distintas formas de apropriação da natureza (ACSELRAD *et al.*, 2012).

Em relação aos sujeitos atingidos, os empreendimentos hidrelétricos colocam em “xeque” possibilidades de reprodução dos seus meios e modos de vida. Os pescadores artesanais são ameaçados, sobretudo, pela inviabilização das suas práticas tradicionais e os assentados por serem historicamente injustiçados e espoliados da terra, inclusive por esse mesmo modelo de empreendimento. As famílias, após muita luta, conquistaram a terra, mas estão novamente ameaçadas e inseguras diante da lógica espoliadora destes empreendimentos.

Impõe-se uma constante injustiça social e ambiental, em uma dinâmica de conflitos socioambientais, devido à busca de crescimento econômico a qualquer custo, caracterizando a *geografia do dissenso*, nos termos de Acselrad (2005). Avança contra a responsabilidade ambiental do Estado e opõe, diretamente, agentes econômicos e atores sociais. Uma “geografia da crítica que a sociedade civil, ainda de forma fragmentária e sem maior articulação interna, endereça à configuração espacial do modelo de desenvolvimento econômico [...]” (ACSELRAD, 2005, p. 8).¹² A geografia do dissenso permite, portanto, interpretar os conflitos socioambientais presentes nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri. O avanço das eletroestratégias provocam diversos conflitos, mas esta geografia desvela dinâmicas, “coloca[ando] no mapa” esses dissensos.

De acordo com Little (2001), a origem dos conflitos socioambientais é o controle dos recursos naturais, o que afeta agricultores familiares, pescadores e mesmo grandes produtores rurais. Conflitos são resultados

¹² Essa geografia do dissenso é pouco visível e sua análise revela com propriedade a natureza, a localização e os argumentos pertinentes a tal dinâmica conflitual (ACSELRAD, 2005), permitindo analisar ações de resistência ao desenvolvimento espoliador e sua configuração espacial e, de forma particular, em confronto às dinâmicas locais que penalizam “os grupos sociais que pouco puderam se fazer ouvir nas esferas decisórias” (ACSELRAD, 2005, p. 8).

de possíveis impactos ambientais e sociais, gerados por empreendimentos (nos valores das indenizações ou na alteração dos recursos necessários à sobrevivência de pescadores e/ou ribeirinhos), mas também em torno do uso dos conhecimentos ambientais (LITTLE, 2001). Segundo este autor, relacionado ao uso dos conhecimentos, está a percepção de risco e sua aceitabilidade. Por exemplo, para o empreendedor, a redução da vazão a parâmetros tecnicamente definidos (vazão ecológica) é necessária para garantir a geração de energia, para os atingidos, isso poderá significar escassez ou mesmo o fim de determinada beleza natural.

O avanço dos empreendimentos hidrelétricos nas bacias do Ivaí e Piquiri envolve diferentes atores em conflitos.¹³ Apesar da diversidade de atores que participam e se envolvem de formas diversas nos conflitos, dois grupos sociais são direta e particularmente afetados nas duas bacias: os pescadores artesanais e as famílias assentadas da reforma agrária. Esses grupos sociais apresentam particularidades sobre concepções do território, ou melhor, suas ações de territorialização do espaço. Os conflitos, inclusive, provocam uma (ou são parte da) “transformação” do espaço em território, ou, como nas palavras de Raffestin (1993), o território como “uma produção a partir do espaço”. A apropriação do espaço, dos recursos disponíveis ou da forma de uso desses, em virtude dos diferentes saberes, é a questão central dos conflitos socioambientais, ao mesmo tempo em que essa apropriação representa a produção de território. Essa se dá, também, na forma de se apropriar do meio ambiente, ou seja, modos diferenciados de apropriação simbólica e material do meio ambiente, que envolvem modos distintos de ver o mundo ou de ‘produzir’ territórios (LASCHEFSKI, 2011).

A concepção de produção de território está relacionada, também, às várias concepções de conflitos socioambientais. Para Acselrad (2004),

¹³ Na região, os principais sujeitos são prefeitos, secretários municipais, vereadores e lideranças políticas; movimentos sociais, ONGs e lideranças adeptas da causa ambiental; pescadores artesanais, agricultores familiares ou camponeses; grandes agricultores; pesquisadores, estudantes e fundações de pesquisa; Ministério Público do Paraná (MPPR), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), como órgão licenciador ambiental do estado e, também, os empreendedores.

os conflitos são modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território. Laschefski e Zhouri (2010) interpretam os conflitos como as distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Para Almeida (2006), os conflitos originam do fato dos conhecimentos indígenas e das chamadas “populações tradicionais” constituírem um saber prático, em contraponto ao dos grandes grupos econômicos. Para Little (2001), conflitos são provenientes de disputas entre grupos sociais, derivados das distintas relações que mantêm com seu meio natural. Imanente às relações de poder, o conflito tem a capacidade de ser o propulsor das transformações e mudanças históricas e da constituição de territórios.

1.4.1 Pescadores artesanais na bacia do Ivaí

Os pescadores artesanais manifestam uma distinta forma de apropriação do território com formas próprias de convivência com o ambiente e uma relação especial com o rio. Rougemont e Solá Pérez (2012, p. 1), em estudos sobre pescadores artesanais no Rio de Janeiro e em Pernambuco, afirmam que “há uma lógica diferenciada de ‘ser-fazer-reproduzir’ a vida” na constituição dos territórios das comunidades pesqueiras. Pescadores artesanais têm uma noção própria sobre o trabalho que está intrinsecamente relacionada com a cultura em uma relação metabólica com a natureza (ROUGEMONT; SOLÁ PÉREZ, 2012), gestando formas particulares de produzir território.

Essa forma de produzir e se apropriar do território vem sendo definida como “guinada territorial” (ACSELRAD, 2010; GUEDES, 2013), “giro territorial” (CRUZ, 2013), ou ainda “giro ecoterritorial” (SVAMPA, 2012). Para Svampa (2012, p. 22), esse giro representa “o surgimento de uma linguagem comum que realiza o cruzamento inovador entre a matriz comunidade indígena, a defesa territorial e do discurso ambiental”. Ainda, segundo a autora, “bens comuns, a soberania alimentar, a justiça ambiental e ‘*buen vivir*’ são alguns dos temas que expressam esse cruzamento inovador” (SVAMPA, 2012, p. 22).

Se outros atores apresentam planos e visões distintas de ambientalização, indo das mais preservacionistas e/ou conservacionistas às mais mercantilistas, os pescadores apresentam forma particular de relação com o meio ambiente, uma visão e apropriação do território como parte dele e de compreensão da dependência dos bens naturais. Essa forma particular de conceber o meio e de produzir o território é evidenciada na afirmação de Maurício de Oliveira (entrevista em setembro de 2014). Sobre a importância do rio Ivaí, Maurício afirmou que “Se acaba o rio Ivaí aqui, então acabou tudo, porque a única coisa que resta pra nós é o rio Ivaí. É um rio que a gente, eu mesmo, criei meus quatro filhos tirando desse rio Ivaí. Todos meus quatro filhos nasceram aqui [...]”.

Little (2006, p. 93) afirma que, para a compreensão dos conflitos, é fundamental a “identificação dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território”. A visão de Maurício do rio Ivaí é distinta das visões de outros atores. É um modo e garantia da vida. É a garantia do sustento próprio e da família, expressando uma apropriação com base na relação metabólica com a natureza (ROUGEMONT; SOLÁ PÉREZ, 2012). Essa concepção do rio é também afirmada por Salvino da Silva (entrevista em setembro de 2014), genro de Maurício, que afirmou: “O rio Ivaí pra gente que mora aqui é tudo, né? Porque é um rio que tem bastante peixe; a floresta bonita, então pra gente é tudo!”.

A respeito da pesca, como atividade produtiva, Maurício afirmou “A pesca aqui, hoje, é o carro-chefe aqui do lugar, de Porto Ubá, porque se o senhor for fazer uma pesquisa aí, a maioria dos pescadores são tudo analfabeto. Então vai fazer o quê?”. Esta afirmação demonstra a importância econômica da pesca, mas, também, a dependência dessa atividade como única alternativa para as famílias. Ao falar sobre o motivo para desenvolver a pesca, este afirmou: “Eu não tinha terra para plantar, não tinha recurso. Quando comecei pescar, eu estava com dezesseis anos, ali dava melhor para mim, me interessei na pesca, como que eu ia pra cidade? Não tinha leitura, ia levar os meus filhos para sofrer? Fiquei aqui e graças a Deus, hoje tão tudo criado”.

Tal afirmação evidencia uma apropriação do território enquanto interdependência do rio, uma relação direta em que a natureza oferece

e garante subsistência da família. Laschefski (2011, p. 30) descreve as comunidades ribeirinhas com “características e especificidades socio-culturais no que se refere à forte identidade com o local que habitam, às formas de apropriação e de usos do território e de seus recursos naturais”. Conseqüentemente, as comunidades ribeirinhas têm os usos do território “mediados por códigos morais, relações de parentesco e vizinhança. Configurando uma organização social particular, essencialmente relacionada à história das comunidades e ao lugar de moradia” (LASCHEFSKI, 2011, p. 30).

As características apontadas por Laschefski (2011) ficam evidentes no caso de Maurício, que tem filhos, genros, noras e netos morando na comunidade. Uma das lideranças comunitárias, Marildo de Oliveira, também pescador, filho de Maurício (entrevista em setembro de 2014), afirmou “Nós pescadores, vivemos da pesca, a pesca é como se fosse nosso mercado e, se nós perder isso, perdemos a sobrevivência de nossos filhos, iremos perder também, nossa identidade como pescador; e perder uma série de coisas em nossas vidas [...]”.

Sobre identidade, Souza (2009, p. 31) afirma que “a construção da identidade étnica implica em se fazer conhecido, em face dos outros de uma maneira distinta, através de atos que expressem uma existência coletiva, mobilizando-se em torno de seu pertencimento étnico, visto que ele não é autoevidente”. Ao se identificar como pescador (historicidade e modo de vida), Marildo se distingue, faz-se ver, mas a etnicidade se expressa também pelo conjunto de estratégias voltadas para a manutenção do território (ALMEIDA, 2006). Essa manutenção inclui a defesa dos recursos naturais, imprescindíveis para a reprodução física e social das comunidades. Expressa, ainda, a recusa da privatização desses recursos, motivada por empresas e indivíduos estranhos ao grupo, que obstruem o acesso ao meio ambiente e prenciam uma desestruturação das comunidades e desse sistema de uso comum secularmente engendrado.

Identificar-se e assumir uma identidade de pescador é, também, estratégia de apropriação do território. A afirmação de Marildo expressa a importância da pesca, mas, também, a relação tradicional com a

história e os costumes dessa comunidade. Quanto ao tempo que desenvolvem a atividade, Marildo afirmou:

Desde 1950 existem pessoas que sobrevivem da pesca aqui na comunidade. Pelo tempo dá para ver qual que é a proporção que a pesca tem para esse pessoal aqui. Esses pescadores vivem unicamente da pesca, não têm outra profissão. São pessoas simples, humildes e que não tiveram tempo para estudar. Pessoas que têm aquilo ali como profissão, como *hobby* dele.

Nessa conversa, o pescador busca demonstrar sua relação com esse território e com a atividade da comunidade, enfatizando o tempo (história) de pesca. Mas também expõe sua concepção de meio ambiente: “nós somos o meio ambiente. O ar que respiramos, a água que bebemos, a árvore que plantamos, tudo faz parte de nossa vida. Se tivermos essa consciência, vamos ter mais reservas plantadas, vamos ter água limpa, menos lixo jogado no rio e mais peixe pra comer”.

Tal afirmação revela o modo particular de conceber o território e a natureza, sem a separação (moderna) sociedade-natureza. Afirmar “somos o meio ambiente”, rompe com “a divisão binária entre cultura e natureza”, divisão “fundante do pensamento moderno ocidental dominante, mas não necessariamente uma questão real no âmbito das comunidades” (SOLÁ PÉREZ, 2012, p. 14). Nega a natureza dividida em componentes como carbono, biodiversidade ou serviços ambientais, vertente hegemônica ambientalista do desenvolvimento sustentável e da economia verde (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013).

Marildo também falou sobre as famílias que vivem da pesca: “Hoje, aqui na bacia do Ivaí, onde está se pretendendo fazer hidrelétricas, sobrevivem em torno de 50, 60 famílias de pescadores. Dá entorno de 120, 150 pessoas”. Foi incisivo sobre a importância do rio Ivaí para as famílias, pois “o rio Ivaí, pra nós aqui da região, é como se fosse a nossa mãe [...]”. Essa relação dos pescadores com o rio Ivaí é compreendida por Pelegrini (2013, p. 234) como uma outra “ambiência”.

Fruto da relação dos seres humanos com os rios, onde há variedade de

cores, formas e seres. Para os ribeirinhos, representa beleza, tranquilidade e aconchego que lembra a intimidade do feto com a mãe e, apesar de, para outros, ser irrelevante, isso é porque não estabeleceram vínculos com os cursos d'água, riachos ou ribeirões. Independentemente da denominação, as profundezas das águas guardam segredos que apenas os ribeirinhos conhecem.

Os pescadores de Porto Ubá têm uma identidade de pescador, ou melhor, uma identidade ribeirinha que não pode ser situada de maneira universalista, pois muda no tempo e no espaço; nem deve se buscar sua explicação na soberania estatal, que impõe categorias étnicas para sua governabilidade. É preciso buscar na vida social, na qual indivíduos e grupos dão significado ao mundo (ACSELRAD *et al.*, 2012).

A comunidade, portanto, ao atribuir significado ao rio, ao seu modo de vida, atribui significado ao mundo e constrói seu território. Essa construção tem total relação com os processos de territorialização que expressam numa diversidade de formas de existência coletiva e suas relações com os recursos da natureza (ALMEIDA, 2006).

Dessa apropriação histórica do território por comunidades de pescadores artesanais, Solá Pérez (2012, p. 75) afirma “que se trata do direito ao uso e [à] ocupação dos territórios, nos quais as relações sociais e com a natureza, as identidades e as atividades produtivas se perpetuam”. Além da relação de parentesco, formas de conceber o rio e as relações com a natureza, os pescadores estão organizados em colônias e associações.

Os pescadores de Porto Ubá, em 1995, formaram a Associação de Pescadores de Porto Ubá (APPU), e depois a Colônia de Pescadores Z-17. A partir da Associação de Pescadores e da Colônia Z-17, formaram a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (Pari). Como afirmou Marildo, “a Patrulha Ambiental originou-se dessas duas entidades, que existem até hoje no município”. De acordo com ele, foi aproveitada “a experiência com a vontade de trabalhar” para formar a Patrulha Ambiental, pois “o pescador conhece o rio como ninguém: sabe onde é a curva, o salto, onde se pesca e onde precisa preservar. A gente juntou o útil e o agradável, pegou o pescador e o zelo pelo meio ambiente que o pescador sabe fazer”.

Assim, a formação da Patrulha Ambiental, aliando saberes e experiências, esclarece a noção de territorialidade, como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (LITTLE, 2001, p. 3). A criação dessa patrulha é um exemplo da estratégia dos pescadores para defender ou controlar seu território. Essa defesa não se deu sem motivos, pois foram surpreendidos com a proibição da atividade de pesca pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), via Portaria n.º 220, de 2005.¹⁴

Diante da proibição de pescar, ou seja, exercer sua atividade produtiva, reproduzir seu modo de vida, Marildo falou sobre as motivações para formar a Pari:

Nós vimos o crescimento da pesca amadora, da falta de conscientização, o descaso com o meio ambiente. O pescador vivendo o dia a dia dentro do rio, vendo aquele monte de lixo, aquele monte de lugar destruído na mata ciliar e vendo um monte de pescador fazendo a pesca predatória aí foi que se pensou em fazer. Vamos formar alguma coisa que possa dar impacto — e essa Patrulha Ambiental nada mais é do que pessoas daqui de Porto Ubá, que formaram uma equipe pra poder fazer esse trabalho não de punir, mas um trabalho muito melhor, um trabalho de conscientizar.

A criação da Patrulha Ambiental foi uma estratégia usada pelos pescadores para manter o controle sobre o território. Contudo, a Portaria do IAP fragilizou esse controle, colocando em risco a sobrevivência da comunidade. Sobre esse tema, Marildo ainda afirmou “Por que não criar um modelo diferente? Uma Patrulha Ambiental para fazer um trabalho aproximado das pessoas, ficar mais próximo, conversar. Assim, tanto a Associação quanto a Colônia para cuidar da atuação documental dos pescadores e a Patrulha a parte ambiental!”.

¹⁴ Essa portaria, em seu art. 3º dispõe que “Fica proibida a pesca profissional no Rio Tibagi [...] bem como, nos Rios Piquiri, Ivaí [...]”.

Na disputa com o Estado, a ambientalização do discurso e das práticas faz parte da estratégia de legitimidade, pois nessas disputas “[...] diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles” (ACSELRAD, 2010, p. 103).

A criação da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, além da preocupação com a proteção ambiental, deu legitimidade às ações e à apropriação do território, resistindo a uma imposição do IAP (Estado), que nega práticas e modos de vida. A estratégia de ambientalização dos pescadores pela Pari tem obtido êxito, pois, segundo Marildo, “A Patrulha Ambiental possui CNPJ, tem utilidade pública municipal, tem um reconhecimento junto ao Ministério Público. É uma entidade que tem reconhecimento junto a todos os municípios da região do Vale do Ivaí”.

A prática dos pescadores de Porto Ubá e sua organização representam uma politização do saber sobre a natureza e extensivamente uma politização da própria natureza (ALMEIDA, 2010). Além disso, demonstra tanto nas práticas como nos trabalhos da Pari, a capacidade dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas em materializar critérios e racionalidades de consciência ambiental (ALMEIDA, 2010).

A apropriação do território, as estratégias de controle e a ambientalização das lutas pelo território dos pescadores artesanais demonstram as resistências por controle do território. A partir dessa noção, é importante retomar o conceito de “bem comum que anda cada vez mais esquecido e distorcido” (SOUZA, 2012, p. 30). A produção territorial dos pescadores artesanais de Porto Ubá demonstra a capacidade da comunidade de fazer a gestão do seu território, de disputá-lo sem negar o seu uso comum. Especialmente, a ação da Patrulha Ambiental nega a “tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968), que serve de justificativa para a vertente ambientalista hegemônica (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013) implantar mecanismos de mercado; por exemplo, o pagamento por serviços ambientais, como o “único desenvolvimento possível” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006), ou como a única sustentabilidade

viável, abandonando princípios como o uso dos bens comuns, presentes já na Idade Média (MARQUARDT, 2006). Mais que evidenciar o rio e os peixes, bens comuns, os pescadores artesanais demonstram que a tragédia não é dos comuns, mas, sim, a “tragédia do mercado”, pois “é o mercado que usa sem cessar muitos de nossos preciosos dons da natureza e deixa contaminação e resíduos por toda a parte” (BOLLIER, 2008, p. 34, tradução nossa).

1.4.2 Assentados da reforma agrária na bacia do Piquiri

Outra forma de produção do território, presente nas bacias em estudo, dá-se por meio de assentamentos da reforma agrária. O projeto de assentamento é “[...] um espaço, geograficamente delimitado que abarca um grupo de famílias beneficiadas através dos programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do Governo Federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra” (SAUER, 2010, p. 59-60). Para além do ato administrativo de criação, “a criação do assentamento é, produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso à terra”. Essa luta pela terra é um processo social que reforça vínculos locais e de relações de pertencimento a um lugar, constituindo-se em um processo de reterritorialização, situando pessoas num espaço geograficamente delimitado. A luta pela terra é busca por um pedaço de chão como lugar de trabalho, moradia, cidadania e vida, e, “apesar de descontinuidades espaciais, os assentamentos não são ilhas, mas territórios, social e politicamente demarcados [...]” (SAUER, 2010, p. 41).

Fernandes (2006) entende que o assentamento é compreendido como território conquistado. É, portanto, um novo recurso na luta pela terra, que significa parte das possíveis conquistas e representa, sobretudo, a possibilidade da territorialização. Fernandes (2006) e Sauer (2010) reconhecem os assentamentos como territórios, concebendo-os como frutos da luta pela terra. Montenegro Gómez (2010, p. 30), por sua vez, afirma que “a questão não se circunscreve a um problema com a terra em função da expansão da lógica do capital no campo, a

incorporação do território nos permite uma crítica mais profunda e multidimensional de sua lógica destrutiva e acumuladora”. Em consonância com Montenegro Gómez (2010), Cruz (2013) entende que a luta pelo direito ao território é, ao mesmo tempo, uma luta por redistribuição e reconhecimento, já que acesso ao território significa direito aos meios de produção, à terra, à água, aos recursos naturais, permitindo modos próprios de produzir. Ao mesmo tempo, direito ao território é direito a uma cultura, um modo de vida, identidade própria que se expressa em um conjunto de práticas e representações sociais, cujo núcleo simbólico que diferencia esses grupos do conjunto da sociedade (CRUZ, 2013).

O autor faz essa distinção, pois “quando se afirma que esses grupos sociais não lutam somente por terra, mas também por território, estamos afirmando que as suas concepções de emancipação e justiça são mais complexas, pois abarcam “o eixo da redistribuição e o eixo do reconhecimento” (CRUZ, 2013, p. 169). A luta pela terra é também luta por território, uma vez que, na prática, há duas lógicas de dominação e injustiça que estão articuladas e enredadas, porém com especificidades (CRUZ, 2013). Portanto, de acordo com o autor, é preciso pensar a justiça como redistribuição material da riqueza e de condições materiais, por um lado, e, por outro, o reconhecimento das diferenças e do direito à diferença.

Segundo Stédile e Fernandes (2005, p. 20), na gênese do MST estava “o Movimento Justiça e Terra, reivindicando não apenas indenização, mas também o direito de trocar terra por terra. O movimento reuniu milhares de agricultores, que conquistaram seus direitos por meio de diversas mobilizações. Essas mobilizações deram origem ao MST na região oeste do Paraná”.¹⁵

A retomada histórica de um dos pilares do MST é importante, visto que apresenta relação direta com a realidade do assentamento Nossa

¹⁵ O Movimento Justiça e Terra surgiu em virtude da mobilização dos agricultores atingidos pela construção da barragem de Itaipu, que desalojou mais de 12 mil famílias de suas terras. Esse foi o primeiro movimento de sem-terra da região oeste paranaense, funcionando apenas no período de 1982 a 1984 e, com a formação do MST, foi aglutinado em uma única sigla (STÉDILE; FERNANDES, 2005).

Senhora Aparecida, localizado no município de Mariluz, na bacia do Piquiri. Criado em 2002, com área de 5.734 hectares, abriga 235 famílias assentadas (INCRA, 2014), sob coordenação do MST. A conversa com o assentado Francisco Gerônimo (conhecido por Chico, em setembro de 2014) identificou essa relação do MST (oriundo da desigualdade social) e a atual luta contra a injustiça ambiental. A relação é negativa, pois caso sejam implantados os empreendimentos previstos para a região (PCH Água Limpa e UHE Apertados), o lote do Chico será diretamente afetado. Sobre isso, afirmou, “Onde que eu nasci já, há 30 e tantos anos atrás hoje é água. A Itaipu que alagou, e agora eu passei 30 anos sem ir lá, voltei lá, falei onde eu nasci? Onde você nasceu, meu padrinho até falou: — É água!”.

Chico estava, à época da pesquisa de campo, sendo atingido pela segunda vez em virtude da ganância e do avanço das eletroestratégias. Na entrevista, relatou a história sobre a necessidade de saírem em virtude da construção de Itaipu, afirmando que “Meu avô entregou essas terras e foi pra Rondônia, ali a usina, a represa já alagou as terras em 82. Então assim, foi um baque muito grande, meu avô perdeu as terras, teve que ir pra Rondônia, meu pai não quis ir e daí nós foi pra São Paulo”.

A construção de Itaipu, do início ao fim, provocou inúmeros conflitos relacionados aos deslocamentos populacionais, pagamentos irrisórios de indenizações, assentamentos em áreas precárias e irregulares, desrespeito aos direitos civis dos atingidos (AGOSTINI; BERGOLD, 2013). Os autores afirmam que “nem todos os expropriados foram indenizados. Em alguns casos, a falta do documento de propriedade impediu o pagamento pela desapropriação” (AGOSTINI; BERGOLD, 2013, p. 174).

Aliado à (não) desapropriação, a fala do senhor Chico revela “migrações”, tanto para São Paulo como para Rondônia. Para além da simples mobilidade, Vainer (1998, p. 820) afirma que “a mobilidade territorial de populações resulta, em grande medida, de atos de violência”. Segundo Gaudemar (1977, p. 9), “os maiores movimentos de populações registrados recentemente ou ainda os mais importantes fenômenos de transformação ‘profissional’ brutal são, sem dúvida, devidos menos

ao econômico que ao político e a seus desdobramentos militares: os conflitos entre Estados, as guerras”.

Vainer (1998, p. 821) analisa os deslocamentos compulsórios, afirmando que, “em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas”. O processo migratório, imposto no passado por Itaipu e no presente pelas eletroestratégias, é produzido pelo desenvolvimento capitalista. Mais do que uma escolha livre, racional, submete um constrangimento sobre o trabalhador, impondo o deslocamento (PINTO, 2012). No mesmo sentido, Poletto (2006, p. 2) afirma que “praticamente todas as pessoas e famílias que migraram para a Amazônia a partir do século XIX não o fizeram por uma escolha livre. Foram forçadas, por diferentes motivos e por meio de diferentes programas governamentais [...] as famílias foram para a Amazônia [...], pela falta de reforma agrária em suas regiões de origem”.

A falta de indenização e a migração dos avós do sr. Chico demonstram injustiças ocorridas durante a construção de Itaipu assim como as migrações forçadas na busca por terra. Além disso, ele falou sobre as resistências do MST a essas injustiças, afirmando:

Meu pai foi pra São Paulo, trabalhar de empregado de uma fazenda e daí lá tava muito difícil a situação também. Apareceu o Movimento Sem-Terra, que o Movimento Sem-Terra já surgiu um pouco por causa da Itaipu também. Em 85, nós entramos, acampamos lá em Santa Terezinha mesmo, foi a primeira, um acampamento que teve na beira do asfalto; tinha oitocentas e tantas famílias, primeiro quase do Paraná. Surgiu o Movimento a primeira Romaria da Terra. Daí nós participamos, surgiu o Movimento, nos engajamos e até hoje meu pai é assentado e eu sou descendente.

A relação do Chico com a luta pela terra reafirma o conceito de “ambientalização dos conflitos socioambientais” (LOPES, 2006; ACSELRAD, 2010). Em virtude do arcabouço institucional e de

legislações ambientais, fazem com que disputas sociais encontrem vazão ou legitimidade nas lutas em prol do meio ambiente. Por outro lado, as injustiças caminham juntas, ou estão articuladas e enredadas (CRUZ, 2013). A injustiça social, que se reflete na luta pela terra, oriunda de uma injustiça ambiental que as eletroestratégias impõem a várias famílias no Paraná, resulta em injustiças sociais.

O acesso ao rio tanto para a permanência e garantia das atividades de sustento da família quanto para interação social é fundamental. Com a chegada das barragens, as comunidades sofrem com as mudanças de vida, que incluem aspectos sociais, culturais e econômicos (PINTO, 2012). As relações entre as injustiças social e ambiental não permitem uma definição, ou uma ordem para delimitar se é a injustiça ambiental de Itaipu que levou a injustiça social (resultando na luta pela terra), ou se é a injustiça social que carrega consigo a injustiça ambiental. Nessas diferentes injustiças, orquestradas em diversificados processos e conflitos, encontramos homens e mulheres que querem permanecer nos lugares e contam a história de um território que é lugar do conflito e do exercício do poder (VAINER, 1998).

1.5 À guisa de conclusão

As noções de agroestratégias e a acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) representam importantes conceitos para a compreensão da realidade e do desenvolvimento adotado no Brasil. Contudo, estas noções não abarcam todas as dimensões, especialmente as injustiças ambientais, marcadas por atores e modos de vida diversos, apresentando dinâmicas e dimensões que a noção de agroestratégia não contempla.

As eletroestratégias, portanto, são mecanismos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) do setor elétrico, sendo identificados processos de privatização, mercantilização, financeirização, gestão e manipulação de crises e redistribuições estatais. Os pilares da acumulação por espoliação são vistos como práticas adotadas pelas eletroestratégias para a rapinagem dos bens públicos e comuns. As eletroestratégias têm se utilizado do discurso de sustentabilidade e, baseadas em paradigmas

tecnicistas de ecoeficiência, economia verde e desenvolvimento sustentável, justificam a acumulação capitalista por meio de narrativas tecnicistas, negando o cerne da crise ambiental vivida em âmbito global.

O enfrentamento das iniquidades, contrariando a lógica ambientalista hegemônica, exige explicitar os conflitos socioambientais decorrentes, especialmente das eletroestratégias. Esses conflitos evidenciam a desigualdade e as injustiças ambientais, apontando os verdadeiros custos ambientais impostos aos sujeitos sociais das bacias hidrográficas estudadas. Considerar conflitos socioambientais permite dar visibilidade a atores sociais importantes e relações de poder antes ignoradas. A desigualdade social e ambiental, a injustiça ambiental e os direitos de comunidades, quase sempre invisibilizadas, precisam ser considerados na elaboração desses projetos.

Consequentemente, é fundamental evidenciar conflitos socioambientais como a crítica à configuração espacial do modelo de desenvolvimento econômico. E ainda, esses conflitos são partes constitutivas no processo de produção do território, sendo a territorialidade a reinvenção e/ou apropriação desses processos conflitos. Nos conflitos socioambientais, conforme demonstrou os estudos nas bacias Ivaí e Piquiri, atores diversos disputam e demonstram suas diferenças. Porém, aliam-se em resistência às imposições das eletroestratégias, sem, contudo, negar estas diferenças. Constroem-se, assim, nos conflitos socioambientais, territórios, resistências e uma geografia do dissenso; e juntamente com essa nova geografia, ao menos possibilidades de uma sociedade outra.

Referências

ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume, 2004, p. 12-29.

ACSELRAD, Henri. Editorial. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 16-17, p. 7-10, maio/dez. 2005.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? *E-cadernos CES*, França, p. 164-183, 01 set. 2012.. Disponível em: <http://eces.revues.org/1138>. Acesso em: 26 fev. 2014.

AGOSTINI, Andréia. M.; BERGOLD, Raul C. Vidas Secas: energia hidrelétrica e violação dos direitos humanos no Estado do Paraná. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.10, n. 19, p.167-192, jan./jun. 2013.

ALBUQUERQUE, Ralph de Medeiros. *Eletroestratégias como mecanismos de acumulação por espoliação: conflitos socioambientais nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri*. 262 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégias e Desterritorialização: Direitos Territoriais e Étnicos na Mira dos Agroestrategistas dos Agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. (org.). *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA, UFAM Fundação Ford, 2006.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-154, jan./abr. 2007.

BERMANN, Célio. Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney. *Revista Época*, 31 out. 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BIRD. *Empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate*. BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Brasília, p. 34, 2008.

BOLLIER, D. Los bienes comunes: un sector soslayado de la creación de riqueza. In: HELFRICH, S. *Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía*. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, p. 30-41, 2008.

CARVALHO, Horácio. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*, Brasília, p. 31-44, jul. 2013.

CRUZ, Valter C. Das Lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 119-176, 2013.

DELGADO, Guilherme. C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*, p. 61-68, jul. 2013.

EPE. *Balanço Energético Nacional (BEN) 2016*. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, p. 285, 2016.

FERNANDES, Bernardo. M. O MST e a luta pela terra: 1979-2005. *Observatorio Social de América Latina*, p. 281-310, 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. São Paulo: Editorial Estampa, 1977.

GERÔNIMO, Francisco. Entrevista IV [set. 2014]. Entrevistado por Ralph M. Albuquerque, Mariluz, PR, 2014. Arquivo mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em Albuquerque (2015).

GUEDES, André. D. Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: ACSELRAD, H. *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR (UFRJ), 2013, p. 41-80.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. *Science*, New York, 162, p. 1243-1248, 13 dez. 1968.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HAUCK, Juliana C. R.; ÁVILA, Rafael O. D. Os *think tanks* brasileiros e suas contribuições para o pensamento social e político: um resgate histórico-exploratório sobre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 23, p. 180-207, 2º sem. 2014.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=348>. Acesso em: 1 mar. 2015.

ITAIPU BINACIONAL, 2010. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/energia/reservatorio>. Acesso em: 1 jan. 2014.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e Equidade Ambiental: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa. *As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 21-60.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Conflitos Ambientais Norte-Sul: agrocombustíveis para quem? In: ALMEIDA, Alfredo W. B. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 257-310.

LEROY, Jean-Pierre. Justiça Ambiental. *Gesta*, 2011. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf. Acesso em: 1º jul. 2014.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTIN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LOPES, José. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MARQUARDT, Bernd. Historia de la sostenibilidad. Un concepto medioambiental en la historia de Europa central (1000-2006). *Historia Crítica*, Bogotá, p. 172-197, jul./dez. 2006.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. R. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Presidente Prudente, 2006.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. R. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos. A.; SANTOS, Roseli. A. *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PELEGRINI, Sandra C. A. O viver às margens das águas doces e turvas do rio Ivaí: memória, história e oralidade. *Tempos Históricos*, p. 233-257, 2º sem. 2013.

OLIVEIRA, Marildo. Entrevista III [set. 2014]. Entrevistado por Ralph M. Albuquerque, Lidianópolis/PR, 2014. Arquivo mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em Albuquerque (2015).

OLIVEIRA, Maurício. Entrevista I [set. 2014]. Entrevistado por Ralph M. Albuquerque, Lidianópolis/PR, 2014. Arquivo mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em Albuquerque (2015).

PINTO, Laura C. *Os projetos hidrelétricos como causa dos deslocamentos populacionais: migrações forçadas em nome do desenvolvimento*. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

POLETTO, Ivo. Os Migrantes e a Amazônia. *Adital*, 1º dez. 2006. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25695>. Acesso em: 28 mar. 2015.

PORTO, Marcelo F. S.; FINAMORE, Renan; FERREIRA, Hugo. Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, p. 37-64, 24 out. 2013.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROUGEMONT, Laura; SOLÁ PÉREZ, Mercedes. Primeiras aproximações aos conflitos socioambientais territoriais entre pescadores/as artesanais e megaprojetos de desenvolvimento: os casos de Suape e Comperj. *Anais da XIII Jornada do Trabalho*, Presidente Prudente, p. 1-20, 2012.

SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Salvino. Entrevista II [set. 2014]. Entrevistado por Ralph M. Albuquerque, Lidianópolis/PR, 2014. Arquivo mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em Albuquerque (2015).

SOLÁ PÉREZ, Mercedes. *Comunidade Tradicional de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Vila do Superagüi - PR na disputa pela vida: conflitos e resistências territoriais frente à implantação de políticas públicas de desenvolvimento*. 148 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SOUZA, Carlos A. M. Bem comum, bem de todos. *Cidade Nova*, São Paulo, p. 30-31, nov. 2012.

SOUZA, Roberto M. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, Alfredo W. B.; SOUZA, Roberto M. *Terras de faxinais*. Manaus: UEA, p. 29-88, 2009.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo. M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SVAMPA, Maristela. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *OSAL (Clacso)*, Buenos Aires, n. 32, p. 15-38, nov. 2012.

VAINER, Carlos. B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, Caxambú/MG, p. 819-835, 1998.





2

Capítulo 2

Fronteira agrícola e natureza: povos e comunidades tradicionais e áreas protegidas no Cerrado

Karla Rosane Aguiar Oliveira¹
Sérgio Sauer²

¹ Engenheira florestal, é mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader, da Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília, com dissertação sobre Fronteira agrícola e natureza: visões e conflitos no parque nacional das nascentes do rio Parnaíba, defendida em 2018.

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), é professor da mesma universidade no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), da Faculdade UnB Planaltina (FUP), e no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), e pesquisador do CNPq.

Até meados dos anos 1950, as regiões conhecidas como “sertões” eram vistas como ambientes pouco povoados e isolados. No clássico *Os Sertões* (originalmente publicado em 1902), Euclides da Cunha (1997, p. 113) expressa esse isolamento, um universo “inteiramente divorciado do resto do Brasil e do mundo”, em consequência de barreiras naturais. Esse cenário muda bruscamente a partir da década de 1960, com a modernização da agricultura brasileira. Tanto o Cerrado quanto a Amazônia passam a ser vistos como fronteira, demográfica e agrícola, a ser ocupada. O ‘sertão’ se torna um imenso espaço de ocupação rápida, massiva e violenta, características do ser fronteira (MARTINS, 2012). Becker (2009, p. 20) define fronteira como o espaço “não plenamente estruturado”, resultando em um espaço com potencial de gerar novas realidades, combinando atuação de diferentes sujeitos, inclusive o Estado.

Velho (1976, p. 138) afirma que a ocupação do território brasileiro se deu em “forma de arquipélago”, ou seja, não há uma linha ou limite entre civilização e natureza, mas experiências (ensaios), transações e mutações da paisagem. A fronteira pode ser melhor interpretada como uma interpenetração, e não um avanço em si, pois houve deslocamentos de comunidades inteiras, mas a permanência ou não no território dependia de outros fatores, como o esgotamento das minas e as possibilidades de subsistência.

A fronteira brasileira do século XX, impulsionada pela Marcha para o Oeste, em 1938, por Getúlio Vargas, foi acontecendo de modo autoritário e imposta pelo Estado (VELHO, 1976). Já no regime militar, a partir dos anos 1960, a migração praticamente compulsória do excedente populacional do Sul e Nordeste e a implantação de um modelo de desenvolvimento foram realizadas com base na modernização da agricultura, mas sem alterar a concentrada estrutura agrária (VELHO, 1976; DELGADO, 2012) e com resultados socioambientais desastrosos (SAUER, 2010).

O objetivo deste capítulo é discutir as ameaças da expansão da fronteira agrícola e estratégias de enfrentamento de povos e comunidades

tradicionais³ para a conservação da natureza em áreas protegidas. Este trabalho tem como base dados e pesquisa para a dissertação intitulada *Fronteira agrícola e natureza: visões e conflitos no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba*, defendida em 2018 no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com três grupos previamente amostrados. Os “agentes da fronteira” são sojicultores, gerentes de empresas agropecuárias, representantes dos produtores rurais, lideranças de comunidades tradicionais (quilombolas e seus representantes institucionais), além de organizações não governamentais (ONGs) com atuação na região. Foram entrevistados também “agentes do estado”, principalmente os gestores dos órgãos ambientais em âmbito federal e estadual.

O trabalho de campo⁴ tinha como escopo compreender visões sobre natureza e desenvolvimento e estratégias de uso, relação e apropriação do território do Parna das Nascentes do Rio Parnaíba. Foi possível perceber estratégias e resistências das comunidades tradicionais (e de agentes públicos do órgão gestor da unidade de conservação), no enfrentamento de ameaças e perdas efetivas de proteção territorial para conservação ambiental.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira, discute-se sobre a modernização conservadora da agricultura e a decisão do Estado brasileiro em investir na expansão da fronteira agrícola a partir da ação das agroestratégias. A segunda seção apresenta a questão dos territórios tradicionais e das áreas protegidas frente o avanço da fronteira agrícola no Cerrado, em especial no caso da região onde se situa o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Na terceira seção,

³ De acordo com o Decreto n.º 6.040/2007, povos e comunidade tradicionais são definidos como os grupos que se reconhecem como culturalmente diferenciados, visto que possuem organização social próprias e necessitam de territórios como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (BRASIL, 2007).

⁴ A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

são discutidas as estratégias de enfrentamento das comunidades quilombolas residentes no Parque frente aos novos desafios à conservação da natureza.

2.1 Modernização conservadora da agricultura e expansão da fronteira agrícola: o papel das agroestratégias

Segundo Delgado (2012, p. 13), a opção foi o pacote tecnológico da Revolução Verde,⁵ desonerando riscos estruturais do processo produtivo privado. Isto não mudou a arquitetura social do campo, ao contrário, o “pacto modernizador” beneficiou apenas as oligarquias rurais, denominando o processo de “modernização conservadora da agricultura”.

Essa modernização foi implantada com base em incentivos governamentais (especialmente crédito barato), tanto para a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde como para a ocupação de novas áreas no Cerrado e na Amazônia. Projetos de colonização e/ou concessão de grandes áreas de terras (e incentivos fiscais) motivaram o deslocamento do excedente populacional e de grandes empresas, aumentando a produção agropecuária, mas com profundas consequências socioambientais (DELGADO, 2012; SAUER, 2010).

Desde a década de 1970, a intervenção estatal é a grande incentivadora do avanço da fronteira no Cerrado, especialmente com incentivos a atividades agropecuárias (BRAGA, 1998). O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e o II lançaram os principais instrumentos da política agrícola brasileira durante os anos de 1972 a 1979 (GONÇALVES NETO, 1997). Estes foram implementados via: *i*) sistema de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, comercialização e investimentos no setor agrícola; *ii*) disseminação do uso de insumos modernos; e *iii*) pesquisa agrícola em grande escala

⁵ A Revolução Verde caracterizou-se como o processo de propagação, a partir da década de 1950, em âmbito global, do modelo agrícola dependente de insumos industriais e da mecanização. Sua característica é a associação de insumos químicos (adubos e agrotóxicos), maquinário agrícola (tratores) e melhoramentos genéticos.

para aumento da produtividade. Neste período, por exemplo, surgiu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que colaborou para o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias adequadas aos cerrados (GONÇALVES NETO, 1997).

Durante as décadas de 1980 e 1990, o destaque foi o Programa de Cooperação NipoBrasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). De acordo com Pires (1996), o Prodecer teve um arranjo inovador e foi produto de uma cooperação técnica e financeira internacional, unindo *holdings* do Japão e Brasil. Contudo, após alguns anos de execução, foi amplamente questionado em virtude dos seus impactos sociais e ambientais. O Prodecer, condicionado pelo modelo produtivista, não permitiu reformulações substanciais em seus objetivos e métodos, e impediu a adoção de um modelo sustentável (PIRES, 1996). Apesar de não ter sido o único programa de incentivo à expansão da agricultura de exportação na região dos cerrados, é uma referência, pois a área de influência do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba incide sobre uma das regiões do Prodecer, no município de Formosa do Rio Preto (Bahia).

Já nos anos 2000, sob os governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), em continuidade ao relançamento do agronegócio em 1998 (DELGADO, 2012), houve um aprofundamento do modelo primário-exportador. Isto colocou um enorme peso no setor agrícola, tornando o equilíbrio da balança comercial externa dependente do setor (DELGADO, 2012). Uma das políticas de incentivo à ampliação deste modelo foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) Matopiba, criado em 2015.

De acordo com o discurso oficial, o PDA Matopiba, criado pelo Decreto n.º 8.447, de 2015, tinha a finalidade de promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável. No entanto, o objetivo era, no contexto das agroestratégias, incentivar atividades agrícolas e pecuárias, especialmente o cultivo extensivo de grãos (soja), ampliando a produção de *commodities* para exportação. O Matopiba constitui, portanto, a maior fronteira agrícola do planeta e a expansão da agricultura capitalista tem resultado em sérios problemas socioambientais (FAVARETO, 2019).

Este território possui cerca de 73 milhões de hectares, divididos em 31 microrregiões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), englobando 337 municípios dos quatro Estados da região Norte e Nordeste. Há previsão de que, até 2022, a região seja responsável por 16,4% da área total plantada com grãos (principalmente soja), produzindo algo entre 18 e 24 milhões de toneladas de grãos (FAVARETO, 2019). Porém, de acordo com o autor, o que mais chama a atenção na região é a presença dos grupos estrangeiros que atuam no mercado de terras, que se intensificou especialmente após a crise financeira dos anos 2000; os impactos da expansão do agronegócio sobre o meio ambiente e as comunidades tradicionais; e a relação da produção agropecuária e perspectivas de expansão do setor.

O autor conclui que, apesar do discurso dominante de que a desigualdade diminuiria com o dinamismo econômico proporcionado pela atividade agropecuária, em verdade diversas evidências mostram que isso só ocorre nos municípios centrais. A renda continua a ser dirigida para fora do território, para outros circuitos de valorização ou consumo (FAVARETO, 2019). Desse modo, intensifica-se a desigualdade regional por meio de municípios que concentram a maior parte da riqueza.

Apesar de Little (2001) afirmar que fronteira é comumente definida como uma área geográfica pouco povoada e periférica em relação ao centro político-econômico, sua definição não é de espaço vazio e despovoado. Fronteira apresenta taxa acelerada de modificações demográficas (basicamente provocadas por deslocamento populacional) e atividades agrícolas, mas não se constitui em territórios desabitados. Segundo Little (2001), as fronteiras na Amazônia (assim como do Cerrado) não foram só “abertas” e depois “fechadas”, mas foram “re-abertas” e “re-fechadas” continuamente, se constituindo em fenômeno perene de constante mutação.

A abertura de fronteira no Brasil tem suas causas não como um processo de modernização da sociedade, mas a partir de fluxos não lineares de exploração dos recursos naturais e produção de *commodities* (LITTLE, 2001). O deslocamento populacional e a mobilização de mão de obra deram-se de forma autoritária (VELHO, 1976) e, nos anos

mais recentes, como incentivos ao crescimento econômico, em movimentos constantes de abertura e fechamento dessas fronteiras, provocando problemas socioambientais (ALMEIDA, 2010). No entanto, há um esforço dos “crescentistas” (o aparato burocrático e de planejamento que privilegia as grandes obras) em invisibilizar as comunidades tradicionais e populações locais das fronteiras, o que demonstra profundo desprezo pela capacidade econômica destas populações e por qualquer manifestação de valorização étnica e identitária (ALMEIDA, 2011).

A desvalorização das populações tradicionais, assim como os argumentos que reforçam a necessidade da produção de alimentos para evitar a crise, faz parte do que Almeida (2010) definiu como agroestratégias. As agroestratégias seriam “um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras” que visam remover qualquer obstáculo e incentivar a [...] expansão do cultivo de grãos e [...] incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, em uma quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas” (ALMEIDA, 2010, p. 102).

As agroestratégias têm como finalidade influir na formulação de políticas governamentais e criação de incentivos para ampliar os processos de apropriação de terras e bens da natureza. A racionalidade está voltada para o mercado de *commodities* (ALMEIDA, 2010), portanto, as agroestratégias procuram deslegitimar o acesso, o controle e a utilização dos territórios e da natureza “pelas unidades de trabalho familiar” e “por povos e comunidades que tradicionalmente ocupam as terras que os interesses dos agronegócios e de mineradoras pretendem incorporar a seus grandes empreendimentos” (ALMEIDA, 2010, p. 105).

Assim, a ação das agroestratégias vem provocando inúmeros conflitos, afetando os territórios tradicionais e promovendo ameaças à conservação da biodiversidade do Cerrado. Tais ameaças, especialmente na região do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, serão debatidas na próxima seção.

2.2 As ameaças do avanço da fronteira agrícola sobre territórios tradicionais e áreas protegidas do Cerrado

Uma das formas encontradas para diminuir os impactos negativos da ação humana sobre o meio ambiente em virtude da expansão incentivada da fronteira agrícola foi a reservação de áreas que preservem a natureza em sua condição prístina. De acordo com Bensusan (2014, p. 31), a ideia original do ser humano de conservar a natureza parte do questionamento da humanidade sobre a sua relação com a terra, que, no Ocidente, culminou “em relações de domínio e desprezo pela natureza e na confiança na tecnologia como solução para os problemas ambientais”.

Por outro lado, foi neste mesmo período (década de 1970) que emergiu o movimento ambientalista em escala global, questionando a escala de devastação florestal em taxas nunca antes observadas. Criou-se um senso de urgência entre os ambientalistas que levou à discussão sobre os limites do modelo de desenvolvimento amazônico para a esfera internacional. Também emergiu neste período a mudança de perspectiva de uma visão biocentrista para uma visão antropocentrista sobre a natureza (LITTLE, 2001). No Cerrado brasileiro, por sua vez, a dinâmica da fronteira agrícola se moveu em paralelo ao avanço na Amazônia, e foram similares em muitos aspectos, porém com diferenças fundamentais.

Mesmo com limitações, as áreas protegidas foram capazes de trazer a discussão sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade para a pauta das agendas nacional e internacional (BENSUSAN, 2014). Contudo, as áreas protegidas, especialmente as Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral, com restrições de acesso são intensamente criticadas por seus efeitos excludentes junto a populações tradicionais, que habitavam o território antes da implantação destes espaços.

Em relação ao Cerrado, se, no final da década de 1990, Duarte (1998) já alertava para uma explosão demográfica na região e uma iminente crise ambiental, esta crise já se encontra em curso hoje, principalmente após o advento do PDA Matopiba. Diversos movimentos sociais denunciam a crise hídrica das cidades e do campo, originando campanhas sobre a necessidade de preservar o Cerrado. E as áreas protegidas

podem apoiar a conservação da natureza no Cerrado. Contudo, o modo de implantação destas áreas junto às populações tradicionais vem ocasionando diversos conflitos socioambientais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei n.º 9.985/2000) surgiu no final da década de 1980, consolidando longos processos de debate ambiental. Segundo Ramos (2014), foi um lento processo para aprovação no Congresso Nacional, marcado pelas polêmicas entre as visões conservacionistas e preservacionistas.⁶

O texto do SNUC estabeleceu duas modalidades de UCs, ou seja, UCs de Proteção Integral e UCs de Uso Sustentável. A principal diferença entre tais modalidades é o tipo de uso que se pode fazer dos recursos naturais protegidos. Nas UCs de Uso Sustentável, é permitido o uso direto dos recursos naturais/florestais. Desse modo, é possível a convivência de comunidades tradicionais na área. Nas UCs de Proteção Integral, o uso deve ser indireto. Não é permitida a permanência de moradores, mesmo aqueles que vivem há gerações, sendo necessário o reassentamento de tais populações em outra localidade (BRASIL, 2000).

Tal disposição do SNUC gera intensos conflitos sociais e ambientais em áreas protegidas com a presença de grupos humanos, principalmente de comunidades tradicionais. Santilli (2014) defende que o artigo do SNUC que incompatibiliza a presença de populações tradicionais em UCs de Proteção Integral deve ser relido à luz da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais. Esta última garantiria o direito territorial destes povos e comunidades tradicionais. A autora chama a atenção de que diversos dispositivos no sistema jurídico brasileiro defendem a interação das comunidades tradicionais com o meio ambiente, reforçando o socioambientalismo como premissa para o estabelecimento de áreas protegidas.

O socioambientalismo também surge como movimento de resistência e luta contra projetos que interferem nos ecossistemas e expansão

⁶ Para Ramos (2014), preservacionismo e conservacionismo são termos contraditórios quanto à intervenção humana nos ambientes naturais. Segundo a autora, o primeiro defende que se reserve áreas sem interferência humana e o segundo seria mais maleável às intervenções humanas, sob critérios 'sustentáveis'.

da fronteira agrícola, tendo como exemplo no Cerrado, a luta contra o processo de devastação (desmatamento e implantação de empreendimentos agrícolas) e pelos “Babaquais Livres”, empreendida pelas quebradeiras de coco babaçu (ALMEIDA *et al.*, 2005).

A mudança da percepção sobre conservação ambiental atingiu todas as camadas da população brasileira. Só existe conservação dos recursos naturais com a redução das desigualdades sociais. O desafio agora posto ao socioambientalismo é avançar na junção das questões ambientais às do desenvolvimento (SANTILLI, 2005). Desse modo, é importante demonstrar que a atual riqueza de biodiversidade é encontrada em especial nos territórios tradicionais. É o que Almeida (2010, p. 139) diz:

No Brasil há um percentual significativo de áreas com maior cobertura vegetal, com florestas e cursos-d’água preservados, sob o controle direto de povos e comunidades tradicionais. Embora sejam elevados os índices de concentração fundiária, não é nos grandes imóveis rurais que se encontram as áreas preservadas mais significativas. Estas estão localizadas nas terras tradicionalmente ocupadas.

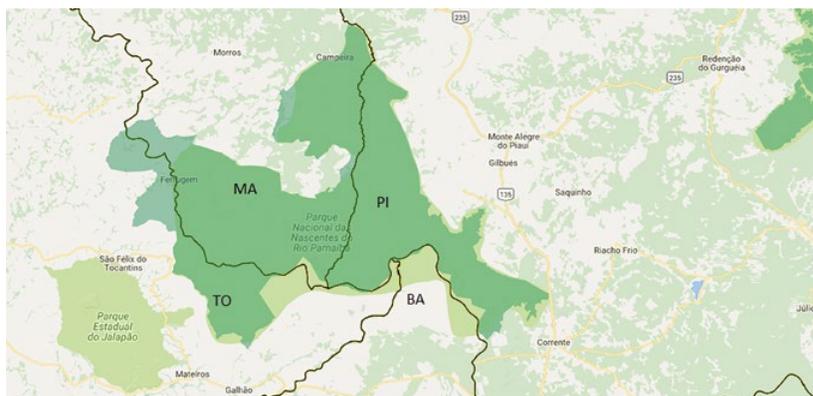
Assim, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP) é um caso emblemático para a análise do socioambientalismo no Cerrado e da influência das políticas de desenvolvimento agrícola e expansão da fronteira agrícola na região.

Na fronteira entre os quatro estados que compõem o Matopiba, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP) é uma unidade de conservação, privilegiada para compreender a dinâmica de contenção do avanço da fronteira agrícola e de comunidades afetadas por UCs. O PNNRP foi criado pelo Decreto s/n, de 16 de julho de 2002, com o objetivo de “assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico” (BRASIL, 2002).

A região onde se situa o PNNRP é de relevância biológica, pois, além de receber as cabeceiras de um dos importantes rios da região Nordeste (o Rio Parnaíba), congrega o Mosaico de UCs do Jalapão (PORTAL BRASIL, 2016). Alguns dos cursos d'água com relevância ecológica para a região são: Rio Corrente, Rio Vermelho, Rio Gurgueia e Rio Prata. A figura 1 demonstra a localização do referido parque, bem como a alteração dos seus limites em virtude da promulgação da Lei n.º 13.090/2015.

Por outro lado, ao criar o PNNRP, o Estado invisibilizou comunidades quilombolas que residem na região há cerca de 200 anos. As comunidades quilombolas de Macacos, Brejinho e Curupá, situadas em Alto Parnaíba/MA, e o Povoado do Prata, em São Félix do Tocantins/TO, reivindicam o reconhecimento de seus territórios e um tratamento mais respeitoso sobre suas práticas produtivas e seus modos de vida tradicional.

Figura 1: Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, área original e área após a alteração dos limites da Unidade de Conservação*



*As áreas em verde claro (exceto a área do Parque Estadual do Jalapão), foram as áreas da Chapada das Mangabeiras e Serra da Tabatinga desafetadas pela Lei nº 13.090/2015. As áreas em verde-ocre, situadas no Tocantins e Maranhão) foram as áreas aumentadas por força da mesma lei. Deste modo, a área atual do PNNRP é o somatório das áreas em verde e verde-ocre, subtraindo-se as áreas em verde claro. Fonte: I3Geo-MMA. Elaborado pelos autores.

Na época da criação do parque, em 2002, uma parte da Chapada das Mangabeiras, área situada no município de Formosa do Rio Preto (BA), foi delimitada como pertencente à UC para fins de conservação ambiental. Foi considerada, à época, como importante zona de recarga dos rios da região, em especial das nascentes do Rio Parnaíba. Contudo, a partir de 2004, houve intensa ocupação irregular para plantio de soja, ampliada pelos incentivos à fronteira.

Em 2015, o PNNRP teve, então, seus limites alterados pela Lei n.º 13.090 (BRASIL, 2015), em virtude do pleito da Associação dos Produtores Rurais da Chapada das Mangabeiras (Aprochama) e pressões políticas da chamada *bancada ruralista*⁷ no Congresso Nacional. A desafetação da parte sul do parque nos municípios de Formosa do Rio Preto (Bahia) e Mateiros (Tocantins) afetou um importante território para a descarga de águas para as nascentes do Rio Parnaíba, segundo relatos dos informantes desta pesquisa.

Assim, o tratamento desigual pelo Estado quanto aos pleitos territoriais dos sojeiros e dos quilombolas motivou inicialmente a realização da pesquisa. Porém, vive-se no presente momento uma situação até então inédita de ameaças diretas por parte do próprio Estado nas questões territoriais de Unidades de Conservação. Após recentes declarações do presidente da República Jair Bolsonaro, verifica-se a tendência do atual governo de promover processos de diminuição e até mesmo extinção de UCs (FERNANDES, 2019; BORGES, 2019).

Tal processo, conhecido na literatura como *Protected Area Downgrading, Downsizing and Degazettement* (PADDD), refere-se a qualquer projeto na intenção de diminuir a proteção ambiental a uma área, o que pode proporcionar danos à conservação da biodiversidade (WWF-BRASIL, 2017). A desafetação do PNNRP insere-se neste contexto. Um dos resultados encontrados pela pesquisa é que, em virtude de um cenário de avanço da fronteira agrícola no Cerrado e hegemonia das

⁷ A Frente Parlamentar da Agropecuária, ou bancada ruralista, possui composição pluripartidária e tem como objetivo central orientar e estimular as ações parlamentares em prol dos diversos setores do agronegócio, inclusive sobre as legislações referentes a terras indígenas, terras quilombolas e áreas protegidas.

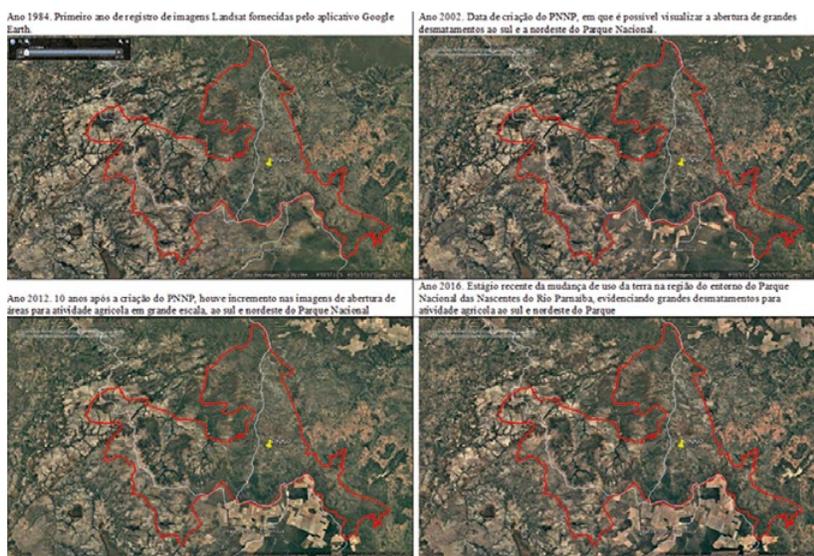
agroestratégias, as comunidades tradicionais e o órgão gestor das UCs vêm buscando parcerias a fim de promover a conservação do Cerrado e resistir aos processos de diminuição da proteção ambiental do território das nascentes do Rio Parnaíba. Tanto o processo de desafetação do Parque quanto as estratégias de luta das comunidades tradicionais serão discutidos na próxima seção.

Os indicadores socioeconômicos mostram que mais de 50% da população local está em situação de extrema pobreza, revelando o grau de desigualdade social da região. Nesse contexto, o discurso sobre conservação da natureza possui dubiedades: por um lado, sojeiros afirmam que o progresso virá à região somente se houver incentivos à produção de *commodities* e expansão da fronteira para áreas de Cerrado; por outro lado, povos e comunidades tradicionais colocam-se como os protetores da natureza e da diversidade do Cerrado.

Os conflitos com órgãos ambientais na região começaram logo após a criação do parque. Segundo informantes do ICMBio, as fiscalizações na região ocorreram após a sua criação, e ensejaram diversas ações judiciais por parte dos sojeiros, que tinham por objetivo cancelar o decreto de criação do parque.

A evolução dos desmatamentos associados à atividade agrícola nesta área sul do parque é evidente. Por meio do aplicativo Google Earth, a figura 2 indica, de 1984, passando pelo ano de implantação do PNNRP, até os dias atuais, o paulatino incremento das atividades agrícolas (expansão das lavouras de grãos) em grande escala na região da Coaceral e Chapada das Mangabeiras. Destaca-se, inclusive, que o maior aumento dos desmatamentos ocorreu após a implantação do PNNRP, em decorrência do uso agrícola da região das Mangabeiras.

Figura 2: Imagens Landsat evidenciando a evolução da mudança do uso da terra no entorno do Parna das Nascentes do Rio Parnaíba



Fonte: aplicativo Google Earth. Elaborado pelos autores (2019).

Os principais desafios em relação à conservação da natureza, detectados durante a pesquisa *in loco*, tanto dentro do Parque quanto na região de entorno, foram relativos à questão do agrotóxico oriundo das plantações de soja e algodão da região da Chapada das Mangabeiras. Outra questão é que os desmatamentos próximos à cabeceira de diversos rios estão diminuindo o seu fluxo de água.

Alguns informantes afirmam que a água dos rios da região está diminuindo de forma crítica. Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Corrente/PI asseguram que a área de manobra dos aviões que aplicam agrotóxico na Chapada das Mangabeiras atinge a área urbana do município. Além disso, há relatos na região do aumento dos casos de câncer entre a população, fato atribuído, segundo os informantes, aos altos níveis de agrotóxicos que contaminam as águas e os solos da região. Tais situações são muito sérias, e necessitam de pesquisas mais aprofundadas.

2.3 Estratégias de enfrentamento de Povos e Comunidades Tradicionais frente aos novos desafios à conservação

A região onde hoje se situa o PNNRP abriga populações tradicionais há gerações, possuindo uma enorme riqueza cultural de quilombolas, extrativistas, posseiros e agricultores familiares. Diversas comunidades concentram-se no entorno do parque. Porém, este estudo foi realizado em quatro comunidades quilombolas que tiveram seus territórios tradicionais afetados pelo parque, a saber:

- a) *comunidade quilombola Povoado do Prata*, no município de São Félix do Tocantins/TO, reconhecida pela Fundação Palmares em 30 de setembro de 2005. Seus territórios de uso comunitário (pastagens e sistemas de roça tradicionais) foram afetados pela criação do PNNRP;
- b) *comunidades quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá*, no município de Alto Parnaíba – MA, que tiveram seus territórios totalmente afetados pelos limites do parque. Obtiveram o certificado de Comunidade de Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares em 11 de maio de 2016.

Os conflitos, como pano de fundo nesta análise, residem no atual modelo de desenvolvimento agrícola implementado pelo Estado no Cerrado, gerando ameaças às comunidades tradicionais e áreas protegidas. Os conflitos gerados após a implementação do PNNRP basicamente foram: *i)* para os quilombolas, a afetação dos territórios tradicionais e ameaças do órgão gestor em seus modos de vida; *ii)* para os sojeiros, restrição de uma área de possível uso agrícola (Chapada das Mangabeiras).

O direito territorial das comunidades quilombolas só passou a ser reconhecido pela primeira vez em 1988, com a promulgação da Carta Constitucional, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Este reconhecimento constitucional garantiu uma nova etapa reivindicatória para as comunidades. Mas, para se valer da apropriação da propriedade comum da terra, as comunidades negras rurais

valem-se da recente, porém dúbia,⁸ legislação brasileira quanto às terras tradicionalmente ocupadas (VIEGAS, 2015).

Almeida (2010) afirma que as agroestratégias utilizam o princípio constitucional do direito de propriedade como justificativa aos entraves à titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos. Os fundamentos dos grupos responsáveis pela concentração de terras rejeitam o reconhecimento dos direitos territoriais étnicos não com argumentos de ordem demográfica (“muitas terras para poucos pretos/índios”) ou geográficas (“tomar as terras férteis”). Contudo, Sauer *et al.* (2019) indicam que o grupo de povos e comunidades tradicionais, além de assentados e não assentados da reforma agrária, pode ser estimado em aproximadamente 4 milhões de pessoas no Brasil, muitos destes em situação de extrema pobreza rural, em especial devido às dificuldades no acesso à terra.

As restrições orçamentárias para a ação de reconhecimento e indenização em terras quilombolas também configuram um grande desafio para a garantia do direito territorial. Os dados do Programa Brasil Quilombola, que tem como finalidade a estruturação de ações para comunidades quilombolas (incluindo acesso à terra), indicam que esta política se tornou praticamente inviável, em termos orçamentários, para promover ações efetivas. Enquanto, em 2012, o orçamento para a política girava em torno de R\$ 65 milhões, em 2018 tornou-se praticamente nulo (SAUER *et al.*, 2019).

Um dos resultados da pesquisa “Fronteira agrícola e natureza” é que as visões dos quilombolas se aproximam muito mais da noção de conservação da natureza disposta no SNUC do que as dos sojicultores,

⁸ A dubiedade referida por Viegas (2015) é sobre o julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADIn) 3239, realizado em fevereiro de 2018. Tal ação questionou o Decreto n.º 4.887/2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. Apesar de ter sido uma grande vitória para o movimento quilombola o reconhecimento formal do decreto e da posse das terras quilombolas, os votos de alguns dos ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deixam dúvidas sobre a tese do marco temporal. Ou seja, só poderiam ser reconhecidos os territórios das comunidades residentes à data da promulgação da Constituição Federal (STF, 2018).

o que caracterizaria proximidade dos objetivos do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Contudo, as diferentes estratégias de quilombolas e de sojicultores em relação à conservação da natureza no parque têm diferentes desfechos sobre as decisões particularmente sobre desafetação dos limites desta unidade.

Segundo relatos de quilombolas da região, a violência anterior, estabelecida pelo fazendeiro, era enfrentada também com resistência. Contudo, com o processo de implantação do Parque (que para os quilombolas também representou um processo violento), a luta passa a ser a luta pelos direitos como comunidade tradicional e seus territórios, *a luta do papel*. Ou seja, a luta institucional, com base nas leis e em interlocução com os órgãos públicos que pouco compreendem os modos de vida das populações tradicionais.

Esta “luta de papel” pode ser evidenciada sob diversas formas. Após o reconhecimento constitucional, houve a necessidade das comunidades se adaptarem a novas formas organizacional e às políticas públicas. De acordo com um dos entrevistados, a primeira luta é pelo direito ao território e pela garantia da implementação do artigo 68 da Constituição Federal e do Decreto n.º 4.887/2003. A segunda prioridade é o reconhecimento das diversas formas de gestão territorial das terras quilombolas.

O conflito estabelecido entre as comunidades quilombolas e a gestão do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba decorre do desconhecimento por parte desta das práticas e dos sistemas agrícolas-pastoris daquelas. De acordo com Lúcio *et al.* (2016), o sistema agrícola das comunidades tradicionais, quilombolas e grupos indígenas do Cerrado, em especial na parte norte deste bioma (o que inclui a região do PNNRP) é a agricultura de subsistência, baseada em roças abertas em áreas florestais e a pecuária “de solta” (extensiva, em pastagens naturais).

As famílias utilizam as diversas fitofisionomias para diversos fins: a solta do gado fica nas áreas de “gerais” e campos limpos; a agricultura situa-se nas matas de galeria e fundos de vale (veredas); e as florestas abrigam as espécies para o extrativismo de frutos, fibra e madeira. Assim, a vereda é uma das fitofisionomias mais importantes, por garantir solos

cultiváveis sem necessidade de insumos e maquinário, água e pastagens no período da seca. O fogo é elemento fundamental para a manutenção deste ecossistema (LÚCIO *et al.*, 2016).

Mas atualmente se vê outro movimento de ameaças às áreas protegidas: os processos de PADDD atualmente em curso, especialmente no Congresso Nacional. De acordo com WWF-Brasil (2017), o país vive, desde o final de 2016, uma ofensiva contra as UCs sem precedentes históricos. A ofensiva vem de produtores rurais que ocupam irregularmente estas áreas, de empresas de mineração e grileiros de terras públicas, e o potencial de impacto é grande, com a descaracterização de áreas protegidas por meio de redução do tamanho, do grau de proteção ou pela desconstituição destas áreas.

No Brasil, segundo a WWF-Brasil (2017), entre 1900 e 2014, ocorreram 67 eventos de PADDD totalizando 110 mil quilômetros quadrados afetados. Estes eventos se intensificaram no final dos 2000 e as principais justificativas são a geração de energia elétrica e assentamentos humanos. Uma característica é que a redução dessas áreas ocorreu sem consulta à sociedade civil (WWF-BRASIL, 2017).

Na região do PNNRP, os conflitos com órgãos ambientais na região começaram logo após a criação da UC. Segundo informantes do ICMBio, as fiscalizações na região ocorreram após a criação do parque, e ensejou diversas ações judiciais por parte dos sojeiros, que tinham por objetivo cancelar o decreto de criação do parque. O pleito dos sojeiros na região surgiu em consequência das diversas fiscalizações do órgão gestor na época, e da lentidão do estado em promover a regularização fundiária da UC e as respectivas desafetações das propriedades.

A partir daí, surge a proposta de desafetação da UC por parte da Aprochama. O autor do Projeto de Lei n.º 2.618, de 27 de outubro de 2011, é o deputado Nelson Marquezelli, do PTB/SP (MARQUEZELLI, 2011). A justificativa do PL é de que

A redefinição de limites proposta possibilita por um lado incorporar ao PNNRP ecossistemas e fitofisionomias de errado atualmente não representadas na unidade de

conservação, ao mesmo tempo em que garante melhor proteção aos recursos hídricos da bacia do Rio Corrente. Complementarmente, possibilita a melhoria de gestão da unidade, tornando seus limites melhor identificáveis em campo, excluindo áreas de produção agrícola e, por conseguinte, melhorando a gestão territorial da unidade (MARQUEZELLI, 2011, s/p).

Em nenhum momento da justificativa do PL em apreço, há citação das comunidades e territórios tradicionais ali existentes. Segundo informações do portal da Câmara dos Deputados, ao tramitar pela Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público, o voto do deputado Laércio Oliveira, do PR/SE, acata e ratifica o argumento do PL. Em 6 de junho de 2012, quando o PL vai para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, o deputado Paes Landim (PTB-PI), convoca audiência pública para discutir o Projeto de Lei, convocando as autoridades do ICMBio, Aprochama, prefeituras municipais de Corrente/PI e Barreiras do Piauí/PI e Ministério Público Federal.

A audiência pública ocorreu em 21 de outubro de 2012, conforme relato do novo relator do Projeto de Lei, deputado Sarney Filho (Partido Verde/MA). Após ser aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Substitutivo do PL 2.618/2011 passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Após a aprovação na Câmara e tramitação no Senado durante o ano de 2014, a lei foi sancionada no início de 2015 pela então presidenta da República Dilma Rousseff. Foi nítida a atuação das agroestratégias neste processo, visto que os principais relatores do processo nas comissões, deputado Paes Landim (PTB/PI) e deputado Alceu Moreira (PMDB/RS).⁹ Claramente vê-se a atuação das agroestratégias para a promulgação da Lei n.º 13.090/2015.

⁹ O Deputado Alceu Moreira, inclusive, foi o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai/Inkra, que segundo os movimentos sociais, criminalizou mais de cem lideranças populares, agentes públicos e movimentos de luta pela terra e indígena.

A análise sobre o processo de desafetação do PNNRP evidenciou alguns desafios que a sociedade brasileira deve discutir sobre suas áreas protegidas.

- 1) Em todos os casos, não houve consulta às comunidades afetadas. De acordo com representantes da sociedade civil da região consultados durante a pesquisa, estes ficaram sabendo pela imprensa local da desafetação do parque somente após a promulgação da lei. Este foi um dos questionamentos relatados por alguns entrevistados, visto que não há exigência de consulta pública prévia e informada para qualquer tipo de alteração de proteção ambiental no território de uma UC.
- 2) Sempre existem, em todas as propostas de PADDD analisadas na pesquisa, algum interesse econômico envolvido. No caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, este era o caso da Aprochama sobre a área da Chapada das Mangabeiras, que tem interesses em aumento de terras para a produção de soja.
- 3) De certa forma, o PADDD também representa um questionamento não só sobre a legislação de áreas protegidas, mas todo o ordenamento ambiental e territorial brasileiro, visto que há tentativas de sobrepor o direito de propriedade ao direito coletivo de um ambiente equilibrado definido pela Constituição Federal.

Além da contaminação de águas e solo por agrotóxicos na região da Chapada das Mangabeiras, as atuais ameaças à região relacionam-se ao relatado por Favareto (2019): a crescente escalada dos custos da produção de agrícola e a estabilização dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, o que comprime a margem de lucro das empresas, vem levando estas a promover a diversificação da produção. Isto sugere que há interesse por parte das empresas nas áreas dos “baixões” para criação de animais, áreas estas onde se encontram as comunidades tradicionais. Assim, o risco iminente de tentativa de desafetação das áreas baixas do Parque é uma possibilidade, já publicada em alguns meios de comunicação (BORGES, 2019).

Neste sentido, quilombolas e gestores do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba também passam por uma nova fase: a tentativa de defesa dos territórios que promovem a conservação da natureza, ou seja, as áreas protegidas e os territórios tradicionais.

2.4 Considerações finais

A pesquisa “Fronteira agrícola e natureza” revelou que, a despeito de todos os constrangimentos em relação ao PNNRP, ainda assim a Unidade de Conservação, mesmo sendo de Proteção Integral, pode oferecer certa proteção aos territórios tradicionais do ímpeto agressivo do agronegócio sobre as terras do Cerrado. Sem dúvida, tais situações representam oportunidades, tanto para as comunidades como para o órgão gestor, para garantir a proteção ambiental por meio dos sistemas agrícolas tradicionais.

O apetite das agroestratégias e das políticas incentivadoras do avanço da fronteira agrícola no Cerrado vêm causando conflitos e impactos à conservação da natureza bastante evidentes na região. Os processos de PADD existentes no Congresso Nacional e atualmente incentivados pelo Poder Executivo incitam questionamentos em torno das legislações de proteção ambiental brasileiras. Em virtude de um cenário de incertezas, é importante que povos e comunidades tradicionais e setores progressistas da sociedade possam se unir contra os ataques aos territórios tradicionais e às áreas protegidas.

A desafetação de parte do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba pode demonstrar como se dá a atuação das agroestratégias, e como povos e comunidades tradicionais podem promover estratégias de resistência diante de um contexto de ameaças à conservação da biodiversidade. A partir do caso estudado, pode-se refletir sobre os atuais desafios à sociedade brasileira sobre o estabelecimento de áreas destinadas à conservação e aos territórios tradicionais.

Apesar da desconfiança ainda presente entre comunidades quilombolas e gestores do PNNRP, há perspectivas para parcerias entre estes. Para as comunidades, o parque os “protege” com suas fronteiras definidas;

para o parque, ainda que incipiente, parcerias com as comunidades para o uso sustentável dos recursos naturais são bem vistas pelos gestores.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org.). *Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 27-44.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 101-143.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; SHIRAIISHI Neto, Joaquim; MARTINS, Cynthia C. *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luiz: Lithograf, 2005.

BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENSUSAN, Nurit. Diversidade e Unidade: um dilema constante (uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas). In: NURIT, Bensusan (org.). *A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil*. Brasília: IEB, 2014, p. 31-81.

BORGES, André. Confira a lista das 67 unidades de conservação que o governo federal quer reduzir. *Estadão Sustentabilidade*, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,confira-a-lista-das-unidades-de-conservacao-que-o-governo-quer-reduzir,70002868340>. Acesso em: 8 jul. 2019.

BRAGA, Maria Lúcia de S. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: DUARTE, Laura M. G.; BRAGA, Maria Lúcia de S. *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 93-123.

BRASIL. *Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015*. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília, 2015b. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 27 ago. 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.090, de 12 de janeiro de 2015*. Altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, criado pelo Decreto s/n, de 16 de julho de 2002. Brasília, 2015c. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 5 set. 2017.

BRASIL. *Decreto s/n, de 16 de julho de 2002*. Cria o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 15 nov. 2017.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997.

DELGADO, Guilherme C. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DUARTE, Laura Maria G. Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos Cerrados. In: DUARTE, Laura Maria G.; BRAGA, Maria Lúcia de S. (org.). *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 11-22.

FAVARETO, Arilson (org.). *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira de expansão agropecuária no cerrado*. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro diz ter mais poder que Maia por ter ‘caneta para editar decretos’. *Folha de São Paulo*, 28 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/bolsonaro-diz-ter-mais-poder-que-maia-por-ter-caneta-para-editar-decretos.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2019.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LITTLE, Paul. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

LÚCIO, Silvia Laine B. *et al.* dos. As áreas protegidas e o manejo do fogo em sistemas agrícolas tradicionais do Jalapão. *COMBIOERVE Conference Proceedings*, 2016. Disponível em: <https://www.globaldiversity.org/wp-content/uploads/2016/02/EloyL-AmeidadosSantosS-COMBIOERVE-ManejoComunitariodofogoBrasil.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017.

MARQUEZELLI, Nelson. *Projeto de Lei nº 2618, de 27 de outubro de 2011*. Altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins criado pelo decreto de 16 de julho de 2002. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 2 dez. 2017.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, Mauro O. *Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos cerrados (Prodecer)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

PORTAL BRASIL. *Mosaico do Jalapão soma três milhões de hectares*, 30 set. 2016 (atualizado em 3 out. 2017). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2016/09/mosaico-do-jalapao-soma-tres-milhoes-de-hectares>. Acesso em: 28 nov. 2017.

RAMOS, Adriana. Políticas públicas para áreas protegidas no Brasil. In: *A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil*. Brasília: IEB, 2014. p. 153-165.

SANTILLI, Juliana. Áreas protegidas e direitos de povos e comunidades tradicionais. In: BENSUSAN, Nutit (org.). *A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil*. Brasília: IEB, 2014. p. 399-434.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis (IEB/ISA), 2005.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sérgio et al. *The implications of closing civic spaces for sustainable development in Brazil*. IDS and Act Alliance, abril 2019 [mimeo]. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/123456789/14507>. Acesso em: 9 jul. 2019.

STF, Supremo Tribunal Federal. *STF garante posse de terras às comunidades quilombolas*, 08 fev. 2018. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Acesso em: 9 jul. 2019.

VELHO, Otávio G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VIEGAS, Daniel P. O direito territorial quilombola no campo jurídico colombiano e brasileiro. In: GEDIEL, José A. P. *et al. Direitos em conflito: movimentos sociais, resistência e casos judicializados (estudos de caso, v. 2)*. Curitiba: Kairós Edições, 2015, p. 83-102.

WWF-BRASIL, World Wildlife Foundation. *Unidades de Conservação sob risco: ofensiva contra áreas protegidas abrange uma área quase do tamanho de Portugal (Dossiê Brasil: Unidades de conservação sob ataque)*. Brasília: WWF-Brasil, maio 2017.

3

Capítulo 3

Produtos do agroextrativismo do Cerrado e mercados da sociobiodiversidade

Jessica Pereira Garcia¹

Janaína Deane de Abreu Sá Diniz²

Stéphane Guéneau³

Marcelo Souza Alves⁴

-
- ¹ Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) pela mesma universidade. Dissertação com tema Valorização de produtos agroextrativista do Cerrado: comercialização e construção de mercados da sociobiodiversidade, defendida em 2017.
 - ² Doutora em Logística e Estratégia pelo Centro de Pesquisa sobre Transporte e Logística (Universidade Aix-Marseille, França) e em Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (2008) da Universidade de Brasília. Docente permanente do PPG-Mader, na linha de pesquisa Desenvolvimento rural sustentável e sociobiodiversidade.
 - ³ Doutor em Ciências Ambientais pelo Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech); Pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), França. Professor visitante na UFMA (PPGCSoc) e pesquisador colaborador na UnB (CDS).
 - ⁴ Graduado em Administração pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Santos (ESAMC), e mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) pela Universidade de Brasília.

3.1 Introdução

O Cerrado, bioma com alta biodiversidade, abrange cerca de 23% do território nacional e está presente em todas as cinco regiões geográficas brasileiras. É uma savana tropical com alto grau de endemismo e alta taxa de devastação, sendo prioritária a sua conservação ambiental (BRASIL, 2006). As principais atividades de alteração ambiental deste bioma são exercidas pelo agronegócio com as monoculturas agrícolas, pastagens e plantações florestais industriais.

Além da destacada biodiversidade, o Cerrado também abriga populações rurais que compõem seus saberes e culturas a partir da utilização dos recursos da natureza, através de um diálogo constante com os diferentes nichos que formam as mais diversas paisagens do bioma. Porto-Gonçalves (2008) denomina essas populações como “povos dos cerrados”, símbolos de resistência ao modelo hegemônico da produção do agronegócio. Esses povos são compostos por comunidades tradicionais, camponeses e agricultores familiares que se utilizam dos recursos do Cerrado para seu autossustento e para a comercialização de seus produtos, conciliando também algumas características especiais como a pequena escala de produção e a integração da coleta de recursos da biodiversidade do Cerrado com a atividade de produção agrícola e criação de animais, conceito conhecido como agroextrativismo.

A noção de agroextrativismo foi institucionalizada no Brasil a partir da seguinte definição:

[...] combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais (BRASIL, 2009a, p. 2).

Contudo, o termo é pouco usado na literatura, embora existam algumas exceções (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011; DINIZ; NOGUEIRA, 2014; GUÉNEAU *et al.*, 2016; ELOY *et al.*, 2018). Esse termo é uma variação do conceito de extrativismo, que tem sido objeto de várias pesquisas e debates em nível nacional e internacional. A interpretação do extrativismo, na literatura internacional, faz geralmente referência à extração insustentável de recursos naturais. Recentemente, porém, vários autores afirmam que o extrativismo não pode simplesmente ser usado para descrever as formas destrutivas de extração de madeira, de borracha, da mineração, da pesca, entre outros, mas que esse termo tem uma conotação político-econômica forte que estrutura os processos de produção e reprodução do capital (YE *et al.*, 2019). Considerando o exemplo do Cerrado, esses autores ilustram a conceituação político-econômica do extrativismo por meio da transformação dos recursos sociais e naturais do bioma em *commodities* agrícolas (soja, principalmente). Assim, segundo uma parte da literatura recente, o conceito é vinculado com o modo de acumulação que começou 500 anos atrás com a colonização, através da extração de produtos de base nos países colonizados para abastecer a demanda dos grandes centros de consumo no contexto de surgimento da economia capitalista (ACOSTA, 2013), e que se expande atualmente de forma organizada e coerente para se tornar um modelo de desenvolvimento generalizado, a partir de um projeto político apoiado pelo Estado (YE *et al.*, 2019).

A literatura brasileira, ao contrário, insere-se na corrente de pensamento do socioambientalismo (SANTILLI, 2005), que associa o extrativismo às práticas sustentáveis, como um contraponto a práticas mais predatórias de colonização agrícola e conversão de vegetação nativa. Os termos extrativismo e agroextrativismo foram cunhados politicamente a partir dos movimentos dos seringueiros da Amazônia (ALLEGRETTI, 2008; PINTON; EMPERAIRE, 1992) e dos geraizeiros no Cerrado (D'ANGELIS FILHO; DAYRELL, 2006; NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005), respectivamente. Contrariamente à ideia de degradação dos recursos naturais, representam atividades relevantes

em termos socioeconômicos e ambientais nas regiões onde são praticadas. As práticas agroextrativistas, quando bem manejadas, podem contribuir para preservar o Cerrado, ou seja, manter o “Cerrado em pé” (RIBEIRO *et al.*, 2008). Com isso, observa-se que os agroextrativistas cumprem uma função importante de conservação do bioma, atuando como guardiões da biodiversidade (SCARIOT *et al.*, 2014) e, assim, corroborando a conservação para além das áreas legais protegidas em unidades de conservação, que representam apenas 8% do território do Cerrado (BRASIL, 2015).

Os produtos do Cerrado, igualmente aos dos outros biomas brasileiros, são compreendidos como produtos da sociobiodiversidade⁵ e também contribuem tanto para a segurança alimentar e nutricional das comunidades quanto para a economia e o desenvolvimento sustentável local e regional, além da conservação da biodiversidade (DINIZ *et al.*, 2013). A partir dessa correlação entre agroextrativismo e conservação ambiental, a valorização dos produtos do Cerrado vem sendo apontada como um caminho para a conservação desse bioma. Poucos produtos da sociobiodiversidade do Cerrado, porém, são conhecidos e consumidos no Brasil. Alguns estudos buscam entender a gastronomia como meio de valorização dos produtos do Cerrado e compreender o processo de construção de mercados desses produtos (ZANETI; BALESTRO, 2015; GUÉNEAU *et al.*, 2017). Entretanto, para entender o uso desses produtos para os consumidores finais, precisamos conhecer melhor os mercados além de nichos como a gastronomia. Assim, abre-se uma lacuna para pesquisas que analisam os processos de construção social de mercados de produtos da sociobiodiversidade do Cerrado.

⁵ De acordo com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade, estes são definidos como: “Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem” (BRASIL, 2009b, p. 9).

No contexto da agricultura familiar, a análise da construção social de mercados tem destacado o surgimento de mercados alternativos (DAROLT, 2013), caracterizados, entre outros, por cadeias curtas de comercialização (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017). Utilizando-se a NSE (DE RAYMOND; CHAUVIN, 2014) como linha teórica norteadora para a compreensão desse tema, o presente texto propõe-se a aprofundar o tema da construção social de mercados para o contexto de produtos da sociobiodiversidade do Cerrado, a fim de entender como essa dinâmica favorece a comercialização e as formas de valorização desses produtos.

A pesquisa recorreu a uma análise qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de dados, observação participante, observação sistemática com elementos preestabelecidos e análise documental, seguindo as indicações e etapas propostas por Van Campenhoudt e Quivy (2011). O roteiro de entrevista foi construído para cinco tipos de dados: *i*) os pontos de venda dos produtos; *ii*) os tipos de produtos encontrados em cada região; *iii*) o tipo de imagem vinculada aos produtos, demonstrando, assim, o valor a eles atribuídos; *iv*) os atores que comercializavam esses produtos (feirantes, lojistas, agroextrativistas, cooperativas, entre outros); e *v*) a origem desses produtos (de uma cooperativa, de atravessadores ou direto do produtor).

A coleta de dados ocorreu no período de abril a outubro de 2016, nas cidades de Goiânia, Pirenópolis, Cavalcante e Alto Paraíso, em Goiás; Chapada Gaúcha, em Minas Gerais; e Brasília, no Distrito Federal, onde houve uma coleta de dados complementar em junho de 2019. Essas cidades foram escolhidas seguindo o critério de viabilidade da pesquisa (VAN CAMPENHOUDT; QUIVY, 2011). Com isso, os critérios estabelecidos foram: distância das cidades, custo e tempo de deslocamento para chegar aos locais de observação empírica; existência de eventos voltados para a temática do Cerrado ou divulgação de questões culturais dos povos do Cerrado nessas cidades; cidades identificadas na literatura com destaque no consumo ou comercialização de produtos do Cerrado; e empreendimentos (coletivos ou individuais) com destaque de suas marcas nos mercados (SCARIOT *et al.*, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2008; SILVA; PORTO-GONÇALVES, 2008; ANDRADE, 2016; GARCIA, 2017).

Este capítulo é constituído por uma exposição teórica acerca da construção social dos mercados, dentro das contribuições da Nova Sociologia Econômica, seguida pela apresentação e discussão, em primeiro lugar, de uma proposta de tipologia dos mercados de produtos da sociobiodiversidade, e, em segundo lugar, dos principais fatores de explicação da construção desses mercados a partir das experiências de duas cooperativas que se destacam na comercialização de produtos do Cerrado. Por fim, apresentamos algumas considerações reunindo os principais achados da pesquisa e sugerindo outras linhas possíveis de investigação nessa área.

3.2 A contribuição da Nova Sociologia Econômica ao entendimento da construção social dos mercados da sociobiodiversidade

A Nova Sociologia Econômica (NSE) surgiu a partir de questionamentos críticos sobre a teoria econômica clássica, a partir do trabalho seminal de Mark Granovetter (1985). O autor afirma que a ação econômica é uma forma de ação social socialmente situada e que as instituições econômicas são construções sociais (GRANOVETTER, 2007; SWEDBERG; GRANOVETTER, 1992). A partir dessa tese, a NSE buscou se estruturar como abordagem teórica em outras áreas, além das ciências econômicas, e passou a compreender o mercado como uma estrutura social (RAUD-MATTEDI, 2005; STEINER, 2006).

A definição de mercados pode ser entendida a partir de vários conceitos, englobando tanto áreas econômicas quanto sociais. Schneider (2016, p. 97) situa a discussão sobre mercados a partir de três definições: a primeira como “um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias”; a segunda como um “princípio orientador da sociedade e da economia”, assim como é entendido no funcionamento do capitalismo; e a terceira definição como “uma construção social, que resulta de processos de interações entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais”. Com isso, entende-se que o mercado

assume características sociais, fato que traduz uma realidade social que cabe também à sociologia uma análise.

No âmbito da agricultura familiar, no Brasil, Wilkinson (2008, p. 142) observa que a sua trajetória, a partir dos anos 1990, resulta na busca por “alternativas de acessos aos mercados”, para além dos circuitos principais pelos quais já participam, como as redes de mercados, as centrais de abastecimento e agroindústrias de grande porte. Esses mercados alternativos buscam um maior valor agregado para os produtos, além de focar na construção de mercados que valorizam questões sociais, ambientais, políticas, culturais e geográficas. Com isso, a agricultura familiar insere-se nos mercados ditos diferenciados e nos sistemas alimentares alternativos, como os orgânicos, comércio justo, artesanais, produtos de sustentabilidade e de conhecimentos tradicionais (WILKINSON, 2008).

O vínculo entre esses mercados diferenciados e os sistemas alimentares alternativos é estabelecido quando micro e pequenos empreendimentos rurais buscam por espaços autônomos nos mercados, evitando serem apenas fornecedores de matéria-prima para grandes empresas e participando de um mercado de construções influenciadas por atores sociais (WILKINSON, 2002). Dessa forma, os mercados diferenciados vão divergir dos mercados de massa principalmente em relação à qualidade, às suas características, ao público e, sobretudo, em relação aos valores (BALESTRO, 2012). Nesse sentido, os movimentos de regionalização e fortalecimento das fronteiras étnicas influenciam o processo de valorização e consumo dentro de mercados diferenciados, sendo esses movimentos contrários à globalização alimentar e padronização cultural que ocorre de forma progressiva.

Os produtos agroextrativistas do Cerrado estão inseridos principalmente nesses mercados alternativos, abordados por Duarte, Guéneau e Passos (2016) como os mercados agroalimentares alternativos. Para esses autores, as principais características dos produtos do Cerrado para integrar esses mercados se referem a seus valores identitários, socioambientais, culturais e tradicionais.

Schneider (2016) apresenta uma proposta de tipologias dos mercados da agricultura familiar interessante para guiar a compreensão dos mercados para produtos do Cerrado. Nesse estudo, os mercados vão se diferenciar em quatro tipologias que foram baseadas em uma classificação por indicadores pré-selecionados por referências teóricas: *i)* mercados de proximidade; *ii)* mercados locais e territoriais; *iii)* mercados convencionais; e *iv)* mercados públicos e institucionais.

Os mercados de proximidade destacam-se pelas características de trocas interpessoais que vão valorizar mais os aspectos valorativos (valores que são intrínsecos dos produtos) que os de venda por lucro. Dessa forma, a troca é feita por relações de parentesco, reciprocidade e interconhecimento, e, além disso, são realizadas no local. Os exemplos trazidos por Schneider referem-se às vendas diretas porta a porta e às iniciativas de economia solidária nas quais ocorre a permuta de bens e mercadorias.

Nos mercados locais e territoriais, as trocas passam a ser mais orientadas pelas relações de oferta e demanda, mas ainda configura uma economia mercantil simples. Nesses mercados, já é presente a relação de atravessadores e/ou intermediários, possibilitando também a comercialização para ambientes não restritos localmente. Estão presentes, nessa categoria, também os mercados de nicho que abrangem as “marcas” de origem, com os dispositivos formais de valorização dos produtos, como as indicações geográficas e de procedência. Dessa forma, esses mercados vão levar em conta tanto o preço quanto as relações de reciprocidade da mercadoria, então “a reciprocidade e o interconhecimento passam a coexistir com outros dispositivos mistos e justapostos, como preços e concorrências” (SCHNEIDER, 2016, p. 124).

Mercados convencionais são comandados pelos grandes agentes privados, orientados principalmente pela oferta e demanda. Nesses tipos de mercados, são exigidos contratos e outras regulamentações de acordos, como o uso de marcas e percentuais de ganho e direito de propriedade. Esse mercado é caracterizado pela venda de *commodities*.

O quarto tipo apresentado por Schneider corresponde aos mercados públicos e institucionais, representados pelos espaços de trocas,

nos quais os principais agentes são o Estado, os organismos públicos ou as organizações públicas não governamentais. São mercados que possuem alto grau de regulamentação, devido à presença de licitações, leis ou outras regras, possuindo a principal característica de serem regulados pela demanda e a garantia do pagamento, na maioria das vezes.

A apresentação desses quatro tipos de mercados para a agricultura familiar, proposta por Schneider, remete a uma interpretação de que os tipos de agricultores familiares que acessam os diferentes tipos de mercados serão distintos, assim também como o público consumidor que acessa esses mercados será diverso e com características diferenciadas. Nessa classificação, o autor afirma que, além da distinção dos tipos variáveis de agricultores que acessam os mercados, essa tipologia vai diferenciar os mercados pelo “locus e/ou alcance espacial, a natureza ou características dos mercados, as formas de regulação ou controle existentes e os canais de comercialização utilizados” (SCHNEIDER, 2016, p. 126).

Em grande parte, os estudos sobre os produtos do Cerrado estão centrados na cadeia de comercialização de produtos específicos (AFONSO, 2012; MAGALHÃES, 2011) e nas suas formas de valorização (CARVALHO, 2017; ZANETI; BALESTRO, 2015), sendo que ainda se encontram em fase inicial os estudos que buscam compreender os caminhos de formação desses mercados específicos. Com isso, a literatura existente sobre circuitos de comercialização de agricultores familiares direciona igualmente os estudos para encontrar as especificidades dos mercados da sociobiodiversidade, a partir de algumas adaptações ao contexto particular do agroextrativismo. A partir desses aspectos teóricos, centramos nosso quadro de análise nas seguintes dimensões: *i*) tipologia de mercados; *ii*) valores (cultural, social, ambiental) vinculados aos produtos, além do preço; e *iii*) influência dos atores e das suas relações na construção dos mercados. Estendemos o questionamento às perguntas seguintes: quais são os mercados de produtos da sociobiodiversidade? Como caracterizá-los? Como esses mercados (de produtos pouco conhecidos da sociobiodiversidade do Cerrado) foram construídos?

3.3 Tipologia dos mercados de produtos da sociobiodiversidade

A partir das observações em campo nos municípios visitados, foram identificadas diferenças e semelhanças regionais nas formas de comercialização dos produtos do Cerrado. Brasília, por exemplo, é caracterizada por um mercado disperso, o que significa que ainda há uma dificuldade para encontrar um mercado com foco específico nesses produtos nas diferentes regiões administrativas do Distrito Federal. A predominância desses produtos é notada em feiras locais (feiras permanentes e feiras livres), lojas especializadas em alimentos naturais, e em maior diversidade na cooperativa Central do Cerrado, uma cooperativa de segundo grau que congrega 24 organizações em sete estados abrangidos pelo Cerrado.

Entre a diversidade de produtos, foram encontrados: i) produtos *in natura*: jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), mangaba (*Hancornia speciosa*), castanha de baru (*Dipteryx alata*), cajuzinho (*Anacardium humilee*), buriti (*Mauritia flexuosa*); ii) produtos processados/semi-industrializados: farinha de jatobá, açúcar de baru, pequi (*Caryocar brasiliense*) em conserva, buriti desidratado, doce de buriti, polpa de fruta, sorvetes, creme de baru, granola de baru com jatobá, pães, bolos, biscoitos com baru, barrinha de cereal com baru, cagaita (*Eugenia dysenterica*) desidratada, azeite de pequi e coco babaçu (*Attalea speciosa*), além de licores diversos. Alguns produtos artesanais, como conserva de pequi, foram encontrados acondicionados em garrafas plásticas (PET), o que demonstra não haver padrão de qualidade de fabricação, como envaseamento e rótulos com informações dos produtos e prazos de validade. Essa prática de comercialização em garrafas PET é comum na venda de pequi para a indústria, que prefere processar e padronizar o produto em suas instalações, mas também porque os agroextrativistas desconhecem, ou preferem não utilizar, técnicas de transformação, como destacado no estudo de Guéneau *et al.* (2017). Já os produtos que empregam tecnologias industriais de produção foram encontrados em embalagens de vidro, rotulados com prazo de validade bem definidos, com indicação do local de produção de origem. Foi identificado, também, que a

comercialização de produtos à base de frutos Cerrado em Brasília ocorre em grande parte através da compra de outros estados.

Além desse comércio local, Brasília recebe anualmente alguns eventos com a temática do Cerrado, que visam desenvolver o mercado de produtos para o bioma (DUARTE; GUÉNEAU; PASSOS, 2016). Esses eventos podem ser caracterizados como um movimento social-econômico para a construção de redes alternativas de comércio, como destacado por Wilkinson (2016).

Goiânia, assim como Brasília, é uma cidade metrópole e também apresenta grande diversidade em estabelecimentos que comercializam os produtos do Cerrado, como feiras livres, Mercado Municipal, lojas de produtos naturais, empórios, feiras turísticas e restaurantes. Na capital de Goiás, é percebida uma ligação cultural mais forte com relação aos produtos do Cerrado quando comparada a Brasília, cidade mais jovem que possui moradores originários de diferentes regiões do Brasil e exterior, portanto com pouco convívio com a biodiversidade do Cerrado. Enquanto isso, nota-se que a população de Goiânia insere em sua alimentação rotineira alguns dos produtos, principalmente o pequi (OLIVEIRA *et al.*, 2008), atribuindo um valor tradicional ao consumo. O estado de Goiás, em um contexto geral, recebe destaque na produção e comercialização deste fruto do Cerrado, sendo o segundo maior estado produtor do Brasil. Sua produção de pequi em 2017 chegou a 2.623 toneladas, enquanto o Distrito Federal registrou 7 toneladas (IBGE, 2019).

Caracterizada por três segmentos principais de valorização, a comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado em Goiânia concentra a valorização desses produtos a partir do reconhecimento de um produto regional, da associação com produtos naturais e da diferenciação socioeconômica de produtos diferenciados que remete a um consumo vinculado às pessoas de maior poder aquisitivo ou que consomem por *status*.

Com grande destaque por sua forma organizativa e volume de produção, Brasília e Goiânia sediam, respectivamente, as cooperativas Central do Cerrado e a Coopcerrado (SCARIOT *et al.*, 2014; SILVA; PORTO-GONÇALVES, 2008). O destaque dessas duas cooperativas para

a comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado foi nosso objeto de estudo para compreender a construção social desses mercados.

Os municípios goianos de Pirenópolis, Cavalcante e Alto Paraíso possuem como semelhanças mercados locais com feiras livres e pequenos comércios voltados para o potencial turístico da região. Dessa forma, a comercialização dos produtos do Cerrado é feita, geralmente, pelos próprios agroextrativistas, que possuem uma forte relação cultural com esses produtos, a exemplo da comunidade quilombola Kalunga, situada principalmente no município de Cavalcante – GO. A maior parte dos produtos comercializados nas feiras livres dessas cidades apresentam pouca agregação de valor, são comercializados em embalagens simples e reaproveitadas, como as garrafas PET e sacos plásticos transparentes, com pouca ou nenhuma informação em etiquetas. Nessas cidades pequenas, predominam as trocas comerciais características de mercados de proximidade, conforme descreve Schneider (2016).

No município de Chapada Gaúcha – MG, o produto em destaque é o buriti. Nesse município, os agroextrativistas têm origem em comunidades tradicionais que tiram parte do seu sustento das atividades agrícolas e agroextrativistas do Cerrado. A comercialização de produtos do Cerrado nessa região é feita principalmente para a feira livre da cidade e por intermédio da cooperativa da região, a Cooperativa Agrosilviextrativista Sertão Veredas (Coopsertão). Na feira livre, quem comercializa são os próprios agroextrativistas. A presença de uma organização coletiva na região possibilita que os produtores locais atinjam mercados para além do mercado local. A Coopsertão já possui uma venda majoritariamente direcionada ao mercado institucional, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), tendo como produtos destaque as polpas de diversos frutos do Cerrado. Essa cidade sedia anualmente, desde 2001, um evento que busca o resgate da cultura local, o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. O evento possibilita a comercialização e divulgação dos produtos do Cerrado produzidos na região para um público diverso, já que a feira atrai ainda muita visitação turística.

3.3.1 Tipologias de mercados para produtos agroextrativistas do Cerrado

Em um primeiro momento é possível perceber as possibilidades que os mercados alternativos, mercados de nicho e de proximidade podem oferecer ao agroextrativismo por explorarem as qualidades e valores que os produtos do Cerrado possuem, seja por suas características de artesanidade, pelas questões éticas ou por serem produtos dados como sustentáveis, percebidos na comercialização dos produtos do Cerrado na região estudada. Schneider (2016) ressalta as características semelhantes que os produtos da agricultura familiar possuem com relação ao *Slow Food*,⁶ ao comércio justo e aos produtos agroecológicos. Schneider (2016), propondo refletir sobre as tipologias de mercados para agricultura familiar, expõe a relevância da descrição de tipologias não apenas para segmentar as formas de que os produtos são vendidos ou comprados. O autor evidencia a necessidade de explicar “as dinâmicas de interação e processos de diferenciação da categoria social dos agricultores familiares” (SCHNEIDER, 2016, p. 115). Com os produtos agroextrativistas do Cerrado, é possível perceber que já ocorre a inserção em todas as tipologias de mercado propostas por Schneider: mercados de proximidade, mercados locais e territoriais, mercados convencionais e mercados institucionais.

Através da análise baseada nessa tipologia de mercado, observou-se que os mercados para produtos da sociobiodiversidade do Cerrado são mais diversos em mercados locais e territoriais, compreendendo a maior parte dos canais de comercialização encontrados na pesquisa (quadro 1). Percebe-se, então, que as tipologias de mercados agroextrativistas já alcançam uma grande diversidade de tipos de mercado e de canais de comercialização, cuja tendência é de ampliação, constatada nas entrevistas com diversos perfis de empreendimentos

⁶ O Slow Food é um movimento fundado por Carlos Petrini, em 1986. Tornou-se uma associação sem fins lucrativos com apoiadores de 150 países. O Slow Food lida com a ideia do direito a uma alimentação prazerosa com “produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores”. Fonte: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>.

(cooperativas, empreendimentos individuais, comerciantes e agricultores agroextrativistas).

Quadro 1: Canais de comercialização dos mercados agroextrativistas

Tipos de mercados	Canais de comercialização	Valor do consumo
Mercados de proximidade	Cesta para grupos ou individuais	Tradicional Sociobiodiversidade
	Venda direta na propriedade	Tradicional
	Feiras livres	
Mercado locais e territoriais	Empórios	Exotismo/ <i>gourmet</i>
	Mercados turísticos socioambientais	Exotismo Sociobiodiversidade
	Mercados culturais	
	Pontos de vendas coletivas	
	Alimentos naturais	Sociobiodiversidade Convencionais
	Mercados para produtos regionais	Tradicional Convencional Exotismo
	Beira de estradas	Tradicional
Mercados convencionais	Vendas no atacado	Convencional
	Mercado virtual	Tradicional Sociobiodiversidade Exotismo
Mercados institucionais	Venda institucional	Tradicional Convencional

Fonte: Dados de campo – Elaboração dos autores.

Os valores identificados relacionados ao consumo dos produtos do Cerrado se diferenciaram em quatro tipos principais: tradicional, sociobiodiversidade, exotismo e convencional. O consumo tradicional é atribuído a um consumo de cultura local, ou seja, aquele produto já faz parte do hábito alimentar dos consumidores locais. O consumo relacionado aos valores da sociobiodiversidade é a relação que se tem por um consumo consciente, motivado por questões sociais e ambientais ou pela busca de produtos naturais que fogem dos sistemas alimentares convencionais. Os valores de exotismo atribuem ao produto características diferenciadas, sejam elas como um produto *gourmet* e de representação de *status*, ou por estarem em local diferenciado, como em pontos turísticos. E por último, o consumo convencional é atribuído pela ausência de diferenciação do produto, aproximando, dessa forma, os produtos do Cerrado a uma “*commodity* alimentar”.⁷ Sendo assim, ele pode ser substituído por outro produto que seja semelhante em relação às características buscadas.

A relação dos valores de consumo dos produtos do Cerrado está tão atrelada ao tipo de valor que o empreendimento demonstra, que o mesmo produto pode conferir valores de consumo totalmente diferentes. Esse caso pode ser exemplificado por um pacote de castanha de baru comercializado em uma rede de supermercados e em um mercado socioambiental que ressalta a ligação do produto com o bioma Cerrado. No primeiro comércio, o consumo é dado pelo valor convencional, ou seja, o consumidor pode escolher comprar o baru por ser uma castanha, mas caso não haja especificamente castanha de baru no estabelecimento, o consumidor se dispõe a consumir outro tipo de castanha disponível. Já no segundo caso, existe a ligação e valorização do produto como sendo do extrativismo e do Cerrado, logo a motivação da compra será essa e o valor atribuído ao consumo será da sociobiodiversidade.

⁷ No caso dos produtos do Cerrado, o termo *commodity* foi utilizado para referir-se à comercialização a granel, em grande quantidade de produtos pouco beneficiados, como no caso do baru, vendido em larga escala no comércio de castanhas.

Outro fator que não colabora com o destaque dos valores socioambientais dos produtos do Cerrado é a massiva presença de atravessadores em alguns setores de comercialização e em regiões de forma mais frequente, como, por exemplo, as feiras locais e regionais das cidades metrópoles (Brasília e Goiânia). Essas feiras não mais correspondem a canais curtos de comercialização, pois quem atua na venda dos produtos, na maioria das vezes, é um comerciante que recebe os produtos de um atravessador. Com isso, perde-se tanto as relações de reciprocidade (SCHNEIDER, 2016; WILKINSON, 2002) quanto os significados socioculturais que aqueles alimentos podem carregar, indicando assim a atribuição de valor de consumo convencional.

Nesse sentido, a diferenciação dos mercados da agricultura familiar e dos mercados agroextrativistas do Cerrado está na possibilidade da identidade com o território, que é próprio e único da relação com o bioma. Dessa forma, os novos mercados alternativos que envolvem o agroextrativismo estão surgindo a partir de um comércio que identifica e relaciona os valores desses produtos com o bioma e, assim, as inovações nesse setor passam de mercados que se organizavam por regiões ou localidades, identificados, por exemplo, nos mercados para produtos regionais, para a identificação de um comércio que se reconhece com o território do bioma Cerrado.

3.3.2 Construção social dos mercados de produtos da sociobiodiversidade

As cooperativas que mais se destacam no agroextrativismo foram criadas a partir dos anos 1990, contando com diversos incentivos iniciais do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), por meio das chamadas do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), que resultaram no apoio à formação de diversas cooperativas na região de Minas Gerais, por exemplo (CARVALHO; SAWYER, 2008), e que hoje fazem parte da Central do Cerrado. Além disso, nota-se que o surgimento de novos mercados nesse setor a partir de empreendimentos individuais nos mercados de nicho, como é observado em locais turísticos e em lojas especializadas para produtos naturais, também é relativamente

recente. No contexto brasileiro, no mesmo período, o setor da agricultura familiar começou a buscar formas mais autônomas de integração ao mercado, e, com isso, mostrou-se uma tendência de coletivização da produção (como as cooperativas e centrais de comercialização) e o desenvolvimento de agroindústrias artesanais e individuais para exploração de mercados de nicho (WILKINSON, 2008).

A cooperativa Central do Cerrado teve início no ano de 2010, porém, desde 2000, já havia um diálogo entre um grupo de produtores agroextrativistas que se organizavam em cooperativas e que participavam de projetos financiados pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), os Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS). Esse grupo passou a se encontrar em eventos e feiras anuais organizados ao redor da temática do Cerrado e percebeu que as dificuldades de comercialização eram um problema comum a todos, assim como a vontade de ampliar os mercados para além dos mercados locais já estabelecidos em cada região. Dessa forma, logo ficou perceptível que as cooperativas individualmente não conseguiam comercializar seus produtos para garantir uma sustentabilidade financeira.

A partir disso, várias tentativas de ampliar o mercado foram feitas, até que em 2008 ocorreu o primeiro projeto PPP-ECOS com a finalidade de formalizar a central de cooperativas. Após isso, outros projetos e parcerias, por exemplo, com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) somaram saldo organizativo e viabilizaram o alcance de novos mercados. Atualmente a Central do Cerrado possui uma sede administrativa em Sobradinho – DF, conjugada com uma loja de comercialização de seus produtos, vendas *online* e outro ponto fixo de comercialização no Mercado Pinheiros – SP.

A Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado (Coopcerrado), cujo nome comercial é Empório do Cerrado, teve origem na mesma época, em 2000, a partir do diálogo entre comunidades do estado de Goiás que eram assessoradas pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac). A dificuldade principal dessas comunidades também perpassava pela questão da comercialização. Outras questões uniam o

grupo em prol da busca de soluções por intermédio do Cedac, como as dificuldades de acesso aos territórios, a baixa produtividade individual, a pouca agregação de valor aos seus produtos, assim como a falta de valorização dos mesmos no mercado. A Coopcerrado se define hoje como uma organização social, pois, além de trabalhar o mercado a partir da comercialização de produtos nativos, trabalha também na luta pela conquista dos territórios como forma de valorização do Cerrado e, por meio da Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado, forma um elo entre a comercialização, assessoria técnica e luta por territórios.

A conquista de novos mercados pelas cooperativas estudadas foi realizada em um processo de “aprender fazendo”, a partir das diferentes e inovadoras estratégias que foram sendo tomadas, como contado na entrevista com a representante da Coopcerrado. A comercialização de baru, por exemplo, iniciou em Goiânia através da venda para a alimentação escolar, em 2001, antes mesmo da regulamentação do estado em relação à destinação de 30% das compras do Pnae ser originária de produtos da agricultura familiar. Esse processo de venda passou por uma série de conversas e convencimento de substituição de alguns itens na preparação de receitas (como substituir o amendoim e/ou coco ralado por baru e farinha de baru), junto com o trabalho em algumas escolas públicas para a promoção do conhecimento e valorização da alimentação a partir de produtos nativos do Cerrado. E após a implementação de políticas como o Pnae, desde 2010, a Coopcerrado vem participando dos editais e fornecendo baru e outros frutos do Cerrado para diversas cidades goianas.

Ao longo do processo de formação de seus mercados, algumas parcerias somaram valores aos produtos, mostrando necessidades de adaptação e facilitando que os produtos do Cerrado chegassem a mercados diferenciados. Para a Central do Cerrado, a parceria com renomados *chefs* de cozinha brasileiros, por meio da ligação com o movimento Slow Food, impulsionou a cooperativa a desenvolver uma linha de óleos *gourmet* (azeite de babaçu e de pequi) e *mix* com castanhas (castanhas de baru, licuri e pequi) voltados para os mercados diferenciados, com

o apoio de projeto do ISPN. Essa construção de mercados direcionada pela alta gastronomia impulsiona um mercado gastronômico alternativo, que frequentemente é ligado ao turismo (GUÉNEAU *et al.*, 2017) e em Brasília já recebe destaque por um pequeno grupo de *chefs* que utilizam ingredientes tradicionais do Cerrado na elaboração de pratos sofisticados (ZANETI; BALESTRO, 2015).

A experiência da Coopcerrado de alcançar novos mercados também resultou da busca por mercados diferenciados. Seu caminho seguiu por garantir parcerias que possibilitassem uma agregação de valor aos produtos, por meio do processamento e, posteriormente, certificação de produtos orgânicos⁸ e selo da agricultura familiar, garantindo, assim, acesso a mercados que reconhecem esses selos.

A diversidade de valores inseridos por diversos atores na construção dos mercados dessas cooperativas partiu da ideia inicial de conceber a valorização local para depois alcançar outros patamares. Dessa forma, os principais atores de fomento dessas cooperativas, ISPN e Cedac, seguiram essa mesma lógica, seus apoios e incentivos com o intuito de fortalecer a comercialização local para posteriormente buscar outras estratégias de vendas nacionais ou internacionais.

O que se percebe nesse processo de construção de mercados é que o acesso a novos canais, principalmente por redes alternativas, acontece por intermédio da ação de atores (institucionais e pessoas físicas), que facilitam o encontro da produção com os consumidores que estão atentos e desejam tais produtos, demonstrando a influência social nas relações de mercado abordadas na NSE (WILKINSON, 2002). A importância desses atores é dada pelo envolvimento tanto na ação de favorecer esse encontro entre uma oferta qualificada e a demanda por esses produtos (construção da oferta), quanto na criação/abertura de novos caminhos para estimular o consumo de pessoas não sensibilizadas a esses produtos (construção da demanda).

⁸ Além de trabalhar com produtos extrativistas do Cerrado, a Coopcerrado também comercializa outros produtos da agricultura familiar produzidos pelos cooperados, como pimentas, farinha de banana verde e derivados de gergelim que recebem a certificação de alimentos orgânicos participativa por intermédio do Cedac.

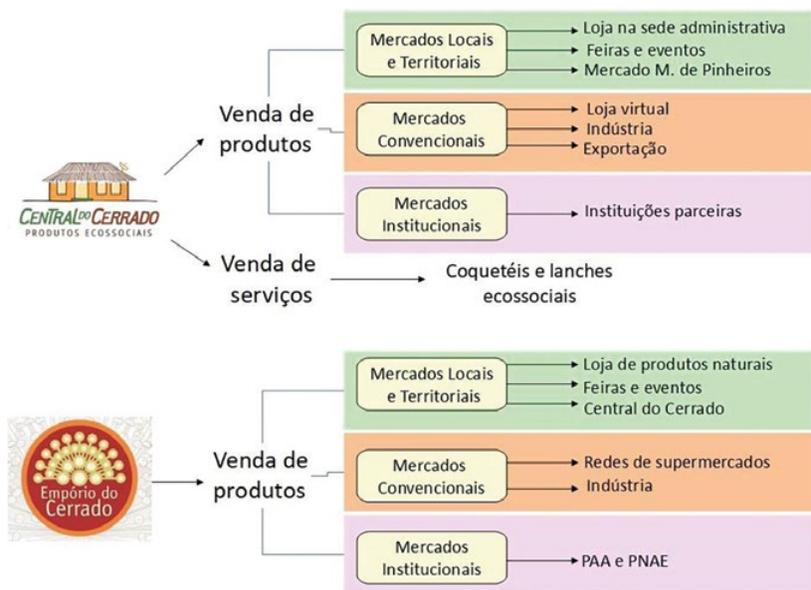
Em relação às estratégias comerciais que cada cooperativa busca, percebe-se que ambas procuram ressaltar o valor da sociobiodiversidade em seus produtos como caminho central de valorização, porém por meio de diferentes métodos (figura 1). A Central do Cerrado compõe uma estrutura com dois segmentos principais de venda, a partir da venda de produtos e venda de serviços, considerando também que, como uma cooperativa de segunda ordem, cada cooperativa vinculada à Central do Cerrado possui uma estrutura de venda própria. A venda de serviços da Central do Cerrado é realizada por meio da comercialização de lanches ecossociais e caracteriza uma grande forma de divulgação e valorização dos produtos do Cerrado, demonstrando o potencial, o valor e a qualidade desses produtos.

Recentemente um avanço na comercialização dos produtos da Central do Cerrado foi a abertura de um ponto comercial no Mercado Municipal de Pinheiros, na cidade de São Paulo – SP. Inaugurado em 2016, esse ponto foi estabelecido pelo vínculo com renomados *chefs* de cozinha⁹ que tiveram como objetivo a revitalização desse mercado com a abertura de boxes representativos dos biomas brasileiros. A Central do Cerrado assumiu a comercialização do box dos biomas Cerrado e Caatinga.

Esses novos movimentos de abertura de mercados alternativos e nichos de mercados são ressaltados por Wilkinson (2016) e representados por três componentes principais. Primeiro, pelas redes alternativas de comércio, que estabelecem novas relações diretas entre consumidor e produtores; seguido pelas certificações de produtos; e, como terceiro componente, pelas campanhas de promoção de comércio justo.

⁹ A revitalização do Mercado Municipal de Pinheiros –SP foi feita através do Instituto Atá, do conceituado chefe de cozinha Alex Atala, e em acordo com a prefeitura da cidade de São Paulo. Nesse mercado, foram abertos quatro boxes representando cinco biomas brasileiros (Cerrado, Caatinga, Pampas, Mata Atlântica e Amazônia).

Figura 1: Estrutura comercial da Central do Cerrado e Coopcerrado



Fonte: Elaboração dos autores.

A Empório do Cerrado pratica, como opção comercial, a venda para grandes varejistas e, com isso, abarca um nicho fora do mercado alternativo, demonstrando o caminho por vezes conflituoso dos sistemas agroalimentares entre as redes alternativas e atores dominantes do mercado (WILKINSON, 2016). A venda para o mercado varejista, como as redes de supermercado, é vista por essa cooperativa como uma oportunidade de garantia financeira pela venda em grandes volumes e por contratos, que nos últimos anos têm demonstrado uma estratégia adequada.

Cada tipo de empreendimento elege formas próprias para valorizar, no sentido de deixar à mostra as qualidades de cada produto, principalmente os valores sociais e ambientais relacionados com a sociobiodiversidade, assim como suas próprias estratégias comerciais para os produtos do Cerrado. Essas formas são representadas por etiquetas informativas, panfletos explicativos, selos e certificações, cartazes para propaganda em pontos de venda, uso de *marketing* virtual e o contato do produtor com o consumidor final.

3.4 Considerações finais

Atualmente os produtos do Cerrado já estão presentes em todos os tipos de mercados identificados para a agricultura familiar no trabalho de Schneider (2016) e demonstram grande potencial de crescimento em diversos canais de comercialização, principalmente naqueles voltados para os mercados diferenciados. Para o surgimento desses mercados de produtos agroextrativistas do Cerrado associados a diversos valores vinculados ao socioambientalismo (preservação do meio ambiente, inserção social das comunidades tradicionais, entre outros), foi e tem sido essencial a atuação conjunta de uma rede de atores nessa cadeia, confirmando as teses de mercados socialmente construídos, sustentadas pelos autores da NSE. Essas redes de atores cumprem diferentes papéis ao longo da construção dos mercados. Dentre as principais ações identificadas, incluem-se: promover acesso ao público e a novos mercados; divulgar os produtos; acrescentar valores; fomentar discussões (políticas e conceituais) sobre o tema; fortalecer os elos de ligação da rede; e promover assistência técnica, comercial, produtiva e financeira.

O maior destaque identificado neste trabalho refere-se ao surgimento e fortalecimento de mercados que carregam valores voltados para a sociobiodiversidade e contrários à globalização alimentar, identificando, assim, um comércio que começa a se reconhecer como território do Cerrado, através da ação contínua de instituições e demais atores que estão empenhados em trabalhar desde o fortalecimento das comunidades agroextrativistas até a sensibilização do público consumidor para a aquisição de produtos dos diferentes biomas.

Assim, o trabalho contínuo das cooperativas, junto à sua rede, demonstra o grande potencial que os produtos do Cerrado têm para alcançar diversos mercados e acompanhar suas inovações, sem deixar de lado as questões socioambientais de preservação do bioma e valorização dos povos do Cerrado por meio, também, de uma remuneração justa, ações essenciais para a manutenção das comunidades agroextrativistas.

Contudo, um dos riscos apontados por vários autores da sociologia dos mercados e dos sistemas alimentares alternativos é a mudança

de escala e as consequências sobre as transformações de valores associados ao comércio de produtos alternativos (LE VELLY, 2017). Uma das tendências que observamos é a entrada progressiva de alguns produtos da sociobiodiversidade como o baru nos mercados convencionais (grandes redes varejistas, exportação de grandes volumes etc.), o que leva à perda da dimensão alternativa associada aos produtos e ao risco de ver o comércio de produtos da sociobiodiversidade se afastar de seu objetivo inicial de propor alternativas de desenvolvimento sustentável para o Cerrado.

Cabe, ainda, ressaltar o papel que o consumidor final pode exercer na escolha de consumo desses produtos. Nesse sentido, ainda falta compreender a influência desses consumidores sob os mercados agroextrativistas e identificar tanto critérios objetivos do perfil de consumo quanto subjetivos em relação aos valores que estão sendo recebidos e traduzidos por eles, buscando um diálogo constante para a valorização dos povos do cerrado, atores principais desse processo.

Mais recentemente, em algumas das cidades selecionadas para esta pesquisa, temos identificado novos atores envolvidos nos circuitos de produção e comercialização dos produtos do Cerrado. São, principalmente, novos e antigos restaurantes que começam a ofertar preparações com ingredientes do Cerrado, mas também merecem destaque algumas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) — mais restritas a Brasília, que passam a oferecer em suas cestas produtos do Cerrado tanto *in natura* como processados. Esses casos não foram objeto da presente pesquisa, mas o crescimento do número de restaurantes e CSA que hoje trabalham com espécies nativas do Cerrado deve ser integrado a pesquisas futuras, assim como as condições que os favoreceram e que põem em risco a sua continuidade.

Referências

ACOSTA, Alberto. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. In: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (ed.). *Beyond Development. Alternative visions from Latin America*. Amsterdam: Transnational Institute, Quito: Rosa Luxemburg Foundation, 2013, p. 61-86.

AFONSO, Sandra Regina. *A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense)*. 162 p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, jul./dez, p. 39-59, 2008.

ANDRADE, Daniquele Pinho. *Ação coletiva de agroextrativistas em circuitos curtos de comercialização de produtos do Cerrado: estudo de caso em Pirenópolis – GO*. 117 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BALESTRO, Moisés Villamil. *Tipos de Valor e o processo de valorização de produtos agroalimentares tradicionais*. 50º Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Vitória: Espírito Santo, 2012.

BRASIL. *Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado*. Programa Cerrado Sustentável. Brasília: Ministério Do Meio Ambiente (MMA), 2006.

BRASIL. *Instrução Normativa Conjunta nº17, de 28 de maio de 2009*. MAPA e MMA. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-conjunta-mapa-mma-no-17-de-28-de-maio-de-2009-extrativismo-sustentavel-organico.pdf/view>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. *Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

CARVALHO, Igor Simoni Homem de; SAWYER, Donald Rolfe. *A cooperativa grande sertão e as riquezas socioambientais do norte de Minas*. ISPN, 2008.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira; DAYRELL; Carlos Alberto. Ataque aos Cerrados: a saga dos Geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. *Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas)*, 222, p. 10-33, abr./jun. 2006.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

DE RAYMOND, Antoine Bernard; CHAUVIN, Pierre-Marrie. *Sociologie économique : histoire et courants contemporains*. Armand Colin, 2014.

DINIZ, J.; NOGUEIRA, M. O agroextrativismo do Cerrado em perspectiva. Panelistas: Aldicir Scariot, João D'Angelis, Luís Carrazza e Sandra Afonso. *Sustentabilidade em Debate*, v. 5, n. 3, p. 137-158, 2014.

DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá *et al.* Agregação de valores a espécies do Cerrado como oportunidade de inserção da agricultura familiar em mercados diferenciados. In: CONTERATO, Marcelo Antônio *et al.* (org.). *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, p. 268-288.

DUARTE, Laura; GUÉNEAU, Stéphane; PASSOS, Carlos. Construção social de mercados e valorização de produtos agroextrativistas do cerrado pelos atores gastronômicos. *Rede de Estudos Rurais*, Natal, 2016.

ELOY, Ludivine *et al.* Alternatives durables pour le biome Cerrado: occupation et usages des territoires par les producteurs agroextractivistes. *Problèmes d'Amérique latine*, v. 4, n. 111, 2018.

GARCIA, Jessica Pereira. *Valorização de produtos agroextrativistas do Cerrado: comercialização e construção de mercados da socio-biodiversidade*. 125 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE electron*, v. 6, n. 1, art. 9 jun. 2007.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, p. 481-510, 1985.

GUÉNEAU, Stéphane *et al.* Construção Social Dos Mercados De Frutos Do Cerrado: Entre Sociobiodiversidade e Alta Gastronomia. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, 2017, p. 130-156.

GUÉNEAU, Stéphane *et al.* *Valorização das práticas agroextrativistas e construção social de mercados: perspectivas para a sustentabilidade do bioma Cerrado*. 2016-07-11/2016-07-12, Lisbonne, s.n., 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Pesquisa extrativa vegetal de 2017*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289#resultado>. Acesso em: 7 jul. 2019

LE VELLY, Ronan. *Sociologie des systèmes alimentaires alternatifs: une promesse de différence*. Paris: Presses des Mines, 2017.

MAGALHÃES, Rogério Marcos. *Obstáculos à exploração do baru (Dipteryx alata Vog.) no Cerrado Goiano: sustentabilidade comprometida?* 241 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista do Cerrado. *Estudos Sociais e Agricultura*, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

OLIVEIRA, Eliane de *et al.* Caracterização do mercado consumidor do pequi (*caryocar brasiliense camb.*), em Goiânia – GO. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, 2008, Rio Branco-AC, *Anais...* Rio Branco, 2008.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. O agroextrativismo praticado pelos povos tradicionais do Cerrado como alternativa de reprodução social econômica e cultural. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-19, 2011.

PINTON, Florence; EMPERAIRE, Laure. L'extractivisme en Amazonie brésilienne: un système en crise d'identité. *Cahier des Sciences Humaines*, v. 28, n. 4, p. 685-703, 1992.

PORTO-GOLÇAVES, Carlos Walter. *Os Cerrados visto por seus Povos: o agroextrativismo no Cerrado*. Goiânia: Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado. Projeto Rede de Agroflorestadores no Cerrado, 2008.

RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política e Sociedade*, n. 6, p. 59-82, Santa Catarina, 2005.

RIBEIRO, José Felipe *et al.* Usos múltiplos da biodiversidade no bioma Cerrado: estratégia sustentável para a sociedade, o agronegócio e os recursos naturais. In: FALEIRO, Fábio Gelapo; FARIAS NETO, A. L. (ed.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 337-360, 2008.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SCARIOT, Adalcir *et al.* O agroextrativismo do Cerrado em perspectiva. DINIZ, Janaína Deane Abreu Sá; NOGUEIRA, Mônica (entrevistadoras). *Sustentabilidade em Debate* 5, p. 137-158, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. *In: MARQUES, Flávia Charão, CONTERATO, Marcelo Antônio, SCHNEIDER, Sergio. Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o Desenvolvimento Rural.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. *In: GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sergio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 9-25.

SILVA, Alessandra Karla da; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Territórios em Rede: a criatividade político-cultural dos Povos do Cerrado. *In: PORTO-GONÇALVES, C.W. (ed.). Os Cerrados vistos por seus povos: o agroextrativismo no Cerrado.* Goiânia: Cedac, 2008, p. 54-74.

STEINER, Philippe. *A Sociologia Econômica.* São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard; GRANOVETTER, Mark. Introduction. *In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (ed.). The Sociology of economic life.* Princeton: Princeton University Press, 1992, p. 1-26.

VAN CAMPENHOUDT, Luc.; QUIVY, Raymond. *Manuel de recherche en sciences sociales.* Paris: Dunod, 2011.

WILKINSON, John. *Mercado, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

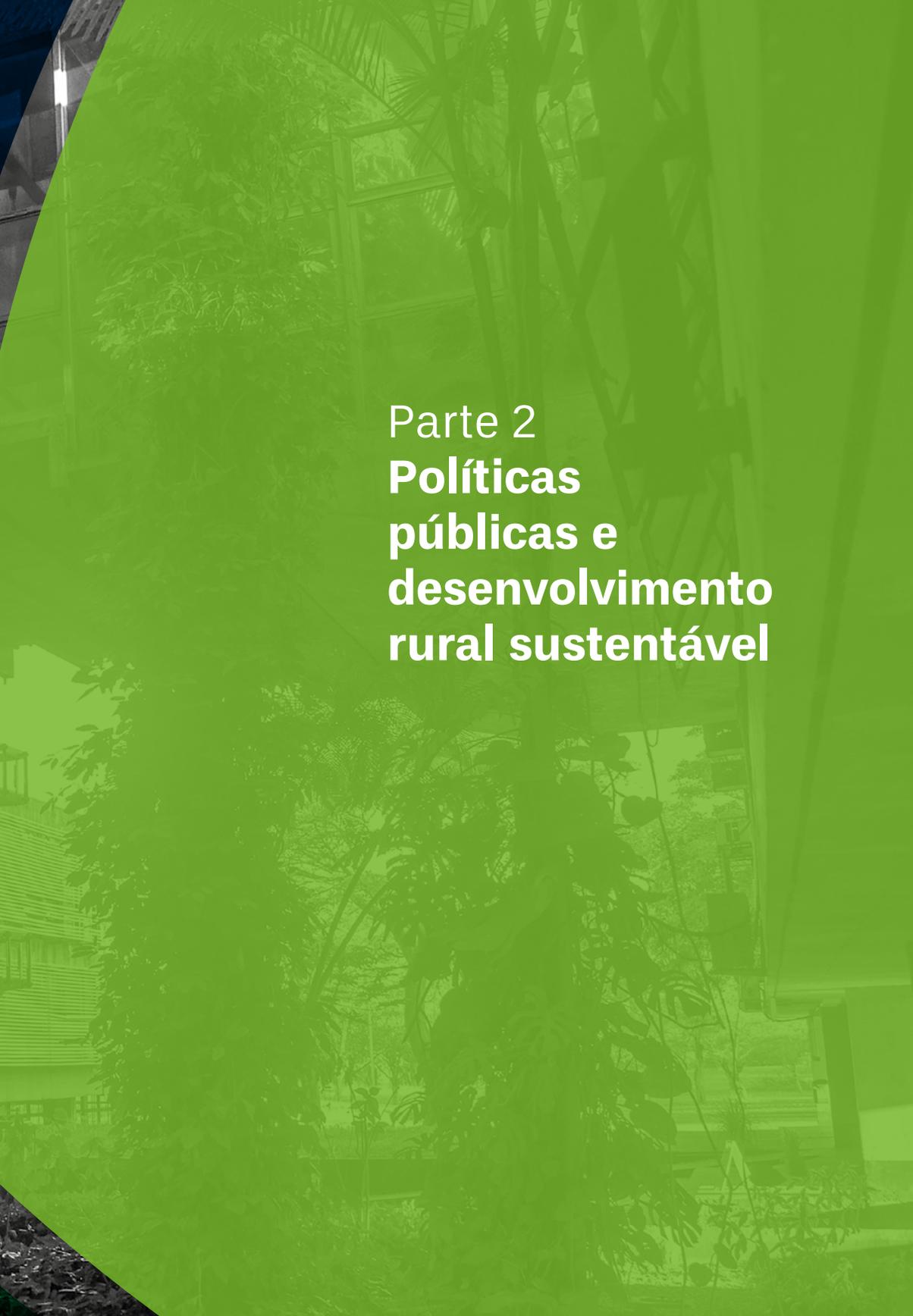
WILKINSON, John. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. *In: MARQUES, F. C., CONTERATO, M. A., SCHNEIDER, S. Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o Desenvolvimento Rural.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 53-73.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE*, v. 23, n. 2, p. 805-824, Porto Alegre, 2002.

YE, Jingzhong *et al.* The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. *The Journal of Peasant Studies*, p. 1-29, 2019.

ZANETI, Tainá Bacellar; BALESTRO, Moisés Villamil. Valoração de produtos tradicionais no circuito gastronômico: lições do Cerrado. *Sustentabilidade em Debate*, v. 6, n. 1, p. 22-3, 2015.





Parte 2
**Políticas
públicas e
desenvolvimento
rural sustentável**



4

Capítulo 4

Integração e sinergia de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: uma análise da política territorial e do Programa de Aquisição de Alimentos¹

Alberto Abadia dos Santos Neto²
Mário Lúcio de Ávila³

-
- ¹ Uma versão preliminar do estudo foi publicada nos anais do evento Rede de Estudos Rurais, de 2016.
 - ² Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), Faculdade UnB Planaltina (*e-mail*: albertounbagro@gmail.com).
 - ³ Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS, UnB) e professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e da Faculdade UnB Planaltina (*e-mail*: avila@unb.br).

4.1 Introdução

A preocupação com o futuro das populações rurais no Brasil, no período de 2003 a 2016, provocou mudanças nas políticas públicas destinadas à agricultura familiar e como estratégia de desenvolvimento, incorporou-se a abordagem territorial para a implementação destas. Para Sayago (2007), o rural brasileiro passou, pela primeira vez, por uma tentativa de alinhar ações e compartilhar dificuldades entre municípios com características semelhantes, reconhecidos no território, que pode ser democraticamente organizado, transcendendo seus limites geográficos e visando a coordenação e sinergia das políticas que alcançam estes espaços.

O objetivo central deste estudo foi compreender, a partir de pesquisas documentais, bibliográficas e entrevistas, com executivos do governo federal e representantes da sociedade civil organizada, se a abordagem territorial pode contribuir para a integração e sinergia de políticas públicas com foco no desenvolvimento rural brasileiro. Trata-se de uma estratégia que sempre esteve na pauta, mas que tem poucas evidências práticas de sua efetivação. Para tanto, o estudo focou a análise em torno do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), do Programa de Territórios da Cidadania (PTC) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

De acordo com Ávila (2011), as políticas territoriais caracterizam-se por uma grande diversidade de práticas, trajetórias e resultados, e a sua implementação enfrenta muitas dificuldades, como a carência de competências locais, fraca governança, múltiplas dinâmicas escalares em um mesmo recorte territorial de ação pública, burocracia, baixo controle social, entre outras. Assim, é necessário que as dinâmicas territoriais sejam analisadas na busca por respostas originais para a identificação de melhores estratégias para a implementação de políticas públicas.

Alguns estudiosos (ÁVILA *et al.*, 2013; INOJOSA, 2001; NASCIMENTO, 2010) e executivos de políticas públicas questionam se realmente isso foi um esforço por parte do governo, principalmente no nível federal — Governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff

(2011-2016) —, ou se ainda é apenas uma estratégia de reconhecida importância, mas não qualificada e pouco desenvolvida.

Ou seja, é importante questionar se, na concepção e implementação de políticas públicas com foco no fortalecimento da agricultura familiar do Brasil, existem evidências de que a sinergia e a integração de ações entre essas políticas têm sido um esforço do governo ou são consequências não planejadas.

A hipótese mais forte é de que isso ainda não é uma realidade, mas que vem sendo pensado como uma saída importante e que precisa ser valorizada, sendo a abordagem territorial um mecanismo balizador e fundamental nesse processo.

O Pronat e o PTC tinham por objetivo mobilizar a sociedade civil e estruturas de governo dos territórios rurais e facilitar a participação social para a definição de necessidades de investimentos em infraestrutura e serviços de formação para os agricultores familiares de 239 territórios rurais reconhecidos pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que fazia parte do, também extinto, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Já com relação ao PAA, que tinha dupla função (comprar produtos da agricultura familiar e disponibilizar esses produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar) entre os anos de 2003 e 2014, o programa beneficiou diretamente cerca de 200 mil agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais por meio da compra de produtos, cuja lista chegou a três mil itens, principalmente alimentos frescos, de época e produzidos localmente (BRASIL, 2015).

Isso justificaria uma abordagem territorial para execução do programa, já que são produtos frescos e o mais indicado é que sejam consumidos próximo ao seu local de produção, o que evita desperdícios e redução da qualidade, além de garantir os circuitos curtos de comercialização, e isso está em consonância com os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O estudo foi realizado entre agosto e dezembro de 2015, iniciou-se por uma revisão de literatura e análises de documentos e bases de

dados sobre os programas. Dessa forma, ao longo do capítulo, serão referenciadas estruturas administrativas presentes no período do governo de Dilma Rousseff.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com executivos da SDT/MDA, da então Secretaria da Agricultura Familiar do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contag) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

O capítulo está estruturado em cinco seções, além da introdução. A primeira apresenta os desafios e o ambiente das políticas públicas no Brasil, em seguida; em seguida, a segunda seção expõe as referências sobre a integração e sinergia de políticas públicas; a terceira seção mostra um histórico resumido do Pronat e do PAA; a quarta apresenta os resultados obtidos nas entrevistas com os representantes de instituições federais, do governo e da sociedade civil, sobre a questão da integração e sinergia entre o Pronat e o PAA; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

4.2 Ambiente das Políticas Públicas no Brasil

Os desafios relacionados ao processo de organização e direcionamento das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sob uma perspectiva territorial são muitos e complexos, principalmente pela necessidade de se atender às heterogeneidades dos vários grupos e povos existentes no meio rural brasileiro.

O termo “política pública” tem sua origem atrelada aos países de língua inglesa, sendo traduzido como *public policy*, vinculando ao sentido da palavra “política” em português. A literatura em língua inglesa diferencia a análise do estudo do fenômeno político em três diferentes dimensões. No entanto, em países de língua originária do latim, como Brasil, Espanha, Itália, apresentam somente um tipo de tradução para o termo, que é “política” (ROSSI, 2013).

A política pública surgiu como um subcampo significativo dentro da disciplina de Ciência Política entre os anos 1960 e 1970. Daniel Lerner e Harold Lasswell são apontados por estudiosos como pioneiros em trabalhos sobre o tema (LIMA, 2012).

No cenário internacional, os estudos e as referências europeias e americanas foram essenciais no desenvolvimento do pensamento crítico para pensar o campo das políticas públicas.

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado (o governo), produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 22).

Há uma enorme pluralidade de pensamentos em torno do tema das políticas públicas. Entretanto, é possível identificar um consenso no entendimento de que as políticas públicas afetam profundamente a vida cotidiana de cada indivíduo na sociedade (LIMA, 2012).

No contexto brasileiro, a década de 1980 foi marcada pelo início das mudanças no ambiente político, que definiram novas formas de atuação do Estado e a liberdade da população. Tais formas derivam, sobretudo, do ressurgimento do ativismo civil na busca por autonomia frente ao Estado autoritário constituído em 1964.

Os dois pontos fundamentais que marcaram esse período de mudanças foram, primeiro, a volta ao Estado Democrático de Direito após vinte anos de governo militar no país, entre 1964 e 1984, o que permitiu a legalização, reorganização e atuação dos diferentes grupos e movimentos sociais; e o segundo ponto a ser considerado foi a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, que institucionalizou uma série de direitos sociais e garantiu a democracia como um princípio básico da ação política nacional (SILVA, 2013).

O impulso maior para os estudos das políticas públicas, no caso do Brasil, ocorreu no fim dos anos 1980, época em que estudos sobre a redemocratização do país e as novas formas de gestão do orçamento público vieram à tona (GELINSK *et al.*, 2008). Entretanto, a falta de mecanismos de coordenação política e planejamento da ação governamental, ainda não permitiu a modernização do aparelho estatal burocrático brasileiro. A articulação entre os entes federativos permaneceu na forma de um conjunto superposto de arenas de negociação e coordenação de políticas, ramificadas vertical, horizontal e setorialmente em cada nível de governo ou área de atuação (IPEA, 2010).

Para Oliveira (2006), no Brasil, especialmente em nível federal, o planejamento ainda é visto como uma coisa quase que estritamente tecnicista dominada por burocratas. Eles assumem que, uma vez tendo o plano certo, a implementação sairá automaticamente. Porém, a realidade tem sido diferente: muitos projetos, programas e políticas falham na implementação como planejado ou não apresentam impactos positivos.

Por isso, Inojosa (2001) defende um planejamento das ações das políticas públicas com bases regionais e sob uma perspectiva intersectorial. E isso implica a lógica de um processo de planejamento diferente, em que o plano faz parte de um processo permanente, que começa com a análise de situação, passa por escolhas estratégicas e faz acordos entre os diversos níveis.

O entendimento do conceito de território contribui para a formulação e execução de políticas públicas e fornece elementos para problematizar diferentes impactos possíveis que um conjunto de ações de uma política nacional acarreta nos territórios, uma vez que permite: definir áreas ou regiões de intervenção com base em indicadores sociais e geográficos; obter diagnósticos mais precisos sobre a infraestrutura e os recursos humanos necessários para a otimização da política, bem como mapear grupos sociais e forças políticas que estão presentes em cada configuração territorial (SILVA, 2013).

Para Cavalcante (2012), em função das particularidades do federalismo brasileiro, é consenso na literatura a necessidade de se observar fatores de ordem institucional como normas constitucionais, estratégias

de indução à cooperação, regras de funcionamento das relações federativas, entre outros. A frase rotineiramente utilizada nas ciências sociais é que “as instituições importam” no estudo das políticas públicas.

No que se refere às políticas públicas, a literatura também reconhece o impacto das instituições federativas. Nesse caso, a análise da distribuição de competências entre os entes federativos, bem como da distribuição de recursos entre eles são, normalmente, o ponto de partida para a discussão. A literatura faz uso recorrente das categorias do federalismo competitivo e cooperativo para promover comparações entre as diferentes federações (FRANZESE; ABRUCIO, 2009).

Os arranjos das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar tomam diversas formas ao passo que representantes da sociedade civil organizam-se para melhor articular seus interesses. Existe uma arena de disputas que precisam ser consideradas, pois, assim, políticas que levem em consideração os recursos, as práticas e os saberes dos agricultores tomarão cada vez mais espaço e a perspectiva territorial pode contribuir muito nesse necessário em busca do desenvolvimento rural.

Portanto, é consideravelmente importante reconhecer o papel das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, essas que começaram a ganhar espaço na agenda pública a partir do final do século XX. A próxima seção tem o objetivo de articular algumas ideias e referências que elucidam sobre a integração e sinergia dessas políticas.

4.3 Entraves para a sinergia e integração de Políticas Públicas com foco na agricultura familiar no Brasil

Em relação às políticas públicas para o desenvolvimento rural, é relevante considerar que o Brasil apresentou um conjunto expressivo de programas e políticas com o objetivo de gerar incrementos de melhoria de vida para grande parte dos agricultores familiares. Porém, frente às institucionalidades e à segmentação da estrutura federativa do país, é muito difícil a ocorrência de uma efetiva integração e sinergia de ações que objetivam um mesmo fim, o fortalecimento da agricultura familiar.

As políticas podem gerar diversas externalidades e uma política pode contribuir com outras, mas isso poderia sair de uma perspectiva da consequência e passar a ser uma estratégia necessária, por meio de um esforço conjunto desde as instituições governamentais, das diversas esferas, até a sociedade civil organizada. Desse modo, a intersetorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil (NASCIMENTO, 2010).

De acordo com Inojosa (2001), é preciso pensar sob o aspecto da teoria da complexidade. Tal teoria trabalha com a compreensão da diversidade. Para tanto, é preciso superar a fragmentação do conhecimento, já que o pensamento de forma setorial ou de forma disciplinar não dá conta de enxergar a diversidade, isso porque os setores específicos e as disciplinas são incapazes, isoladamente, de captar o que está mobilizado em conjunto, ou seja, a complexidade das relações e interações institucionais e sociais. A autora afirma que: “Não adianta prover escola para uma criança se ela não estiver bem alimentada e saudável. Sem um conjunto de necessidades atendidas, ela não conseguirá realizar seu aprendizado e desenvolver-se” (INOJOSA, 2001, p. 103).

Outra estratégia que pode contribuir para a sinergia e maior integração entre as políticas públicas é defender a tese de que o fortalecimento da intervenção em rede nas políticas, numa dimensão de interação, cooperação e parceria entre as instituições, inclusive as privadas, tenderia para um melhor aproveitamento e focalização das ações do Estado em busca, prioritariamente, do bem-estar social (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

De acordo com os estudos de Costa (2003), ao analisar uma política social, que já ocorria há duas décadas, em um contexto urbano, observou-se que os resultados da busca por maior interação com a população, a sociedade civil passou a expressar-se em uma dimensão mais participativa, buscando canalizar as novas demandas sociais e obter uma legitimidade popular maior. A cooperação e a confiança passaram a fazer parte do processo de interação comunitária, em que se devem compartilhar democraticamente os interesses.

Sob essa perspectiva da participação social, a implementação das políticas públicas encontra um cenário plenamente favorável. A partir da experiência de uma política pública exitosa, novas políticas podem se valer desse acúmulo para trilhar caminhos parecidos e sinergicamente articulados com um conjunto de outras políticas, primeiro as que tenham um mesmo fim, como, por exemplo, as políticas que visam o fortalecimento da agricultura familiar. Posteriormente, é possível articular políticas dos mais variados setores.

O caráter competitivo das relações entre os diferentes entes federativos constituiu uma das marcas do federalismo emergente, a partir da nova ordem constitucional brasileira. Assim, considera-se que estruturas federativas tornam mais complexos os problemas de coordenação governamental em função, por exemplo, do sistema pluripartidário brasileiro, o que favorece a formação de coalizões com interesses amplamente diversificados e que seguem diferentes caminhos constantemente (MACHADO, 2007).

A partir dessa leitura, constata-se um grande desafio de ruptura de um paradigma que, nitidamente, dificulta o alcance de algo que deveria ser interesse primeiro dos partidos políticos brasileiros, o Estado de bem-estar social.

Sob esse aspecto, é interessante considerar o caso do PAA e da Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), as duas políticas se complementavam, mas isso ainda não garantiu a sinergia e integração no momento de implementação das políticas, ou seja, a articulação entre ambas poderia melhorar.

Apesar de contemplar eixos estratégicos da política social do país e merecer o reconhecimento do sucesso alcançado, o PAA e o Pnae ainda dependiam de maior coordenação. Trata-se de analisar os desenhos teóricos dos instrumentos de avaliação das políticas e identificar em que medida os objetivos contemplam os efeitos ampliados, ou como as sinergias, a coordenação e a articulação dialogam entre os mesmos níveis de governo, bem como entre os entes federados (ÁVILA *et al.*, 2013).

Para Goulart *et al.* (2010), o entendimento sobre território indica a necessidade de assumir o caráter relacional das articulações que

ocorrem em espaços sociopolíticos construídos por atores sociais e governamentais. E isso é extremamente relevante, no sentido de recuperar a capacidade de planejamento e promoção do desenvolvimento, mediante a formação e a articulação de políticas públicas de âmbito nacional, regional e local.

É preciso tomar muito cuidado para que a abordagem territorial não se transforme em uma inovação por adição (FAVARETO; SCHRÖDER, 2007). Pois, sem a devida mudança institucional capaz de conferir um horizonte estratégico às ações e um caráter efetivamente intermunicipal e intersetorial, tal como preconizado na literatura sobre territorialidade, não há possibilidade de bons resultados dos esforços nesse sentido.

Por isso, esse estudo parte do princípio de que a coordenação das políticas poderia residir numa estratégia de pensar a política territorial como um instrumento essencial. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial poderia abrigar essa responsabilidade e esse esforço é percebido entre os executivos da pasta, entretanto, as resistências são marcantes nesse processo.

A conjuntura de dificuldades e necessidades variadas dos agricultores familiares traçam um panorama de problemas das mais variadas ordens constantemente entre as comunidades rurais, e o território poderia ser um espaço onde há o entendimento de que é possível conformar um público de agricultores que têm potencialidades e dificuldades semelhantes.

4.4 Breves considerações sobre o Pronat, PTC e PAA

A política territorial no Brasil é considerada um marco importante para a dinâmica de interações e ampliação do debate sobre as ações governamentais, junto à sociedade civil organizada ou, mais do que isso, configura uma possibilidade de maior apropriação pelo Estado sobre demandas territorialmente mobilizadas entre e pelas pessoas que compõem diversos territórios de identidade e isso ficou a cargo da SDT no MDA, que nasceu em 2003.

Para o MDA, o território era entendido como um espaço físico com a interação de pessoas e instituições.

O território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003).

Para Abramovay (2005), a noção do território favorece o avanço nos estudos dos espaços rurais, ao menos, em três dimensões básicas:

- 1) a noção de território convida para que abandone a noção estritamente setorial, que considera a agricultura como único setor e os agricultores como únicos atores;
- 2) a natureza teórica dos estudos é ampliada, já que os territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social.
- 3) a noção de território impede a confusão entre crescimento econômico e processos de desenvolvimento.

Entre 2003 e 2007, a política territorial avançou nesse sentido de promover o debate e o incentivo direto para a constituição dos territórios rurais, com seus colegiados devidamente estruturados. Foram definidos 239 territórios rurais abrangendo 3.568 municípios (BRASIL, 2014). Em 2008, observou-se a necessidade de priorizar ações para territórios menos desenvolvidos. Com isso, do total dos territórios rurais, foram

selecionados 120 territórios que passaram a ser chamados de territórios da cidadania.⁴

Surgiu, então, o PTC, sendo um marco importante na trajetória da política territorial brasileira, pois demonstrou mais um avanço no sentido de se pensar, mais efetivamente, a articulação intersetorial de diversas políticas públicas. O objetivo do PTC seguiu os mesmos do Pronat, mas com o objetivo específico de mobilizar, nos territórios selecionados, o acesso a programas e políticas básicas.

A gestão social no PTC era trabalhada pelo governo federal afim de que os agentes sociais, a sociedade civil e o poder público estivessem presentes em todos os momentos, que vão desde a mobilização e a sensibilização daqueles que precisam ser envolvidos, até o posterior acompanhamento e controle social sobre as ações pactuadas (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

Os 120 territórios da cidadania passaram a ser o foco das ações de 22 pastas (órgãos) do governo federal. Contendo em seu conjunto 1.851 municípios, em uma área de 4.527.695,40 km², ou seja, 52,48% do território nacional; a população inserida neste programa é de 42.741.272, ou 23,23% da população brasileira (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

Nesse mesmo contexto, do avanço das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, surgiu o PAA, o mesmo emergiu de uma perspectiva altamente participativa no âmbito das ações do Programa Fome Zero. Segundo Schmitt (2005), a versão final do documento do projeto Fome Zero abordou a problemática da segurança alimentar e nutricional no Brasil e contribuiu para explicitar o conceito de SAN.⁵

⁴ O principal critério utilizado para se definir os territórios da cidadania, foi o índice de desenvolvimento humano (IDH), ou seja, os territórios que apresentavam as médias de índices mais inferiores foram priorizados.

⁵ Atualmente, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia ou conjunto de ações deve ser intersetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, CONSEA, 2015).

O Consea pode ser identificado como o espaço em que o PAA foi abrigado. Após ser restabelecido, o conselho passou a contar com a participação ativa de gestores públicos, representantes dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, organizações religiosas, organizações não governamentais, organizações de defesa do consumidor, intelectuais, organizações vinculadas à segurança alimentar e nutricional, e à agroecologia, e associações empresariais (TRICHES; GRISA, 2015).

À época das demandas do Fome Zero, o Consea tinha Francisco Menezes à sua frente, um especialista de referência sobre o tema da segurança alimentar no Brasil. Para Menezes, o PAA nasceu de uma lógica muito simples.

A lógica do PAA foi: se o Fome Zero exigia mais alimentos para as populações que antes não tinham acesso, alguém tem que produzir. Então, que seja a agricultura familiar. Com isso, um dos problemas da fome começou a se resolver, já que entre esses agricultores familiares também havia situações de fome (FRANCISCO MENEZES, entrevista ao Canal Ibase, 2015).

O PAA inovou ao estabelecer uma união da política agrícola com a política social, possibilitando a articulação das ações entre produção, com incentivos por meio da oportunidade de mercado, bem como a subvenção ao consumo, pelo atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e, ainda, a formação de estoques estratégicos (PORTO, 2014).

Sendo assim, ao longo dos anos de sua operacionalização, o PAA foi ganhando cada vez mais expressividade em termos financeiros, sobretudo à medida que seu papel ganhou importância para a agricultura familiar. Além disso, o PAA foi um programa de relevância para o fortalecimento do associativismo e cooperativismo entre os agricultores familiares. Segundo Queiroz *et al.*, (2016), isso se dá devido à importância que as organizações (associações e cooperativas) têm para o funcionamento do programa.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) representou expressiva parcela na execução dos recursos do PAA, em 2014 foi

responsável pela execução de 58% dos recursos que somaram mais de R\$ 583 milhões nesse ano. Entretanto, essa participação teve fortes declínios. Em 2012, por exemplo, chegou a 70%, ano recorde da operacionalização do programa que chegou a R\$ 839 milhões.⁶

Enfim, uma série de benefícios macros foi percebida ao longo dos anos, sendo que iniciativas como o Pronat, o PTC e o PAA demonstraram capacidade de estruturar melhorias em termos do desenvolvimento rural, da política agrícola e da política social no Brasil.

4.5 Percepções sobre integrações e sinergias entre o PRONAT, PTC e PAA

A efetiva articulação e sinergia na implementação de políticas públicas pode se beneficiar da abordagem territorial. Essa é uma afirmação determinante para definir o debate desta seção do estudo. É preciso entender: essa abordagem vem sendo articulada de forma apropriada? Existem consensos, dessa importância, entre os representantes dos órgãos entrevistados? Essas, entre outras questões, poderão promover um bom debate a partir dos resultados obtidos pelo estudo.

O território é um espaço intermediário entre o Estado e o município, sendo mais adequada para a articulação e integração de políticas públicas, tanto para a oferta de ações multissetoriais vindas de diferentes ministérios e órgãos do Governo Federal, como também para articular projetos estratégicos que possam organizar a economia desses territórios em torno de cadeias produtivas, principalmente (ENTREVISTADO STD-1).

⁶ Essa redução está intimamente ligada às operações realizadas pela Polícia Federal entre 2011 e 2013, a chamada operação Agrofantasma, que gerou certa criminalização do PAA, sobretudo com relação a sua execução via a Conab. Para mais detalhes, ver artigo de Triches e Grisa, “Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e Pnae) a partir da retórica da intransigência”, de 2015.

Confirmando essa noção, no âmbito da SDT, existia uma efetiva apropriação do conceito de *território*, conforme apontado por Abramovay (2005) e Sayago (2007). Sobre a abordagem territorial, é nitidamente reconhecido o seu papel como indutora para facilitação da implementação das políticas públicas. Primeiro, pelo chamado, ganho de escala (conjunto de municípios) e, segundo, pela identificação de potencialidades em termos de cadeias e sistemas produtivos.

Ou seja, no âmbito da SDT e no direcionamento de suas ações, isso foi facilmente identificado, mas a efetividade das ações, nesse sentido, não é percebida pelos outros atores entrevistados.

A política territorial tem muita capacidade de gerar sinergia de diferentes políticas públicas, mas eu não vejo evidências de que isso ocorre de forma direta. Talvez falte um direcionamento para que os colegiados territoriais discutam mais o desenvolvimento rural como um todo. Por exemplo, as conferências de Ater dependem das estruturas dos territórios. E todas as políticas são bem dialogadas e trabalhadas nos territórios, mas por essa ação pontual e que não é contínua (ENTREVISTADO CONDRAF).

De forma pontual, algumas ações eram desenvolvidas no âmbito dos territórios. A Conferência de Ater, iniciada em 2015, é um exemplo disso. Em 2015, mais de 11 mil pessoas participaram das conferências territoriais em 129 territórios, mesmo em um contexto de reestruturação da SDT, é um número importante diante de todas as crises de recursos, política etc. (CONDRAF, 2015).

A Conferência de Ater foi prevista em três etapas: *i*) territorial; *ii*) estadual; e *iii*) nacional. Na etapa territorial, é de responsabilidade dos colegiados mobilizarem a conferência, seguindo um documento de referência elaborado pelo Condraf, no documento, está prevista a discussão do fortalecimento da agricultura familiar com foco nos mercados governamentais, mesmo que de forma genérica.

No âmbito da Contag, também é compreendido que a política territorial pode facilitar um ambiente de maior sinergia e articulação de políticas públicas.

A política territorial é uma estratégia muito forte para construir identidades coletivas para o desenvolvimento, principalmente por meio da articulação de várias políticas, mesmo diante das adversidades dos territórios que muitas vezes deixam seus conflitos negativos impedirem um bom nível de resultados das políticas públicas (ENTREVISTADO CONTAG).

Apesar do entendimento da importância da política territorial, pela lógica de implementação do PAA, isso não se confirma. Sendo assim, a segunda afirmação que emergiu dos resultados da pesquisa é: a lógica da maioria das políticas e dos programas do governo federal não pensa na abordagem territorial como uma estratégia possível para a sua implementação.

[...] especificamente o PAA, na minha avaliação ele sempre andou no paralelo da política territorial, até porque eu acho que teve muito uma relação de definição principalmente da execução via Conab de uma definição por demandas direta com os movimentos, dos projetos sempre serem apresentados dentro de uma pauta muito forte das organizações estaduais e nacionais, então, eu acho que não se criou um mecanismo de subordinação dele no território, talvez o PAA estadual, via governos estaduais e o PAA via município tenha um recorde muito mais de execução territorial de reconhecer ou de adaptá-los as estratégias do território, do que a modalidade doação simultânea executada pela Conab, a forma de operação pelo programa não teve, não é que não teve nada, mas acho que tiveram iniciativas frágeis nesse sentido (ENTREVISTADO SAF).

Portanto, há a confirmação de que as estratégias pensadas para a implementação do PAA seguiram de forma muito independente, de um lado, a Conab, considerando as demandas estruturadas por organizações da agricultura familiar e as de entidades socioassistenciais, e, por outro lado, o governo federal priorizando os pares do governo (governos de estados e prefeituras municipais) para serem as unidades executoras do programa.

“A verdade é que pouquíssimas políticas dependem da política territorial, só Proinf, talvez” (ENTREVISTADO SAF). O que se confirma a partir de depoimentos no âmbito da SDT.

Todas as políticas públicas, com exceção do PROINF, elas não são discutidas nos colegiados territoriais, elas simplesmente são uma oferta do Governo Federal e se dá muito em nível estadual e municipal, nunca pensando elas territorialmente (ENTREVISTADO SDT-2).

Efetivamente, essa é uma crítica contundente que passou a ser utilizada para o contexto da política territorial, o Proinf⁷ tem muito peso no âmbito dos colegiados e ele se torna o grande mobilizador das discussões nos territórios, mas só nos momentos de discutir esses recursos para o investimento em infraestruturas, geralmente, uma vez ao ano.

Na opinião do representante do MDS, o grande problema, por não se ter sinergia e integração entre o PAA e a política territorial, vem desde a concepção de ambas as políticas.

Não houve nenhuma integração no momento da concepção dessas duas políticas, faltou um diálogo para traçar estratégias comuns, o PRONAT ficou mais focado em

⁷ O Programa de Financiamento de Projetos em Infraestruturas e Serviços (Proinf) mobilizou, até 2014, mais de R\$ 1,2 bilhão, perfazendo um total de 6.476 projetos espalhados pelos territórios rurais do país, entre 2003 e 2014. É importante considerar que o acesso a esses recursos só ocorria mediante a participação da sociedade civil em conjunto com os representantes do governo via os colegiados territoriais institucionalizados em cada um dos territórios (BRASIL, 2015).

discutir as infraestruturas para as comunidades. Elas ficaram isolados setorialmente (ENTREVISTADO MDS).

O que pode ser caracterizado é que “o PAA não depende da política territorial para o seu funcionamento. Mas ao contrário, sim. A política territorial depende do PAA” (ENTREVISTADO MDS).

Essa afirmação caracteriza, segundo o entrevistado, que o PAA tem a possibilidade de direcionar uma ação de mercado concreta para os territórios, no âmbito mais prático, acredita-se que o PAA tenha mais capacidade de gerar impactos positivos, no sentido de melhorar a renda dos agricultores e, ao mesmo tempo, de responsabilizar os agricultores pela busca do trabalho coletivo e com organização produtiva.

Essa percepção, na verdade, remete a certo desalinhamento sobre a proposta da política territorial, falta uma maior sensibilidade para entender os objetivos do Pronat, o PAA tem capacidade de gerar esses impactos, mas, sobretudo, no âmbito local ou municipal. A verdade é que ambas as políticas precisam se sintonizar para garantir resultados mútuos e em benefício dos agricultores familiares. É certo que elas são complementares, mas, no cenário atual, não têm grandes interferências entre si. Seria precipitado concordar com o fato de que a inexistência de uma acaba com a outra.

O reconhecimento com relação ao Proinf, mobilizado pela política territorial, por exemplo, foi evidenciado como uma importante ferramenta para proporcionar a melhoria da vida dos agricultores familiares dos territórios rurais e da cidadania. Em geral, a comercialização dos produtos da agricultura familiar foi fortalecida.

Outra estratégia forte da Política territorial foi sobre a importância da organização da produção, você teve casas de farinha, locais para beneficiamento de mel, você teve a importância dos selos de inspeção, pensou-se na garantia de infraestrutura logística para que a produção chegasse aos centros urbanos, enfim, a questão da comercialização foi muito importante (ENTREVISTADO CONTAG).

Talvez, uma visão mais conectada com esse cenário vinha do MDA, mesmo concordando que o PAA dependia muito pouco da política territorial para o seu funcionamento, acreditava-se que, no futuro, a abordagem territorial seria essencial para o programa.

É preciso de um novo PAA, para as novas realidades, e ele deveria ser adequado a uma abordagem territorial, porque a gente conseguiria dar uma moldagem nele à luz das necessidades de cada território do Brasil, porque hoje eu tenho quase que uma regra padrão para implementação do PAA no país inteiro (ENTREVISTADO SAF).

Potencialmente, essa é a grande estratégia, chegou o momento de se articular de forma efetiva a aprendizagem na implementação dessas políticas ao longo desses doze anos. Era necessário um diálogo interministerial para se avançar nesse sentido, a começar pelo MDA e o MDS. No caso do MDA, existia uma iniciativa nesse sentido. “Existe uma sinalização dentro do MDA para que haja integração entre as ações das secretarias do próprio ministério, acredito que, a partir daí, vamos fazer trabalhos com o enfoque no território” (ENTREVISTADO SDT-2).

Na realidade, o problema é muito maior, nem mesmo as secretarias de um mesmo ministério coordenavam sinergicamente suas ações. Era preciso um esforço ampliado para isso acontecer. Estrategicamente, era preciso organizar uma agenda intensa de trabalhos com foco nesse diálogo e na formulação de um planejamento estratégico, primeiro, entre as secretarias de um mesmo ministério e, depois, em conjunto com os demais ministérios que dialogavam e/ou trabalhavam diretamente com foco no desenvolvimento rural.

Na ponta, ou seja, diretamente nos territórios rurais, ainda existia o desafio de ampliar o que um dos entrevistados chamou de competências territoriais.

É preciso uma ampliação das capacidades e das competências territoriais. Precisamos compreender que, para

promover o desenvolvimento territorial, precisamos que a população dos territórios tenha maior acesso à educação em todos os níveis. Nós temos que trabalhar nessa perspectiva. Nossa colaboração é modesta em termos de oferecer capacitação diretamente a esse público, mas as políticas do MDA e da SDT em parceria com o Ministério da Educação podem priorizar programas importantes, como o Pronatec, Pronatec campo, as ações com as escolas famílias agrícolas e as casas familiares rurais, que utilizam a pedagogia da alternância, além de outros programas importantes voltados para a alfabetização de jovens e adultos (ENTREVISTADO SDT-1).

E é isso, segundo o entrevistado, que possibilita a ampliação da participação e da gestão social nos territórios rurais. As lideranças rurais poderão influenciar com mais qualidade a proposição de ações estratégicas e mais adequadas para o desenvolvimento rural, de acordo com as especificidades locais. Sendo assim, isso pode contribuir para gerar um ambiente mais propício para a coordenação conjunta e sinérgica das políticas públicas entre diferentes ministérios, e, também, em conjunto com os governos estaduais e municipais.

Enfim, os resultados obtidos a partir dessa avaliação confirmaram que a abordagem territorial ainda estava sendo articulada de maneira limitada e centrada numa única estratégia: o Proinf. Identificou-se uma forte dificuldade na coordenação de ações sinérgicas entre o Pronat, o PTC e o PAA. Entretanto, o desafio está posto e precisa ser uma prioridade para as entidades representativas da sociedade civil organizada, no sentido de se estabelecer uma agenda de reivindicações com foco em melhorias que possam beneficiar o desenvolvimento rural dos diferentes povos e territórios rurais brasileiros.

4.6 Considerações finais

A partir dos resultados, é possível reforçar o que Oliveira (2006) afirmou sobre a realidade do Brasil na esfera da União. Segundo ele, o planejamento para implementação das políticas públicas não prevê um monitoramento mais intenso de ações, o que ficou evidente no caso do PTC, por exemplo. Goulart *et al.* (2010) chamam a atenção para o fato de que os territórios rurais são um importante espaço para esse planejamento de forma articulada com diversos atores, entretanto o Pronat não facilitou esse processo de forma mais ampliada, com raras exceções de territórios que tradicionalmente são bem organizados.

Os territórios podem ser um espaço para adotar um padrão cooperativo que, por consequência, poderá facilitar sinergias entre entes da federação com a sociedade civil organizada, com vistas a atuarem conjuntamente na formulação, implementação e, sobretudo, no monitoramento das políticas.

Ficou evidente que o gargalo que dificultou, ainda mais, uma possível sinergia e integração do Pronat com o PAA foi o completo distanciamento entre as pastas do MDA e do MDS no momento de concepção dos programas. Ainda que as temáticas fossem complementares, a execução utilizava-se de estruturas diferentes na esfera federal.

É possível confirmar que a integração e sinergia de políticas públicas concebidas em prol do desenvolvimento rural ainda não é uma estratégia utilizada. Havia uma certa instabilidade entre ações estruturadas no âmbito do próprio MDA, o que dificultou, de forma determinante, a superação do viés setorial que o foco na agricultura familiar implicou nesse período no Brasil.

Infelizmente, o debate sobre desenvolvimento rural ficou somente no âmbito das instituições pares e de luta pelos direitos dos agricultores familiares, e muito pouco entre outros segmentos tanto da agricultura como da educação, da saúde e até da segurança pública, para que, efetivamente, as nuances para o desenvolvimento pudessem ser plenamente conhecidas e reconhecidas pelos atores institucionais e sociais dos territórios rurais.

As fragilidades do Pronat e do PTC ficaram mais evidentes, uma vez que o Territórios da Cidadania não conseguiu se encontrar no cenário político dos territórios e nem mesmo no cenário governamental. É fundamental que se discuta o modelo do PTC, suas estratégias em prol da integração de políticas públicas e seus sistemas de monitoramento local visando uma maior sinergia na implementação de suas ações.

Já o PAA teve a sua importância fortemente reconhecida e, de fato, integra duas pontas importantes, da política agrícola e da política social de combate à fome, e, com essa força reconhecida, contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento rural. O PAA poderia ter se beneficiado de maneira determinante da abordagem territorial, o que não aconteceu na prática.

Individualmente, o PAA foi mais eficiente por sua condição imediata de geração de resultados, mas sua potencialidade em promover dinâmicas locais mais fortes se mostrou insuficiente e segue um processo de desestruturação, assim como muitas outras políticas públicas para a agricultura familiar brasileira desde o ano de 2016.

O ano de 2016 ficou marcado na história. Foi um momento de reflexão e balanço dos avanços conquistados no âmbito do governo federal dos últimos 13 anos que esteve sempre à mercê dos diversos interesses e das impropriedades de partidos políticos com viés conservador e com a ideia de que o crescimento econômico deve ser a prioridade. Com a ruptura governamental, observou-se a descontinuidade de todo esse processo e aprendizado com foco no desenvolvimento territorial rural.

O estudo é importante para registrar esses avanços, retrocessos, erros e acertos. À medida que novas janelas de oportunidades aparecerem, estudos como este podem auxiliar a definição de ações estratégicas lideradas pela sociedade civil organizada e por empreendedores políticos que busquem encarar o desafio de facilitar o desenvolvimento rural no Brasil.

É importante estar atento para que esses períodos, de governos conservadores e de extrema direita, sirvam para a ressignificação dos movimentos sociais das cidades e do campo que terão uma pauta intensa ao longo das lutas de resistência e manutenção dos espaços democráticos e de bem-estar social.

O mais importante das contribuições desse estudo é que são evidenciadas fragilidades e necessidades de melhorias para essas políticas, entretanto, é evidente que do ano de 2003 para cá o ambiente para que elas emergissem no Brasil foi extremamente favorável, sobretudo no âmbito do extinto MDA.

Portanto, vale confirmar o papel desse ministério para o desenvolvimento rural do país, por meio da ampliação da participação social, de iniciativas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e da Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica.

Por fim, é salutar propor uma guinada para um novo PAA, assim que possível, com base na execução conforme uma abordagem territorial, com interfaces com as novas dinâmicas do espaço rural, como a agroecologia, as mudanças climáticas e a segurança alimentar. Trata-se de um arranjo essencial para o fortalecimento mútuo de programas com foco na agricultura familiar. Novos estudos sobre essas temáticas são fundamentais, principalmente no âmbito desse ambiente de rupturas e retrocessos sociopolíticos do país.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. *In: ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea Editora, 2005.

ÁVILA, Mário Lúcio. *Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: O caso do Território das Águas Emendadas*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ÁVILA, Mário Lúcio; CALDAS, Eduardo de Lima; ASSAD, Sílvia. Sinergia e coordenação em políticas públicas: o caso do PAA e Pnae. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 7, n. 3, jul. 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). *Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Brasília: MDA/SDT, Condraf, 2003.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). *Relatório da evolução da política territorial de 2003 a 2014*. Brasília: MDA/SDT, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *PAA Data: relatórios dos resultados de 2003 a 2010*. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. *A política faz a diferença? Uma análise comparada dos determinantes políticos do desempenho dos governos municipais no Brasil*. Doutorado (Tese em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia Política*, n. 21, Curitiba, nov. 2003.

FAVARETO, Arilson da Silva; SCHRÖDER, Mônica. Do território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil. *In: Congresso da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural*, n. 45. *Anais...* Londrina: Sober, p. 344-365, 2007.

FRANZESE, Cibele; ABRÚCIO, Fernando. A combinação entre federalismo e as políticas públicas no pós-1988: os resultados nas áreas de saúde, assistência social e educação. *In: ROCHA, Marta (org.). Reflexões para Ibero-América: avaliação de programas sociais*. Brasília: Enap, 2009. p. 25-42.

GELINSKI, Carmem Rosária Ortgiz; SEIBE, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr./out. 2008.

GOULART, Sueli *et al.* Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 8, n. 3, Rio de Janeiro, set. 2010.

IBASE, Canal *online*. Entrevista com Francisco Menezes: *PEC 215 pode agravar problema da fome entre indígenas*. Disponível em: <http://ibase.br/pt/tag/mobilidade/>. Acesso em: 21 dez. 2015.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos FUNDAP*, n. 22, p. 102-110, 2001.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. *Interface (Porto Nacional)*, Edição 5, p. 42-54, out. 2012.

MACHADO, José Ângelo. *Políticas públicas descentralizadas e problemas de coordenação: o caso do Sistema Único de Saúde*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte. 2007.

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 273-288, mar./abr. 2006.

OLIVEIRA, José Roberto *et al.* A gestão social no contexto do programa territórios da cidadania: os casos dos municípios de Braga, Campo Novo e Coronel Bicaco - RS. *APGS*, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 43-65, jan./mar. 2011.

PEREIRA, Karine Yanne Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2013.

PORTO, Sílvio Isopo. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Política Pública de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da agroecologia no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidad Internacional de Andalucía, Programa Oficial de Postgrado – Agroecología, Baeza – Jaén, Espanha, 2014.

QUEIROZ, Rafaella Ferreira Neres *et al.* Agricultura Familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, set./dez. 2015.

ROSSI, Rafael. A perspectiva territorial no debate das políticas públicas: contribuições a partir da problematização geográfica. *GeoGraphos* [en línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, v. 4, n. 33, p. 34-51, 2013.

SAYAGO, Dóris. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. *G&DR*, v. 3, n. 4 (número especial), p. 9-21, Taubaté, SP, Brasil, nov. 2007.

SCHMITT, Cláudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de política agrícola*, ano XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

SILVA, Sandro Pereira. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem Territorial em Políticas Públicas. *Artigos Especiais*, IPEA, p. 549-570, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TRICHES, Rosane Maria; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e Pnae) a partir da retórica da intransigência. *Revista Nera*, ano 18, n. 26, Edição Especial, 2015.

5

Capítulo 5

Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015)¹

Ericka Carneiro Leão de Oliveira²
Mário Lúcio de Ávila³

- ¹ Este capítulo consiste em parte da pesquisa apresentada na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), em abril de 2017, bem como parte desta constituiu artigo apresentado no VII Congreso Internacional de Agroecología, em Córdoba, España, ocorrido nos dias 30 de maio a 1º de junho de 2018.
- ² Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília. Título original da dissertação: Núcleos de Estudos em Agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015).
- ³ Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS e professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (*e-mail*: avila@unb.br).

5.1 Introdução

Desenvolver e incorporar sistemas de produção de alimentos menos impactantes sobre o meio ambiente, economicamente viáveis, socialmente justos e, portanto, mais sustentáveis, é uma forma de garantir a manutenção dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável do país e das suas populações.

A escolha do objeto de estudo teve como motivação, em grande medida, a necessidade de associação da agroecologia, considerada ciência (e conjunto de práticas) de um novo paradigma de desenvolvimento, com o reconhecido potencial do Brasil para as atividades da pesca artesanal e da aquicultura familiar. O Brasil possui condições favoráveis a estas atividades, tanto pela grande diversidade de ecossistemas quanto pelo seu contexto histórico-cultural, no qual as duas atividades compõem modos de vida de milhares de pessoas.

Em contraponto, atualmente, tanto a pesca artesanal quanto a aquicultura familiar, considerando a forma como se desenvolveram, encontram-se em situação de crise: a pesca pelos seus recursos naturais sobre-explorados, pela ausência de um controle mais rígido sobre a atividade e tantos outros fatores associados; a aquicultura por seguir a tendência à adoção de práticas insustentáveis, que visam à intensificação da produção, tal qual ocorre na agricultura. Dessa forma, além de apresentarem grandes impactos ao meio ambiente, ainda são baseadas na concentração dos meios de produção, nas grandes monoculturas e na lógica empresarial de mercado.

A produção de alimentos, ou a sua exploração por meio de atividades extrativistas, geram, invariavelmente, efeitos ambientais, seja na ocupação e fragmentação do ambiente natural, seja na redução da fauna e da flora. Nesse sentido, desenvolver sistemas menos impactantes sobre a natureza, mais sustentáveis e acessíveis a todos é uma forma de garantir a manutenção dos recursos e o desenvolvimento destas atividades e das populações que delas dependem.

A combinação de peixes, crustáceos, moluscos, aves aquáticas, plantas aquáticas e ciliares, e inclusive os animais terrestres cultivados

perto dos taques, podem se mostrar bastante favoráveis, pois se utilizam dos diferentes nichos e alimentos do sistema (MOLLISON, 1991). De forma semelhante aos demais sistemas de produção de espécies vegetais e animais, a pesca e a aquicultura necessitam de tecnologias alternativas para mitigar os problemas causados pelos processos de desenvolvimento convencionais.

Vale salientar que não foram encontrados registros e/ou trabalhos científicos que relacionem os conceitos da atividade da pesca à agroecologia, não havendo uma definição específica em que se enquadre uma “pesca agroecológica”. Entretanto, na pesca artesanal mais que na aquicultura, é possível identificar uma maior aproximação com os princípios e práticas agroecológicas, pois esta atividade se baseia no conhecimento empírico, adquirido e acumulado através de várias gerações.

Na aquicultura, segundo Muelbert *et al.* (2014), existem poucas experiências integrando a produção de peixes em sistemas de base ecológica, assim como as normas para os sistemas orgânicos de produção aquícola são recentes no Brasil.

Após décadas de um processo de debates e construções em torno da agroecologia como novo modelo de desenvolvimento rural, em 2012, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (Pnapo),⁴ que, por meio do seu principal instrumento de execução, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançou a proposta de apoiar a constituição de núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar (NEAs – Pesca e Aquicultura) e o apoio a Núcleos de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura com enfoque agroecológico (Nupas).

Estes núcleos representariam a promessa de se estabelecerem alternativas a fim de promover a transição dos sistemas produtivos existentes

⁴ Vale salientar que, no ano de 2016, após o golpe de Estado sofrido pelo último governo progressista do Brasil, diversas políticas públicas foram abruptamente encerradas, além de diversos órgãos representativos, como o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram extintos.

para processos de produção de base agroecológica e/ou orgânica, contribuindo para a sustentabilidade destas atividades.

No sentido de desenhar os caminhos percorridos na análise desta ação pública, dada a sua importância e complexidade, foram colocadas as seguintes questões norteadoras: *i)* de que modo os núcleos têm atuado no contexto do novo paradigma de desenvolvimento representado pela agroecologia? *ii)* como se deu o processo de concepção, implementação e execução da Política de Agroecologia e como este processo influenciou na formação e implementação dos Núcleos? *iii)* quais as lacunas, limites e desafios enfrentados para a formação e implementação dos Núcleos? *iv)* quais as estratégias utilizadas pelos núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar para a construção, disseminação e promoção da transição agroecológica?

Com base nestas questões, foi composto o objetivo principal desta pesquisa: estudar a inserção da pesca e da aquicultura na política de agroecologia, suas lacunas, limites e desafios, a partir da análise dos núcleos de estudos apoiados pelo Planapo. Da mesma forma, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- 1) estudar as experiências, os conhecimentos e as práticas disponíveis e/ou utilizadas no Brasil para a pesca e a aquicultura, no contexto dos sistemas agroecológicos e de produção orgânica;
- 2) compreender o processo de concepção, a implementação e execução da Política Nacional de Agroecologia, em diálogo com a pesca e a aquicultura;
- 3) analisar o processo de formação e a implementação de, pelo menos, dois núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca e à aquicultura, identificando estratégias adotadas para a construção e o fortalecimento de experiências, conhecimentos e práticas.

A presente pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com análise documental, entrevistas semiestruturadas com gestores dos núcleos e representantes do governo, bem como com observação participante

de eventos promovidos para construção, acompanhamento e monitoramento destes projetos como instrumentos de política pública.

Para o aprofundamento da análise, foram selecionados três núcleos apoiados pelo Planapo. O processo de escolha dos núcleos ocorreu durante participação no II Encontro de Coordenadores dos projetos apoiados pelo Edital n.º 81/2013, na cidade de Brasília – DF, entre os dias 19 e 21 de outubro de 2015. Inicialmente deveriam compor o objeto da pesquisa dois núcleos, sendo um NEA – Pesca e Aquicultura, por estar inserido em instituição de ensino superior, e um Nupa, para conhecer a realidade do projeto em uma instituição de ensino técnico e tecnológico. Além disso, a participação no evento subsidiou a obtenção de dados para apresentar uma análise preliminar acerca da totalidade de núcleos voltados à pesca e à aquicultura.

Dessa forma, o estudo envolveu um NEA – Pesca e Aquicultura no Estado do Amapá, com suas atividades voltadas à pesca e à aquicultura; e dois Nupas no Estado de Santa Catarina, o Nupa do Instituto Federal de Santa Catarina, *campus* Gaspar e o Nupa do Instituto Federal Catarinense, *campus* Rio do Sul, na região Sul, ambos voltados à atividade da aquicultura. Na ocasião do II Encontro, os coordenadores assentiram a realização da pesquisa nos respectivos núcleos, além de concordar em disponibilizar documentos e relatórios relativos à iniciativa estudada.

O método de pesquisa escolhido foi o da análise temática, com a utilização de categorias teóricas, as quais foram agrupadas em dois grandes temas, quais foram: construção do conhecimento, que apresenta a valorização dos conhecimentos tradicionais e locais; e transição agroecológica, com o enfoque nas categorias colocadas para compreender a aquicultura familiar e a pesca artesanal com a perspectiva ecológica, e a internalização entre o que é produzido e os conceitos da agroecologia.

Assim, o presente capítulo traz parte desta pesquisa, apresentada em dissertação de mestrado do PPG-Mader, com a análise dos principais resultados obtidos, assim como resume a inserção da pesca artesanal e da aquicultura familiar na Política Nacional de Agroecologia, instituída no Brasil em 2012, identificando suas estratégias, limites e desafios.

5.2 A política de agroecologia no Brasil na Pnapo

O surgimento da agroecologia no Brasil foi fundamentado nos diferentes tipos de movimentos de agricultura alternativa, em uma ligação intrínseca com os movimentos sociais. Não existem registros acerca de movimentos de agricultura alternativa anteriores à década de 1970, no entanto, segundo Bradenburg (2002, p. 12), “os fundamentos práticos para uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período da modernização”.

Estes fundamentos estavam presentes nos “sistemas de produção baseados na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola” trazidos pelos imigrantes europeus, os quais foram inevitavelmente marginalizados pela política de modernização representada pela Revolução Verde (BRADENBURG, 2002, p. 12).

Além disso, vale considerar, em similar ou maior grau de importância, os saberes dos povos originários, pertencentes e descendentes de povos indígenas, tal qual afirmado por Altieri (2015, p. 7), “conhecimentos e práticas utilizadas pelos indígenas e camponeses da América Central, nos Andes e no trópico úmido constituem as raízes da agroecologia na América Latina”. Segundo Bradenburg (2002, p. 12), estes povos “dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que embora não fosse competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais”.

O Brasil, no campo das políticas públicas de desenvolvimento, vem de uma herança da cultura política manifestada na centralização dos processos de tomada de decisão e no clientelismo das relações, conforme apontam Delgado e Leite (2011). Privilegiam-se os segmentos mais favorecidos e/ou empoderados, criando-se distorções nos objetivos da política, descontinuidade de ações e a centralização das decisões. No intuito de entender as origens desta ação pública, e visualizar a forma como foi desenhada, é necessário evidenciar as políticas e ações que a antecederam.

Estudiosos das mais diversas linhas de pesquisa apontam que as políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil, apesar de partirem de referenciais e períodos distintos, são discutidas e (re)significadas,

dando origem às novas configurações. As políticas públicas traduzem a forma de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais (MOLINA, 2012). Após diversos anos, décadas e séculos de espoliação, primeiramente pelo grande latifúndio sobre o qual foi formado o Brasil, depois pela indústria, pela Revolução Verde e mais recentemente pelo Agronegócio, somente há pouco tempo lograram-se alguns avanços quanto aos direitos ao acesso à terra e a favor dos movimentos sociais do campo.

Acompanhando as discussões e os anseios da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, ações e políticas públicas foram discutidas e implementadas no Brasil, reconhecendo a agroecologia como condição importante para reorientar um novo modelo de desenvolvimento. O ponto crucial destas ações públicas foi representado pelo lançamento, no ano de 2012, da Pnapo, cujo principal instrumento de execução foi constituído pelo primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), ou Plano Brasil Agroecológico (2013-2015). Esta política teve por mote servir à:

[...] ampliação e efetivação de ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas preocupações crescentes das organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais (BRASIL, 2012, s/p).

O Planapo teve por prerrogativa promover a transição agroecológica, envolvendo processos de formação, produção, geração de novos conhecimentos, valorização de conhecimentos tradicionais e demais subsídios considerados necessários ao desenvolvimento rural sustentável. Além disso, transcendeu ao “caráter dual da política agrícola brasileira”,⁵

⁵ Isto é, “a institucionalização de políticas paralelas para agricultura familiar e patronal/empresarial com instituições separadas” (SABOURIN, 2015, p. 610).

como um exemplo de política em que diversos Ministérios e/ou órgãos diferentes colaboram para a sua implementação (SABOURIN, 2015).

Juntamente com as demais políticas voltadas à agricultura familiar, e representando a junção de todas as que a precederam, a Pnapo representa uma nova “era” de políticas públicas e sociais no Brasil (GRISA, 2010).

5.3 A pesca artesanal e a aquicultura familiar e a inserção no Planapo

A primeira regulamentação voltada à produção de animais aquáticos no sistema de produção orgânica foi lançada em 8 de junho de 2011, por meio da Instrução Normativa Interministerial n.º 28. Recentemente, as alterações no Código Florestal Brasileiro, por meio da aprovação da Lei n.º 12.651, no dia 25 de maio de 2012, e as posteriores modificações aprovadas pela Lei n.º 12.272, no dia 18 de outubro de 2012 (BARRETO *et al.*, 2013), apresentam-se potencialmente favoráveis à degradação dos ambientes aquáticos e a tantos outros efeitos que concorrerão para a insustentabilidade da atividade no Brasil.

As políticas para a pesca artesanal e a aquicultura familiar no Brasil, desde o início de sua configuração, atuaram em dois sentidos: o estabelecimento de regulamentações à atividade pesqueira e a concessão de incentivos à produção do pescado nacional (ABDALLAH, 1998; DIAS NETO, 2010). Passaram por diversas fases, sem transcender, no entanto, estas condições em suas ações.

A partir do ano de 2003, quando foi criada a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República (SEAP-PR), que, no ano de 2009, veio a se tornar Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), fica claro o direcionamento das políticas apresentadas para o viés da modernização, do progresso e do desenvolvimento (PÉREZ; GOMÉZ, 2014).

O principal plano de desenvolvimento lançado pela SEAPPR, no ano de 2008, e que continuaria vigente nos anos de 2009 a 2011, denominado Mais Pesca e Aquicultura, apresentou um conjunto de programas

relacionados ao desenvolvimento destas atividades no Brasil, porém concentrou seus esforços apenas no aumento da produção de *commodities* (PÉREZ; GOMÉZ, 2014).

Em contraponto, relacionando-se especificamente à atuação nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, em dezembro de 2006, a SEAP-PR firmou acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) para a implementação da Política de Formação Humana na área de pesca marinha (oceânica), continental (rios e lagos) e aquicultura familiar (MEC, 2016). Por meio desse acordo, foram implementados cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio e de nível superior na área de recursos pesqueiros (MEC, 2016). Pela primeira vez com apoio governamental, foram constituídos núcleos de pesquisa, difusão de novas tecnologias, capacitação de docentes e desenvolvimento de projetos de extensão acadêmica na área de pesca e aquicultura (MEC, 2016).

É neste contexto, portanto, que surge no marco representado pelo Planapo, a iniciativa de se incluir, como meta, o desenvolvimento de uma pesca artesanal e uma aquicultura familiar que possua correlação com a agroecologia. Tanto no contexto da educação quanto da pesquisa e da extensão. A agroecologia, como ciência e bandeira política, poderia abarcar as necessidades dos povos e comunidades que dependem destas atividades, ou mesmo que possam introduzi-las e valorizar as suas práticas tradicionais, no intuito de garantir a sustentabilidade das atividades.

5.4 Núcleos de estudos como instrumentos da Pnapo

De acordo com Lascoumes e Le Gales (2012, p. 20), a instrumentação da ação pública é determinada pelo “conjunto de problemas colocados pela escolha e uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental”. Já o instrumento da ação pública consiste no dispositivo propriamente dito, que é ao mesmo tempo técnico e social, que tem como

papel a organização das relações sociais entre o poder público e seus beneficiários (LASCOUMES; LE GALES, 2012).

Também deveriam fornecer, considerando-se que se trata de instrumento da ação pública, conforme apontado por Lascoumes e Le Gales (2012), um quadro estável de antecipações que reduz as incertezas e estrutura a ação coletiva.

Nos últimos anos, conforme apontado por Massukado e Balla (2016, p. 1), se espalharam pelo país “381 grupos de pesquisa atuando na área e 12.277 pesquisadores, dos quais 3.819 são doutores”. No nível de graduação, há “33 cursos superiores em agroecologia, ofertados por 22 instituições de ensino superior. Deste total, 27 são tecnológicos (82%) e 6 bacharelados (18%), ofertando aproximadamente 1.700 vagas anualmente” (MASSUKADO; BALLA, 2016, p. 2). Em nível de pós-graduação, os cursos específicos já somam 31 cursos de especialização em agroecologia e 9 programas, sendo um doutorado, 6 mestrados 31 acadêmicos e 2 mestrados profissionais (MASSUKADO; BALLA, 2016, p. 2).

Implantar e consolidar núcleos, redes de núcleos e centros vocacionais de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia e produção orgânica nas instituições de ensino superior e médio (BRASIL, 2013) constituiu a iniciativa 5 da meta 12 do eixo do conhecimento do Planapo. A finalidade desta meta foi “fortalecer e ampliar processos de construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, por meio de programas, projetos e ações integrando atividades de pesquisa, ensino e extensão rural” (BRASIL, 2013, p. 69).

Vale considerar que os núcleos de estudos em agroecologia já se constituíam em processos de associação da agroecologia com um novo paradigma que busca redefinir e modificar a essência das ciências agrárias e não somente na criação de cursos formais, mas paralelos aos demais cursos (SARANDÓN, 2002).

Ainda, a ação dos núcleos não se restringe às instituições em que estão inseridos, mas se desdobra em parcerias institucionais, incluindo-se entidades de Ater, prefeituras, governos estaduais, organizações

não governamentais. Exercendo uma influência sobre os territórios já que as ações de capacitação e os cursos promovidos também são voltados a agentes de Ater, além de agricultores(as) familiares dos mais diversos segmentos, estudantes e professores.

Desde o ano de 2010, o governo brasileiro vem apoiando a constituição e manutenção de núcleos de estudos em agroecologia. Esses se configuram em nichos de construção de conhecimento por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia nas instituições de ensino superior e em institutos de educação técnica e tecnológica, selecionados e contratados por meio de editais de chamada pública (ABA, 2016).

Uma das primeiras iniciativas com este viés foi lançada por meio da carta-convite MAPA/MCTI/MEC n.º 73/2010, que apoiou 27 projetos para “Promover a implantação e consolidação de Núcleos de Estudo em Agroecologia na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e nos Colégios Técnicos vinculados às Universidades Federais que tenham cursos de nível médio ou superior na área de ciências agrárias” (BRASIL, 2010, p. 1). Estes núcleos deveriam ser referência para a construção e socialização de conhecimentos relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção.

O segundo edital, ainda em 2010, a Chamada Pública MDA/CNPq n.º 58/2010 financiou 52 projetos com o objetivo de “Apoiar projetos de pesquisa científica e extensão tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento da agricultura familiar do país no âmbito da Pnater” (BRASIL, 2010a, p. 6).

Vale salientar que a utilização das instituições acadêmicas como instrumento pode ter sido influenciada por um movimento específico, que com sua produção de debates e ações sobre o rural, iniciada na década de 90, contribuiu para as discussões e incidiu na construção de políticas e na pauta de muitos movimentos sociais, com a conceituação de um novo paradigma para o desenvolvimento rural (PORTO, 2015).

A partir de 2012, tornou-se uma das estratégias adotadas no Planapo para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, constituiu-se de uma iniciativa específica para apoio a 150 projetos em instituições de

ensino de ensino superior e técnico e comissão instituída pela Portaria n.º 177/2006, a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, formada por 5 ministérios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia; e Ministério do Desenvolvimento Agrário); 34 tecnológicos, que integrem atividades de pesquisa, educação e extensão (BRASIL, 2016).

Nesta perspectiva, o desafio dos NEAs é concorrer para uma educação na qual a complexidade e as formas participativas e interdisciplinares (e transdisciplinares) se sobreponham à, ainda predominante, educação profissional formal, ou o ensino dentro de concepções e organizações pedagógicas tradicionais, no qual o corpo docente tem como base o vínculo com os sistemas de produção agropecuária convencional (BRASIL, 2012). Teria assim, a promessa de se configurar em uma importante estratégia no processo de consolidação do conhecimento da produção baseada nos princípios da Agroecologia e da produção orgânica, atuando efetivamente na articulação dos diferentes atores que o constituem.

Neste contexto, e mais especificamente voltados às atividades da pesca e aquicultura, por meio do Planapo, foram apoiados treze núcleos de estudos, abrangendo doze estados nas diferentes regiões do Brasil. Destes, seis pertencem a instituições de ensino superior (IES) e sete a institutos federais de educação técnica e tecnológica (IFETs). Denominados de acordo com as instituições a que pertencem, respectivamente, como Núcleos de Estudos em Agroecologia voltados à Pesca e Aquicultura (NEA – Pesca e Aquicultura) e Núcleos de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura (Nupa).

Vale considerar que os Núcleos de Estudos em Agroecologia já se constituíam em processos de associação da agroecologia com um novo paradigma que busca redefinir e modificar a essência das ciências agrárias e não somente na criação de cursos formais, mas paralelos aos demais cursos (SARANDÓN, 2002). Portanto, estes núcleos específicos representariam a promessa de se estabelecerem alternativas para promover a transição dos sistemas produtivos existentes, para processos

de produção de base agroecológica e/ou orgânica, contribuindo para a sustentabilidade tanto da pesca artesanal quanto da aquicultura familiar.

5.5 Resultados

A análise dos dados gerais de todos os treze núcleos apoiados pelo Planapo possibilitou constatar que estes abrangeram cerca de 40 municípios brasileiros em suas ações, mobilizando quase o mesmo quantitativo de instituições em torno do projeto. Além disso, pelo menos quantitativamente, contrabalancearam atividades de ensino, pesquisa e extensão (gráfico 1, esquerda). No tocante ao direcionamento para a participação das mulheres e jovens, que, conforme o edital de chamada pública, lançado no âmbito do Planapo, deveria representar pelo menos 30% dos beneficiários e participantes, este percentual chegou a 34% (gráfico 1, direita).

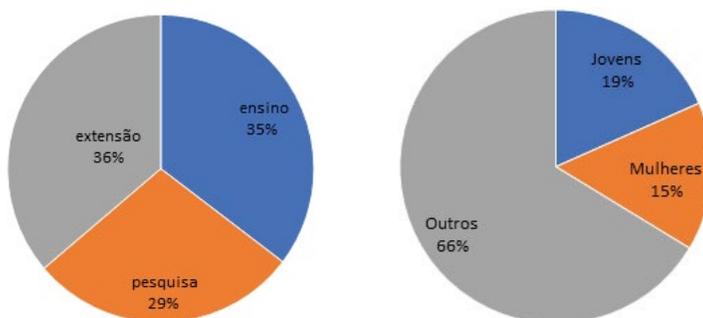
Outro ponto abordado na apresentação aludiu à abrangência da ação dos núcleos, que mobilizaram dezenas de instituições em torno do projeto (OLIVEIRA, 2015). Mencionando-se que estes núcleos estão nas mais diversas regiões do país, é possível entender que há uma capilaridade nas suas ações, no entanto, não há como mensurar os seus efeitos sobre estes municípios sem haver um estudo mais aprofundado sobre os impactos a médio e longo prazo. Além disso, pelo menos quantitativamente, contrabalancearam atividades de ensino, pesquisa e extensão (gráfico 1, esquerda).

Apesar de considerar que o número de atividades realizadas, por si só, não demonstra que a diretriz da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão esteja garantida, é possível inferir que houve a capacidade do projeto ligado à agroecologia em recorrer, na mesma medida, a atividades de ensino, pesquisa e extensão. A junção destas ações corrobora com o que Freire (1996, p. 16) distingue sobre não haver “ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. O autor explica que os “que-fazer” são indissociados. Pois só o ato de ensinar já o obriga a continuar a descobrir e pesquisar. “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo” (FREIRE, 1996, p. 16).

Considerando o direcionamento do Planapo para contemplar às pautas e reivindicações das lutas empreendidas pela juventude rural (BRASIL, 2013a), os núcleos, como projetos de ensino, pesquisa e extensão, teriam a responsabilidade de abarcar ações que oportunizassem a constituição destes espaços de discussão e da atuação. Conforme evidenciado por Barcellos (2014, p. 43), a experiência dos jovens pode ser tomada como fator propulsor da dinâmica da sociedade, e, muitas vezes, se constitui no canal de introdução de mudanças sociais. No entanto, conforme demonstrado no gráfico 1, a participação dos jovens foi pequena (19%) considerando que os projetos estavam inseridos também em Instituições de Ensino Técnico e Tecnológico, portanto de nível médio (OLIVEIRA, 2015).

Com relação ao incentivo à participação das mulheres, este se constituía um dos direcionamentos do Planapo para minimizar as desigualdades de gênero no campo. Constante em uma das diretrizes do plano, a participação das mulheres ganha importância quando se reconhece que são as “principais protagonistas na segurança alimentar e são responsáveis pela produção agroecológica nos quintais e roças próximos da casa” (BRASIL, 2013a, p. 22). Também desempenham o papel fundamental de preservarem e transmitirem, “de geração a geração, sua experiência no manejo da água, produção de alimentos, recursos florestais, solos, sementes, recursos energéticos e técnicas de conservação correspondentes” (BRASIL, 2013a, p. 22). Considerando a ampliação das bandeiras de luta das mulheres como reivindicações vinculadas a um projeto estratégico de desenvolvimento rural, questionando, além de outros fatores, o próprio lugar das mulheres na sociedade (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Gráfico 1: Distribuição das atividades, realizadas pelos 13 núcleos por tipo de atividade



Fonte: Dados do MPA (2015). Relatórios parciais disponibilizados pelo MPA para apresentação durante o II Encontro de Coordenadores (Representação de jovens e mulheres nos 13 projetos) – elaboração própria.

Com relação aos resultados observados acerca da geração de inovações tecnológicas sob o olhar da Agroecologia, uma das ações apontadas por Oliveira (2015) referiu-se à adaptação de um modelo de produção de peixes baseado no policultivo⁶ de tilápias e carpas. Utilizando fertilização orgânica dos viveiros, sem renovação de água, utilizando energia solar para produção plâncton (algas e outros microrganismos). O caráter de inovação na aquicultura aí se apresenta como uma superação ao modelo baseado na monocultura, com a eficiência na utilização dos recursos naturais, o que favorece a transição para a produção orgânica e de base agroecológica.

Entretanto, segundo Bessa-júnior (2010), o policultivo de animais aquáticos já é difundido no Brasil desde a década de 1960, com a criação de peixes e camarões. Da mesma forma, a utilização de fertilização orgânica e de energia solar, nada mais representam que a adaptação de tecnologias já existentes para mitigar impactos negativos da atividade.

⁶ Policultivo é praticado quando mais de duas espécies de peixes com hábito alimentar diferente são cultivadas no mesmo viveiro, explorando melhor as fontes de alimento existentes. Neste tipo de sistema, deve-se estabelecer a densidade de estocagem dos viveiros e a proporção relativa ideais das espécies — principal ou secundária — a serem neles criadas buscando uma maior produtividade (CEPLAC, 2017).

Como inovação tecnológica, se apresentou a experiência de produção de peixes em sistemas de aquaponia, tida como tecnologia inovadora de produção de alimentos que se baseia no meio aquático para o desenvolvimento de técnicas de produção de peixes e hortaliças de forma sustentável (MPA, 2015).

De acordo com Carneiro *et al.* (2015), esta experiência tem-se difundido atualmente como uma modalidade de produção de alimentos com baixo consumo de água e alto aproveitamento do resíduo orgânico gerado e, portanto, gera menos impactos ao meio ambiente. No entanto, apesar de ser novo no Brasil, já possui tecnologia validada há cerca de 20 anos (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Também, pelos núcleos, como inovação metodológica, foi apresentada a experiência de utilizar unidades de observação, instaladas em propriedades rurais da região, em três municípios estrategicamente escolhidos, onde se localizam a maior parte dos piscicultores da região. Os piscicultores que passariam a utilizar a orientação (menor densidade, menos aeração, sem troca de água, e restrição no uso da ração), com melhores resultados para os fatores como qualidade de água e rendimentos econômicos, se tornariam os multiplicadores desta nova abordagem.

O processo ainda estaria em construção à época, no entanto, também não pode ser considerada uma inovação, visto que já era utilizada de diversas formas, como, por exemplo, a experiência da educação agroecológica proposta por Sarandón (2002), com uma oportunidade para que os alunos possam avaliar a sustentabilidade de diferentes sistemas de produção e alimentar a discussão em grupos.

Apresentou-se também, em uma via mais gerencial, a criação de um *software* gratuito para gerenciamento de propriedades familiares de piscicultura, que pode democratizar e contribuir para os processos de gestão, com autonomia dos aquicultores. Considerado fator de modernização, a utilização de *softwares* de gerenciamento está ligada à instrumentação da ação, e, dependendo das suas finalidades, poderá servir a uma lógica emancipadora ou não.

Outro dado evidenciado durante a pesquisa relaciona-se à interface desta ação com as demais políticas públicas e, basicamente, as únicas

políticas acessadas até aquele momento foram as do Programa Nacional de Extensão Rural (PROEXT), promovida pelo MEC; a Chamada de Ater 16/2013 — específica para a Aquicultura Familiar, promovida pelo MPA; e a política de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) em parcerias com os governos municipais (MPA, 2015).

No tocante à identificação de ações que incentivassem à organização social dos beneficiários da política pública, além de construções ligadas à economia solidária, destacaram-se ações como: participação nas reuniões do Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida; articulação de Colônia de pescadores; aquicultores da área do entorno de reservatórios; Movimento dos Atingidos por Barragem; assentamentos, prefeituras e associações; apoio à criação de cooperativa; apoio à criação e consolidação de associações, bem como fortalecimento de eventos como o Dia do Pescador; e promoção de cursos sobre “Associativismo e Cooperativismo” (MPA, 2015).

Nascida e difundida em larga escala pelos movimentos sociais como bandeira de luta por um novo modelo de desenvolvimento, a agroecologia converge com o evidenciado por Arl (2015, p. 85), segundo o qual, “para muito além do movimento institucionalizado, os movimentos sociais atuais são capazes de criar identidades e provocar transformações que envolvem uma maior diversidade de atores sociais”. Por sua vez, esta nova configuração se condensa no constructo da política pública estudada quando esta incentiva largamente a formação de redes⁷ e foi concebida tendo como instância de gestão a representação da sociedade civil (CNAPO).

No indicador ligado à construção do conhecimento, a diversidade de áreas de conhecimento envolvidas nas ações dos núcleos, apesar de a grande maioria dos profissionais componentes do mesmo estarem ligados à área de ciências agrárias, ficou claro que — pelo menos no que se refere à composição do núcleo —, em sua maioria, os núcleos

⁷ Conceito de rede aqui considerado: uma rede é capaz de articular uma diversidade de sujeitos, institucionalizados ou não, e pode incorporar uma significativa heterogeneidade e um bom nível de pluralismo a partir de propostas e estratégias políticas assumidas coletivamente (ARL, 2015, p. 84).

construíram suas estratégias, conceitos e metodologias partindo do conhecimento dos seus beneficiários, incorrendo na função primordial estabelecida na base da agroecologia (CAPORAL, 2009; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2011). Valorizam-se os conhecimentos e as relações da pessoa com o ambiente e a materialização dos seus conhecimentos como conhecimento científico validado e aceito.

No que se refere à transição agroecológica, de acordo com as experiências estudadas, ficou evidente o incentivo e a construção de metodologias no sentido de incorporar a produção em ambientes mais biodiversos, por meio da promoção de sistemas integrados, representados aí pela difusão técnica do policultivo.

Em um olhar analítico sobre as experiências, constatou-se que muito se evoluiu nas últimas décadas em torno dos debates, construção de conhecimentos e consolidação da Agroecologia como ciência e como paradigma de desenvolvimento, culminando, inclusive, na instituição de uma política pública que abarcasse as mais diversas frentes relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Contudo, por se tratar de uma política residual, ou que depende de diversos outros fatores estruturais, esta evolução ainda se dá em bases frágeis. No tocante à relação das atividades da pesca artesanal e da aquicultura familiar em diálogo com este campo científico, constatou-se que, permeadas por processos de desenvolvimento semelhantes ao modelo difundido na Revolução Verde, somente muito recentemente teve início a contribuição (principalmente na educação, pesquisa e extensão) para a construção de formas de desenvolvimento mais sustentáveis. Não por livre e espontânea condição, mas empurrados pela degradação dos ambientes e progressiva escassez dos recursos naturais.

Entretanto, foi possível reconhecer que a pesca artesanal se mostrou mais próxima do contexto da agroecologia, por envolver comunidades tradicionais, portadores de riqueza em conhecimentos tradicionais, que se relacionam às formas de vida que se põem na contracorrente do modelo hegemônico. Ainda assim, ao mesmo tempo, é a que mais apresenta precariedade de dados que contribuam para diagnosticar seu imbricamento com novas formas de desenvolvimento.

A aquicultura, por sua vez, dá sinais de extenuar seu apoio nas grandes monoculturas e na centralização dos meios de produção, direcionando-se às formas integradas de produção e a compor ambientes complexos, relacionados à produção orgânica e de base agroecológica. É neste contexto que surge, no marco representado pelo Planapo, a iniciativa de se incluir como meta o desenvolvimento de uma pesca artesanal e uma aquicultura familiar que possua correlação com a agroecologia, tanto no contexto da educação como da pesquisa e extensão.

A agroecologia como ciência e bandeira política, para abarcar as necessidades dos povos e comunidades que dependem destas atividades, ou mesmo que possam introduzi-las no intuito de garantir a sustentabilidade. No desenvolvimento da presente pesquisa, que envolve todo o contexto exposto, foi possível concluir que os mecanismos e as estratégias utilizadas na concepção, implementação e execução desta iniciativa do Planapo tiveram objetivos e atividades claramente definidas, estas estiveram em constante ligação com a sociedade civil e com os seus gestores como influenciadores e influenciados por esta construção.

No que se refere à ação específica de núcleos voltados à pesca e à aquicultura, por meio do canal de diálogo estabelecido, constituiu-se a possibilidade de relacionar ação já existente (no caso dos Nupas) e de criar novas ações (no caso dos NEA-Pesca e Aquicultura) que confluíram para o caminho do novo paradigma de desenvolvimento representado pela Agroecologia.

Em análise às experiências estudadas, constatou-se que estas objetivaram, primordialmente, no tema da construção de conhecimento, a valorização do saber popular e a articulação deste saber com o saber científico. É evidente também que, em grande medida, as experiências se construíram a partir da realidade dos territórios em que estavam inseridos e que possuem como pilares os princípios da educação em agroecologia.

Evidenciou-se que, em sua grande maioria, os núcleos contaram com parcerias nos territórios, o que facilitou a construção coletiva, e prezaram pela interdisciplinaridade na construção dos seus processos formativos, investigativos e nos processos de comunicação. No entanto, ficou claro que a vontade e a iniciativa do principal ator/articulador — representado

pelo coordenador e/ou coordenadora dos núcleos — prevalece, no intuito de resistir às pressões ao trabalho de transformação empreendido pela nova lógica de desenvolvimento que cerca a agroecologia.

O mesmo território que apoia também pressiona a convalescer. Considerando que, em um território, há uma diversidade de atores, com interesses distintos. As principais pressões ao convalescimento dos projetos tiveram como protagonistas agentes do desenvolvimento hegemônico, tais como representantes de indústrias e de grandes produtores. Mesmo ocorrendo em regiões, territórios, instituições e até ambientes diversos, as pressões sentidas pouco se diferenciaram.

Com relação à transição agroecológica e ao processo de internalização do conceito de agroecologia, ficou evidente que os núcleos estavam abertos ao diálogo com a ciência e as práticas da agroecologia, tendo importante papel na construção do debate agroecológico na região, sem, no entanto, indicar ou utilizar esta denominação em um primeiro momento. Somente após uma construção inicial, com apresentação de alternativas, foi abordado o tema sob esta nova perspectiva.

Dessa forma, existe uma dificuldade em discernir, das experiências estudadas, quais poderiam incorrer na apropriação indébita dos conceitos e na confluência perversa do chamado “pacote verde”.

No campo e na ciência, foram encontradas diversas tecnologias agroecológicas, relacionadas às áreas de fertilização orgânica; sistemas de produção, tecnologias sociais; técnicas e insumos alternativos, consórcios agrícolas; controle biológico e microorganismos; invenções e conhecimento tradicional; espécies nativas; e o trabalho com enfoque em ações de promoção da saúde.

5.6 Considerações finais

Assim, considera-se que a criação de NEAs – Pesca e Aquicultura e Nupás com enfoque agroecológico constituiu um grande avanço no caminho de contemplar os vieses em que deve estar embasada a construção de uma nova realidade para a sustentabilidade: o ambiental, o social, o econômico e o político, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esses núcleos encontram-se no processo de construção que os NEAs, essencialmente agrícolas, já vêm realizando há alguns anos. Esta atuação está baseada na articulação de entidades representativas, dos pescadores artesanais e aquicultores familiares, e instituições, para o desenvolvimento de ações conjuntas de formação de técnicos; de capacitação e profissionalização de pescadores(as) e aquicultores(as); na geração de produtos e processos alternativos, bem como na troca de experiência e na divulgação de estudos e pesquisas que possam responder aos problemas que atingem esses grupos, promovendo, dessa forma, melhorias significativas em suas atividades e repercutindo positivamente no processo de inclusão social desses trabalhadores.

Os desafios, as lacunas e os limites identificados na pesquisa estão relacionados a problemas estruturais e institucionais de implementação de políticas públicas do país, que continua baseada na burocratização dos processos. Além disso, sem dúvida, transformar sistemas convencionais com este contexto de desenvolvimento necessita de mudanças graduais que, por sua vez, necessitam de janelas de oportunidade abertas para o diálogo e a construção participativa.

Por fim, vale ponderar que um dos maiores desafios à realização deste trabalho talvez tenha sido a tentativa de relacionar três universos bastante amplos: o da pesca, o da aquicultura e o da agroecologia, como ciência e paradigma. Considerando que destes, e da sua evolução no Brasil, transcende um contexto muito mais complexo e, ao mesmo tempo, ainda em construção.

Em um olhar analítico sobre as experiências, constatou-se que estes núcleos conjugam (ou conjugaram) esforços para promover a transição agroecológica das atividades da pesca artesanal e da aquicultura familiar ainda de forma incipiente, quando comparada à transição dos modelos de produção agrícola. No entanto, possuem (ou possuíam) significativa capacidade de ampliação e da construção dos debates, conceitos e práticas com base no novo paradigma de desenvolvimento rural representado pela agroecologia.

Referências

ABA. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/oficina-impactos-dapolitica-de-nucleos-de-estudos-em-agroecologia-apresenta-um-resumo-da-situacao-atual-e-asperspectivas-da-politica-publica-para-o-proximo-periodo/>. Acesso em: 29/11/2016.

ABDALLAH, Patrícia Regi. *Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ALTIERI, Miguel. Breve reseña sobre los orígenes y evolución de la Agroecología en América Latina. *Agroecología*, v. 10, n. 2, p. 7-8, 2015.

ARL, Valdemar. Momentos expressivos de aproximação e tensão entre o campo popular e estatal. In: DAMBRÓS, Olivo; ARL, Valdemar (org.). *Da extensão rural à construção social do conhecimento: um desafio para o desenvolvimento local sustentável*. 1ª ed. Laranjeiras do Sul, 2015.

BARCELLOS, Sérgio Botton. *A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2014.

BARRETO, Alberto Peireia *et al.* Efeitos da aplicação do novo Código Florestal sobre o pequeno produtor e a viabilidade ambiental da agricultura familiar. In: CAMPOS, Silvia Kanadani; NAVARRO, Zander Soares de (org.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* 264 p, 24 cm. Brasília, CGEE, 2013, p. 233-262.

BESSA-JUNIOR, Ambrósio Paulo *et al.* Sustentabilidade do policultivo de peixes e camarões. *Boletim da Sociedade Brasileira de Limnologia*, v. 38, n. 2, p. 1-6, 2010.

BRADENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 11-28, Editora UFPR, 2002.

BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo 2013-2015*. Brasília, DF, MDS; CIAPO, 2013.

BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, Secretaria Executiva. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo – Relatório de balanço 2013-2015*. Brasília, ago. 2016.

BRASIL. *Carta Convite MAPA/MCTI/MEC nº 73/2010*. Convite às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e aos Colégios Técnicos vinculados às Universidades Federais para apresentação de projetos de Núcleos de Estudo Em Agroecologia. Brasília, MAPA; MEC; MCTI, 2010.

BRASIL. *Chamada Pública MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013*. Brasília, 2013a.

BRASIL. *Chamada Pública MDA/SAF/CNPq – Nº 58/2010*. Seleção pública de propostas de pesquisa científica e extensão tecnológica para Agricultura Familiar no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. MDA, SAF, CNPq, Brasília, 2010a.

BRASIL. *Decreto nº 7.794*, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio (org.). *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. 1ª ed. Brasília: MDA/SAF, 2009.

CARNEIRO, Paulo César Falanghe *et al.* Produção integrada de peixes e vegetais em Aquaponia. 27 p. II. *Documentos 189 Embrapa Tabuleiros Costeiros*. Aracaju, Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2015.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. *Revista Dados*, v. 54, n. 1, 2011.

DIAS NETO, José. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. *Revista CEPSUL: Biodiversidade e Conservação Marinha*, v. 1, n. 1, p. 66-80, Brasília, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. (Coleção Leitura). São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Introducción a la Agroecología, Cuadernos Técnicos SEAE. Série: *Agroecología y Ecología Agraria, Sociedad de Agricultura Ecológica – SEAE*, 2011.

GRISA, Cátia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate*, v. 1, p. 83-109, 2010.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ci. Soc.*, v. 9, n. 18, p. 19-44, 2012.

MASSUKADO, Luciana Miyoko; BALLA, João Vitor. Panorama dos cursos e da pesquisa em agroecologia no Brasil. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, out. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308969598>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pesca-e-aqueicultura-familiar/265-programas-e-acoes1921564125/pesca-e-aqueicultura-familiar-472516439/12297-saiba-mais-pesca-e-aqueicultura-familiar> Acesso em: 20 dez. 2016.

MOLINA, Mônica C. Políticas Públicas. In: CALDART, Rosely *et al.* (org.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MOLLISON, Bill. *Introducción a la Permacultura*, Tyalgum, Austrália, Tagari Publicación, 1991.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab; FREITAS, Lima de. *Carta da transdisciplinaridade*. Portugal, Convento da Arrábida, nov. 1994.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. *Dinâmica Econômica da Aquicultura e Pesca*. Florianópolis, 2011.

MUELBERT, Betina *et al.* 16561 – *Situação e análise das normas brasileiras de certificação orgânica para a criação de peixes*. Artigo 1º Seminário de Agroecologia da América do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/16561/10554> Acesso em: 23 jan. 2016.

OLIVEIRA, Ericka C. Leão de. *Análise dos relatórios parciais dos resultados dos núcleos de pesca e aquicultura com enfoque na agroecologia apoiados pelo Edital MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013*. Apresentação Oral realizada durante o II Encontro de Coordenadores de Núcleos do Edital nº 81/2013. Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Rafael C. de. O panorama da aquicultura no Brasil: a prática com foco na sustentabilidade. *Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 2, n. 1, fev. 2009. Disponível em: <http://www.intertox.com.br/phocadownload/Revinter/v2n1/rev-v02-n01-05.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2016.

PÉREZ, Mercedes Solá; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. *Políticas de desenvolvimento da pesca e a aquicultura: conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagui. Paraná, Brasil. Soc. & Nat.*, v. 26, n. 1, p. 37-47, 2014.

PORTO, José Renato Santana. Desenvolvimento territorial: origens, trajetórias e sua influência nas políticas públicas de desenvolvimento rural. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n.1, p. 145-111, jan./jun. 2015.

SABOURIN, Eric; SAMPER, Mário; MASSARDIER, Gilles. As políticas de desenvolvimento rural na América Latina em perspectiva. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 595-616.

SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Claudia Cecília. La insostenibilidad del modelo de agricultura actual. *In*: SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Claudia Cecilia. *Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables*. 1ª ed. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SARANDÓN, Santiago Javier. Incorporando el enfoque agroecológico en las Instituciones de Educación Agrícola Superior: la formación de profesionales para una agricultura sustentable. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 2, p. 40-48, 2002.

SIDONIO Luiza *et al.* Panorama da aquicultura no Brasil: desafios e oportunidades. *Agroindústria*, BNDES Setorial 35, p. 421-463, 2012.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 571-595.

SOUZA FILHO *et al.* *Estudo de competitividade da piscicultura no Alto Vale do Itajaí*. Florianópolis, Instituto Cepa/SC/Epagri/ Acaq; 2002.



6

Capítulo 6

Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida¹

Fernanda de Paula Medeiros²

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro³

-
- ¹ O presente capítulo é parte da pesquisa e dissertação de mestrado intitulada *Uso dos remineralizadores associado a policultivos para produção da palma forrageira no semiárido baiano*, aprovada em maio de 2017 no PPG-Mader.
- ² Doutoranda na Universidade de Viçosa (UFV), Engenheira Florestal pela Universidade de Brasília (UnB) e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader, Universidade de Brasília (*e-mail*: fefah2801@gmail.com).
- ³ Doutora em Geologia e professora do PPG-Mader, Faculdade Unb Planaltina (FUP), na linha de pesquisa sobre “avaliação socioambiental e agrária” (*e-mail*: suzitheodoro@unb.br).

6.1 Introdução

A restrição nutricional dos solos tropicais não tem sido um problema para o desenvolvimento agrícola brasileiro. Nos últimos 40 anos, o país tornou-se um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com práticas agrícolas baseadas nos princípios tecnológicos e de uso de insumos impostos pela Revolução Verde. Os solos são usados apenas como um substrato, onde uma variedade de insumos sintéticos (agroquímicos, pesticidas e herbicidas) são utilizados, independentemente da capacidade de suporte dos agroecossistemas. Para Leonardos e Theodoro (2000), esse sistema intensivo de *inputs* requer grandes áreas para a sua reprodução e induz a mudanças irreversíveis nos ecossistemas. A adoção generalizada deste modelo produtivo também tem causando uma série de transformações socioeconômicas e ambientais no Brasil. Entre elas, incluem-se: *i*) aumento do desmatamento; *ii*) contaminação de aquíferos, por excesso de nutrientes e advindos dos agroquímicos; *iii*) perda de solo por erosão; *iv*) aumento da população urbana, devido ao êxodo rural; *v*) redução da biodiversidade e perdas de recursos genéticos; e *vi*) a exclusão social dos pequenos produtores rurais (THEODORO *et al.*, 2009).

Um agravante para esta situação refere-se ao fato de que o Brasil é altamente dependente da importação de insumos, o que pode se converter, a médio e longo prazo, em um fator restritivo para a continuação e reprodução desse modelo, devido ao expressivo aumento dos preços dos fertilizantes que vem ocorrendo nos últimos anos (MANNING; THEODORO, 2018). Ainda que a maioria desses insumos se baseie na farta disponibilidade de combustível fóssil (nitrogenados) e minerais (rochas fosfáticas e potássicas), as perspectivas e os indicadores de preços indicam que haverá redução da disponibilidade e um contínuo aumento dos custos, especialmente dos fosfatados (CORDELL *et al.*, 2009). Para além disso, outro grave problema que deve ser considerado, e que é fundamental, se refere à redução ou à restrição de acesso à água para irrigação.

Considerando esse cenário, a implementação de sistemas de produção mais sustentáveis e mais baratos vem se tornando uma necessidade, imposta tanto por questões ambientais e legais quanto pelos aspectos econômicos. Nesse contexto, será necessário ampliar o desenvolvimento e uso de fontes alternativas de nutrientes para assegurar os níveis de produtividade dos diversos tipos de culturas. As fontes minerais (remineralizadores) enquadram-se como uma alternativa para viabilizar a continuidade da agricultura, segundo um padrão mais sustentável (THEODORO; MEDEIROS, 2016).

Os remineralizadores, ou pós de rochas, configuram-se como o principal pressuposto da tecnologia de rochagem (LEONARDOS *et al.*, 1976; CARVALHO *et al.*, 2018), que prevê que determinados tipos de rochas, mineralogicamente ricas em macro e micronutrientes, têm a função de remineralizar/rejuvenescer os solos e, portanto, incrementar a sua fertilidade (THEODORO; LEONARDOS, 2006). É importante destacar que a disponibilização ou solubilização dos nutrientes derivados desses materiais é mais lenta que os fertilizantes químicos solúveis, mas esta aparente desvantagem é compensada com uma disponibilização por períodos de tempo mais longos (*slow-release*). Por isso, são considerados “fertilizantes inteligentes” (THEODORO *et al.*, 2016).

O Brasil é o primeiro país a instituir, no seu arcabouço legal, o uso e a comercialização dos remineralizadores. A Lei n.º 12.890, de 2013, regulamentada pelo Decreto n.º 8.384, de 2014 (BRASIL, 2014), inseriu este tipo de material como um insumo agrícola, ao estabelecer que

os remineralizadores são todo o material de origem mineral que tenha sofrido apenas redução e classificação de tamanho por processos mecânicos e que altere os índices de fertilidade do solo por meio da adição de macro e micronutrientes para as plantas, bem como promova a melhoria das propriedades físicas ou físico-químicas ou da atividade biológica do solo (BRASIL, 2013).

As Instruções Normativas n.º 05 e 06, de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estabeleceram as garantias mínimas para comercialização e uso dos remineralizadores no Brasil.

Apesar da regulamentação ser recente, o uso de pós de rocha vem sendo proposto no Brasil desde a década de 1950 (ILCHENKO, 1953; GUIMARÃES, 1955). Posteriormente, Leonardos *et al.* (1976, 1987, 1999), Theodoro (2000 e 2016), Theodoro e Leonardos (2006, 2013 e 2014) e Carvalho (2012), Carvalho *et al.* (2018) entre outros vêm mostrando o potencial da técnica da rochagem para incrementar os padrões de fertilidade dos solos tropicais. Mais recentemente, no nível mundial, vários pesquisadores (BASAK *et al.*, 2018; MANNING, 2013; TCHOUANKOUE *et al.*, 2015) também vêm mostrando os resultados positivos obtidos com o acréscimo de alguns tipos de rochas aos solos. O princípio básico da rochagem é a busca do equilíbrio dos nutrientes nos solos por meio da sua remineralização/ rejuvenescimento, favorecendo o alcance da fertilidade plena, que é o parâmetro fundamental para tornar os solos sustentavelmente produtivos (THEODORO *et al.*, 2006).

Para além da fertilidade dos solos, as formas de produção devem ser reavaliadas e incorporadas, como mecanismo de transição para um modelo mais sustentável. Os sistemas de policultivos de produção (SPP) são uma forma de consorciação de plantas, que utiliza culturas múltiplas na mesma área, imitando a diversidade de ecossistemas naturais, sendo um aliado da produção agroecologia. O sistema consorciado é utilizado, sobretudo, por agricultores familiares, já que ele permite uma maior diversificação da dieta alimentar e o aumento da rentabilidade por unidade de área cultivada. Os policultivos são compostos por espécies com sistemas radiculares espacialmente complementares que podem explorar um maior volume do solo e ter maior acesso aos nutrientes pouco móveis, como o fósforo (ALBUQUERQUE, 1997).

A produção da palma forrageira associada aos policultivos é o principal objetivo desse trabalho. Tem sido uma prática adotada pelos produtores da região do semiárido com objetivo de viabilizar o cultivo em termos econômicos e de favorecer os tratos culturais dessa forrageira. Segundo Albuquerque (1997), seu cultivo pode ser potencializado,

quando se utiliza culturas anuais intercaladas, tais como milho, sorgo, feijão, fava, jerimum e mandioca.

A palma forrageira pertence à divisão: *Embryophyta*, subdivisão: *Angiospermea*, classe: *Dicotyledoneae*, subclasse: *Archiclamideae*, ordem: *Opuntiales* e família das Cactáceas. A família cactácea possui cerca de 130 gêneros e 1.500 espécies, das quais 300 são do gênero *Opuntia* Mill (MOHAMED-YASSEEN *et al.*, 1996). Os gêneros *Opuntia* e *Nopalea* são os mais importantes devido a sua utilidade para uso humano (VALDEZ; OSORIO, 1997). O seu êxito ecológico e evolutivo pode ser atribuído à forte associação com os animais durante a reprodução (REYES-AGUERO *et al.*, 2005).

No Brasil, a palma é cultivada visando principalmente à subsistência da pecuária nas regiões semiáridas do Nordeste brasileiro, a qual se configura como a maior área cultivada do mundo, com cerca de 500 mil hectares (LOPES *et al.*, 2007), onde são cultivadas, preferencialmente, duas espécies: *Opuntia ficus-indica* (L.) Mill e *Nopalea cochenilifera* (L.) Salm Dyck (FARIAS *et al.*, 2005). Desempenham um papel importante por produzirem frutos e verduras para consumo humano, forragem para os animais, fitomassa para fins energéticos, cochonilha para a produção de corante, proteção dos solos e outros produtos como bebidas, queijo vegetariano, remédios e cosméticos. A espécie *Opuntia ficus-indica* também é denominada como palma-graúda, palma-da-índia, palma grande, palmatória, palma redonda, figo-da-índia, figueira-da-barbaria e tuna-de-castilha (ARAÚJO FILHO, 2000).

6.2 Caracterização da área de pesquisa e do remineralizador

A pesquisa foi conduzida em uma comunidade quilombola (Lajedão dos Mateus), localizada no município de América Dourada – BA. A região está inserida na bacia do Rio São Francisco, onde a pluviosidade é muito baixa com cerca de 583 mm de média anual. A classificação do clima nessa região é BSh (clima das estepes quentes de baixa latitude e altitude). O mês mais seco é julho, com média de 1 mm de

precipitação. Dezembro é o mês com maior precipitação, com uma média de 107 mm. A temperatura média é de 23,3 °C.

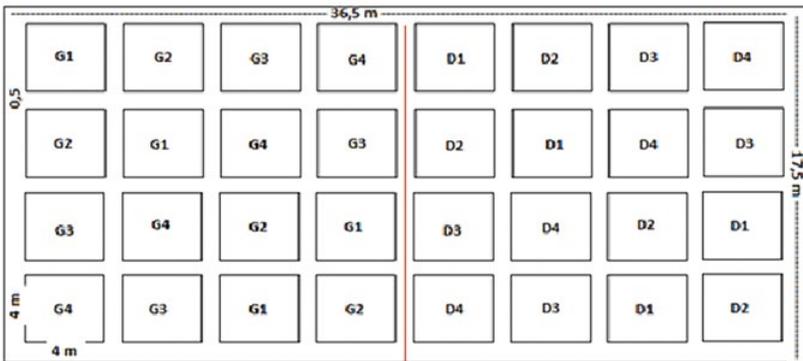
A área da comunidade está inserida na Bacia de Irecê, que possui um formato triangular e faz parte da cobertura sedimentar do Cráton do São Francisco, de idade Neoproterozóica. Ela é composta por duas formações: Salitre e Bebedouro (GUIMARÃES, 1996). A região da comunidade está inserida numa unidade geológico-ambiental com predomínio de metacalcários, com intercalações subordinadas de metassedimentos síltico-argilosos e arenosos. A região apresenta vales encaixados, com platôs e chapadas, superfícies aplanadas, colinas, morros baixos e domos, morros serrano e montanhoso, escarpas, degraus estruturais e rebordos erosivos (MELO, 1991), possui solos argilosos (cambissolos), o que, em casos de manejo inadequado e mecanizado, facilita a sua rápida compactação. A região apresenta alta vulnerabilidade hídrica, em função dos constantes períodos de secas.

O remineralizador utilizado como insumo agrícola na área experimental tem origem na região de Ipirá, situada no contexto geológico do Complexo Ipirá e pertence à unidade Serra do Camisão, que é constituída por metacarbonatos, quartzitos, ortognaisses félsicos, paragnaisses pelíticos e grafitosos, anfibolitos, metaultramáficas e formações ferríferas. Rochas calcissilicáticas ocorrem de maneira restrita ou associadas a metacarbonados e quartzitos. As ocorrências de apatita e vermiculita estão associadas às rochas calcissilicáticas, que foram metassomatizadas por pegmatitos sieníticos, relacionados a corpos tardi a pós-tectônicos e ao Complexo Araras (MELO, 1991). O seu nome comercial é Natural Plus. A rocha é composta por minerais formados por silicatos de cálcio, magnésio, fósforo, além de micronutrientes. Os seus constituintes principais são diopsídeo ($\text{CaMgSi}_2\text{O}_6$), enstatita ($(\text{Mg,Fe})_2\text{Si}_2\text{O}_6$), apatita ($\text{Ca}_5(\text{PO}_4)_3(\text{F,OH,Cl})$) e talco $\text{Mg}_6(\text{Si}_8\text{O}_{20})(\text{OH})_4$. Mas ocorrem abundantes veios hidrotermais ricos em apatita e feldspatos potássicos e muscovitas, o que explicaria a presença marcante de potássio no material.

6.3 Metodologia

A área experimental possui 638,75 m² e é composta por 32 blocos de 4 m × 4 m distribuídos de forma casualizada. A separação entre os blocos foi de 0,5 m, bem como nas bordas. O seu delineamento é apresentado no gráfico 1. O plantio foi feito em linhas/sulcos com 40 cm de largura por 30 cm de profundidade. Como as duas espécies de palma utilizadas no experimento apresentam tamanhos e dimensões distintas, o delineamento foi dividido em duas partes, onde 16 blocos foram destinados para o plantio da Palma Gigante e os outros 16 para a Palma Doce. Foram utilizados 16 kg do remineralizador (pó de rocha) e 20 kg de composto orgânico (esterco bovino), o que equivale a 5 ton/ha de remineralizador e 10 ton/ha do composto orgânico.

Gráfico 1: Delineamento da Unidade Experimental, onde G: Palma Gigante (*Opuntia ficus-indica* (L.) Mill) e D: Palma Doce (*Nopalea cochenillifera* (L.) Salm-Dick), e os tratamentos 1: Controle; 2: Remineralizador; 3: Remineralizador+Composto Orgânico; 4: Composto Orgânico



Fonte: Dados de campo – elaboração das autoras.

As matrizes das duas espécies de palmas utilizadas no experimento foram obtidas na região. Os cladódios ficaram expostos ao sol por 10 dias para que pudessem perder o excesso de umidade. Posteriormente, foram plantados de forma vertical e em profundidade suficiente para comportar

o seu terço inferior (cerca de 10 cm), como sugerido por Santos *et al.* (2006). Foram plantadas 10 raquetes/m² de Palma Doce (quatro linhas por bloco) e cinco raquetes de Palma Gigante por m² (duas linhas por bloco). O experimento foi irrigado durante todo o período de análise.

A colheita das palmas foi realizada um ano após o plantio. Ficaram preservados no solo apenas os cladódios matrizes para que ocorresse a continuidade da produção. Para aferir a produção, os cladódios foram pesados e contabilizados de acordo com o tratamento a que pertenciam. A colheita foi contabilizada em quilos de acordo com cada tratamento, mas para análise e comparação dos resultados com a produtividade das palmas em outras pesquisas, esses valores foram calculados em equivalentes de peso da massa seca. Para obter a massa seca das palmas de acordo com cada tratamento, foi efetuada a secagem dos cladódios no Laboratório de Limnologia da Universidade de Brasília. Os cladódios foram secos em estufa de circulação de ar forçada a 60 °C e pesadas até peso constante, para posterior determinação da contagem dos cladódios.

Durante a colheita, os cladódios foram contabilizados, computando-se o número total de cladódios de quatro plantas por tratamento de cada espécie de palma, para que fosse feita uma média de cladódios por planta por tratamento e por espécie. Igualmente importante para aferir a produtividade foi a contagem do número total de cladódios por tratamento e por espécie. Foi contabilizado o número total de cada parcela e, em seguida, esses valores foram somados de acordo com o tratamento aplicado em cada espécie.

Foram realizadas análises de fertilidade do solo em dois momentos. O primeiro, antes da implantação da área experimental (sem nenhum tipo de insumo), no qual foi coletada uma amostra composta dos solos (0-20 cm de profundidade). Após um ano, depois da colheita das palmas, foi realizada uma nova coleta de amostras composta do solo nos blocos, respeitando-se os quatro tratamentos, em uma profundidade de até 20 cm.

Os cladódios foram submetidos a determinação de nutrientes (Na, NH₃, Mg, Ca, K⁺, Cl⁻, NO₃⁻ e SO₄⁻) pela análise de detritos, além da obtenção das concentrações de lignina, celulose e fenóis totais, utilizando-se os procedimentos metodológicos da análise vegetal, foram

realizados no Laboratório de Aquaripária, no Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, por meio da metodologia de Bärlocher e Graça (2005). As amostras foram secas em estufa a 60 °C até alcançarem peso constante. Para determinação dos nutrientes contidos nas amostras secas, pesou-se 0,100 g de cada amostra.

Os dados relativos à produtividade (massa seca, massa verde, número de raquetes por planta, número de raquetes por tratamento) foram tratados utilizando o *software* estatístico R.3.3.2. Foram realizadas análises multivariadas, de acordo com o teste de normalidade de Shapiro Wilk e pelo teste de Kruskal Wallis e Mann Whitney (teste de W ou de U). Foram gerados valores de p, utilizando nível de significância de $p \leq 0,05$ e grau de liberdade 3, com $n = 4$, comparando-se a técnica de análise de produtividade e análise química do tecido vegetal, de acordo com os tratamentos submetidos.

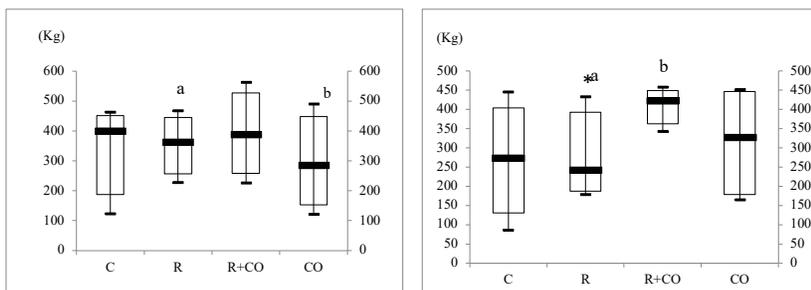
6.4 Resultados e discussão

As espécies de palma forrageira apresentaram resultados diferentes, no que se refere à produtividade, com diferentes respostas de acordo com o tratamento em que estavam inseridas. Os resultados de produtividade relativos à massa verde (kg), massa seca (g), número de cladódios por tratamento e número de cladódios por planta fazem parte da análise. De forma a facilitar o entendimento de tais dados, as figuras subsequentes de produtividade mostram os resultados da Palma Doce (*Nopalea cochenillifera* (L.) Salm-Dick), à direita e os relativos à Palma Gigante (*Opuntia ficus-indica* (L.) Mill), à esquerda. As barras horizontais mais espessas mostram as medianas de cada tratamento, e os extremos mostram os valores máximos e mínimos de cada tratamento para cada espécie estudada. Além disso, o símbolo (*) indica diferenças significativas entre tratamento Controle (Kruskal Wallis, $p < 0,05$, $n = 4$); e letras diferentes indicam diferenças entre tratamentos (Mann Whitney, $p < 0,05$, $n = 4$).

Com relação à massa verde, verificou-se que a maior quantidade foi produzida pela Palma Gigante, com 256,87 t/ha/ano no tratamento que

continha o remineralizador + composto orgânico. A Palma Doce também obteve maior produtividade neste mesmo tipo de tratamento (244,53 t/ha/ano). Esses resultados podem ser comparados ao que foi obtido por Albuquerque (2000), que encontrou produtividades que variaram entre 80 t/ha/ano sem adubação e 200 t/ha/ano com adubação. Ainda a título de comparação, destacam-se os dados obtidos por Lima *et al.* (2009), que divulgou os resultados alcançados em testes realizados no estado de Sergipe, quando encontrou 318,39 t/ha/ano para a Palma Doce e 241,75 t/ha/ano da Palma Gigante. É importante destacar que esses autores utilizaram adubação convencional como insumo agrícola (NPK), diferentemente do que foi utilizado na presente pesquisa. E é provavelmente essa diferença (ao menos em relação à palma gigante) que pode explicar o melhor rendimento obtido, uma vez que insumos agrícolas convencionais são rapidamente lixiviados, especialmente o nitrogênio, ao contrário dos remineralizadores que permanecem no solo por períodos mais longos, em média, para este tipo de cultura, por até cinco anos. O gráfico 2 mostra a produtividade das duas espécies de palma forrageira, do ponto de vista da massa verde (Kg).

Gráfico 2: Produtividade de massa verde (kg), à direita da Palma Doce (*Nopalea cochenillifera* (L.) Salm-Dick) e à esquerda da Palma Gigante (*Opuntia ficus-indica* (L.) Mill)



Fonte: Dados de campo – elaboração das autoras.

Pode-se observar que houve diferenças significativas entre os tratamentos para as duas cultivares, especialmente para a Palma Gigante que apresentou diferenças significativas entre os tratamentos controle e

com a presença de remineralizador e remineralizador + composto orgânico, sendo o último o que apresentou maior quantidade em kg de massa verde. Os valores máximos de produtividade de massa verde (562 kg para a Palma Doce e 458 kg para a Palma Gigante) foram observados nos tratamentos que continham remineralizador + composto orgânico.

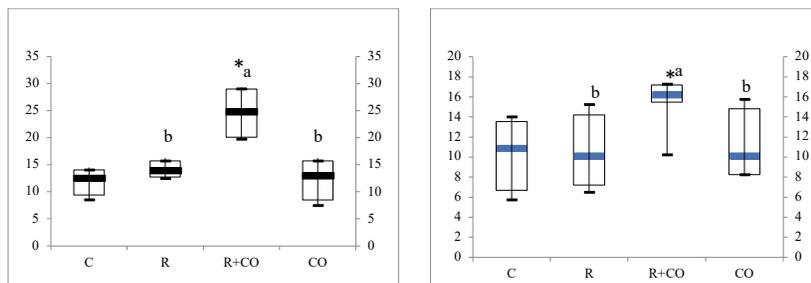
Ainda durante a preparação das amostras (período de secagem em laboratório) foi possível observar a diferença de massa dos cladódios por meio de uma avaliação visual, já que o tamanho de cada uma das amostras era bastante distinto. As parcelas controle apresentaram os menores cladódios e as que continham remineralizador + composto orgânico, os maiores cladódios. A diferença entre tratamentos pode estar diretamente relacionada à quantidade de água que cada cladódio foi capaz de armazenar em sua estrutura celular. É provável que os blocos que continham como insumo os remineralizadores tenham possibilitado maior armazenamento de água em função da presença de argilas de estrutura 2:1, como as esmectitas. O tratamento remineralizador + composto orgânico foi o adubo mais eficiente para produção de massa seca das duas cultivares estudadas.

Cunha *et al.* (2008) e Santos *et al.* (2006) obtiveram valores superiores na produção de massa seca das mesmas espécies de palma forrageira avaliadas na presente pesquisa, mas é preciso observar que os autores consideraram plantios com maior adensamento e contabilizaram os resultados de produção após 3 colheitas. Destacar essa diferença é fundamental, porque os dados obtidos na presente pesquisa foram contabilizados após um ano e, igualmente importante, o adensamento entre as plantas foi menor (o equivalente a 25.000 plantas/ha da Palma Doce e 12.500 plantas/ha para a Palma Gigante).

Pode-se perceber que houve um distinto ritmo de desenvolvimento das plantas. Além dos tratamentos que podiam favorecer este desenvolvimento diferenciado, também as duas distintas espécies de palma possuem uma produtividade diferenciada. Para medir esse indicador, foi feita uma contagem amostral dos distintos tratamentos. O gráfico 3 retrata o resultado dessa quantificação, apresentando diferenças significativas para as duas espécies no tratamento que continha

remineralizador + composto orgânico, quando comparado ao tratamento controle. Observou-se também que houve diferença significativa entre tratamentos para as duas espécies.

Gráfico 3: Média do número de cladódios produzidos por planta, à direita Palma Doce (*Nopalea cochenillifera* (L.) Salm-Dick) e à esquerda da Palma Gigante (*Opuntia ficus-indica* (L.) Mill)



Fonte: Dados da pesquisa de capo – elaboração das autoras.

A partir do gráfico 3, é possível verificar que as espécies de palma apresentaram resultados significativos nos tratamentos que continham remineralizador + composto orgânico, quando comparados ao tratamento controle. No entanto, a Palma Doce apresentou as maiores quantidades de cladódios por planta, totalizando um máximo de 29,25 cladódios por planta, enquanto a Palma Gigante gerou 17,25 cladódios por planta. Essa diferença entre espécies se dá certamente pela própria anatomia de cada espécie, do ponto de vista do tamanho dos cladódios. Silva *et al.* (2014) encontrou médias de 51,19 e 5,58 cladódios por planta, para as mesmas espécies, respectivamente, valores bem superiores ao gerados na presente pesquisa, especialmente para a Palma Doce, mas muito inferiores para a Palma Gigante.

Ao longo do período de acompanhamento do desenvolvimento das duas cultivares, foi possível observar maior ataque de patógenos no tratamento controle (figura 1), diferentemente do tratamento remineralizador + composto orgânico, que apresentou cladódios mais vigorosos e até com coloração diferenciada.

Figura 1: Cladódios sob ataque de patógenos nos tratamentos controle da Palma Gigante



Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida

6.5 Fertilidade do solo

A planta é um dreno que tem o solo como sua fonte principal de nutrientes minerais. No caso de deficiência de nutrientes no solo, a produtividade de uma planta é viabilizada pelo aumento da oferta de nutrientes. Nessa pesquisa, os insumos organo-minerais (remineralizadores + composto orgânico) atenderam essa demanda nutricional das plantas. Um solo com capacidade mais alta de troca de cátions, em geral, tem uma maior reserva de nutrientes (TAIZ; ZEIGER, 2006). Os cátions que ficam adsorvidos nas superfícies da argila e da matéria orgânica (complexos de esfera-externa) presentes no solo ficam em formas prontamente disponíveis para as plantas e mantêm um equilíbrio dinâmico com aqueles cátions que estão na solução do solo. A capacidade de troca catiônica (CTC) do solo relaciona-se com a “reserva” de nutrientes. Nessa forma, quanto maior for a CTC do solo maior a capacidade de o solo reter os cátions, em formas prontamente disponíveis para as plantas.

O extrator mais utilizado para quantificar as necessidades nutricionais dos solos em análises de fertilidade, tem sido o Mehlich-HCl 0,05M+H₂SO₄ 0,0125M. As respostas obtidas a partir desse extrator têm fornecido indicadores que resultam na prescrição da carga de fertilizantes convencionais e calagem a serem utilizadas. No entanto, conforme Theodoro *et al.* (2014), por ser um ácido fraco, muitas vezes esse extrator pode indicar falsas necessidades nutricionais do solo, o que acarretaria uma demanda maior de fertilizantes do que realmente seria necessário. Essa falha acarreta, segundo os autores, em desperdícios de recursos financeiros e maiores possibilidades de contaminação ambiental, devido ao excesso de fertilizantes solúveis.

Na visão desses autores, a comparação com outros extratores, como, por exemplo, o ácido cítrico a 2%, ou o ácido oxálico a 5%, poderia fornecer indicadores mais seguros das reais carências do solo, uma vez que tais ácidos se aproximam mais da realidade dos fluidos presentes nos solos. Nesse sentido, conforme pode ser pesquisado no manual da Embrapa (2009), o Mehlich tende a dissolver predominantemente o

P ligado ao Ca. Quando este elemento está ligado a Fe e Al, ainda que em quantidades menores, o método tem dificuldades de quantificá-lo, muito provavelmente em função das diferenças de solubilidade dos fosfatos de Ca em relação aos de Fe e Al. Portanto, em decorrência de se extrair valores menores do P ligado ao Fe e Al (com esse extrator), obtém-se, comumente, valores irrealistas, especialmente em solos argilosos compostos predominantemente por Fe e Al (solos lateríticos).

Apesar de tais limitações, na presente pesquisa, optou-se pelo uso do Mehlich-HCl 0,05M+H₂SO₄ 0,0125M por uma questão comparativa com resultados científicos de outras pesquisas que o utilizam como extrator. O resultado das análises pode ser verificado na tabela 1, que mostra os resultados das análises de fertilidade das amostras. Onde (S T0) representa o solo sem uso de insumos (antes da pesquisa) e as demais resultam das amostras após um ano nos quatro diferentes tratamentos, onde C = controle; CO = composto orgânico; R = remineralizador; R + CO = remineralizador e composto orgânico.

Tabela 1: Resultado da análise de fertilidade das amostras de solo coletadas em julho de 2015 (S T0) e dos quatro tratamentos em julho/2016, onde S T0: solo inicial, sem adubos; C: controle, CO: composto orgânico; R: remineralizador; R + CO: remineralizador+ composto orgânico

Tratamento/ Nutriente	S T0	C	CO	R	R + CO
P (ppm)	2,75	6,49	6,02	4,88	13
K (ppm)	68	164	248	125	264
Mg (cmol _c /dm ³)	3,2	5,0	5,5	6,4	6,5
Ca (cmol _c /dm ³)	6,2	17,6	16,2	17,5	21,2
Al (cmol _c /dm ³)	2,3	5,2	5,4	5,0	5,7
Mn (mg/dm ³)	49	92	104	68	105
Fe (mg/dm ³)	112	6,95	6,93	4,69	6,54
Cu (mg/dm ³)	1,03	0,45	0,42	0,4	0,39
Zn (mg/dm ³)	0,51	0,9	1,26	0,85	2,33
S (mg/dm ³)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Mg/K	0,05	0,03	0,02	0,05	0,02

Tratamento/ Nutriente	S T0	C	CO	R	R + CO
B (mg/dm ³)	0,5	1,7	1,6	1,7	2,1
pH em água	6,5	6,3	6,9	7,5	6,3
pH em CaCl ₂	5,9	5,9	6,6	7	5,9
M.O. (dag/Kg)	1,8	1,8	1,9	1,5	2,3
C Org. Total (%)	1	1	1,1	0,8	1,3
H+Al (cmolc/dm ³)	0,9	0,9	0,5	<0,2	0,5
CTCtotal (cmolc/ dm ³)	6	18,8	18,1	18,8	18,1
V (%)	85	95	97	99	97
M (%)	2	1	1	1	1
Relações					
Ca/Mg	1,94	3,52	2,95	2,73	3,26
Ca/K	0,09	3,52	0,07	0,14	0,08
Mg/K	0,05	0,03	0,02	0,05	0,02

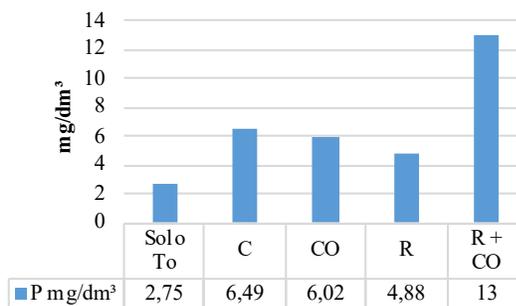
Fonte: dados da pesquisa de campo – elaboração das autoras.

Os gráficos 5, 6, 7 e 8 mostram os resultados dos teores de P, K, Ca e Mg nos diferentes tratamentos, após um ano de aplicação dos distintos insumos (composto orgânico, remineralizador e composto orgânico + remineralizador, além das parcelas controle). O fósforo (P) é um componente importante para diversos arranjos de desenvolvimento da planta e, em especial, para o seu protoplasma, que tende a circular no solo quando os compostos orgânicos formam fosfatos, que se tornam disponíveis para as plantas. Esse fato pôde ser observado nos tratamentos que continha o composto orgânico. No entanto, essa possível oferta de P foi ainda mais evidente nas parcelas que continham o remineralizador + o composto orgânico, onde os valores aumentaram quatro vezes, quando comparados ao S T0 (gráfico 4).

No caso do potássio (K), sua disponibilidade foi favorecida pelo uso do remineralizador, que pode ainda ter sido potencializada pelos ácidos orgânicos provenientes da matéria orgânica. Pode ser observado no gráfico 5 que o tratamento remineralizador + composto orgânico

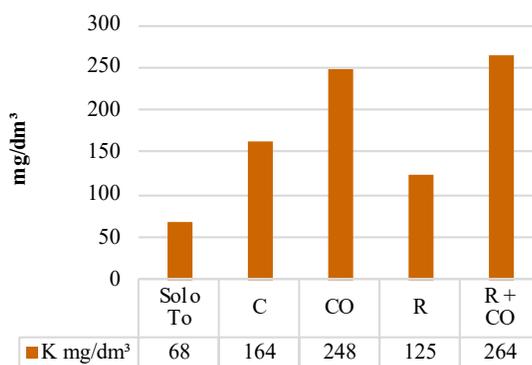
aumentou seu conteúdo em 3,88 vezes quando comparado ao solo antes da aplicação dos insumos (S T0). Além disso, com o aumento do pH do solo (favorecido pela maior oferta de Ca e Mg dos remineralizadores), a disponibilidade desse nutriente ficou mais evidente.

Gráfico 4: Análise temporal da disponibilidade de fósforo inicial e após um ano sob diferentes tratamentos



Fonte: pesquisa de campo – elaboração das autoras.

Gráfico 5: Análise temporal da disponibilidade de potássio inicial e após um ano sob diferentes tratamentos

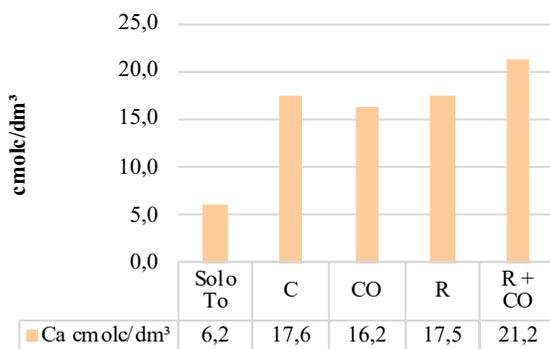


Fonte: pesquisa de campo – elaboração das autoras.

Com relação ao cálcio (Ca) e ao magnésio (Mg), constatou-se que eles apresentaram teores bem mais expressivos em todas os tratamentos,

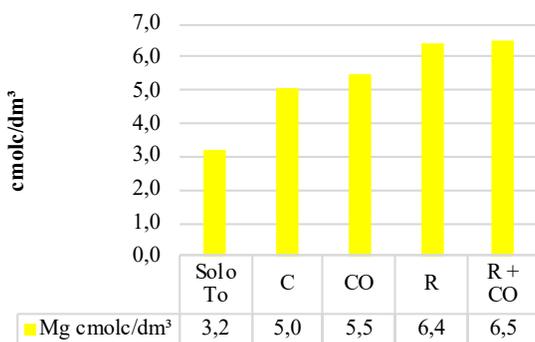
com até 3,41 e 2,03 vezes, respectivamente, quando comparados ao Solo T0 (gráficos 6 e 7). Além disso, deve ser mencionado que os níveis de fertilidade do solo da área do experimento já apresentavam concentrações razoáveis de nutrientes, devido a sua origem geológica, onde ocorre o predomínio de metacalcários.

Gráfico 6: Análise temporal da disponibilidade de Cálcio inicial e após um ano sob diferentes tratamentos



Fonte: pesquisa de campo – elaboração das autoras.

Gráfico 7: Análise temporal da disponibilidade de Magnésio inicial e após um ano sob diferentes tratamentos



Fonte: pesquisa de campo – elaboração das autoras.

A presença da matéria orgânica no tratamento que continha remineralizador associado ao composto orgânico favoreceu a disponibilização dos micronutrientes, como Mn, Fe, Zn, Cu e B. De acordo com Shuman (1991), os micronutrientes estão associados principalmente à solução do solo, à superfície inorgânica (troca iônica e adsorção específica), à matéria orgânica, aos óxidos e minerais primários e secundários. Na solução do solo, os micronutrientes podem estar na forma de íons livres ou complexados com ligantes orgânicos ou inorgânicos.

A adsorção é o processo mais importante relacionado com a disponibilidade de micronutrientes para as plantas, já que controla a concentração dos íons e complexos na solução do solo, além de exercer grande influência na sua absorção pelas raízes das plantas. A partir da decomposição microbiana do material orgânico (presente no esterco), ocorre a produção de amônia e de sulfeto de hidrogênio, os quais podem ser oxidados no solo, formando ácido nítrico (HNO_3) e ácido sulfúrico (H_2SO_4), respectivamente. Os íons hidrogênio podem deslocar K^+ , Mg^{2+} , Ca^{2+} e Mn^{2+} do complexo de troca de cátions do solo (TAIZ; ZEIGER, 2009). No caso da área experimental, a água utilizada para irrigação continha altas quantidades de íons, o que pode ter favorecido na liberação nesses micronutrientes, especialmente do Mn.

De modo geral, o ferro (Fe) pode ocorrer nos solos nas formas Fe^{2+} (solúvel) e Fe^{3+} (baixa solubilidade). Ele é absorvido pelas plantas na forma de Fe^{2+} , mas sua solubilidade é largamente controlada pelos óxidos hidratados. A esse respeito, é importante lembrar que a concentração de íons hidrogênio (pH) é uma propriedade importante dos solos, porque afeta o crescimento das raízes, a atividade dos microrganismos e a solubilidade do Fe para a solução do solo. Quanto menor for o pH, maior será o conteúdo de Fe-ferroso, o que não ocorre no solo estudado, pois o pH do solo da área do experimento, mesmo antes da implantação da pesquisa, já era fracamente alcalino (6,5), o que se configura como adequado para produção agrícola.

Além disso, a maior oferta de cálcio e magnésio, derivada do remineralizador, deve ter sido determinante para a alteração do conteúdo desse nutriente. Também os conteúdos de argila e matéria orgânica do

solo influenciam na disponibilidade do Fe. Outro fator que afetou a sua disponibilidade foi a presença do magnésio (Mg), que tem sua absorção pelas plantas na forma Mg^{2+} e que também foi fortemente afetada pela disponibilidade de K^+ , NH_4^+ , Ca^{2+} e Mn^{2+} e pelas relações Mg/K e Ca/Mg. Os *inputs* desses nutrientes (vindos da água e do remineralizador) favoreceram a diminuição do Fe em 23 vezes quando se compara o solo (S T0) e aquele ao qual foi incorporado o remineralizador.

Além do ferro, do boro (B), do cobre (Cu), do zinco (Zn) e outros micronutrientes, também se constatou a presença de cloro (Cl) no solo. Este último costuma ser um problema em regiões semiáridas e sua origem (ao menos nessa pesquisa) foi atribuída à água usada na irrigação. O Cl é absorvido pelas plantas, tanto pela raiz como pela parte aérea, na forma de Cl^- . Os sintomas de excesso desse nutriente são mais frequentes e mais graves do que os de deficiência. Já os sintomas de toxidez dependem do grau de tolerância das plantas, que, no caso das *Opuntia sp.*, não é um problema, já que elas são halófitas (tolerantes ao excesso de Cl^-). Porém, seus efeitos puderam ser observados nas demais espécies cultivadas no policultivo.

Tão importante quanto a disponibilidade de nutrientes no solo, os parâmetros físicos também interferem no desenvolvimento das plantas, na circulação de fluidos e na capacidade de retenção da umidade, entre outros fatores. Os resultados obtidos na análise física dos solos revelaram que, após um ano, a fração argila aumentou em todos os tratamentos, inclusive na parcela controle. Pressupõe-se que essa alteração se deva, em parte, ao manejo e irrigação que potencializaram um novo arranjo físico no solo. No entanto, conforme argumenta Theodoro *et al.*, 2013 o acréscimo de remineralizadores (com diferente *range* granulométrico) favorece a reestruturação dos solos (sua permoporosidade).

Portanto, segundo os autores, quando se acrescenta rochas moídas em um solo arenoso, as partículas mais finas tendem a reordenar o arranjo dos poros, “interditando” parte das interconexões (THEODORO *et al.*, 2013). E, ao contrário, quando o solo é mais argiloso, o acréscimo de rochas moídas com um “*range*” granulométrico mais amplo facilita o rearranjo granulométrico e aumenta as possibilidades de interconexão,

interferindo, assim, no tempo de migração dos fluídos. Ao se acrescentar rochas moídas com minerais menos estáveis (formados em altas pressões e temperaturas) e, portanto, mais facilmente alteráveis em materiais secundários — como os argilominerais (grupo das esmectitas, vermiculitas e ilitas) —, ao mesmo tempo, está se ampliando a capacidade de troca catiônica de macro e micronutrientes contidos em tais materiais e nos constituintes dos solos (MELAHMED *et al.*, 2009). Isso porque essas argilas comportam-se como “esponjas” que armazenam e liberam os fluidos de forma gradual, em uma velocidade compatível com a assimilação pelas plantas.

6.6 Análise do tecido vegetal

A análise da concentração (mg/L) de nutrientes (Na, NH³, Mg²⁺, Ca²⁺, K⁺, F⁻, Cl⁻, NO⁻³ e SO⁻⁴) encontrados no tecido vegetal dos cladódios tem papel essencial na observação da absorção desses nutrientes pelas plantas, uma vez que podem indicar se houve influência dos tratamentos aplicados para as duas espécies de palma forrageira. Apenas a Palma Doce apresentou resultados significativos nessa análise. A salinidade influencia na estrutura do solo e reduz sua capacidade de armazenar água e, conseqüentemente, sua absorção. Afeta, também, a absorção dos nutrientes em que o mecanismo de contato íon-raiz ocorre em solução aquosa (fluxo em massa) e, assim, interfere na absorção principalmente de N, S, Ca e Mg (NOVAIS; MELLO, 2007). Contudo, as espécies de palma forrageira estudadas são halófitas, ou seja, apresentam a capacidade de estabelecer esse equilíbrio osmótico, mesmo em condições de baixos potenciais de água no solo, sendo tolerante à salinidade (SERTÃO, 2005; EPSTEIN; BLOOM, 2006).

De acordo com Silva *et al.* (2000), as plantas halófitas acumulam, no vacúolo das células foliares, os íons salinos absorvidos, mantendo a concentração salina no interior da célula em níveis baixos. Dessa forma, o excesso de sais não interfere na hidratação das proteínas e nos mecanismos enzimáticos e metabólicos da planta (FARIAS, 2008). Também apresentam capacidade de acumular íons no vacúolo (cloro e sulfato,

como podem ser visto) e solutos orgânicos de baixo peso molecular no citoplasma, o que lhes permitem um ajustamento osmótico a esse tipo de condição. Tais aspectos tornam ainda mais evidente o porquê do fraco desenvolvimento de algumas cultivares inseridas no policultivo, como, também, de outras plantas usualmente presentes nas áreas agrícolas da comunidade.

A Palma Doce apresentou as maiores concentrações de Ca^{2+} , mostrando diferenças significativas em todos os tratamentos, exceto para as parcelas controle, evidenciando a influência das concentrações de Ca^{2+} presente nos remineralizadores. A tolerância à salinidade correlaciona-se positivamente com a concentração de Na^+ e, quando relacionada com elevadas concentrações citoplasmáticas de K^+ , favorece o ajuste osmótico da planta em relação ao ambiente. Além de acumular K^+ , as halófitas sintetizam solutos orgânicos no citoplasma para fazer frente ao baixo potencial osmótico do vacúolo, devido ao excesso de sais (FREIRE *et al.*, 2010). A espécie que apresentou as maiores concentrações de K^+ foi a Palma Gigante. Os compostos de NO_3^- e o SO_4^{2-} não apresentaram diferenças significativas com relação às concentrações, reveladas pelas análises estatísticas do tecido vegetal. Porém, é importante reportar que a Palma Gigante apresentou as maiores concentrações nesses compostos.

Adicionalmente, para melhor compreensão sobre a sanidade das plantas foram efetuadas análises sobre a presença e conteúdo de Lignina, celulose e fenóis totais nas amostras das duas cultivares de palma, uma vez que as suas concentrações estão ligadas diretamente com a construção do seu tecido vegetal. A celulose é o principal componente da parede celular da fibra e a lignina é responsável pela proteção contra a ação de microrganismos, e também pela resistência mecânica (quanto mais lignina, mais resistente), além de função essencial de auxiliar no transporte de nutrientes, água e metabólitos.

Já a concentração de fenóis totais nos tecidos vegetais é essencial para o entendimento dos mecanismos de defesa que as plantas utilizam para se protegerem de ataques de patógenos, deficiência nutricional ou influências do ambiente, como falta ou excesso de água, ventos e/ou

chuvas fortes. Quanto maior for essa concentração, maior o estado de fragilidade dessa planta, a não ser que esse seja um fator intrínseco da espécie, o que não é o caso das espécies em análise.

Pode-se averiguar que as concentrações de lignina e celulose apresentaram diferenças significativas entre tratamentos apenas para a Palma Doce. Quanto aos fenóis, foi possível verificar diferença significativa para Palma Gigante em todos os tratamentos, quando comparados ao controle, que apresentou as maiores concentrações, provavelmente porque, no tratamento controle, a oferta de nutrientes no solo foi menor que nos demais tratamentos e, por isso, a planta precisou produzir mais fenóis para sua defesa, devido à deficiência nutricional.

Esses resultados estão em acordo com a Teoria da Trofobiose, a qual determina que as plantas que não conseguem obter a quantidade de nutrientes necessários para o seu desenvolvimento tendem a sofrer ataques de pragas e patógenos, quando comparadas às plantas adubadas em concentrações adequadas. As plantas mal manejadas (quando o solo está pobre em nutrientes) aumentam a produção da proteossíntese, que resultam num incremento de aminoácidos livres e na formação de toxinas que servem como alimento para os patógenos, favorecendo sua proliferação (CHABOUSSOU, 1987).

6.7 Considerações finais

O desafio imediato da atual geração é transformar a agricultura industrial a partir de uma transição dos sistemas alimentares para que eles sejam crescentemente menos dependentes dos combustíveis fósseis. Mas, muito além de uma transição em direção a um modelo de produção menos intensivo no uso de insumos sintéticos, o que a sociedade contemporânea necessita é de um paradigma de desenvolvimento agrícola que incentive formas de agricultura mais ecológicas, diversificadas, sustentáveis e socialmente justas. Nesse aspecto, a tecnologia da rochagem, juntamente com os princípios relativos à agroecologia, vem se fortalecendo, promovendo uma agricultura ecológica, com produção de alimentos saudáveis, seguros e culturalmente diversos.

Os efeitos obtidos na pesquisa reforçam essa possibilidade. E os resultados para a produtividade da Palma Doce e da Palma Gigante apresentados neste trabalho indicam que o uso dos remineralizadores ampliou os índices de fertilidade dos solos, ampliando, assim, a produtividade agrícola. Ambas as cultivares de palma forrageira testadas mostraram resultados bastante positivos em termos de produtividade, em especial quando comparadas com aquelas obtidas para outras áreas na região do semiárido.

A associação dos remineralizadores com composto orgânico favoreceu o aumento da produtividade e da sanidade das plantas e indica que essa mistura é capaz de viabilizar o aumento da produção anual da palma. De modo geral, a produtividade obtida no experimento superou a produtividade regional, onde os insumos são escassos, sendo os remineralizadores uma importante ferramenta para o incremento na produção do agricultor do semiárido.

É provável que os resultados de produtividade a serem obtidos nas próximas safras confirmem o grande potencial da associação organo-mineral para facilitar a obtenção de produtividades expressivas, quando comparadas ao sistema de adubação convencional. Essa hipótese baseia-se no pressuposto de que os nutrientes (macro e micro) estarão presentes de forma ainda mais disponível até o quinto ano, após ser aplicado, segundo resultados obtidos em pesquisas anteriores.

O uso de sistemas de policultivos e irrigação foram importantes para assegurar o pleno desenvolvimento da palma forrageira, ainda que a água utilizada apresentasse teores elevados de salinidade. Essa cultivar comportou-se como uma planta fitorremediadora no que se refere à salinidade do solo. Caso estudos futuros confirmem esse pressuposto, pode-se prever um uso mais extenso desta cultivar para amenizar um dos grandes problemas da agricultura tropical, relacionada à salinização dos solos, em especial, na região do semiárido brasileiro. A fitorremediação é uma eficiente estratégia de recuperação de solos salinos e sódicos. Mesmo que a salinidade possa ter afetado alguns processos relativos à disponibilidade de nutrientes no solo, os resultados das análises de fertilidade mostraram diferenças significativas do ponto

de vista de oferta dos principais nutrientes, como P, K, Ca e Mg, bem como provavelmente favoreceram a redução na disponibilidade do Fe.

Além disso, as análises relativas ao teor de nutrientes dos cladódios apresentaram diferenças na forma de absorção de nutrientes para cada espécie, destacando-se o Ca, o NH₃ e o K para a Palma Doce. Já para a Palma Gigante essa diferença não foi confirmada pelo método estatístico utilizado, o que revela a baixa exigência nutricional dessa espécie e sua adaptação aos solos do semiárido.

Referências

ALBUQUERQUE, Severino G. Espaçamento da palma forrageira em consórcio com sorgo e feijão-de-corda no sertão pernambucano. *Rev. Bras. Zootec.*, v. 26, n. 4, p. 645-650, 1997.

ALBUQUERQUE, Samuel Salgado C. *Utilização de diferentes fontes de proteína e palma forrageira CV gigante na suplementação de vacas leiteiras mantidas em pasto diferido*. 76 p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2000.

ARAÚJO FILHO, José Teodorico. *Efeitos da adubação fosfatada e potássica no crescimento da palma forrageira (Opuntia ficus-indica Mill) – Clone IPA -20*. 78f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2000.

BÄRLOCHER, F.; GRAÇA, M. A. S. Total phenolics. In: GRAÇA, M. A. S.; BÄRLOCHER, F.; GESSNER, M. O. (ed.). *Methods to Study Litter Decomposition: a practical guide*. Springer. The Netherlands, 2005, p. 97-100.

BASAK, Biraja Bandhu *et al.* Waste mineral powder supplies plant available potassium: evaluation of chemical and biological interventions. *Journal of Geochemical Exploration*, n. 186, p. 114-120, 2018.

BRASIL. *Lei 12.890/2013*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12890.htm.

BRASIL. *Decreto 4.887/2003*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

CARVALHO, André M. Xavier; CARDOSO, Irene M.; THEODORO, Suzi Huff. Rochagem: o que se sabe sobre essa técnica? In: CARDOSO, I. M.; FÁVERO, C. *Solos e Agroecologia*. Ed. Embrapa: Brasília, 2018, p 101-128.

CARVALHO, André Mundstock Xavier. *Rochagem e suas interações no ambiente do solo: contribuições para aplicação em agroecossistemas sob manejo agroecológico*. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas) – Viçosa, MG, 2012

CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose*. 2ª ed. Porto Alegre: L & PM Ed., 1987.

CORDELL, Dana Drangert; JAN-OLOF, White Stuart. The story of phosphorus: Global food security and food for thought. *Global Environmental Change*, v. 19, p. 292-305, 2009.

CUNHA, M.V. *et al.* Características agronômicas de genótipos de palma forrageira (*Opuntia* e *Nopalea*) no semiárido de Pernambuco. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 45, Lavras, 2006. *Anais*. SBZ, Lavras, 2008.

EMBRAPA. *Manual de análises químicas dos solos, plantas e fertilizantes*. 2ª ed. revista e ampliada. Brasília, 2009.

EPSTEIN, Emanuel; BLOOM, Arnold J. *Nutrição mineral de plantas: princípios e perspectivas*. Londrina: Editora Planta, 2006.

FARIAS, I; SANTOS, D.C. dos; DUBEUX JR., J.C.B. Estabelecimento e manejo do palmar. In: MENEZES, R. S. C.; SIMÕES, D.A.; SAMPAIO, E. V. S. B. *A palma do Nordeste do Brasil: conhecimento atual e novas perspectivas de uso*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005, p. 81-88.

FARIAS, Séfora Gil Gomes. *Estresse osmótico na germinação, crescimento e nutrição mineral de glicirídia (Gliricidia sepium (Jacq.))*. 61 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Brasil, 2008.

FREIRE, M. B. G.; SOUZA, E. R.; FREIRE, F. J. Fitorremediação de solos afetados por sais. In: GHEYI, H. R.; DIAS, N. S.; LACERDA, C. F. *Manejo da salinidade na agricultura*. Fortaleza, INCT Sal, 2010. 472 p.

GUIMARÃES, Djalma. *Contribuição aos estudos dos Tufos da mata da Corda*. Minas Gerais: Instituto de Tecnologia Industrial, 1955, p. 31.

GUIMARÃES, José Torres. *A formação Bebedouro no estado da Bahia: faciologia, estratigrafia e ambientes de sedimentação*. 156 p. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal da Bahia, 1996.

ILCHENKO, Wladimir; GUIMARÃES, Djalma. *Sobre a utilização agrícola dos sienitos nefelínicos do Planalto de Poços de Caldas*. MG. Inst. Tecn. Avulso. 15, 16 p, 1953.

LEONARDOS, Othon Henry.; THEODORO, Suzi Huff. Fertilizer tropical soils for sustainable development. Proceedings. International workshop on Science for Sustainable development in Latin America and Caribe. Rio de Janeiro. *Acad. Bras. Cienc.*, p. 143-153, 1999.

LEONARDOS, Othon Henry; FYFE, Willian; KRONBERG, Barbra. The Use of Ground Rocks in Laterite Systems: an Improvement to the Use of Conventional Soluble Fertilizers. *Chemical Geology*, n. 60, p. 361-370, 1987.

LEONARDOS, Othon Henry; FYFE, Willian; KRONBERG, Barbra. Rochagem: o método de aumento da fertilidade em solos lixiviados e arenosos. *Anais...* 29 Congresso Brasileiro de Geologia, Belo Horizonte, p.137-145, 1976.

LIMA, Patrícia Oliveira *et al.* Perfil dos produtores rurais do município de Quixeramubim no Estado do Ceará. *Revista Caatinga*, Mossoró, v. 22, n. 4, p. 255-259, out./dez., 2009.

LOPES, E. B.; SANTOS, D. C. E VASCONCELOS, M. F. Cultivo da palma forrageira. In: LOPES, E. B. (ed.). *Palma forrageira: cultivo, uso atual e perspectivas de utilização no semiárido nordestino*. Paraíba: EMEPA/FAEPA, 2007, p. 11-33.

MANNING, David. Why do crushed silicate rock fertilizers sometimes not work? *Anais. II Congresso Brasileiro de Rochagem*. 399 p. Poços de Caldas, Minas Gerais, 2013.

MANNING, David; THEODORO, Suzi Huff. Enabling food security through use of local rocks and minerals. *The Extractive Industries and society*. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2018.11.002>.

MELO, Roberto Campelo. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Pintadas. Folha SC.24-Y-D-V. and Folha SD.24-V-A. Estado da Bahia (org.). DNPM/CPRM, 1991.

MOHAMED-YASSEEN, Yasseen; SHERYL, A. Barringer; WALTER E. Splittstoesser. A note on the uses of *Opuntia spp.* In: *Central/North America. Journal of Arid Environments*, v. 32, n. 3, p. 347-353, 1996.

MELAMHED, R., GASPAR, J.C.; MIEKELEY, N. Pó de rocha como fertilizante alternativo para sistemas de produção sustentável. In: LAPIDO LOUREIRO, F.E *et al.* (ed.). *Fertilizantes Agroindustriais e Sustentabilidade*. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Tecnologia Mineral, 2009, p. 385-396.

NOVAIS, Roberto Ferreira; MELLO, A. W. V. de. Relação Solo-Planta. In: NOVAIS, Ribeiro Ferreira. *Fertilidade do solo*. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007, p. 133-204.

O'BRIEN, T. A.; MOORLEY, J.; WHITTINGTON, W. J. The effect of management and competition on the uptake of ^{32}P by ryegrass, meadow lescue and their natural hybrid. *Journal of Applied Ecology*, n. 4, p. 513-520, 1967.

REYES-AGUERO, J. ANTONIO.; AGUIRRE-RIVERA, Julian Rogelio; HERNÁNDEZ, Hector. M. Notas sistemáticas y descripción detallada de *Opuntia ficus-indica* (L) Mill. (*Cactáceae*). *Agrociencia*, v. 39, n. 4, p. 395-408, 2005.

SANTOS, Djalma Cordeiro *et al.* Manejo e utilização da palma forrageira (*Opuntia e Nopaleia*) em Pernambuco: cultivo e utilização. 48 p. Recife: IPA, 2006.

SERTÃO, Maria Auxiliadora Justino. Uso de corretivos e cultivo do capim Urocloa (*Urocloa mosambicensis* (Hack.) Dandy) em solos degradados do Semiárido. 75 p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Federal de Campina Grande, 2005.

SHUMAN, L. M. Chemical forms of micronutrients in the soils. In: MORTVEDT, John J. *et al.* (ed.). *Micronutrients in agriculture*. 2ª ed. Madison. *Soil Science Society of America*, p. 113-144, 1991.

SILVA, Breno de Mello; CARVALHO, Anôr Fiorinni. *Novo supermagro: o biofertilizante*. Viçosa: TA/ZM, 2000. 16 p.

SILVA, Laerte Marques *et al.* Produtividade da palma forrageira cultivada em diferentes densidades de plantio. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 44, n. 11, p. 2064-2071, nov. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-8478cr20131305>.

TAIZ. Lincoln; ZEIGER, Eduardo. *Fisiologia Vegetal*. Capítulo 5. Nutrição Mineral. 4ª ed. 2006, p. 95-116.

THEODORO, Suzi Huff. Rock Fertilizers as an Alternative to Conventional Fertilizers: The Use of Basalt from the Cameroon Volcanic Line for Maize Farming on Ferralitic Soils. In: GOREAU, Thomas; CAMPE, Joanna. *Geotherapy Innovative Methods of Soil Fertility Restoration, Carbon Sequestration, and Reversing CO² Increase*. 1ª ed. Florida/USA: CRC Press, v. 1, 2014, p. 445-458.

THEODORO, Suzi Huff; MEDEIROS, Fernandade Paula. Usoderemineralizadores de solo na recuperação de áreas degradadas. *Anais do III Congresso Brasileiro de Rochagem*. Pelotas, Rio Grande do Sul, p. 395-401, 2016.

THEODORO, Suzi Huff; LEONARDOS, Othon Henry. Stonemeal: principles, potential and Perspective from Brazil. In: GOREAU, Thomas. J.; LARSON, R. W.; CAMPE, Joanna. *Geotherapy: Innovative methods of soil fertility restoration, carbon sequestration and reversing CO² increase*. USA: CRC Press, p. 403-418, 2014.

THEODORO, Suzi Huff *et al.* Stonemeal of amazon soils with sediments from reservoirs: a case study of remineralization of the Tucuuru degraded land for agroforestry reclamation. *Anais Acad. Brasileira de Ciênc.*, n. 85, v. 1, p. 23-34, 2013.

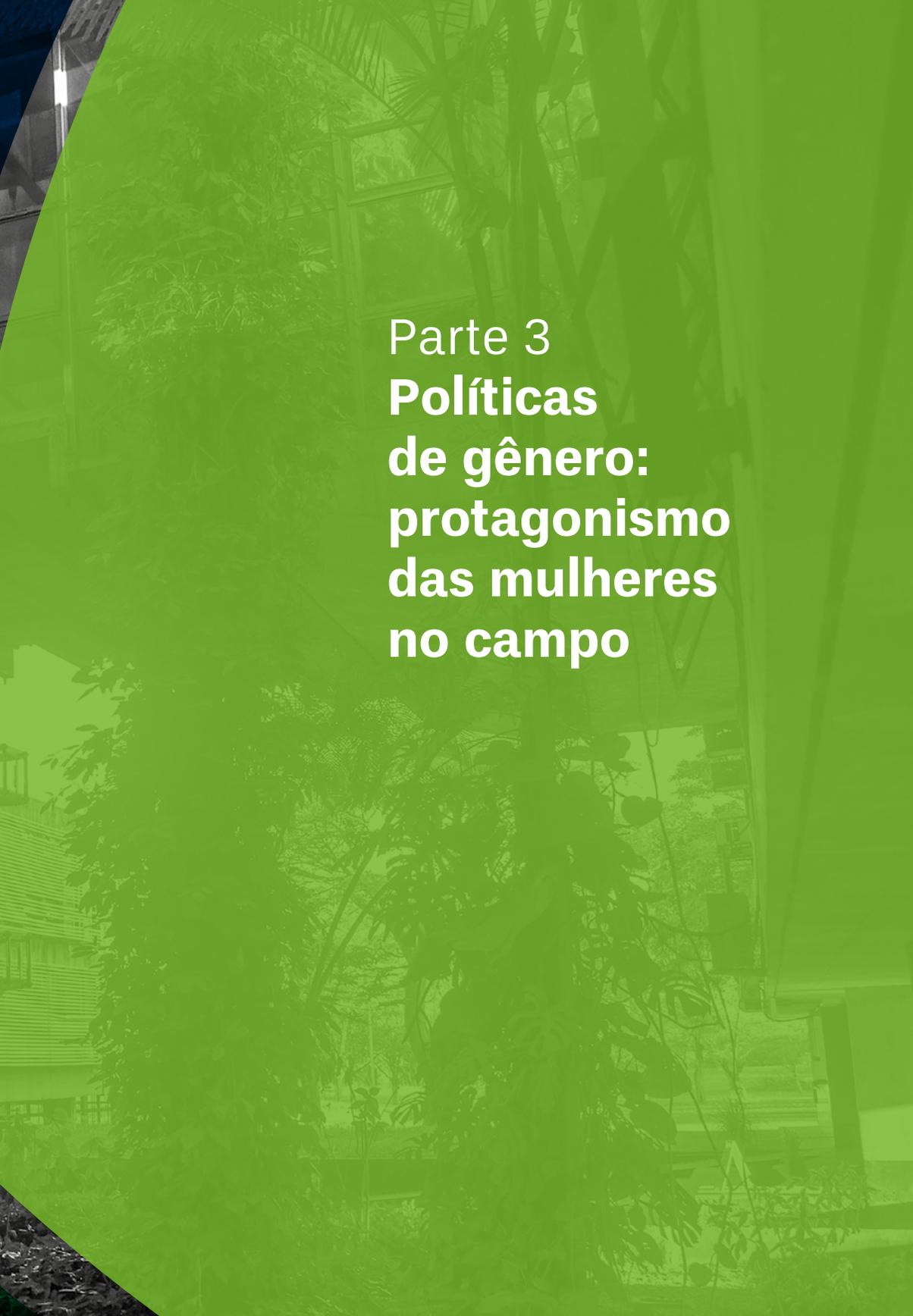
THEODORO, Suzi Huff *et al.* Stonemeal technology: changing the poverty scenario in Brazil. In: VAN STRAATEN, Peter; ORAN, Natalie. *Proceedings of the Second International Rocks for Crops Conference*. Nairobi and Kisumu, Kenya, p. 145- 170, 2009.

THEODORO, Suzi Huff, LEONARDOS, Othon Henry. Sustainable farming with native rocks: the transition without revolution. *Anais Acad. Bras. de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 78, n. 4, p. 715-720, 2006.

THEODORO, Suzi Huff. *A fertilização da terra pela terra: uma alternativa para a sustentabilidade do pequeno produtor rural*. 225 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília – UnB, 2000.

TCHOUANKOUE, J. P. *et al.* Rock Fertilizers as an Alternative to Conventional Fertilizers: The Use of Basalt from the Cameroon Volcanic Line for Maize Farming on Ferralitic Soils. In: GOREAU, T., CAMPE, J. *Geotherapy Innovative Methods of Soil Fertility Restoration, Carbon Sequestration, and Reversing CO₂ Increase*. 1ª ed. Florida/USA, CRC Press, 2015, v. 1, p. 445-458.

VALDEZ, Cláudio A. Flores; OSORIO, Gilberto Aranda. *Opuntia-based ruminant feeding systems in México*. 1997. Disponível em: <http://www.Jpacd.org>. Acesso em: 7 dez. 2016.



Parte 3
**Políticas
de gênero:
protagonismo
das mulheres
no campo**





7

Capítulo 7

Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica

Analine Almeida Specht¹

Newton Gomes Narciso Junior²

¹ Cientista Social pela UFGRS, mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader. Título da dissertação: Autonomia Crítica das mulheres rurais: a casa pode cair, elas querem voar (*e-mail*: analine.ana@gmail.com).

² Economista, doutor pela UnB, pós-doutorado pela Unicamp, professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e em Política Social da UnB. Linhas de pesquisa: políticas públicas segurança alimentar e nutricional, sistemas de abastecimento alimentar, questão agrária e desenvolvimento rural, necessidades humanas básicas e cidadania (*e-mail*: swnewtongomes@gmail.com).



7.1 Introdução

Na dinâmica da economia rural, a participação das mulheres é invisibilizada pela lógica orientada pelo *familismo*,³ presente na designação de campesinato ou agricultura familiar e que privilegia a figura masculina como chefe de família e representante dos interesses do conjunto da unidade familiar. Diferentemente das áreas urbanas, na unidade rural de produção familiar, há um compartilhamento do local de trabalho e de moradia, o que torna mais complexa a identificação da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo realizado por homens e mulheres.

Distintos agentes públicos e privados atuam na arena que circunscreve a dinâmica da economia rural. A economia capitalista atua para manter as assimetrias de gênero e, assim, garantir as condições de sua reprodução social, mantendo as necessidades de sustentabilidade da vida humana realizadas pelas mulheres fora do domínio econômico (público) monetário (FARIA, 2009; CARRASCO, 2006; MORENO, 2013). O sistema capitalista e o patriarcado⁴ operam ao longo dos séculos para controlar as estratégias de promoção da autonomia empreendidas pelas mulheres, tensionando as arenas de trabalho produtivo e reprodutivo em desfavor delas (FARIA, 2009).

Frente a esta estrutura social, que conforma as unidades produtivas da agricultura familiar e camponesa, as mulheres rurais em suas organizações e movimentos sociais reivindicam a construção da autonomia como forma de transformar as relações sociais. Esta agenda está presente nas pautas e mobilizações das mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas e da Via Campesina, destacadamente.

³ “O termo familismo faz referência à construção ideológica da família, é o conceito social e ideológico que se tem do grupo familiar. O familismo é a idealização da família nuclear como modelo socialmente desejável que choca e se contrapõe com a realidade que vivem as pessoas em seu cotidiano” (LEÓN, 2006, p. 46).

⁴ Forma de organização social que se baseia na autoridade paterna. No núcleo familiar, predomina a autoridade do pai de família sobre os demais membros do grupo; na sociedade, este sistema social, ideológico e político, se amplia e cristaliza no poder de decisão e na autoridade dos homens relegando as mulheres à submissão.

A centralidade na autonomia das mulheres que se expressa na agenda e mobilização dos movimentos e das organizações das trabalhadoras rurais é fortemente inspirada pela economia feminista. A partir desta compreensão teórica, é possível identificar os princípios da divisão sexual do trabalho como estruturantes das relações assimétricas entre homens e mulheres. A economia feminista também propõe metodologias e indicadores para visibilizar e valorizar o trabalho das mulheres, além de uma agenda teórica e prática de mudança das relações sociais.

O objetivo deste capítulo é estabelecer articulações teóricas entre a economia feminista e a concepção de autonomia crítica de Len Doyal e Ian Gough (1991, 1994) como uma necessidade humana básica a ser satisfeita para o exercício da cidadania plena. Tal articulação teórica é parte da pesquisa de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília. Para esta empreitada, foi realizada revisão bibliográfica sobre economia feminista, autonomia e autonomia crítica.

7.2 Mulheres rurais: uma leitura desde a economia feminista

A designação *mulheres rurais* guarda relação com uma afirmação política, construída por elas próprias desde a década de 1980 na conformação de unidade em torno de agendas e composição de alianças. Como sujeitos políticos, as mulheres rurais de diferentes movimentos sociais mistos agregaram lutas e estratégias para se constituírem como movimento autônomo em um período em que “não havia qualquer reflexão sobre as relações de gênero e nem sobre o feminismo” no campo político rural do Brasil (BUTTO, 2017, p. 150).

A condição das mulheres rurais na hierarquia familiar foi evidenciada por Maria Ignêz Paulilo (1987), ao mostrar que as noções de trabalho *leve* e *pesado* são categorias que variam de acordo com o sexo de quem trabalha e as condições de exploração da terra. Para a autora, essa situação está ligada à valorização social do homem na estrutura

social e não encontra relação apenas com a organização da família rural (PAULILO, 1987).

Essa expressão particular da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e camponesa caracteriza o trabalho das mulheres como *ajuda* ao trabalho produtivo realizado pelos homens, que são considerados os principais protagonistas da produção, os *chefes de família* (PAULILO, 1987). A invisibilidade, a baixa remuneração e a ausência desta resultam da desvalorização das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres e determina o não reconhecimento delas como agricultoras familiares ou trabalhadoras rurais.

A migração de famílias do campo para a cidade, especialmente a partir dos anos 1970 devido à escassez de terra e trabalho, fez com que a proporção de mulheres nas áreas rurais, especialmente as jovens, diminuísse entre os anos 1960 e 1990 (ABRAMOVAY, 1999). Segundo Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabbato (2009, p. 43), a “queda da ocupação feminina é um dos motivos da masculinização do mundo rural”, já que as jovens, especialmente, buscaram estratégias de sobrevivência nas cidades. Já nos anos 2000, registrou-se a manutenção do percentual de mulheres no campo, o que, segundo esses autores, pode ser, em parte, resultado de um efeito estatístico e, em parte, devido a mudanças nas políticas públicas.

Melo e Di Sabbato (2009) mostram ainda que as mulheres rurais estão majoritariamente ocupadas nas atividades de autoconsumo, 46,6% segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2006, e representam a maior parcela de população ocupada sem remuneração, 33,7%. A apropriação de renda das mulheres rurais é baixa em relação à dos homens. As atividades econômicas, quando realizadas por elas, auferem menores rendimentos e, quando passam a apresentar maiores ganhos monetários, são masculinizadas (MELO; DI SABBATTO, 2009).

De acordo com o Censo 2010,⁵ 34,1% das mulheres com dezesseis ou mais anos de idade nas áreas rurais não têm rendimentos. Dentre

⁵ Para mais informações, ver Estatísticas de Gênero: uma análise do Censo Demográfico 2010, do IBGE.

aquelas que obtêm renda, 50,5% têm rendimento mensal, considerando todas as fontes, de até um salário mínimo. O rendimento médio mensal das mulheres rurais é de R\$ 480,00, equivalendo a 63,5% do rendimento médio dos homens, que é de R\$ 755,00.

Embora as mulheres rurais atuem fortemente nas atividades produtivas, especialmente nos quintais produtivos, hortas, criação de aves e pequenos animais, entre outras que variam conforme a região do país, a sua participação econômica não se traduz em participação na gestão econômica da família e, tampouco, nos espaços de comercialização (NOBRE, 2005). A presença das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas é constituída por diferentes espaços e estratégias de atuação, desde a relação com os recursos naturais e o ambiente, passando pela sustentabilidade da vida, até as esferas de comercialização.

Essa caracterização derivada da divisão sexual do trabalho é comum ao conjunto das mulheres rurais, apresentando-se com algumas variações decorrentes do uso da terra, da identidade e da ocupação territorial, entre outras. As desigualdades de gênero e suas expressões no universo rural foram objeto de lutas e reflexões tanto nos movimentos sociais de mulheres e feministas como na academia. Na década de 1980, com o processo político de redemocratização vivenciado no Brasil, as mulheres passaram a participar mais ativamente nos movimentos e nos sindicatos rurais, apresentando uma agenda focada no reconhecimento dos seus direitos.

A ampliação da mobilização das mulheres tem expressão na Constituição de 1988, com a inclusão do artigo 189, que garante a elas o direito à terra e o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, assegurando-lhes direitos previdenciários e de seguridade social, conforme o artigo 202. Iniciativas de igualdade de gênero nas políticas de desenvolvimento rural tiveram início de “maneira muito limitada” a partir dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e por força da primeira edição da Marcha das Margaridas em 2001 (BUTTO, 2011, p. 16).

A partir de 2003, sob o primeiro mandato do então presidente da República Lula, foi elaborada “uma política pública integral de promoção da igualdade de gênero [...] espaços de diálogo com a sociedade

civil [...] direitos econômicos e políticos das trabalhadoras rurais” (BUTTO, 2011, p. 16). O Governo Federal implementou um conjunto de iniciativas voltadas à inclusão das mulheres na dinâmica da economia rural, executado pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR), no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ambos extintos em 2016, em articulação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, também extinta em 2016.

A DPMR se constituía como organismo responsável pela transversalidade de gênero no âmbito do MDA e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os objetivos da atuação da DPMR eram: articular e elaborar ações transversais que levem em conta os direitos econômicos das mulheres rurais; implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de igualdade de gênero no âmbito do MDA; contribuir para a formulação de políticas de promoção de igualdade de gênero, observando as relações étnico-raciais e geracionais; e articular ações interinstitucionais necessárias para implementação de políticas públicas para as mulheres rurais.

As políticas para as mulheres rurais desenvolvidas a partir da criação das novas institucionalidades passaram ser integradas aos principais programas do MDA, como o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional e Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) (BUTTO, 2011).

Além disso, foram desenvolvidos programas e ações finalísticas executados pela própria DPMR em parceria com outros órgãos e ministérios. A estratégia de atuação da DPMR, construída e dialogada com o conjunto dos movimentos sociais e organizações de mulheres rurais, foi pautada pela garantia de direitos econômicos e de cidadania delas com foco na promoção da autonomia das trabalhadoras rurais. Segundo Andrea Butto (2017, p. 33), “as políticas de promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais implementadas” contribuíram para a melhoria das condições de vida das trabalhadoras rurais pela “evolução

da renda” e pela “diminuição do trabalho não remunerado nesse segmento”. De outro lado, a autora destaca que os avanços promovidos pelas políticas públicas não se traduziram em “uma transformação mais ampla da condição das mulheres no país” (BUTTO, 2017, p. 33).

7.2.1 Expressões do feminismo rural para a autonomia crítica, uma compreensão materialista das relações sociais

As concepções críticas sobre o pensamento econômico tradicional cresceram desde o final do século XX, com os estudos nas áreas da sociologia econômica e da economia feminista, entre outras (ZELIZER, 2008). A crítica central reside na falsa ideia de conceber a economia moderna com uma autonomia tamanha capaz de se distanciar da sociedade e das relações sociais. O pretense universalismo do *homos economicus*, cuja ação é, exclusivamente, racional e voltada ao capital, mascara as imbricações das relações econômicas com a esfera social.

Estes dois campos de estudos situam as relações sociais como estruturantes da lógica da economia moderna e, com isso, alargam o conceito historicamente restrito a relações mediadas exclusivamente pelas esferas monetária e financeira. As relações e os contextos sociais são recolocados como constitutivos da economia moderna e, consequentemente, dotam as ações humanas de sentido a partir das diferentes estratégias de inserção no mercado.

Neste capítulo, buscaram-se subsídios no campo de estudos da economia feminista, que recoloca a base material como constituinte das relações sociais de gênero, ou de sexo, evidenciando o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres como central à sustentabilidade da vida humana e como condição de manutenção do sistema capitalista, reflexão negligenciada pela economia neoclássica (CARRASCO, 2006; KERGOAT; HIRATA, 2007).

O conceito de divisão sexual do trabalho requer a articulação teórica com o conceito de gênero como categoria de análise, compreendido como constituidor das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, como forma primeira de significação das

relações de poder (SCOTT, 1989). A categoria gênero é constituída por dimensões culturais, normativas e políticas, segundo Joan Scott, sendo que, neste estudo, será considerada, especialmente, a dimensão política por destacar a organização social como estruturante das relações sociais de gênero.

O conceito de gênero na abordagem da economia feminista é utilizado como categoria de análise, elemento constitutivo das relações sociais percebidas por meio das diferenças entre homens e mulheres e uma forma primeira de significar as relações de poder. A construção social do ser homem e do ser mulher na sociedade se dá em cada momento histórico e ocorre em todas as esferas da sociedade, quais sejam: econômica, política, social e cultural (SCOTT, 1989).

O termo gênero, portanto, não é sinônimo de mulheres. Ao contrário, é uma categoria que relaciona as construções sociais que, por sua vez, sustentam a desigualdade entre os sexos. O termo é controverso e até contraditório, como evidencia Maria do Carmo Delgado (2007, p. 46), que afirma, acerca do conceito de gênero, que “a interpretação mais comum tem levado, a meu ver, com frequência, a que a utilização desse conceito conduza à invisibilidade ou à diluição do sujeito político mulher”.

O conceito de gênero oferece à análise da economia feminista a identificação de papéis socialmente construídos, informados pela divisão sexual do trabalho o estabelecimento de trabalhos e domínios designados para homens e mulheres. O trabalho produtivo localizado na esfera pública é atribuído aos homens. Já o trabalho reprodutivo realizado na esfera produtiva configura uma atividade das mulheres.

Para as economistas feministas, o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres garante as condições de reprodução social, sustentando o sistema capitalista moderno, já que não é remunerado, valorizado e é invisível (CARRASCO, 2006). Dessa crítica teórica advém o conceito de sustentabilidade da vida humana como essencial à reprodução da sociedade e, portanto, pertencente ao universo da economia por meio do reconhecimento e da valorização da *economia do care* (CARRASCO, 2006; ZELIZER, 2008). Associada a esta ideia, a economia feminista traz a noção de autonomia econômica das mulheres,

tanto pela valorização do trabalho reprodutivo realizado por elas como por sua inserção nas esferas produtivas da economia.

7.2.2 *Autonomia e o feminismo*

A condição das mulheres rurais pode ser lida pela economia feminista, pois se expressa pela forte divisão sexual do trabalho e pela unidade entre os espaços de produção e reprodução, pressuposto sustentado por este campo de estudos e que embasa a proposta de alargamento do conceito de economia. Essa leitura em que a economia transcende as relações mediadas pelos campos monetário e financeiro também leva a uma noção de autonomia econômica para além da apropriação de renda, mas compreendendo outras dimensões que a compõem (BEZERRA, 2013).

A reivindicação por autonomia das mulheres tem origem nas ideias iluministas que subsidiaram a Revolução Francesa, pautada como agenda social e política e sustentada pela afirmação dos direitos iguais naturais, centrada na cidadania (PARDINA, 1995). A desigualdade entre homens e mulheres já não era considerada como natural, mas inserida em relações e processos sociais, creditada à educação⁶ que elas recebiam.

As primeiras inspirações feministas dentro do Iluminismo, encaçada por Olympe De Gouges,⁷ reivindicavam que a “igualdade entre os sexos era o primeiro passo para a autonomia” das mulheres, ideia esta que as levou a publicar a *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadania*, em contraponto à *Declaração dos direitos dos homens*, já denunciando a falsa universalidade (PARDINA, 1995, p. 154). As ideias iluministas de autonomia das mulheres carregavam um dilema para as feministas, já que propunham a igualdade e a emancipação de um lado, mas reafirmavam o determinismo biológico de outro.

⁶ A educação tinha grande peso para o Iluminismo por fazer os seres humanos mais livres.

⁷ Olympe de Gouges foi a autora da *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadania* em 1791. Em 1793, foi guilhotinada na Praça da Concórdia em Paris. A declaração está disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>.

Com o movimento sufragista inglês e norte-americano, a perspectiva da autonomia passa a contemplar “direitos correspondentes” à reivindicação por direitos iguais formais, como direitos no matrimônio, ao trabalho, à educação, acesso a cargos públicos e salário igualitário (PARDINA, 1995, p. 163). A inspiração das sufragistas no início do século XX teve cunho liberal, desde Stuart Mill⁸ e Harriet Mill.⁹ A ideia de autonomia liberal era centrada na garantia de direitos iguais formais para as mulheres individualmente conquistarem condição de igualdade. Estas ideias do feminismo liberal foram retomadas no pós-Segunda Guerra Mundial com um debate pautado na igualdade formal de oportunidades, na qual as mulheres devem, individualmente, criar estratégias de autonomia, mantendo a sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo.

A partir do século XX, a opressão das mulheres ganhou espaço nos debates marxistas, especialmente com Engels,¹⁰ que atribuiu a dominação masculina ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e da família monogâmica (TRAT, 2014) e, com Alexandra Kolontai,¹¹ que trouxe o tema da socialização do trabalho doméstico e de cuidados como uma das expressões da subordinação das mulheres na sociedade de classe. As socialistas colocaram na agenda a função social da reprodução que as mulheres desempenham e pautaram o Estado para garantir condições de exercício da autonomia para elas, por meio da oferta de serviços de socialização do trabalho doméstico e de cuidados.

Na esteira das socialistas, a reivindicação por autonomia passou a ganhar contornos coletivos a partir do debate de classe, como em Simone de Beauvoir (2009), para quem as possibilidades de autonomia individual dependem da situação econômica e social. A dimensão de sexo passou a ser compreendida como uma categoria social e política, pois as relações

⁸ John Stuart Mill, em 1866, quando eleito para a Câmara dos Comuns no parlamento inglês, apresentou petição pelo direito ao voto feminino. Compreendia que o trabalho digno para as mulheres era o cuidado com a casa.

⁹ Harriet Taylor Mill, filósofa inglesa, reivindicava, além do direito ao voto e da participação política para as mulheres, o direito ao trabalho e ao salário para as mulheres casadas.

¹⁰ Para ver mais, consultar a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

¹¹ Líder revolucionária russa, integrante do Partido Bolchevique e teórica marxista.

entre os sexos são relações de poder balizadas por uma ordem natural que conformou uma espécie de “colonização interior” mais resistente que qualquer tipo de segregação de classe (PARDINA, 1995, p. 178).

Para Teresa Pardina (1995), a autonomia das mulheres sofre com limitações impostas pelo patriarcado, que afastam as mulheres das áreas de tecnologia, da produção e da gestão. Quando as mulheres intervêm na produção, elas não a controlam e são afastadas de todo o processo que engendra a cadeia. “Se saber é poder, o patriarcado faz com que a mulher não esteja presente, ou então [esteja] muito residualmente nos círculos de poder” (PARDINA, 1995, p. 175, tradução nossa).¹²

A noção de autonomia reivindicada pelas correntes teóricas do feminismo se expressa em distintas dimensões a partir das suas diferentes influências e inspirações. Para este estudo, situaremos a investigação em torno da construção da autonomia, buscando articular a dimensão individual com a perspectiva de igualdade entre homens e mulheres inserida nas relações econômicas, sendo esta compreendida em sua noção alargada (MORENO, 2013).

Complementar a esta perspectiva de autonomia advinda dos movimentos e das correntes teóricas do feminismo, a autonomia crítica de Len Doyal e Ian Gough (1994), compreendida a partir do *querer para ser*, remete às aspirações construídas nas atividades concretas ou imaginárias das pessoas. A concepção de necessidades humanas decorre de duas vertentes: uma diz respeito aos requerimentos imediatos para afastar uma situação de risco e outra que se desenvolve no campo das vontades e dos desejos, não comportando uma hierarquia entre estas (GOMES JUNIOR, 2015).

Doyal e Gough (1991) assinalam que o conceito de necessidades humanas por eles elaborado constitui uma crítica ao liberalismo, pelo caráter individualista e privado das necessidades, e ao marxismo ortodoxo, que atribui as necessidades às construções do mercado e do Estado. Embora Marx admitisse a existência de necessidades humanas

¹² No original “Si saber es poder, el patriarcado busca evitar que las mujeres estén presentes o que residan en círculos de poder”.

objetivas, ele considerava que estas eram reificadas socialmente pelas condições existentes em dado momento por força da mercantilização ou da atuação do Estado, “Marx entendia que as relações sociais do capitalismo seriam constituídas exclusivamente para levar a uma verdadeira explosão na produtividade humana e na expectativa material, gerando um sistema de necessidades constantemente lucrativo” (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 13, tradução nossa).¹³

Deste ponto, a prioridade de atuação das forças socialistas deveria ser a mudança das bases econômicas e a consequente construção de necessidades reais, livres da incidência da superestrutura. Doyal e Gough consideram que esta perspectiva das *socialist politics* é centrada numa conquista futura, pós-capitalista, impossibilitando a qualificação das reais necessidades no contexto atual, apontando para um “futuro vazio de conteúdo substantivo”¹⁴ (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 28, tradução nossa). Os autores, em perspectiva dialética, consideram que a ideia de um progresso revolucionário futuro comporta uma leitura das carências que não são realizadas no presente. Neste cenário, o conceito de necessidades humanas básicas ganha centralidade ao especificar precisamente as deficiências e como elas podem ser superadas na prática. Assim, “Marxistas devem compreender que a existência de necessidades humanas são as mesmas agora como serão no futuro – em todos os lugares e para todos” (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 28, tradução nossa).¹⁵

Esta leitura crítica do marxismo apresentada por Doyal e Gough (1991) tem como pano de fundo a tensão entre o relativismo histórico e o universalismo, presente nos escritos do próprio Marx e de autores filiados a esta corrente de pensamento. Em que pese tal crítica, os autores constroem o conceito de necessidades humanas básicas universalista, mesmo considerando que não existem sujeitos de necessidades,

¹³ No original “Marx thought that the social relations of capitalism are uniquely constituted to lead to a veritable explosion in a human productivity and material expectation, bringing in their train a constantly enriched system of needs”.

¹⁴ No original “for a future empty of substantive content”.

¹⁵ No original “Marxists must be committed to the existence of human needs which are the same now as they will be in the future – everywhere and for everyone”.

mas relações entre indivíduos que interagem para suprir necessidades comuns e se tornam sujeitos (PEREIRA, 2006).

Doyal e Gough (1991) não consideram as relações sociais de gênero, embora este termo esteja presente na análise dos autores mais em perspectiva distorcida como sinônimo de mulheres do que como categoria de análise relacional entre os sexos, conforme Joan Scott. A teoria de Doyal e Gough (1991, 1994) contempla as mulheres como uma condição de especificidade, na qual é enfatizado o papel social reprodutivo delas pela maternidade. Autores, que seguem uma perspectiva materialista e dialética para suas análises e construção teórica, não consideram as relações sociais de gênero como um potencial limitante estrutural para a construção da autonomia, tanto a de agência como a crítica. Apenas relacionam as possibilidades de autonomia com a esfera da reprodução biológica como um papel exclusivo das mulheres. Parecem incorrer na mesma lógica das correntes marxistas universalistas, na qual o indivíduo revolucionário é representado por um homem branco.

7.3 Autonomia crítica

Doyal e Gough (1991; 1994) compreendem o ser humano como ser social, fundamentalmente, e não apenas como seres da natureza. Esta compreensão de autonomia como capacidade crítica de sociabilidade tem raízes numa leitura da sociedade estrutural, em perspectiva histórica e social. Por ser uma concepção que compreende as relações sociais como estruturantes da sociedade, e por contemplar a interação da noção de autonomia entre o individual e o coletivo, esta perspectiva é próxima, teoricamente, daquela que é sustentada pela economia feminista.

A autonomia como necessidade humana diz respeito à ideia de que sem autonomia “nenhum homem ou mulher poderá participar e fazer escolhas genuínas e informadas” (PEREIRA, 2006, p. 7). A autonomia, nessa concepção, comporta uma transmutação do significado de necessidade, dado que as condições estão em permanente movimento de acordo com o sistema de valorações e inseridas nas relações sociais (DOYAL; GOUGH, 1991). Logo, esta noção de autonomia reconhece

as necessidades universais e particulares, ou a interação entre individual e coletivo, como forças que são mutuamente afetadas conforme o contexto social (PEREIRA, 2006).

A autonomia individual relaciona-se com a iniciativa pessoal para uma determinada ação fundamentada em escolhas, referentes “à sua capacidade de formular objetivos e estratégias consistentes que acreditam ser de seu interesse, bem como de suas tentativas de colocá-los em prática nas atividades em que se engajam”¹⁶ (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 59-60, tradução nossa). De acordo com a teoria de Doyal e Gough (1991), a autonomia individual depende de três chaves efetivas: o grau de conhecimento que uma pessoa tem sobre si mesma, capacidades psicológicas de formular opiniões sobre si mesmas e oportunidades objetivas que permitem a ação.

O autoconhecimento é construído pela interação social, pelas trocas de conhecimento sobre as linguagens e práticas nas mais variadas culturas, o que pode conduzir a diferentes graus de autonomia e de capacidade de negociação. As capacidades psicológicas (emocional e cognitiva) dizem respeito à saúde mental como um importante componente racional para a autonomia.

Os autores exemplificam a relação entre saúde mental e o nível de autonomia com a depressão quando acomete pessoas em situação de desemprego, o que causa desalento, desmotivação e implica diretamente na capacidade individual de autonomia. Outro exemplo é o transtorno de ansiedade ilustrado pelos autores a partir da realidade da maioria de mulheres que são sobrecarregadas pelos trabalhos produtivo (remunerado) e reprodutivo (doméstico e de cuidados), o que implica em constante gestão de tarefas e impossibilita, na maioria das vezes, períodos de descanso ou de lazer.

As oportunidades objetivas são relacionadas às atividades significativas que as pessoas exercem ou querem exercer por meio de sua

¹⁶ No original “As we have seen, individuals express their autonomy with reference to their capacity to formulate consistent aims and strategies which they believe to be in their interests and their attempts to put them into practice in the activities in which they engage”.

autonomia de escolha em um grau mais profundo e informado. Não se trata de fazer escolhas possibilitadas pela liberdade de agência ou de ação, apenas, mas de oportunidades de participação em diferentes espaços ou instâncias sociais em acordo com as regras sociais ou contra estas. As oportunidades objetivas podem levar a escolhas informadas, para além da interpretação das regras culturais e sociais, mas tomadas a partir de um senso profundo que os autores chamam de autonomia crítica.

Doyal e Gough (1991) compreendem a autonomia em duas dimensões: a autonomia da ação (ou de agência), relacionada à ação livre de constrangimentos, e a autonomia crítica, que corresponde às capacidades de avaliação das pessoas a respeito da mudança de regras e práticas (PEREIRA, 2006). Segundo essa teoria, existem quatro pré-condições sociais comuns a todos os tipos de sociedade ou de culturas, que devem ser satisfeitas para garantir a sobrevivência e a prosperidade, quais sejam: a produção — relacionada à produção material (casa, comida), a base econômica; a reprodução — que diz respeito à reprodução biológica e à socialização dos cuidados das crianças; a transmissão cultural — referente à capacidade de apropriação das regras e costumes culturais, tanto pela educação formal como a informal, transmitida pelas relações sociais; e a autoridade — relacionada ao exercício de um sistema de poder capaz de assegurar que as regras que sustentam a sobrevivência e a satisfação das necessidades humanas sejam compartilhadas e seguidas.

As pré-condições sociais apresentadas dizem respeito à interação existente entre a ação individual e a coletividade, dando sentido às possibilidades de escolha.

Atores são socializados de acordo com as seguintes regras: expressões de objetivos e crenças, mantidos e aplicados coletivamente. Vão do obviamente público [...] àquelas que parecem essencialmente privadas. Tais regras constituem os parâmetros do nosso senso próprio e dos outros — nossa visão individual do que (formalmente) é e não é possível em termos privados e públicos. Assim, a autonomia necessária para uma ação bem-sucedida não é comprometida pela necessidade de seguir regras. Ao contrário, são precisamente

as restrições normativas de nosso ambiente social que tornam a escolha específica a ser feita, e não uma possibilidade real (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 77, tradução nossa).¹⁷

Para Doyal e Gough (1991), a autonomia necessária para uma ação exitosa não significa a exigência de seguir regras socialmente estabelecidas, mas, em sentido dialético, são as restrições normativas sociais que permitem uma determinada escolha. A compreensão dos autores sobre as mulheres é restrita a uma percepção essencialista, por sua capacidade reprodutiva, a maternidade — já que a sobrevivência das culturas depende, em algum grau mínimo, da satisfação das necessidades básicas pré e pós-natal. Embora os autores esbocem uma crítica ao excessivo peso dado por Engels em sua análise matrilinear pré-capitalista, os elementos estruturais da hierarquia de gênero informados pela divisão sexual do trabalho não figuram no arco de suas problematizações.

Esta ausência fica mais flagrante na discussão feita pelos autores sobre a otimização da satisfação das necessidades humanas, em que abordam as disputas presentes nas diferentes estratégias que podem ser empreendidas para tal otimização. Doyal e Gough (1991, 1994) discutem as divergências fundamentais que incidem sobre as escolhas na prática, mas desconsideram as relações de gênero como lócus de disputa para a satisfação das necessidades de homens e mulheres, que não são homogêneas.

A hierarquia de gênero, construída socialmente ao longo da história da humanidade, conferiu privilégios masculinos para a satisfação

¹⁷ No original “Actors are socialised into following rules – expressions of collectively held and enforced aims and beliefs. These will range from the obviously public [...] to those which seem essentially private. Such rules constitute the parameters of our sense of self and of others – our individual vision of what (formally) is and is not privately and public possible. Thus, the autonomy necessary for successful action is not compromised by the necessity to follow rules – quite the opposite. It is precisely the normative constraints of our social environment, which make the specific choice to do rather than y a real possibility”.

de suas necessidades básicas físicas e de autonomia, tanto a de agência como a crítica. As necessidades básicas físicas masculinas são sanadas pelo trabalho doméstico e de cuidados (reprodutivo) realizado pelas mulheres, que garantem condições de reprodução da força de trabalho e de reprodução social das famílias. A autonomia de agência como liberdade de ação pode ser considerada um privilégio histórico masculino, que conferiu aos homens a participação na esfera pública, na racionalidade e na cultura. Às mulheres, ao contrário, coube a limitação da esfera privada, da natureza a ser dominada, portanto, com restrição do exercício da autonomia de agência.

A divisão sexual do trabalho informa os privilégios masculinos no exercício das escolhas, que são compreendidas compulsoriamente como escolhas benéficas para o conjunto da família, por exemplo, como tratado na primeira parte deste capítulo. Se as condições de escolhas privilegiam um sexo em detrimento de outro, pode-se considerar a existência de uma disputa permanente pelas condições de otimização da satisfação das necessidades individuais motivada pela assimetria de gênero. A perspectiva de satisfação das necessidades humanas básicas requer considerar a existência de uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres como uma dimensão limitante para a otimização das estratégias e que representa uma potencial divergência fundamental para a autonomia.

A divisão sexual do trabalho, conforme Hirata e Kergoat (2007), oferece uma compreensão crítica para a teoria da autonomia como uma necessidade humana básica de Doyal e Gough (1991, 1994). Em todas as dimensões das pré-condições sociais produção, reprodução, cultura e autoridade política, cabem a aplicação dos princípios de hierarquia (atividades masculinas mais valoradas socialmente que as das mulheres) e separação (esfera pública de domínio masculino e esfera privada de domínio feminino).

Tal concepção é capaz de explicar a negação da participação das mulheres na esfera pública — compreendida na produção e na autoridade política; a invisibilidade e a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados — relativa à esfera reprodutiva da vida; e finalmente

esta separação entre os domínios público e privado construída e difundida socialmente, que compreende as mulheres como agentes sociais localizados fora da transmissão cultural (ou racionalidade) e restritas a expressão da natureza (essencialismo biológico).

Doyal e Gough (1991) sugerem indicadores de autonomia numa perspectiva universal, classificando-os em grupos conforme a possibilidade de captação e comparação de dados universais. A classificação dos autores corresponde a: *i*) razoavelmente confiável — pela disponibilidade dos dados universalmente; *ii*) ideia de operacionalização — dados disponíveis em cinco países; e *iii*) sugestão especulativa — indicadores não aplicados em perspectiva de larga escala. Os indicadores propostos pelos autores dialogam com as três variáveis-chaves da autonomia individual — autoconhecimento ou compressão de si mesmo (*understanding*), capacidades cognitivas ou saúde mental (*mental health*) e oportunidades (*opportunities*). Dentre os indicadores propostos por Doyal e Gough (1991), aqueles referentes à alfabetização e ao uso do tempo — dirigido ao trabalho doméstico e de cuidados — das mulheres e dos demais membros da família, mostram-se pertinentes à realidade das trabalhadoras rurais.

Entretanto, alguns indicadores propostos pelos teóricos da autonomia crítica assumem um caráter universalista e amplo, não comportado na realidade das mulheres rurais. Assim, parece pertinente uma adequação mínima entre a proposta de caráter universal e a realidade das mulheres rurais, pela articulação metodológica, entre a concepção de autonomia de Doyal e Gough (1991, 1994) e àquela proposta pelas correntes feministas que dialoga com a “situação das mulheres [...] compreendida a partir das próprias mulheres, de suas potencialidades, de sua riqueza, e não somente daquilo que falta para se igualarem aos homens” (TEIXEIRA, 2012, p. 13).

Nesta perspectiva, indicadores de autonomia crítica para mulheres rurais podem ser integrados por dimensões apontadas nas metodologias feministas que buscam identificar a incidência dos princípios da divisão sexual. Tais dimensões são referentes à identificação dos trabalhos realizados pelas mulheres rurais — produtivo e reprodutivo; a

participação delas na produção e na comercialização, contemplando a inserção em mercados ou circuitos de comerciais. Essa dimensão aponta para a visibilização das atividades em que as mulheres rurais estão inseridas e podem ser relacionadas com as condições efetivas de sua participação política e social. A participação das mulheres na produção e na comercialização da produção agrícola guarda estrita relação com a criação de condições de autonomia crítica, visto que se relaciona com a possibilidade de percepção de renda, indicador fundamental para autonomia.

O uso do tempo livre figura como indicador de autonomia crítica, entretanto desprovido de uma intencionalidade de evidenciar a divisão sexual do trabalho. Assim, o tempo dedicado ao trabalho doméstico em casa e por sexo indica a sobrecarga de trabalho sobre as mulheres rurais, além de possibilitar a relação com outros indicadores propostos por Doyal e Gough (1991, 1994), como eventuais prejuízos à saúde física e mental.

Além destes, identificar as condições materiais de sobrevivência das mulheres rurais como regime de propriedade do local de moradia (terra), acesso à água e bens comuns e mobilidade mostram-se necessários dada a característica da dinâmica rural. As condições históricas de ocupação do território brasileiro conformaram uma situação de desigualdade no acesso à terra e aos bens comuns, sendo comum que as famílias da agricultura familiar e camponesa enfrentem restrições severas de sobrevivência e vida digna. Tais restrições de ordem material e concreta incidem diretamente sobre as condições de reprodução social de mulheres e de homens, sendo que para elas representam impedimentos de acesso básico à cidadania, como direito à propriedade ou território, à participação econômica e, conseqüentemente, à autonomia.

A articulação entre o conceito de divisão sexual do trabalho e a teoria da autonomia crítica pode ser estabelecida graças à concepção dialética de Doyal e Gough (1991) sobre a capacidade de ação individual a partir da interação coletiva e das restrições normativas. A possibilidade de autonomia crítica pode ser informada pela compreensão das restrições que se desdobram pela divisão sexual do trabalho e oferece um caminho para visibilizar as estratégias empreendidas pelas mulheres

para a satisfação das necessidades básicas humanas, bem como para a sustentabilidade da vida humana. A teoria da autonomia crítica de Doyal e Gough (1991, 1994), como uma necessidade humana básica, recoloca em termos teóricos uma agenda histórica dos movimentos feministas, o que pode significar uma grande contribuição acadêmica e política para o tema.

Estas teorias de inspiração materialista mostram-se adequadas para a operacionalização do conceito de divisão sexual do trabalho por considerarem as relações sociais de gênero a partir das diferentes realidades vividas pelas mulheres no tempo e no espaço. Os princípios da divisão sexual do trabalho — separação (entre as esferas pública e privada da vida) e hierarquização (trabalho realizado pelos homens tem maior valor do que o trabalho realizado pelas mulheres) — organizam a estrutura das relações sociais de gênero (KERGOAT; HIRATA, 2007).

A autonomia crítica oferece às correntes feministas de inspiração materialista uma contribuição teórica essencial ao colocar a capacidade de escolha e de intervenção social como uma necessidade humana, ao contrário das teses majoritariamente difundidas de cunho liberal que a consideram apenas no campo subjetivo e individual. Outro ponto de contato entre o feminismo e a autonomia crítica diz respeito à plasticidade do conceito, não restrito ao econômico como expressão do monetário. A autonomia crítica comporta algumas dimensões que na economia feminista são consideradas na perspectiva de libertação para as mulheres, desde que informada e dotada de sentido de mudança social a partir do seu contexto.

7.4 Considerações finais

A divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com as atividades domésticas e de cuidados tende a se colocar como um fator de restrição à autonomia crítica das mulheres rurais na medida em que impede maior tempo dedicado por elas para a atuação em atividades produtivas.

A proposta de indicadores para a autonomia crítica que subsidiou este artigo mostrou-se parcialmente adequada à realidade das mulheres rurais. A divisão sexual do trabalho como um condicionante material e estrutural que incide sobre a vida das mulheres relaciona-se com as suas possibilidades de autonomia crítica. Incorporar indicadores construídos a partir da economia feminista permite evidenciar a incidência dos princípios de separação e hierarquia da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres, o que oferece uma compreensão integral de sua realidade.

Como resultado desta breve análise são apresentados os seguintes componentes de indicadores complementares à autonomia crítica das mulheres rurais: trabalho doméstico e compartilhamento do uso do tempo; condições materiais: mobilidade, bens comuns e regime de propriedade do local de moradia; renda; e acesso a mercados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28, n. 1,2 3 e 29, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. *Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na região oeste potiguar 2008/2012*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). *Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: JESÚS, Vara Maria. *Estudios sobre género y economía*. Madri: Akal, 2006.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do governo do PT na Prefeitura de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. O direito à satisfação das necessidades. *Revista de Cultura e Política*, Lua Nova, n. 33, São Paulo, ago. 1994.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. *A theory of human need*. London: London Macmillan, 1991.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

GOMES JUNIOR, Newton Narciso. *Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.

KERGOAT, Daniëlle; HIRATA, Helena. *Novas Configurações da divisão sexual do trabalho: Genre, Travail, Mobilités*, Centre National de la Recherche Scientifique. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, set./dez. 2007.

LEÓN, Magdalena. Neutralidad de género y políticas públicas en las reformas agrarias de América Latina. *Nómadas*, n. 24, Universidad Central, Colombia, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. BUTTO, Andrea (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 31-117.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. *Além do que se vê: uma leitura das contribuições do feminismo para a economia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. *Feminismo e luta das mulheres: análise e debates*. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2005.

PARDINA, Teresa López. Autonomia. In: AMOROS, Celia (org.). *10 palabras clave sobre mujer*. Ed. Verbo Divino: Pamplona, 1995, p. 151-188.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, jan./fev. 1987.

PEREIRA, Potyara. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque de gênero. *Revista Sociedade em Debate*. Pelotas, v. 12, n. 1, p. 67-86, jun. 2006.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

TRAT, Josette. Friedrich Engels: da propriedade privada à sujeição das mulheres. In: *Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. CHABAUD-RYCHTER *et al.* Tradução Lineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

TEIXEIRA, Marilane. Sistema de Indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. In: CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. Tradução: José Valenzuela Perez. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012.

ZELIZER, Viviane. L'économie du care. *Revue Française de Socio-économie*, n. 2, p. 13-25, 2008.





Capítulo 8

O lugar da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) nas políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai: ideias e paradigmas de políticas de gênero

Caroline Buosi Molina¹
Moisés Villamil Balestro²

¹ Engenheira Florestal, mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader, Faculdade UnB de Planaltina. Dissertação intitulada Influências da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) do Mercosul na construção de políticas públicas para as mulheres rurais no Paraguai e Uruguai (*e-mail*: carolinemolina@gmail.com).

² Doutor em Ciências Sociais, professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e do Programa de Estudos Comparados sobre

8.1 Introdução

A partir do início dos anos 2000, a América do Sul iniciou um processo de fortalecimento e ampliação da integração regional por meio da construção de uma governança regional democrática com a incorporação dos atores e movimentos sociais a partir do início de entrada de governos progressistas no Uruguai, no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Dentro das diversas iniciativas de integração regional que contaram com a participação da sociedade civil envolvendo os países do bloco, a Reunião Especializada de Agricultura Familiar (Reaf) constitui uma experiência inovadora que aproximou os Estados em temas concretos vinculados à agricultura familiar (FIDA, 2015).

Criada em 2004, a Reaf, órgão assessor ao Grupo Mercado Comum (GMC), congrega representantes de órgãos federais atrelados ao desenvolvimento rural dos países membros e associados ao bloco e representações da sociedade civil (REAF, 2017).

Neste ambiente, foi criado o Grupo de Trabalho de Gênero, do qual participam representantes dos governos e movimentos sociais, e que instituiu uma agenda própria em articulação com outros GTs,³ buscando promover, através de diferentes iniciativas, o fortalecimento e desenvolvimento de políticas de igualdade de gênero para a agricultura familiar e dar suporte à adequação de normativos e instrumentos. Apesar das assimetrias no desenho e na implementação das políticas entre os Estados, os espaços de diálogo da Reaf contribuíram para a introdução da agenda de gênero nos respectivos países (AECID, 2009).

Ainda não há reflexões sistematizadas sobre o avanço da elaboração e implementação de políticas para as mulheres rurais no Mercosul a partir de diálogos e recomendações oriundos da Reaf. E tampouco a difusão e convergência de discursos têm dado suporte a análises sobre

as Américas, Universidade de Brasília (*e-mail*: mvbalestro@gmail.com).

³ Os demais grupos de trabalho são: Juventude Rural, Acesso a Terra e Reforma Agrária, Facilitação de Comércio, Mudanças Climáticas, além do Grupo Técnico de Registros da Agricultura Familiar.

esta perspectiva acerca das políticas públicas enquanto trama complexa e com contradições. Entender em que medida as ideias e os discursos constituídos no âmbito dessa reunião especializada desempenharam um papel no desenho de políticas específicas, ações ou estratégias de efetivação de igualdade de direitos para as agricultoras familiares nos países do bloco é algo relevante para apreender a dinâmica regional de circulação de ideias e de experiência de desenvolvimento rural.

Assim, a objetivo deste capítulo é analisar as ideias e os paradigmas de políticas públicas nos debates e nas recomendações da Reaf e sua incidência na elaboração e implementação de políticas para as mulheres rurais em dois países membros do Mercosul — Paraguai e Uruguai — a partir dos trabalhos impulsionados pela Reaf.

A seleção dos países deu-se pelas singularidades de suas conformações do rural; a distinta importância socioeconômica da categoria social em cada país; o nível de organização da sociedade civil; as diferentes orientações políticas partidárias dos governos que estiveram à frente destes Estados nos últimos anos. O Paraguai é o país com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar no Mercosul, representando 93,1% de todos os estabelecimentos do país (SCHNEIDER, 2016) e que, historicamente, tem passado por sequentes governos conservadores. O Uruguai é o país com menor número de estabelecimentos da agricultura familiar, que correspondem a 46,9% do total do país (SCHNEIDER, 2016) e, desde 2005, tem tido à frente governos mais progressistas. Ademais, ambos têm ativa participação e atuação na Reaf.

Os dados coletados para a análise empírica foram: notícias; atas de reuniões do GT Gênero e seções nacionais e regionais da Reaf; documentos e estudos produzidos pelo GT Gênero e pela Reaf; normas, leis e dados censitários sobre mulheres rurais nos países. Foram realizadas, ainda, doze entrevistas em profundidade com a equipe da Secretaria Técnica da Reaf, os gestores governamentais e os representantes de organizações e movimentos sociais do Paraguai e Uruguai. A análise das atas e entrevistas foram agrupadas como elementos do discurso coordenativo, por se referirem a discursos que constituem as interações entre atores e atrizes com conflitos, divergências e convergências.

Para o discurso comunicativo, foram considerados documentos públicos, notícias e materiais de divulgação dos programas e políticas que revelam como as ideias, os paradigmas e a persuasão são comunicadas ao público em geral (sociedade como um todo e aos beneficiários das políticas). Seguindo Miles e Huberman (1994) nas técnicas de análise qualitativa, foram elaboradas cinco categorias de análise, respaldadas por conceitos teóricos na pesquisa, sendo: categoria 1 – ideias normativas sobre gênero; categoria 2 – definição do problema; categoria 3 – paradigmas de política pública; categoria 4 – influências da Reaf; categoria 5 – desenvolvimento da política.

O capítulo está dividido em quatro partes. A primeira parte apresenta os elementos teóricos para uma análise institucional das políticas públicas. Nesta parte, são apresentados e discutidos os principais conceitos do institucionalismo discursivo, das ideias e dos paradigmas de políticas públicas. A segunda parte trata dos debates das políticas para a agricultura familiar no Mercosul que ocorreram a partir da Reaf. Já a terceira parte traz a análise das ideias, dos paradigmas e dos discursos em torno da agenda das políticas públicas para as mulheres rurais considerando a circulação destas ideias e paradigmas entre o GT de gênero da Reaf e as políticas públicas para mulheres rurais no Uruguai e no Paraguai. Por fim, na quarta parte, são apresentadas as considerações finais.

8.2 Elementos para uma análise institucional das políticas públicas

A abordagem teórica deste capítulo tem dois construtos fundamentais. O primeiro refere-se à abordagem institucional da análise das políticas públicas, e o segundo, aos estudos e debates do feminismo em relação aos paradigmas de políticas públicas presentes na formulação e implementação de programas e instrumentos para as mulheres rurais no Paraguai e Uruguai entre 2004 e 2017.

A perspectiva institucional de análise busca explicar a sociedade através de suas instituições e consolidar-se como uma referência teórica

na ciência política que contrapõe os modelos anteriores, recolocando o Estado como foco analítico sobre as políticas públicas (ROCHA, 2005). Há diferentes tipos de institucionalismos que conferem distintos conceitos ou ênfases na análise institucional. Seja no institucionalismo construtivista (HAY, 2006) ou no discursivo (SCHMIDT, 2004, 2015), é atribuído um importante papel às crenças, ideias, representações sociais e aprendizagem nas políticas públicas, estas concebidas como resultado das interações sociais e valores comuns (GRISA, 2011).

O interesse em estudar o institucionalismo deve-se ao fato da sua direta relação com os aspectos sociais e econômicos da sociedade, e a sua incidência sobre a formulação de políticas públicas. A Reaf, instituição formal estudada, possui seu próprio quadro normativo, regras de funcionamento e atribuições formais e dispõe de uma série de acordos entre os países membros e associados e práticas discursivas que a caracteriza.

O presente trabalho se mune de elementos do institucionalismo histórico, para analisar processos, eventos realizados e decisões tomadas ao longo da trajetória da Reaf e do GT Gênero e que influenciaram nas decisões posteriores do Uruguai e Paraguai; e, especialmente, do institucionalismo discursivo que abarca a análise sobre os discursos e as ideias que emergem e circulam nesta arena, incluindo a compreensão sobre gênero e feminismo, e de que forma repercutem e motivam a construção de políticas e instrumentos para mulheres rurais por estes países. O institucionalismo discursivo aporta a compreensão de que o processo de formulação de políticas públicas é interativo, e que ideias e discursos são formulados dentro de um determinado contexto, que não pode ser desconsiderado.

Nesse âmbito, o institucionalismo discursivo, discutido, sobretudo, por Vivien Schmidt, destaca a importância de compreender a realidade política e social por meio do conteúdo substantivo das ideias e dos processos interativos do discurso no contexto institucional (SCHMIDT, 2015). Esta autora chama a atenção para o que ela denomina democracia discursiva, que trata da “importância do discurso e da argumentação no rompimento do monopólio da elite na tomada de decisões” (SCHMIDT, 2015, p. 7). No caso da Reaf, por mais que

ela não seja a instância máxima deliberativa, já que está vinculada ao Grupo Mercado Comum, com autonomia restrita, toda a conformação dos elementos formais e informais que compõem sua estrutura, e o ambiente de circulação de ideais e discursos, oportuniza e fomenta a democracia discursiva.

O institucionalismo discursivo tem dois tipos fundamentais de discurso; coordenativo e comunicativo. O coordenativo é composto por atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, que constroem novas ideias, narrativas e argumentos, com conflitos, divergências, convergências e diferentes graus de influência. Esses atores, mesmo não pactuando as mesmas ideias, crenças ou interesses, organizam-se em grupos a fim de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas. O discurso coordenativo geralmente ocorre em arenas fechadas ou restritas, sem interação do amplo público. A coalizão do discurso é a maneira mais usual de conceber tais organizações (SCHMIDT, 2015). No caso da Reaf, esse tipo de discurso está presente nas seções nacionais, nas reuniões dos GTs e na própria reunião bianual da Reaf, promovido por gestores públicos, técnicos e representantes das organizações da agricultura familiar.

O segundo tipo, comunicativo, é formado por líderes políticos, políticos eleitos, membros de partidos, empresários políticos que apresentam as políticas públicas para a deliberação e legitimação pública. Eles também atuam junto à mídia e aos grupos de interesse (SCHMIDT, 2015). No caso da Reaf, seus principais porta-vozes são o alto escalão do Ministério da Agricultura (Mapa) e do agora extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (antigo MDA) e órgãos correlatos, que se expressam por meio de entrevistas, matérias em *sites*, documentos e pronunciamentos oficiais.

Os discursos coordenativo e comunicativo guardam relação entre si, mas nem sempre há um alinhamento entre suas dimensões. Por vezes, políticos e tomadores de decisão, por exemplo, podem defender ideias diferentes na esfera de coordenação e na comunicativa. As arenas que integram a Reaf — seções nacionais, reuniões dos grupos de trabalho, seções regionais — representam, essencialmente,

a interação de discursos de coordenação dos diferentes atores, mas que, muitas vezes, precisam ser levados e aprovados por instâncias discursivas comunicativas para legitimação pública. O foco da análise é entender em que medida as interações entre ambos os discursos, munidos de ideias sobre gênero e feminismo, e os paradigmas influenciam na elaboração de políticas públicas para as mulheres rurais no Paraguai e Uruguai.

8.2.1 Um olhar feminista do Estado e na análise institucional das políticas públicas

Sob a ótica feminista, pretendida neste estudo, há percepções que devem ser assinaladas a respeito das perspectivas de análise institucional discursiva.

Inicialmente, é relevante afirmar que as ideias não existem por si só, elas são o conteúdo substantivo do discurso. Os agentes, através do discurso, transmitem-nas, não como representação, mas como interação e argumentação discursiva, de modo a promover uma ação. Tapia e Gomes (2008, p. 249) alertam para a incorporação muitas vezes “residual ou exógena das ideias nas explicações sobre escolhas públicas, definição e implementação de políticas”. Os autores rejeitam as correntes que sustentam a superioridade das instituições ou a anterioridade das ideias sobre os interesses e apontam que interesses e ideias se constituem reciprocamente.

O discurso, da mesma forma, também requer agentes que o articule, em processos que podem envolver discussões, deliberações, negociações e contestações (SCHMIDT, 2015). Assim como pontuado por Schmidt e Radaelli (2004), o interesse analítico deve estar em saber quando ideias e discursos exercem influência causal na mudança política, ou seja, quando redefine interesses em vez de meramente refleti-los.

Sobre este prisma, é crucial delimitar que ideias e discursos não são produtos aleatórios e devem ser investigados a partir dos interesses em jogo e do contexto institucional e político no qual estão

inseridos. Para Schmidt (2015), é dentro deste contexto que as “ideias têm significado, os discursos têm força comunicativa e as ações coletivas fazem diferença” (SCHMIDT, 2015, p. 11). Esse contexto institucional e de significados é composto por atores sociais submersos em hierarquias e relações de poder, que influenciam diretamente os processos interativos e deliberativos em torno das ideias e discursos. As próprias ideias organizam-se como poder exercido por meio de ideias e poder nas ideias. No primeiro, os atores buscam persuadir outros atores a aceitarem suas ideias e adotar suas visões por meio do uso de elementos ideacionais. No segundo, a hegemonia ou dominação material de certos grupos estabelecem as restrições sobre as quais as ideias podem ser discutidas (CARSTENSEN; SCHMIDT, 2016). Sem correr o risco de conferir esse domínio a eventuais habilidades discursivas dos agentes ou capacidades ideais de fundo, como sugerido por Schmidt (RÖNNBLÖM; BACCHI, 2011), e tampouco a hierarquias entre as posições dos atores, é preciso extrapolar a compreensão das ideias e dos discursos como centrados nos agentes. Ideias e discursos não são elementos neutros, criam e sustentam relações desiguais de poder. Eles possuem efeitos políticos, são vetores do patriarcado e expressam as interpretações sociais e políticas sobre o que é ser mulher e o que é ser homem na sociedade, além de darem vozes a mulheres e homens de formas distintas.

Em relação a esse aspecto, gênero, enquanto categoria de análise, trata-se de uma ferramenta conceitual capaz de pensar as formas de poder e as desigualdades entre homens e mulheres presentes no contexto institucional e político em referência. Este “conceito ajuda a desconstruir a hierarquia social da qual um dos suportes se apoia nas identidades historicamente construídas (feminino/masculino) que engendra os indivíduos” (RIOT-SARCEY, 2014, p. 555).

Uma perspectiva feminista institucionalista discursiva tem interesse em explicar como as instituições refletem e reforçam os padrões de poder de gênero, reconhecem as dificuldades em analisar as mudanças institucionais que os contextualizam, mas também se centram em uma agenda transformadora (FREIDENVALL, 2008).

Pensar o institucionalismo discursivo a partir do feminismo significa não apenas considerar que os discursos são munidos de significados, interesses e relações de poder, mas também considerar que a disputa pela narrativa não é por méritos argumentativos. Ou seja, não é devido a uma narrativa pouco convincente, ou a um eventual desalinhamento com as forças políticas dominantes que determinada ideia sobre gênero ou feminismo não se converte em políticas públicas. Há limites estruturais do Estado e da sociedade que organizam e sustentam as desigualdades de gênero, como a prevalência de interlocutores homens nos espaços públicos, que, por vezes, são os principais responsáveis por pautar determinadas ideias ou paradigmas sobre gênero e feminismo, tanto no discurso coordenativo como no comunicativo.

As mulheres gestoras, técnicas ou representantes de organizações da sociedade civil não têm, muitas vezes, seu lugar de fala garantido para que elas mesmas possam pautar tais ideias ou paradigmas nestes mesmos discursos. As correlações de força e assimetrias de poder estão presentes em quaisquer arenas.

Reafirmando que Estado não é uma instituição neutra, diversas correntes do feminismo elaboram críticas sobre sua capacidade de transformar as desigualdades de gênero e opressão vivida pelas mulheres (PARADIS, 2013).

Assim, para compreender as diferentes ideias sobre gênero e feminismo que circulam na Reaf, nos discursos coordenativos e comunicativos do Uruguai e Paraguai, buscou-se sistematizar, conforme quadro a seguir, características da relação de algumas abordagens do feminismo e Estado. Vale ressaltar que as abordagens feministas, aqui ordenadas, não são capazes, separadamente, de lidar com a complexidade entre Estado e as relações sociais de gênero, por isso, entende-se que elas precisam ser combinadas entre si.

Quadro 1: Resumo das principais características de abordagens do feminismo e Estado

Abordagem teórica	Liberal
Período histórico	Feminismo moderno
Origem da desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Nos processos de socialização e de educação · No tratamento social dado às mulheres · Leis e normativos desiguais · As desigualdades se manifestam, sobretudo, na esfera pública
Principais ideias	<ul style="list-style-type: none"> · Entende o Estado a partir de seu conjunto de instituições e regras · Ideias individualistas · Media com o capitalismo e credita ao mercado as mudanças sociais · Empreendedorismo · Representatividade simbólica · Pauta vinculada aos direitos humanos
Formas de superar as desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> · Superar injustiças e opressão por meio de ações individuais · Adoção de políticas públicas e legislações específicas · Mulheres ocupando espaços de poder

Abordagem teórica	Marxista
Período histórico	Feminismo moderno
Origem da desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Na organização social do sistema capitalista · No patriarcado

Principais ideias	<ul style="list-style-type: none"> · A opressão masculina se deu a partir da apropriação do trabalho das mulheres · O Estado capitalista se reproduz a partir da opressão e subordinação das mulheres · Consubstancialidade com luta de classe, racial e étnica
Formas de superar as desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> · Transformação da divisão sexual do trabalho · Entrada das mulheres no mercado de trabalho · Socialização do trabalho doméstico · Autonomia econômica · Auto-organização e luta das mulheres trabalhadoras

<i>Abordagem teórica</i>	<i>Radical</i>
<i>Período histórico</i>	<i>Feminismo contemporâneo</i>
Origem da desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Patriarcado, que representa a dominação e opressão dos homens sobre as mulheres · Relações de poder são reproduzidas na família
Principais ideias	<ul style="list-style-type: none"> · Estado é patriarcal e essencialista · A autoridade masculina é imposta institucionalmente, permeando toda a sociedade · O conceito de “política” engloba as relações de poder, que dominam a vida familiar e doméstica, a sexualidade, a reprodução, entre outros

Formas de superar as desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> · Combate à violência · Transformação das desigualdades estaria concentrada exclusivamente na sociedade civil, a partir da tomada de consciência e das múltiplas formas de organização coletiva das mulheres
------------------------------------	---

Abordagem teórica	Pós-modernista
Período histórico	Feminismo contemporâneo
Origem da desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Várias origens para a opressão · Representações culturais, marcadas por relações de poder
Principais ideias	<ul style="list-style-type: none"> · Estado como um processo político que ocorre dentro de suas instituições, com foco em seus discursos · Processos políticos múltiplos com resultados complexos, diversos e abertos · Não questionam a natureza do Estado, mas sim seus discursos · Ênfase na constituição dos sexos, na linguagem, na representação · Inclusão das diferenças · Relações são individualizadas · Foco nos microespaços de poder
Formas de superar as desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> · Vários meios de ação · Multidimensionalidade · Mudanças culturais

Fonte: Paradis (2013).

Deve-se, portanto, partir de alguns questionamentos: quais conceitos e paradigmas de gênero e feminismo circulam da Reaf? Quais destes são, ainda que parcialmente, incorporados pelos países no desenho ou

rationale de suas políticas? Como as relações de poder entre homens e mulheres e as desigualdades de gênero se expressam nas ideias e nos discursos no âmbito da Reaf? Como essas ideias e esses discursos têm contribuído para que os países desenvolvam diferentes políticas e iniciativas para as mulheres rurais? Quais as estratégias da Reaf têm impulsionado os países a adotarem políticas públicas que promovam a igualdade entre homens e mulheres agricultores familiares?

8.3 A agenda das políticas públicas para as mulheres rurais e o Mercosul

É recente nas agendas internacionais a problematização do desenvolvimento rural e da invisibilidade das mulheres rurais como sujeito de direito e o reconhecimento do seu menor acesso aos recursos naturais, econômicos e às políticas públicas. Somente no final da década de 1970 é que se iniciou o processo de reconhecimento dos direitos das mulheres no sistema das Nações Unidas, por meio da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas e Discriminação contra a Mulher (Cedaw). No entanto, o olhar sobre as demandas e os direitos específicos para as mulheres rurais teve pouca expressão, em trinta artigos, apenas dois trataram diretamente do tema.⁴

No mesmo ano, a Carta do Campesino, resultado da I Conferência Mundial da Reforma Agrária da FAO, deu visibilidade ao papel das mulheres no desenvolvimento rural, apontando a necessidade de equidade de gênero no acesso à terra, aos recursos naturais e às políticas públicas, indicando a importância da revisão e construção de marcos

⁴ Os artigos 14 e 16 faziam referências às mulheres rurais. O artigo 14 indicava que os Estados Partes considerassem os problemas específicos das mulheres rurais e adotassem medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra elas, assegurando-lhes igualdade no acesso ao crédito, aos serviços de comercialização e à terra nos projetos de reforma agrária. E o artigo 16 estabelecia direitos iguais a ambos os cônjuges em matéria de propriedade, aquisição, gestão, administração, gozo e disposição dos bens. Essas considerações foram reafirmadas na Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, em Beijing.

normativos que assegurassem a sua efetividade. Embora haja, em ambos os documentos, importante reconhecimento do trabalho agrícola e não agrícola realizado pelas mulheres rurais, e constem demandas por ações de promoção à igualdade no acesso aos recursos econômicos, não foram abordadas as medidas necessárias para efetivá-las (AECID, 2009).

A partir dos anos 1980, com o processo de democratização da América Latina, tornou-se mais efetiva a incorporação das demandas das mulheres nas agendas públicas. O protagonismo desse feito, no entanto, não coube aos governos, mas, sim, aos organismos internacionais, que passaram a promover ações sobre igualdade de oportunidades, o que culminou na elaboração de diversos normativos, mas ainda sem destaque às mulheres rurais.

Somente no início do século XXI, a agenda das mulheres rurais passou a ser evidenciada e reconhecida em documentos internacionais, com destaque ao Fórum Mundial da Reforma Agrária (evento temático do Fórum Social Mundial), em 2004; à Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, em 2006; à Conferência Regional América Latina e Caribe da FAO, em 2008 (BUTTO; HORA, 2012); ao I Seminário Internacional Políticas Públicas para Mulheres Rurais na América Latina e Caribe, 2013; à Conferência Regional da Mulher, de 2013; e à I Conferência sobre Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, em 2014. Aos poucos, a agenda das mulheres rurais ganhou maior densidade política, com medidas concretas adotadas pelos Estados nacionais para superar as desigualdades (BUTTO; HORA, 2012).

Nesse contexto, também se constitui o Grupo de Trabalho de Gênero da Reaf, com o objetivo de promover o fortalecimento e desenvolvimento de políticas de igualdade de gênero para a agricultura familiar. O GT seguiu uma agenda específica, construída entre os pontos focais de gênero de cada um dos países (representante governamental, responsável pela articulação do tema em âmbito nacional e regional) e as representantes de movimentos sociais, de forma articulada com a dos outros GT. Além dessa transversalidade, outra característica desse GT é o diálogo com a Reunião de Altas Autoridades de Mulheres – RMAAM, instância máxima que versa sobre marcos legais para mulheres no Mercosul.

De 2004 a 2017, período em que se concentrou a análise desse estudo, a agenda de gênero foi ampla e abordou diversos temas, como o acesso das mulheres à terra, as políticas de crédito, a assistência técnica e comercialização, a organização produtiva das mulheres, a identificação das mulheres e suas atividades produtivas nos registros nacionais de agricultura familiar, dentre outros.

Destacam-se diferentes iniciativas do GT Gênero, como diagnósticos e estudos produzidos sobre o acesso de mulheres a diferentes políticas nos países; capacitação de gestores; seminários e intercâmbios entre países; execução do I e II Programa Regional de Gênero; elaboração e proposição de institucionalidade de gênero nos ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Agrário no Mercosul, apontam para resultados concretos, não apenas no acúmulo de informações, mas também no envolvimento de diferentes personagens capazes de qualificar ou fortalecer a institucionalidade dessa área de governo em seus países.

8.3.1 Trajetória do GT de Gênero

A perspectiva de gênero entrou na agenda da Reaf, desde o seu início, como pauta estruturante, com a criação do Grupo de Trabalho de Gênero (BUTTO; HORA, 2012). Inicialmente, a agenda buscou sistematizar informações e experiências de projetos e políticas já implementados pelos países para subsidiar estratégias em comum, como constam nos registros da III Reaf, realizada em Assunção, no Paraguai, em maio de 2005.

Tão logo o GT Gênero foi instituído, confirmou-se, por meio dessa sistematização, a ausência quase absoluta de políticas de Estado para as mulheres rurais (quando existiam, as ações para este público eram, em sua maioria, programas e projetos apoiados por organismos internacionais, com atuação restrita e orçamento limitado)⁵ e a escassez de

⁵ A exceção foi o Brasil, que já contava no MDA (extinto em 2016 com as reformas ministeriais do Governo Temer) com uma assessoria específica para atuar com as mulheres rurais e políticas específicas executadas com orçamento da União. À época, denominado Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE),

dados oficiais sobre as agricultoras familiares. O compartilhamento desses problemas em comum possibilitou a convergência de propostas para superá-los.

Assim, este fato motivou para que uma das primeiras ações do GT de Gênero fosse a pronta elaboração de uma minuta de recomendação ao GMC, intitulada *Bases para uma política de gênero na agricultura familiar*, que apontava a necessidade de implementar políticas específicas que discriminassem positivamente a favor das mulheres rurais nos Estados partes. Sua proposição deu-se em 2005, mas a aprovação da Recomendação CMC n.º 06/2008 ocorreu apenas três anos mais tarde, demonstrando que o percurso de articulação e convergência de ideias e discursos em instrumentos normativos pode ser longo.

A recomendação faz referência ao aperfeiçoamento de políticas para a agricultura familiar, promovendo a igualdade entre homens e mulheres, considerando compromissos internacionais, em busca de um processo de integração regional que contemple a democracia de gênero. Trata-se de um marco que orienta a ação dos países em termos técnicos e políticos e direciona para a construção de estratégias de gênero nas políticas amplas e a elaboração de políticas específicas para as agricultoras familiares. Supera a dualidade que, por vezes, assola a perspectiva de gênero, afirmando, expressamente, que as mulheres rurais são o sujeito de direito.

A recomendação elenca quais as políticas públicas que devem ser analisadas e redesenhadas para garantir a participação das mulheres, todas elas agrárias ou agrícolas. Esta orientação buscou inserir e visibilizar as mulheres no campo econômico de intervenção do Estado, superando o direcionamento apenas da ação pública social ou assistencialista para as mulheres rurais. A participação social e o reconhecimento das organizações sociais alinham-se com a atuação mais ampliada da Reaf, que tem isso como uma das suas premissas.

que anos mais tarde tornou-se Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), sempre vinculada à Secretaria Executiva do órgão.

Ao analisar a trajetória do GT de Gênero, identificam-se diversas estratégias adotadas para fomentar esta recomendação pelos países, para institucionalizar políticas específicas e adequar marcos normativos, algumas sendo mais pontuais e aplicadas em momentos específicos, outras presentes de forma mais continuada, com alguns ajustes durante o percurso. Dentre elas, é possível elencar o reconhecimento das mulheres rurais enquanto categoria que integra o conceito de agricultura familiar e que foi, fortemente, vinculada ao tema de registros da agricultura familiar, coordenado pelo Grupo Técnico definido (HORA; NOBRE, 2017).

O reconhecimento das mulheres rurais deu-se, também, em termos de participação social, pois além de garantir o diálogo permanente e continuado com representações de mulheres rurais, seja de movimentos específicos ou mistos, nas seções regionais, fomentou-se o diálogo nas instâncias nacionais. Muitas vezes as seções nacionais representaram a primeira iniciativa dos governos locais em instituir um espaço de diálogo e concertação com essas organizações.

Outra estratégia, bastante presente na agenda do GT Gênero, foi incitar e apoiar para que os países produzissem seus próprios estudos e investigações sobre o acesso das mulheres às políticas públicas, assim como articular e incidir junto aos institutos nacionais de estatísticas dos diferentes países para inclusão de indicadores de gênero.

Entre os estudos produzidos pelos países, incluem-se os sobre o acesso das mulheres à terra, às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), financiamento, comercialização, registros nacionais de agricultores e agricultoras familiares, mapeamento de organizações produtivas, além da incidência em estudos gerais, como os de cadeias produtivas, organizações econômicas, nos países membros e associados ao bloco.

O GT Gênero constituiu-se como instância central para dialogar e articular ideias e propostas vinculadas ao tema, atuando de forma transversal e integrada aos outros grupos de trabalho. Efetivamente, as mulheres, sejam as técnicas, gestoras governamentais ou agricultoras, passaram a participar dos outros GTs como “porta-vozes” do GT Gênero, buscando pautar o tema, por meio de diferentes estratégias: uso de linguagem inclusiva; apresentação da demanda por estratificação

de dados por sexo e caracterização da participação das mulheres nas cadeias da agricultura familiar; reconhecimento das mulheres enquanto produtoras e inclusão delas nos registros nacionais; construção de análises sobre normativos de diversas políticas e direcionamento de ações específicas para elas, dentre tantas outras.

Em 2006, a agenda de gênero ganhou importante impulso com a proposição do I Programa Regional de Gênero da Reaf, na V Reaf, cuja aprovação deu-se na XI Reaf, em 2009. O programa foi financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), por meio de uma cooperação internacional, e por aportes financeiros dos próprios países e é um marco na agenda regional.

Desde sua formulação, o programa representou enorme esforço de convergência de objetivos e ações, balizando as diferentes concepções que cada país tinha sobre gênero e agricultura familiar, tentando desenvolver componentes de formação e institucionalização de políticas. Seus objetivos foram aprofundar o conhecimento sobre os aspectos que dificultam ou estimulam o acesso das mulheres rurais à terra, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização e aos espaços de participação social; elaborar propostas de políticas públicas de igualdade de gênero, incluindo o desenho para implementação de organismos especializados na promoção de políticas de gênero; fortalecer as capacidades de tomadores(as) de decisão, outros atores do setor público, agricultoras(es) familiares e equipes técnicas de campo, por meio da formação e/ou capacitação sobre políticas públicas de desenvolvimento rural e gênero; promover a integração regional por meio de intercâmbio de experiências e o diálogo sobre políticas de desenvolvimento rural com enfoque em gênero.

Por meio do I Programa, foram realizadas diversas atividades de formação, intercâmbio, oficinas, nacionais e regionais, entre equipes técnicas, tomadores(as) de decisão e mulheres rurais. O diálogo e a troca de experiências foram elementos sempre muito presentes, confluentes com a conformação da Reaf.

O I Programa é reconhecido por dar visibilidade à agenda regionalmente, despertando criticidade sobre o assunto entre os diferentes

atores; e por apoiar o fortalecimento das organizações de mulheres e mistas voltadas à agricultura familiar.

Na trajetória dinâmica do GT Gênero e do I Programa, a recomendação nº 07, de 2012, sobre mulheres rurais, foi aprovada pelo CMC. Enquanto a recomendação n.º 06/2008 pode ser considerada o marco zero em termos de proposições iniciais aos países do Mercosul para políticas de gênero na agricultura familiar, a recomendação n.º 07/2012, alinhada com a primeira, é mais assertiva a respeito de propostas a serem implementadas para reduzir as desigualdades no acesso às políticas agrárias e agrícolas. A segunda recomendação trata de forma destacada sobre o direito à terra, incluindo o importante conceito de “controle”, que engloba a perspectiva da autonomia de forma continuada; e usa apenas uma vez o termo gênero, nomeando incisivamente as mulheres como sujeitos das ações. Reconhecimento da diversidade étnica das mulheres rurais e da participação social são outros pontos enfatizados.

Com o êxito do I Programa, o II foi formulado. Executado de 2015 a 2016, o II Programa contou com recurso do governo brasileiro, operacionalizado pela FAO Regional.

Seus objetivos foram ampliar e qualificar estratégias e ações que já vinham sendo impulsionadas no I Programa, tais como: apoiar a construção de novos mecanismos de políticas públicas dirigidas às agricultoras familiares, com ênfase em Ater e organizações produtivas de mulheres; aprofundar o conhecimento sobre a participação das mulheres nos registros nacionais da agricultura familiar e sobre os aspectos que dificultam ou estimulam o acesso das mulheres à Ater; promover a integração regional através do intercâmbio de experiências e diálogo sobre políticas de desenvolvimento rural e gênero; realizar formações e capacitações para gestores e gestoras públicas, equipes técnicas e agricultoras familiares sobre gênero e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Novamente os componentes, as formações, os intercâmbios e os estudos estiveram fortemente presentes, vinculados à agenda de organização produtiva e autonomia econômica das mulheres. A inovação, dessa vez, foi expandir o escopo da articulação regional, além do Mercosul,

incidindo também na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Nenhum debate — ou recomendação — realizado no âmbito do GT Gênero, ou quaisquer ações dos Programas I e II tiveram efeito compulsório, no sentido da obrigatoriedade, aos países. Mesmo assim, há efeitos positivos importantes, na medida em que gera um discurso coordenativo e que orienta as ações dos países membros, como destacado pela gestora pública entrevistada “o primeiro programa colocou na mesa outro olhar [...] a mulher rural em outra perspectiva; da perspectiva de autonomia econômica como produtora; de uma perspectiva de empoderamento [...]”.⁶

A atuação do GT Gênero e dos Programas I e II não foram ações isoladas no bloco, pelo contrário, alinharam-se a marcos, deliberações e conferências internacionais, como: *Cedaw*, *Cumbre Mundial*, de 2005; I Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, de 2006; I Seminário Internacional Políticas Públicas para Mulheres Rurais na América Latina e Caribe, 2013; Conferência Regional da Mulher, de 2013; I Conferência sobre Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, 2014.

Outra característica da atuação do GT Gênero foi a articulação com instâncias do Mercosul, como a RMAA, junto a qual o tema violência tem sido pautado de forma mais enfática. Com ascensão dos governos conservadores da Argentina e do Brasil, desde 2015, o tema tem ganhado cada vez mais destaque, em detrimento da agenda de autonomia econômica e organização produtiva, até então prevaletentes na arena.

Além de adotar gênero como um dos seus eixos estruturantes, a Reaf estruturou sua agenda a partir de um novo enquadramento sobre as mulheres rurais, o que representa uma significativa mudança em termos de gestão pública e integração regional. A visão sobre as agricultoras familiares e camponesas mudou da esfera do reconhecimento, enquanto

⁶ No original “el primer programa puso arriba de la mesa otra mirada [...] a la mujer rural desde el otro lugar, desde el lugar de la autonomía económica como productora; desde el lugar del empoderamiento [...]”.

categoria social e sujeitos de direito, e passou a adotar a perspectiva de redistribuição (BUTTO; HORA, 2012). Ou seja, temas historicamente tratados, como direitos reprodutivos e violências (que ainda são prevaletentes na agenda da RMAAM) aproximaram-se e integraram-se a outros considerados, até então, com pouca relevância, como os relativos à classe e à economia. Impulsionadas pelo ambiente de integração da Reaf, as políticas com o enfoque redistributivo ganharam força ao problematizar, por exemplo, “os direitos das mulheres à terra, aos recursos produtivos e aos serviços rurais” (BUTTO; HORA, 2012).

8.3.2 *Ideias e paradigmas nas políticas de gênero*

As *ideias sobre gênero* presentes nos discursos do Uruguai que circularam de alguma forma na Reaf gênero fazem referência a homem e mulher, empoderamento, desigualdades que as mulheres enfrentam, patriarcado e padrões culturais e promoção da autonomia econômica. Já o Paraguai detém muitas ideias inéditas, que não foram identificadas nos documentos analisados da Reaf. As ideias paraguaias que não circularam na Reaf são todas do campo teórico liberal, a exemplo de mulheres enfrentam desvantagens, mulheres possuem necessidades diferentes, gênero não deve gerar conflitos familiares, autoestima, falta de consciência, informação e sentimento de inferioridade. Já no caso do Uruguai, as ideias se ancoram em uma perspectiva mais crítica (consustancialidade entre relação de gênero com classe social) e pós-modernista (micromachismos e foco nos microespaços de poder).

Referente aos problemas que as políticas públicas buscam resolver (*policy problems*), Paraguai e Uruguai, de forma semelhante, identificam a invisibilidade do trabalho agrícola; a sobrecarga dos trabalhos domésticos das mulheres; o baixo acesso às políticas públicas; a violência como situação a ser enfrentada. Todos os problemas citados circularam na Reaf. O Uruguai, no entanto, faz referência explícita ao conceito de divisão sexual do trabalho (também identificado na Reaf), enquanto o Paraguai trata tal questão como parte do “reconhecimento”. Boa parte dos problemas identificados pelo Paraguai guardam semelhança aos que circularam na

Reaf, como a falta de estatísticas oficiais sobre mulheres rurais e de dados sobre a situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural das agricultoras. Já o Uruguai, que elenca uma quantidade maior de problemas, aponta alguns bem específicos, como o êxodo rural, a masculinização do campo e o assalariamento, que nem sempre foram observados na Reaf.

O quadro 2 mostra a maior presença das ideias que circularam na Reaf no caso do Uruguai em comparação com o caso do Paraguai. As ideias que circularam na Reaf ausentes no Paraguai são aquelas que questionam as relações assimétricas de poder e as desigualdades de gênero.

Quadro 2: Resumo das principais ideias sobre gênero no Paraguai e Uruguai, e respectivas presenças na Reaf

Ideias sobre gênero	Presente no Paraguai?	Presente no Uruguai?	Circulou na Reaf?
Gênero faz referência a homem e mulher	X	X	X
Empoderamento	X	X	X
Mulheres enfrentam desigualdades		X	X
Patriarcado e padrões culturais		X	X
Promoção da autonomia econômica		X	X
Oportunidade, reconhecimento e visibilidade	X		X
Mulheres enfrentam desvantagens	X		
Mulheres possuem necessidades diferentes	X		

Ideias sobre gênero	Presente no Paraguai?	Presente no Uruguai?	Circulou na Reaf?
Gênero não deve gerar conflitos familiares	X		
Autoestima	X		
Falta de consciência, informação e sentimento de inferioridade	X		
Paridade de gênero e liderança feminina	X		
Gênero e direitos humanos	X		
Desigualdades de gênero e classe		X	
Micromachismo		X	

Fonte: Pesquisa de campo – Elaboração própria.

Em relação aos *paradigmas* de políticas públicas, o único em comum entre os países é a participação social democrática das mulheres na garantia do desenvolvimento sustentável, que também pode ser identificado como presente nos discursos que circularam na Reaf, inclusive com menção direta como sido algo de influência da Reaf. Todos os demais paradigmas do Uruguai também estiveram presentes nas instâncias de diálogo e concertação da Reaf, com premissas do feminismo marxista. Já o Paraguai possui paradigmas próprios, todos alinhados com o feminismo liberal, não identificados nos documentos e registros sobre a Reaf, como a igualdade de oportunidade como parte do desenvolvimento sustentável.

A compatibilidade entre discursos sobre gênero que circularam na Reaf e no Uruguai não é arbitrária, ela tem relação com a proximidade

das diretrizes políticas e institucionais de ambos os lados. Por parte da Reaf, não podem ser desconsiderados os aportes feitos pelo Brasil na agenda de gênero e mulheres rurais (mesmo que não reconhecidos por todos os entrevistados uruguaios como ponto definidor) e da proximidade aos preceitos marxistas; e pelo lado uruaio, os sucessivos governos progressistas e de esquerda da Frente Amplia.

Ao contrário do Uruguai, o Paraguai esteve a maior parte do tempo governado pelo conservador e liberal Partido Colorado; o breve governo de Fernando Lugo não conseguiu reorientar as ações do Estado e construir contradições com o capital. Algumas ideias e problemas mais estruturantes que circularam na Reaf, como a invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres, são constatados nos discursos paraguaios. No entanto, nem sempre estes foram traduzidos em paradigmas compatíveis, o que pode se justificar pelo fato de ideias ou problemas serem tratados de forma individualizados, sem alinhamento com os projetos políticos em curso, gerando paradigmas simplificados e não coesos.

Como revela o quadro 3, também o caso do Paraguai não insere os paradigmas relacionados com a conexão entre gênero e desenvolvimento rural, a autonomia econômica das mulheres e o acesso a direitos e justiça. Há uma ênfase na institucionalização das políticas públicas como geradoras de oportunidades com o papel do Estado como garantidor de direitos, sem problematizar as contradições sistêmicas no Estado e na sociedade.

Apesar de alguns limites, é visível a relação de causalidade entre Reaf e as agendas de gênero e mulheres rurais implementadas pelo Paraguai e Uruguai, de 2004 a 2017. Os interlocutores desses países reconhecem a Reaf como arena central para formulação e mudanças institucionais, sua contribuição na visibilidade política da agenda de gênero e mulheres rurais; na formulação de políticas públicas para mulheres rurais, incluindo políticas afirmativas; na produção de estudos, dados e informações sobre mulheres rurais; na constituição de espaços de concertação e participação social, em âmbito nacional e regional; no fortalecimento do diálogo político regional; e na formação de novas alianças. As execuções do I e do II Programa Regional de Gênero são marcos importantes referenciados pelas delegações paraguaias e uruguaias.

Quadro 3: Resumo dos principais paradigmas de políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai, e respectivas presenças na Reaf

Paradigmas de políticas	Presente no Paraguai?	Presente no Uruguai?	Circulou na Reaf?
Participação social democrática (das mulheres) é capaz de garantir o desenvolvimento sustentável	X	X	X
Gênero deve fazer parte do desenvolvimento rural		X	X
Auto-organização e autonomia das mulheres como condicionantes para alcançar o desenvolvimento rural		X	X
Desenvolvimento rural como acesso a direitos e justiça		X	X
Garantia de direitos por parte do Estado são fundamentais para o desenvolvimento	X		X
Institucionalização de políticas públicas para solucionar as desigualdades de gênero e alcançar o desenvolvimento rural	X		X
Estado atua sob pressão de grupos de interesse	X		
Igualdade de oportunidade deve fazer parte do desenvolvimento sustentável	X		

Fonte: Pesquisa de campo – Elaboração própria.

Uruguai destaca que as contribuições da Reaf se deram na esfera governamental, mas, também, junto às organizações da agricultura familiar, seja por meio de formações de gestores, técnicos e lideranças em conteúdos sobre gênero e mulheres rurais, seja pela integração entre entes. Já o Paraguai afirma que os constructos da Reaf tiveram influência na normatização de políticas nacionais e no alinhamento dessas com diretrizes de outras arenas internacionais.

8.4 Considerações finais

A conversão dessas incidências em políticas públicas ocorreu em consonância com as realidades sociais, políticas e econômicas de cada país. O Paraguai seguiu a linha liberal de priorização de marcos legais, na qual são reconhecidas a Lei n.º 5.446/2015 - Políticas Públicas para Mulheres Rurais e a Política de Igualdade de Gênero e Intercultural do Setor Público Agrário como fruto da influência da Reunião Especializada.

O Uruguai combinou estratégias de ação afirmativa e de transversalização nas duas políticas que foram identificadas com influências da Reaf. Tanto a política Somos Mujeres Rurales (que apoia projetos que fomentem a organização, produção e comercialização de grupos de mulheres rurais) como a cotitularidade em terras de colonização buscam ir além da esfera do reconhecimento das mulheres enquanto categoria social e sujeitos de direito, e também em incidir sobre a lógica redistributiva (apoiar a organização produtiva das mulheres, pelo Somos Mujeres Rurales e oportunizar que as mulheres sejam titulares das terras de colonização).

O desafio a ser enfrentado, pelo Paraguai, é a instrumentalização dos normativos e, pelo Uruguai, a ampliação e oferta em escala nacional dessas iniciativas, que, por ora, são pontuais.

Assim, é possível esboçar as influências do GT de Gênero da Reaf sobre as agendas de programas para superação da desigualdade de gênero em mulheres rurais implementados pelo Paraguai e Uruguai, de 2004 a 2017. A conversão dessas incidências em políticas públicas traduz-se de acordo com as características políticas e institucionais de cada país.

A agenda de políticas públicas para mulheres rurais, mais que um processo interativo e alinhamento entre ideias, problemas, paradigmas, é uma conformação e convergência destas em ações e políticas. Refere-se a disputas políticas mais gerais. Desde meados dos anos 2010, com crises políticas econômicas e ascensão do conservadorismo liberal na América Latina, as políticas e os direitos das mulheres têm sido os primeiros a serem retirados da pauta. Eventuais ações e iniciativas que se mantêm tendem a se orientar por paradigmas igualmente conservadores, principalmente sobre o conceito moral tradicional da família, incapaz de alterar o quadro de desigualdade, opressão e submissão que as mulheres rurais sofrem.

A perspectiva de análise ancorada no institucionalismo discursivo foi capaz de identificar a influência exercida pela Reaf no Paraguai e Uruguai em termos de formulação e implementação de ações e políticas públicas para as mulheres rurais. Seguramente, as possibilidades de aportes também devem estar presentes em outros países do bloco, membros ou associados, a exemplo da Argentina e do Chile. O caso brasileiro tende a ser distinto, com incidência reversa, ou seja, o Brasil mais aportou à reunião ideias, problemas e paradigmas sobre gênero, do que o contrário.

A referida ascensão conservadora, por vezes, tem se expressado na erosão dos estados de direito, das jovens democracias do continente. Seguidamente, a legitimidade de instituições democráticas tem sido questionada e suas relevâncias depreciadas. Além da contribuição teórica, como um mecanismo de interpretação de mundo, por meio da análise de ideias, crenças e outros elementos cognitivos, o institucionalismo torna-se relevante nesse atual contexto latino, ao centralizar e destacar o aporte crucial das instituições no processo de formulação e implementação de políticas públicas e de defesa da democracia.

Referências

AGENCIA ESPAÑOLA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL PARA EL DESARROLLO – AECID. *Integración productiva: Reunión Especializada sobre Agricultura Familiar del MERCOSUR (REAF)*. Uruguay, 2009.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Políticas para as Mulheres Rurais no Mercosul. *In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, 1ª impressão, p. 29-43.

CARSTENSEN, M. B.; SCHMIDT, V. A. Power through, over and in ideas: conceptualizing ideational power in discursive institutionalism. *Journal of European Public Policy*, v. 23, n. 3, 2016.

FAO. *Atlas de las Mujeres Rurales de América Latina y Caribe*. Santiago, Chile 2017.

FREIDENVALL, Lenita. *Feminist Discursive Institutionalism: Gender and Political Representation in Sweden*. Artigo apresentado em European Consortium of Political Reserach – Joint Sessions of Workshops. Institutue d'Études Politiques de Rennes, Rennes, França, 2008, p. 11- 16. Disponível em: <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/eafeccb1-74a-7-4e20-81c5-90b1713e3462.pdf>.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA MERCOSUR. *Institucionalidad responsable por la agricultura familiar y las políticas públicas diferenciadas en el Mercosur: marco de actuación de la Reaf*. Unidad de Coordinación Regional, Programa FIDA Mercosur CLAEH. Uruguai, 2015.

GRISA, Catia. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. *In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira (org.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda de transformação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 93-137.

GRISA, Catia; NIEDERLE, Paulo. Difusão, convergência e tradução nas políticas de compras públicas da agricultura familiar no âmbito da Reaf Mercosul. *Revista Mundos Plurales*, v. 5, n. 2, p. 9-30, 2018.

HAY, Colin. “Constructivist Institutionalism”. *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam. *Estudio regional sobre registros nacionales de agricultura familiar en perspectiva de género en el marco de la Reunión Especializada de Agricultura Familiar del MERCOSUR*. Reaf, 2017.

MASSARDIER, Gilles. Cognição, políticas e ações públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizados. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira (org.). *Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda de transformação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 69-91.

MILES, B. Matthew; HUBERMAN, A. Michel. *Qualitative data analysis*. 2ª ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

PARADIS, Clarisse. *Entre o Estado patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFMG, Belo Horizonte, 2013.

REUNIÃO ESPECIALIZADA SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <http://www.reafmercosul.org>. Acesso em: jun. 2017.

RIOT-SARCEY, Michèle. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle *et al.* (org.). *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 553-567.

ROCHA, Carlos V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. *Civitas*, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2005.

RÖNNBLÖM, Malin; BACCHI, Carol. Feminist Discursive Institutionalism – What’s Discursive About It? Limitations of conventional political studies paradigms. *In: 2nd European Conference on Politics and Gender*, Budapest: p. 13-15, January 2011, in section 4: Research Methodologies and Methods, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 11 - 33, set./dez. 2016.

SCHMIDT, Vivien; RADAELLI, Claudio. Policy change and Discourse in Europe: conceptual and methodological issues. *West European Politics*, v. 27, n. 2, p. 183-210, 2004.

SCHMIDT, Vivien. Discursive institutionalism: understanding policy in context. *In: FISCHER, Frank et al. (org.). Handbook of Critical Policy Studies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2015, p. 171-189.

TAPIA, Jorge R. B.; GOMES, Eduardo R. Ideias, interesses e mudanças institucionais. *Revista Tempo Social*, v. 20, n. 1, São Paulo, 2008.



9

Capítulo 9

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES

Marcia Zumak¹

Laura Maria Goulart Duarte²

¹ Engenheira Agrônoma (UFES), especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFES) e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader/UnB). Dissertação: Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz/ES: uma análise a partir da perspectiva de gênero. Linha de pesquisa: políticas públicas para o meio ambiente e o campo.

² Doutora em Sociologia com Pós-doutorado no Cirad-França. Professora e pesquisadora associada sênior na Universidade de Brasília, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).



9.1 Introdução

A presença das mulheres no campo brasileiro e na produção agrícola é um fato. Apesar de produzirem, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, permanecem na invisibilidade. A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho, o que traduz uma realidade que situa homens e mulheres em espaços laborais diferentes. A maioria dos homens se concentra em atividades fora do ambiente doméstico, ou seja, em atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda: o chamado *trabalho produtivo*; enquanto as mulheres permanecem nos lares e nos quintais, desenvolvendo atividades domésticas e pequenas produções voltadas para o autoconsumo familiar, com nenhum grau de assalariamento e/ou baixa obtenção de renda: o chamado *trabalho reprodutivo* (BUTTO; LEITE, 2010).

As estatísticas³ (BRASIL, 2009) mostram que o campo é habitado por um percentual de mulheres quase equivalente ao percentual de homens. Porém, ao se verificar as estatísticas sobre remuneração, número de estabelecimentos rurais e rendimento médio, percebe-se a desigualdade entre mulheres e homens. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do percentual de 15% da população rural, 47,38% são mulheres que, em sua maioria, estão presentes nas atividades de autoconsumo e de produção para fins econômicos (BRASIL, 2009).

O Censo Agropecuário de 2006 quantificou 5.175.489 de estabelecimentos rurais, familiares⁴ e não familiares. Dentre esses, em 4.519.261 de estabelecimentos, os responsáveis são homens, enquanto 656.228 estão sob a responsabilidade das mulheres. Não há uma relação justa do trabalho laboral das mulheres com a remuneração. Os dados apontam que 46,6% das mulheres que habitam o campo

³ À época da pesquisa, os dados vigentes eram os do Censo Agropecuário de 2006. Atualmente existem dados preliminares do Censo Agropecuário 2017.

⁴ O Censo Agropecuário adotou o conceito de Agricultura Familiar, conforme a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006.

desenvolvem atividades para o autoconsumo, mas o percentual de mulheres que não recebem remuneração é de 64% (BRASIL, 2009). Existe desigualdade também na valoração do trabalho de mulheres e homens, e, conseqüentemente, na renda obtida. A razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao dos homens ocupados no meio rural é de 72,7% (BRASIL, 2009).

As mulheres rurais possuem jornadas duplas ou triplas de trabalho, uma vez que conciliam suas jornadas nas áreas de produção com os cuidados da família, que, na maioria das vezes, são exclusivos das mulheres. Segundo Carneiro (1994), as várias jornadas de trabalho dão às mulheres uma identidade coletiva. A autora afirma, porém, que essa identidade coletiva ainda está arraigada na tradicional relação entre os gêneros. Até décadas passadas, as políticas públicas de desenvolvimento rural não reconheciam o trabalho das mulheres. Esta concepção contribuiu para a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e a conseqüente dependência das mulheres ao universo masculino (BUTTO; LEITE, 2010). A partir da década de 2000, por meio das reivindicações dos movimentos sociais do campo, as políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero foram formuladas e houve a destinação de recursos financeiros específicos para fomentar as atividades produtivas das mulheres.

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada em 2017, em Aracruz – ES, acerca das possíveis contribuições de duas políticas públicas com recorte de gênero destinadas à agricultura familiar — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em seu subprograma Pronaf Mulher, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — no cotidiano de mulheres rurais, com análises e reflexões feitas a partir da perspectiva de gênero. O capítulo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta as hipóteses que a pesquisa buscou responder, bem como os objetivos e a metodologia utilizada. A segunda traz gênero como um campo de estudos e a introdução da temática nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. A terceira expõe os resultados e as discussões da pesquisa. Por fim, a última parte é dedicada às considerações finais.

9.2 Metodologia

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre o acesso às políticas públicas com recorte de gênero (PAA e Pronaf Mulher) e a maior visibilidade produtiva e empoderamento das mulheres rurais, e, conseqüentemente, a diminuição da desigualdade de gênero no campo. Este objetivo geral desdobrou-se em dois objetivos específicos: *i*) analisar as mudanças provocadas no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES, em decorrência do acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher, no que se refere ao aumento da renda, à inserção das mulheres nos arranjos produtivos familiares e sua participação em organizações representativas da agricultura familiar; e *ii*) analisar se o acesso às políticas públicas com algum recorte de gênero, tais como o Pronaf Mulher e o PAA, contribuiu para diminuir a invisibilidade produtiva das mulheres rurais de Aracruz – ES e as desigualdades de gênero no campo.

Para o alcance dos objetivos, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, que envolveu três recursos metodológicos principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. O universo de pesquisa incluiu mulheres rurais de Aracruz – ES que acessaram o Pronaf Mulher no período de 2003 a 2017 e o PAA no período de 2011 a 2017. Este recorte temporal foi delimitado pelo ano de criação da política (ou do recorte de gênero) e o ano anterior ao da realização da pesquisa de campo. Foram entrevistadas 11 agricultoras familiares. Dessas, duas acessaram o Pronaf Mulher e nove acessaram o PAA. Todas as entrevistadas acessaram o PAA na modalidade Doação Simultânea. O pequeno número de entrevistas com mulheres que acessaram o Pronaf Mulher foi em decorrência da quase inexistência de acesso a esta política pública em Aracruz. Foram encontradas somente duas mulheres. Em relação ao PAA, o recorte amostral foi de 9 mulheres entrevistadas, de um quantitativo de 32 mulheres que acessaram o programa. Portanto, a amostra total correspondeu a 28% do total de mulheres que acessaram o PAA em Aracruz.

As entrevistas foram realizadas a partir de 18 questões orientadoras, que foram elaboradas com foco em 4 eixos de análise — eixo 1: divisão

sexual do trabalho (produtivo e reprodutivo); eixo 2: acesso às políticas públicas (PAA e Pronaf Mulher); eixo 3: autonomia econômica; e eixo 4: empoderamento e organização. As questões foram propostas para que as entrevistadas pudessem alocar temporalmente (antes e depois do acesso) as mudanças em seus cotidianos. Todas as entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2018, foram gravadas em áudio e depois transcritas, mantendo o máximo de fidelidade. O desenvolvimento da pesquisa baseou-se na recuperação das experiências vivenciadas por mulheres rurais de Aracruz – ES, a partir do acesso às políticas públicas mencionadas e das mudanças ocorridas em seus cotidianos.

9.3 Gênero como um campo de estudos

O campo de estudos sobre gênero consolidou-se no final dos anos 1970. Segundo Farah (2004), o conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo. A autora atribui esse fato ao fortalecimento do movimento feminista, que, no Brasil, começou a se desenvolver na década de 1980 (CARNEIRO, 1994; SILIPRANDI, 2011). Estudando o feminismo no Brasil, Campos (2017) destaca que a atuação das mulheres nos movimentos feministas oportunizou as reivindicações por direitos sociais e políticos, por reconhecimento e pela diminuição das desigualdades “nas múltiplas vivências femininas” (CAMPOS, 2017, p. 36). Isso pressupõe as lutas como mulher, mãe, trabalhadora, luta pela terra, por direitos civis e contra as desigualdades de gênero, e, como tal, incorpora as relações desiguais de poder entre os gêneros no núcleo familiar, nos trabalhos produtivos, nas representações de classes e nas relações sociais como um todo. Nas políticas de desenvolvimento rural, a temática gênero aparece a partir do ano 2000 (BUTTO; LEITE, 2010).

O conceito de gênero, antes de sua incorporação a estudos acadêmicos e movimentos feministas, era tido como uma categoria descritiva e se relacionava diretamente com a distinção de sexos numa visão

meramente biológica — masculino e feminino; macho e fêmea. Os estudos de Scott (1990) aparecem no final do século XX e ressignificam gênero. Até então, segundo a autora, havia muitas referências a gênero como uma categoria descritiva ou para substituir o termo “mulher” e retirar do foco de estudos as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. Scott (1990, p. 21) afirma que gênero é “o elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos”. A autora trabalha a temática como um elemento constitutivo das relações sociais que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma das primeiras formas de significar as relações de poder. Ainda segundo a autora, gênero implica os quatro elementos relacionados entre si: *i*) símbolos; *ii*) conceitos normativos que evidenciam interpretações dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas (tratam como consenso o que é conflito); *iii*) identidade subjetiva (o gênero é o meio de decodificar o sentido e de compreender as complexas relações na interação humana); *iv*) o gênero é construído nas relações de parentesco, na economia, na organização política e na sociedade (SCOTT, 1990).

Para Saffioti (2015, p. 47), gênero também “diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual”. A autora considera gênero um conceito aberto, que não pode ficar limitado a categoria de relações apenas entre o masculino e o feminino, e acrescenta que, ao se referir a gênero, está se tratando de relações entre mulheres e homens, homens e homens e mulheres e mulheres. Saffioti (1999) destaca o pioneirismo de Simone de Beauvoir como precursora dos estudos de gênero, e afirma que, se hoje estamos no terreno onde *ninguém nasce mulher, torna-se mulher*,⁵ se deve ao fato de que o livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, abriu caminho para os estudos acerca de gênero e para a compreensão da opressão a que estão submetidas as mulheres nas relações desiguais de poder. Saffioti (1999, p. 163) reitera:

⁵ No original “*on ne naît pas femme, on le devient*”.

O Segundo Sexo influenciou sobretudo o pensamento feminista e tem contribuído para transformar não somente a visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade, como também suas condutas. Desta sorte, des-re-construiu — e continua a fazê-lo em áreas do planeta onde penetrou recentemente — o feminino e, por via de consequência, o masculino. E tudo começou com *O Segundo Sexo*.

A análise de Luna (1993) acerca do conceito de gênero está fortemente relacionada com o meio social e o cotidiano das mulheres. No cotidiano, estão inseridos elementos como a família, a educação, o trabalho (LUNA, 1993). Ainda segundo a autora, nas análises de gênero, há vários fatores que precisam ser abordados, como: estrutura social, relações sociais, grupos sociais, mudanças sociais, opressão, exploração, modo de produção e classe social. Ela preconiza que o estudo histórico da diferença sexual tem relação direta com o poder e sua distribuição entre os gêneros, e que há uma política sexual que ordena as relações entre os gêneros (LUNA, 1993).

A utilização do termo gênero para os estudos feministas não é unânime. Há reservas em torno do conceito de *gênero*. Alguns trabalhos, citados por Luna (1993), defendem que os estudos denominados *estudos de gênero* são, na realidade, os estudos de *mulheres*. A omissão do termo *mulheres* com a consequente substituição por *gênero*, seria uma forma de se tentar “obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora que sempre foi a marca dos estudos da mulher”⁶ (LUNA, 1993, p. 37 *apud* OLIVEIRA; BRUSCHINI, 1992). As feministas marxistas, assim como os pesquisadores citados por Luna (1993), tecem fortes críticas em relação à utilização do termo gênero ao se fazer referência aos estudos de mulheres. Cisne (2005) argumenta que, ao se discutir uma nova categoria, corre-se o risco de tirar a centralidade da mulher nas novas abordagens. A autora remete ao distanciamento, e uma

⁶ No original “[...] *obscurecer una perspectiva politicamente transformadora, que siempre fue la marca de los estudios de la mujer*”.

consequente dicotomia, entre as discussões teóricas em torno de gênero (denominado pela autora de *academicismo*) e as lutas das mulheres, que acontecem nas ruas (CISNE, 2005). Ela esclarece que não se pode perceber, nos estudos de gênero, apenas as diferenças sexistas. Segundo Cisne (2005, n.p.),

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu classe, raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro determinações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una *gays* e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital.

Entretanto, há trabalhos que corroboram essa mudança. Segundo Gomes (2010), gênero pode ser visto como um instrumento analítico quando traz à tona a questão de que não há unicidade nas categorias masculino e feminino. A autora afirma que há perdas das multiplicidades dos sujeitos quando se foca apenas na categoria mulher como uma entidade social (GOMES, 2010). Campos (2017) afirma que essa mudança de foco — mulher para gênero — foi uma proposta estratégica para se avançar nos estudos sem causar tanta resistência. De acordo com Campos (2017, p. 224):

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada.

Está claro que gênero e mulheres não são sinônimos, e tampouco categorias antagônicas. Pode-se estudar as duas categorias de forma complementar, uma vez que a temática gênero envolve as multiplicidades de sujeitos e a diversidade de relações entre os sujeitos. Não há

a figura da *mulher universal* (HARDING, 1993), portanto como não há homogeneidade nas relações que permeiam esses sujeitos. Os estudos de gênero para serem mais completos e abrangentes precisam ter o compromisso com a emancipação das mulheres e a sustentação de teorias sociais (CISNE, 2005).

As relações de gênero são permeadas por relações assimétricas de poder. Há poder nos dois polos (masculino e feminino), mas de forma desigual (SAFFIOTI, 2015). A história mostra que as mulheres ficaram relegadas a condição de menor poder em função das diferenças físicas, sexuais e biológicas (LUNA, 2003; HARDING, 1993; SAFFIOTI, 2015). As mulheres, conscientes dessa desigualdade, vêm questionando essa balança de poderes que pende mais alto para o lado masculino. A divisão sexual do trabalho é um quesito, dentro do rol das desigualdades, que as mulheres não aceitam mais. Conforme Harding (1993, p. 27),

à medida que a mulher se sente atraída pelo trabalho dos homens e o procura — do direito e elaboração de políticas à medicina e à pesquisa científica — nosso trabalho e nossa experiência social rompem com as tradicionais distinções entre trabalho de homem e trabalho de mulher, permitindo que a maneira feminina de compreender a realidade comece a conformar as políticas públicas.

A partir dos questionamentos e da não aceitação, pelas mulheres, de que a elas cabem apenas os trabalhos realizados no âmbito doméstico ou no entono de suas casas, ligados à esfera privada (diretamente relacionados com os cuidados com a casa e a família) — trabalhos reprodutivos —, essas mulheres migram para a esfera pública, a esfera do trabalho produtivo. Esse movimento é uma resposta ao patriarcado que atribui ao homem a responsabilidade de realizar as tarefas fora da área privada, fora do espaço doméstico. O trabalho externo é considerado o mais importante para a sobrevivência da família. O patriarcado naturalizou o papel da mulher como mãe e esposa, definindo que cabe a ela a responsabilidade pela reprodução biológica e espiritual do

núcleo familiar, assim como a manutenção da moral e dos bons costumes (SANTOS, 2016). Essa rebeldia sadia de não mais aceitar os limites impostos pela cultura patriarcal leva a mulher a “explodir a noção de fixidade” (SCOTT, 1990, p. 22).

No espaço rural, equivale dizer que as mulheres saem das casas e dos quintais e começam a ocupar e produzir em outros espaços, os espaços públicos. As mulheres ocupam espaços nos estabelecimentos rurais, antes privativos aos homens, como as lavouras, as agroindústrias, a criação intensiva de animais, dentre outros. São mudanças que as mulheres rurais provocam em seus cotidianos. Segundo Santos (2016, p. 334):

O cotidiano é o espaço onde ocorrem as tensões e disputas por poder e recursos entre as diferentes classes, grupos e gêneros. É nele que ocorre, também, a mediação entre a produção e a reprodução — especialmente no que tange à agricultura familiar — evidenciando como as dimensões pública e privada da vida se articulam e complementam-se reforçando práticas, hábitos, preconceitos e ideologias dominantes.

As mulheres estão nos espaços privados e em processo de migração para os espaços públicos; porém, não se observa, com a mesma intensidade, a migração dos homens em sentido contrário — dos espaços públicos para os espaços privados (BRASIL, 2017).

9.3.1 Políticas Públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero

As conquistas que as mulheres rurais obtiveram não foram decorrentes de uma iniciativa unilateral do governo federal em reconhecimento à sua condição de invisibilidade produtiva a que sempre estiveram submetidas. O reconhecimento do protagonismo dessas mulheres no desenvolvimento rural foi fruto de décadas de organização e de lutas em movimentos mistos e em movimentos específicos de mulheres, dentro e fora dos movimentos sindicais (CARNEIRO, 1994; FARAH, 2004; HEREDIA; CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI, 2011). Observa-se,

a partir de então, a introdução da questão de gênero nas agendas políticas, o que possibilitou a consolidação da temática “Gênero e políticas públicas” como um campo de estudos no Brasil, assim como a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas (FARAH, 2004).

Na concepção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar houve um novo recorte buscando dar visibilidade às mulheres rurais na esfera produtiva. Esse reconhecimento ocorreu a partir do momento em que as mulheres não se restringiram apenas à esfera reprodutiva e alcançaram outros espaços de diálogo e de negociação com o Estado. Siliprandi (2011) considera que a participação das mulheres rurais em ações de impacto político faz parte de um processo de afirmação de identidades. Segundo Butto e Leite (2010), o reconhecimento, por parte do Estado, a partir da década de 2000, deu-se com a implementação de um conjunto de políticas e programas para as mulheres rurais que objetivavam a superação das desigualdades de gênero no campo, a promoção da autonomia econômica e a inclusão dessas mulheres no desenvolvimento rural. As políticas públicas com recorte de gênero representam avanços efetivos que se traduzem em orçamento específico e ações diferenciadas para as mulheres rurais. A primeira política pública com recorte de gênero surgiu em 2003, com o Pronaf Mulher.

O Pronaf é uma política pública que visa apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir a segurança alimentar e nutricional por meio de financiamento de atividades agrícolas e não agrícolas de agricultores e agricultoras familiares e suas organizações representativas, como associações e cooperativas. Destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento para o custeio e o investimento de atividades e serviços rurais desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BRASIL, 1996). Em sua origem, o Pronaf foi uma política generalista, não havia uma destinação específica de recursos para determinados segmentos, como as mulheres.

A partir da criação do Pronaf Mulher, no Plano Safra 2003/2004, a participação de mulheres no número de contratos de financiamento aumentou. Na safra agrícola de 2005/2006, o número de contratos

realizados pelas mulheres chegou a 487.924, enquanto os homens atingiram o montante de 1.420.353 contratos. No que diz respeito ao montante dos financiamentos, o aumento do número de contratos destinados a mulheres foi acompanhado pela diminuição relativa dos valores por elas recebidos, o que resulta de sua maior participação nos contratos de valores mais baixos (microcrédito) (BRUMER; SPANEVELLO, 2011).

O PAA é um programa que foi concebido com originalidade e introduziu aspectos inovadores como as relações comerciais diretas entre governo e sociedade civil. A compra dos produtos agrícolas por meio do PAA dispensa licitação e vinha sendo feita diretamente com os sujeitos sociais da agricultura familiar. Outro aspecto importante é que o PAA contribuiu para a diversidade regional, cultural, social, produtiva e alimentar do rural brasileiro, pois fez aquisição dos produtos de extrativistas, “quebradeiras” de coco babaçu, pescadores(as) artesanais, quilombolas, catadores(as) de mangaba, produtores do Cerrado, entre outros (GRISA, 2017). O recorte de gênero foi implementado em agosto de 2011 pela Resolução n.º 44 do Grupo Gestor do PAA (GGPAA), que, em seu artigo 2º, prioriza a participação das mulheres em todas as modalidades, e, no artigo 4º, determina um percentual de 40% dos recursos na modalidade Doação Simultânea e 30% na modalidade de Formação de Estoques, entre outras determinações (BRASIL, 2011).

O Pronaf e o PAA representaram um grande avanço para a agricultura familiar e o recorte de gênero nessas políticas foi fundamental para que as mulheres rurais, agentes ativos na produção e comercialização, pudessem se inserir nos arranjos produtivos. O crédito específico com taxas de juros acessíveis e o acesso a canais de comercialização com preços justos proporcionaram mudanças estruturantes no cotidiano das mulheres rurais. Atualmente o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar não tem se mostrado positivo. Após a ruptura do processo democrático, em 2016, houve cortes bruscos nos recursos. Esta ruptura, denominada golpe por parte da população brasileira e da academia (SOUZA, 2016), interrompeu o projeto político até então desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores, com a extinção do Ministério do

Desenvolvimento Agrário⁷ (MDA), responsável pelas políticas públicas para a agricultura familiar e por grande parte dos recursos para a execução dessas políticas públicas.

9.4 O Pronaf Mulher e o PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz

“Todo dia ela faz tudo sempre igual” (HOLANDA, 1971). O primeiro verso que compõe a primeira estrofe da canção de Chico Buarque — *Cotidiano* — retrata bem o cotidiano das mulheres rurais entrevistadas nesta pesquisa. Acordam entre 5 e 6 horas da manhã, iniciam as tarefas laborais rotineiras dentro de casa e se preparam para o intenso dia de trabalho nas atividades produtivas. Muitas se deitam após as 22 horas. Em dias de atividades que extrapolam a rotina diária, como a entrega de produtos, dias de feira ou participação em eventos, essa jornada pode começar às 2 horas da madrugada. No cotidiano dessas mulheres, há muito trabalho e pouca poesia.

As mulheres rurais de Aracruz que foram entrevistadas têm entre 32 e 61 anos e, com exceção de uma, são casadas. A mulher solteira divide o lar e a unidade de produção familiar com o pai e um irmão. A escolaridade varia entre ensino fundamental incompleto, completo a ensino médio completo. Elas reconhecem-se como: agricultoras, produtoras rurais, extrativistas, pescadoras artesanais e professora de ensino médio. Esta última trabalha meio período na escola rural e meio período em suas atividades agrícolas, reconhece-se como professora e agricultora. Outras também acumulam mais de uma atividade. Uma reconhece-se como agricultora e pescadora artesanal, outra como agricultora, pescadora artesanal e extrativista (atividade aquícola). Dentre todas, apenas

⁷ O MDA foi extinto em maio de 2016. Em seu lugar, foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), então ligada à Secretaria Executiva da Presidência da República. Em 2019, a Sead foi transformada em Secretaria da Agricultura Familiar e do Cooperativismo e incorporada na estrutura do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

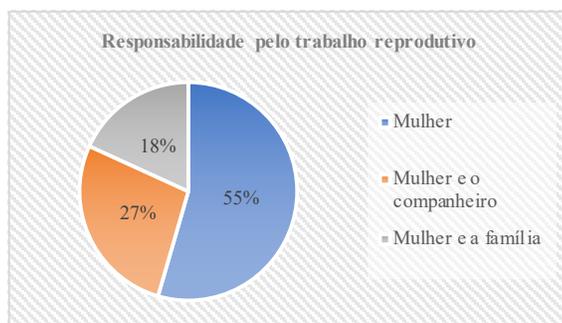
uma se autodenominou doméstica e agricultora. Quase todas residem nos estabelecimentos rurais. Há uma mulher que é meeira, e duas assentadas da reforma agrária que residem na agrovila do assentamento, mas trabalham em seus lotes. Todas residem na área rural de Aracruz.

As entrevistadas acessaram uma das duas políticas públicas objeto desta pesquisa: Pronaf Mulher ou PAA. Não houve nenhum caso de mulheres que tenham acessado as duas políticas. Foi realizada uma análise qualitativa dos relatos dessas 11 mulheres e, a partir dos quatro eixos de análises, foram construídos gráficos que buscaram traduzir em porcentagens suas respostas.

Sobre o eixo 1, divisão sexual do trabalho, os relatos evidenciam que a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo ainda recai sobre as mulheres. Como se pode observar no gráfico 1, as mulheres estão presentes em 100% dos cuidados com a casa e com a família. Em menos de 50%, há algum tipo de auxílio nas tarefas. Em apenas um caso há divisão justa de trabalho, ou seja, o casal divide de forma igualitária o trabalho reprodutivo em seu cotidiano. Em relação à divisão entre todos os membros da família, são as filhas, em grande parte, que desenvolvem o trabalho reprodutivo. Também foi constatado apenas um caso no qual filhos e filhas dividem a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Percebe-se que, quando são apenas as filhas, persiste a divisão sexual do trabalho. Repete-se o mesmo padrão patriarcal de gerações passadas. Em relação ao trabalho reprodutivo, foi quase unânime o uso da expressão *sempre foi assim* em todas as entrevistas.

Para análise do trabalho produtivo, conforme os gráficos 2 e 3, foram computadas as atividades desenvolvidas com recursos obtidos por meio das políticas públicas acessadas. A mulher é a responsável total ou em parte pelo trabalho produtivo. Nesse caso, a maior porcentagem desenvolve a atividade em conjunto com seus companheiros. Nas propriedades onde a mulher realiza sozinha o trabalho produtivo, ela também planeja sozinha as atividades. A maior porcentagem realiza o planejamento em conjunto com a família ou o companheiro. Há casos em que antes do acesso às políticas públicas as mulheres apenas executavam, e, a partir do acesso, passaram também a planejar as atividades.

Gráfico 1: Responsabilidade pelo trabalho reprodutivo



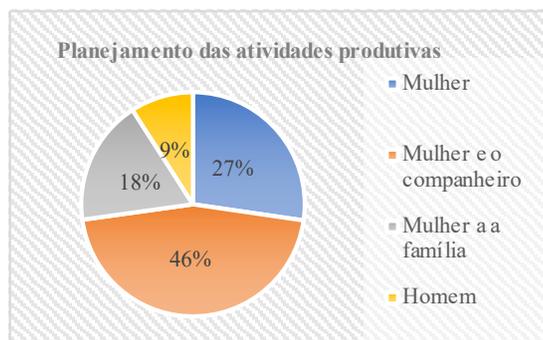
Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

Gráfico 2: Responsabilidade pelo trabalho produtivo



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria

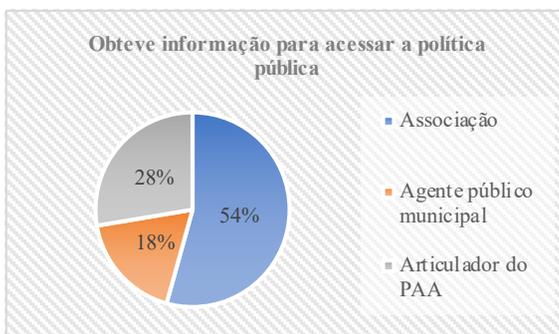
Gráfico 3: Planejamento das atividades produtivas



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria

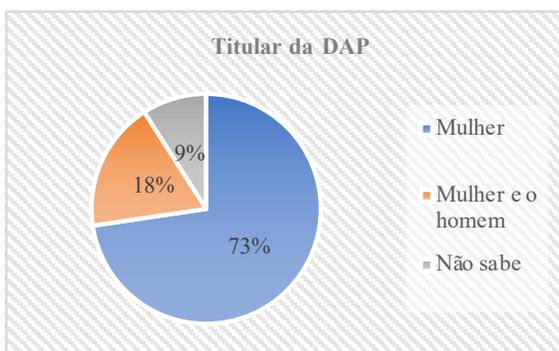
Relativamente ao eixo 2, acesso às políticas públicas (PAA e Pronaf Mulher), (Gráficos 4 e 5), a pesquisa mostrou que as associações representam o principal meio de acesso das famílias rurais às informações sobre as políticas públicas. Nos acessos ao PAA, houve também a figura do articulador, ligado a uma empresa privada de desenvolvimento rural. O agente público foi o principal divulgador do Pronaf Mulher. Em relação à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento obrigatório para o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, a maioria das mulheres entrevistadas são as titulares. Houve um único caso em que a mulher não soube responder.

Gráfico 4: Informação para acesso à política



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

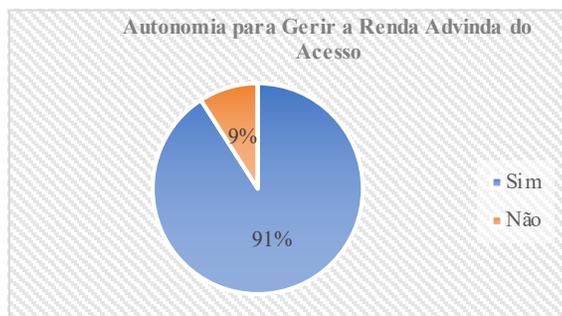
Gráfico 5: Titulação da DAP



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

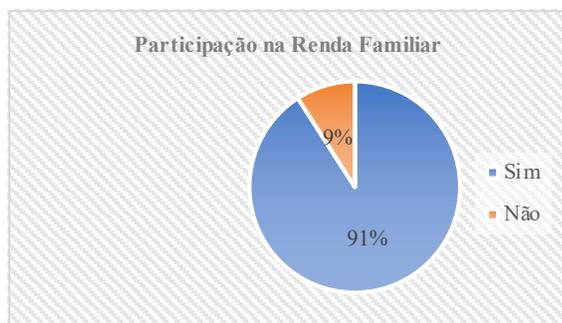
Sobre o eixo 3 – autonomia econômica, pode-se observar, nos gráficos 6 e 7, que, com exceção de uma mulher, todas as demais declararam ter autonomia para a utilização do recurso financeiro advindo de seu trabalho produtivo e investir parte deste recurso com a própria família. A maioria delas também tem autonomia para utilizar uma parte consigo. Entretanto, nem sempre foi assim. Segundo os depoimentos, muitas só passaram a ter esta autonomia após o acesso à política pública. A mulher que é exceção realiza trabalho produtivo em agroindústria, mas seus produtos são comercializados pelo companheiro, que controla todo o dinheiro. Sem autonomia para gerir sua renda, essa mulher não se sente contribuindo com a renda familiar e não percebe que, de fato, seu dinheiro está sendo gasto com a família.

Gráfico 6: Autonomia para gerir a renda advinda do acesso



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

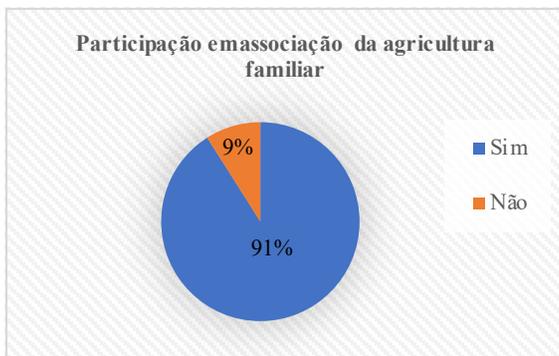
Gráfico 7: participação na renda familiar



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

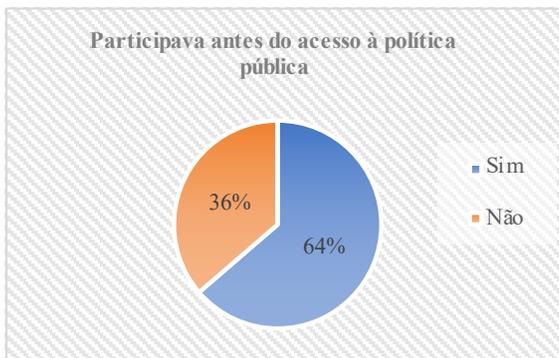
No que se refere ao eixo 4 – empoderamento e organização, os dados indicaram que apenas uma mulher não participa de qualquer forma de organização da agricultura familiar, conforme gráfico 8. Os dados apresentados no gráfico 9 demonstram que um percentual de 36% não participava de nenhuma organização representativa da categoria antes de acessar a política pública com recorte de gênero. A maior participação é na associação local representativa da agricultura familiar. Entre as agricultoras que já estavam associadas, algumas relatam que passaram a ser mais assíduas nas reuniões quando despertaram o interesse em participar da política pública, e continuaram assíduas após o acesso.

Gráfico 8: Participação em associação AF antes do acesso



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

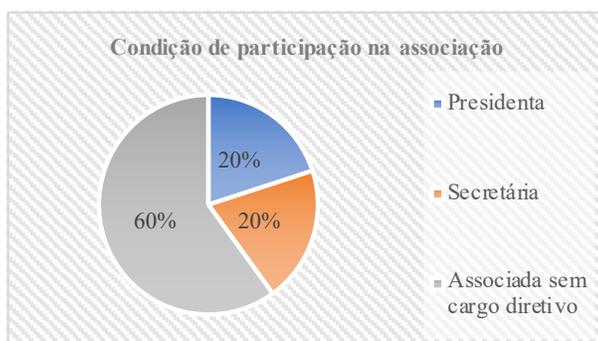
Gráfico 9: Participação em associação da Agricultura Familiar



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

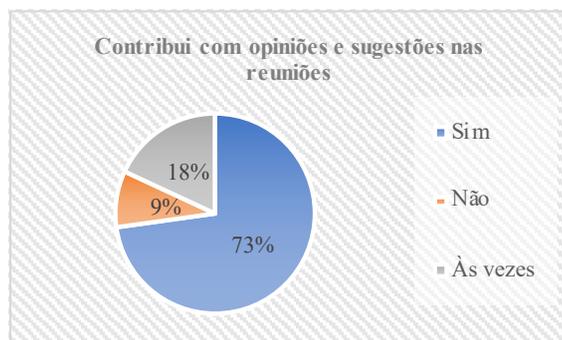
Para análise dos gráficos 10 e 11, cabe uma observação. Até o gráfico 9, o universo de 100% de mulheres rurais foi constituído de 11 mulheres entrevistadas. Uma vez que uma não participa de nenhuma associação, ela está excluída dos dados referentes aos gráficos 10 e 11, sendo para estes gráficos 10 mulheres correspondentes aos 100%. Há duas mulheres que são presidentas de associações e duas são secretárias (gráfico 10). Vale destacar que algumas já exerciam cargo diretivo antes do acesso à política pública. Entre as mulheres que participam nas reuniões das associações, a maioria se sente à vontade para emitir opinião, discordar, sugerir, entre outros posicionamentos (gráfico 11). As mulheres que responderam participar *às vezes*, relataram que só participam quando dominam o tema em discussão.

Gráfico 10: Condição de participação na associação



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

Gráfico 11: Contribuição com opiniões e sugestões nas reuniões



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

Pode-se observar, no gráfico 12, que um percentual de 91% das mulheres entrevistadas se diz valorizada no núcleo familiar, na comunidade, em eventos que participam e nas organizações representativas. Algumas dessas mulheres passaram a participar de eventos onde relatam suas experiências com os acessos às políticas públicas e suas atividades produtivas. Apenas uma não se sente valorizada em seu núcleo familiar por se sentir totalmente sem autonomia pessoal e financeira. As relações de gênero, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, para ela, continuam muito desiguais. Ela continua realizando grandes jornadas de trabalho, produtivo e reprodutivo, mas não obteve autonomia econômica e nem aumento da autoestima. Quanto às mudanças ocorridas em seus cotidianos após o acesso às políticas públicas com recorte de gênero, foi unânime (100%) a percepção das mulheres rurais que o acesso trouxe mudança, para melhor.

Ainda que haja uma entrevistada que não tenha alcançado a autonomia econômica desejada e nem o mesmo empoderamento que as outras obtiveram, esta relata que, nos poucos eventos que participou, se sentiu muito bem e aprendeu novas técnicas de trabalho. Entre as outras, muitas citam como mudanças positivas as novas amizades, as novas técnicas de agricultura que aprenderam, o reconhecimento de órgãos e pessoas. É senso comum a todas que o acesso às políticas públicas propiciou benefícios como o contato com outras mulheres que desenvolvem atividades semelhantes.

Gráfico 12: Valorização na família e comunidade após o acesso às políticas públicas.



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

9.5 Considerações finais

As políticas públicas com recorte de gênero existem, possuem um poder de transformação na vida das mulheres rurais e foram acessadas. Foi unânime a percepção das entrevistadas nesta pesquisa que o acesso às políticas públicas trouxe mudança, para melhor, em seus cotidianos.

Os resultados comprovaram a hipótese de que o acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher pelas mulheres de Aracruz contribuiu para alavancar suas atividades agrícolas e não agrícolas, assim como para fortalecer sua participação nos arranjos produtivos. Essa inserção e/ou fortalecimento são percebidos como positivos no cotidiano dessas mulheres, especialmente no que se refere ao aumento da renda, à diversificação produtiva, ao acesso aos mercados, à autonomia econômica e ao empoderamento por meio da participação em espaços coletivos de representação e de tomada de decisões.

As primeiras mudanças observadas no cotidiano das mulheres entrevistadas referem-se à autonomia econômica e ao aumento da autoestima. Elas conquistaram direitos civis e produtivos com a titularidade única ou conjunta na DAP e, conseqüentemente, obtiveram maior visibilidade enquanto agricultoras rurais, expandiram suas atividades produtivas, diversificaram e melhoraram, em qualidade e quantidade, sua produção agrícola e não agrícola.

O acesso às políticas públicas com recorte de gênero, como o Pronaf Mulher e o PAA, abriu caminho para essas mulheres participarem mais ativamente de um ambiente antes dominado pelos homens, como é o caso da comercialização. Elas se organizaram para ingressar nos mercados institucionais e em outros mercados, como feiras livres e supermercados.

Contribuiu, igualmente, para que ocupassem espaços de decisão em entidades representativas da agricultura familiar, seja na condição de membros votantes, seja exercendo cargos diretivos, e possibilitou a ampliação e a qualificação da participação dessas mulheres em outros espaços, como eventos relativos à agricultura familiar, intercâmbios

locais, regionais e nacionais com trocas de experiências e socialização de conhecimentos.

As entrevistadas reconhecem suas atividades produtivas como atividades profissionais e usam parte de sua renda para ampliá-las. A maioria delas participa do planejamento das atividades nos estabelecimentos rurais e possui autonomia para gerir a renda advinda dessas atividades.

Pode-se afirmar que, apesar de o PAA e o Pronaf Mulher terem contribuído para diminuir a invisibilidade produtiva de mulheres rurais de Aracruz, a hipótese de que o acesso a essas políticas contribuiria para a diminuição das desigualdades de gênero no campo não se sustentou frente aos resultados da pesquisa, uma vez que os avanços evidenciados não foram suficientes para alterar a divisão sexual do trabalho, especialmente no âmbito doméstico.

Grande parte das entrevistadas continua realizando duas a três jornadas diárias de trabalho e sente a sobrecarga que isso acarreta. Entretanto, como estão satisfeitas e não querem abrir mão dos progressos econômicos obtidos com as atividades produtivas, não cobram da família ou do companheiro a divisão justa do trabalho, especialmente do trabalho reprodutivo, pois sabem que isto pode acarretar conflitos.

Dentro dos lares, na maioria dos casos, a palavra final ainda é dos homens. Estes, por sua vez, considerando a renda extra proveniente do trabalho das mulheres, interferem pouco ou não interferem em suas atividades produtivas, mas colocam como condição para sua continuidade a não intervenção na rotina doméstica. Em alguns relatos, as entrevistadas buscaram reproduzir a posição do companheiro: se reclamar da sobrecarga de trabalho, a *escolha* será abrir mão da atividade produtiva em prol da atividade reprodutiva.

Assim, para conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo e aguentar a pesada e extenuante carga das atividades diárias, as mulheres precisam abdicar dos horários de lazer e de descanso, utilizando, muitas vezes, os finais de semana com esse objetivo. Em nenhum relato foi citado o lazer como algo que faça parte do cotidiano das entrevistadas. O lazer se resume a visitas aos familiares e encontros religiosos, e

algumas mulheres consideram como *passeio* as visitas técnicas ou os cursos de formação.

As entrevistadas sentem-se e são reconhecidas no coletivo como parte importante do desenvolvimento rural e, mesmo nos casos em que não há reconhecimento por parte da família, o sentimento de crescimento pessoal e de empoderamento existe entre essas mulheres.

Finalmente, a pesquisa demonstrou que, apesar dos esforços das mulheres e dos avanços alcançados por meio do acesso às políticas públicas, a igualdade de gênero no campo está longe de acontecer. As mudanças positivas se deram de forma mais efetiva na esfera do trabalho produtivo e pouco afetaram o trabalho reprodutivo, tradicionalmente conferido às mulheres; restando, portanto, praticamente inalterada a divisão sexual do trabalho — um dos fundamentos das desigualdades de gênero.

Espera-se que, na medida em que as políticas públicas com recorte de gênero sejam efetivadas e ampliadas, haja mudanças positivas em todos os aspectos da vida das mulheres rurais e que essas mudanças possam quebrar as estruturas patriarcais e mudar a cultura machista, historicamente presentes na sociedade brasileira. Há relatos nas entrevistas indicando que, apesar das dificuldades, esse é um caminho possível de ser percorrido.

Referências

BRASIL. Programa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad). *Mulheres continuam a cuidar mais de pessoas e afazeres domésticos que homens*. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20912-mulheres-continuam-a-cuidar-mais-de-pessoas-e-afazeres-domesticos-que-homens>. Acesso em: mar. 2019.

BRASIL. Resolução GGPAA n.º 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso das mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 17 ago. 2011. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legisweb_novo/legislacao/?id=115529. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário de 2006: Regiões e Unidades da Federação*. 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 6 ago. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 1.946, de 28 de julho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar PRONAF. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 13 nov. 2017.

BUTTO, Andrea; LEITE, Renata. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços e desafios. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. *Anais*. Porto de Galinhas, 2010.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani M. *Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil*. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA 1ª Edição Brasília, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/livro_mulher_e_autonomia_0.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

CARNEIRO, Maria. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994.

CAMPOS, Mariana L. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. *Revista Sociais e Humanas*, v. 30, n. 2, p. 35-54, 2017.

CISNE, Mirla. *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*. 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 12 maio 2019.

FARAH, Martha. Gênero e Políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n.1, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2017.

GOMES, Gisele A. História, mulher e gênero. *Revista Virtú*, n. 10, jul./dez. 2010.. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIAMULHER-E-G%C3%8ANERO.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. *Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas para o futuro*. MDA. Brasília – DF, p. 291-313, 2017.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, CIEC/ECO UFRJ, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

HEREDIA, Beatriz M; CINTRÃO, Rosangela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006.

HOLLANDA, Chico. B. *Construção*. Phonogram, Philips. Rio de Janeiro – RJ, 1971. Disco sonoro.

LUNA, Lolla. G. Histórias, Gênero y Política. V CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINÁRIO DE LA MUJER. *Anais*. San José, Costa Rica, 1993. Disponível em: <http://www.ub.edu/SIMS/pdf/HistoriaGenero/HistoriaGenero-03.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 157-163, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812/2731>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, Nilma A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *Revista de Políticas Públicas*, UFM São Luis – MA, p. 331-337, 2016.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamento Iberoamericano*, n. 9, 2011.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Ed. LeYa. São Paulo, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, p. 71-99, n. 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão em francês. Acessível em: <http://ser.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 fev. 2018.

10

Capítulo 10

A Marcha das Margaridas e as políticas públicas de agroecologia no Brasil¹

Sarah Luiza de Souza Moreira²

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro³

¹ O presente artigo é parte da dissertação de mestrado que teve como título *A contribuição da marcha das margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*, defendida em maio de 2019 no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).

² Bacharela em Ciências Sociais (UFC) e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader, da Faculdade UnB de Planaltina (FUP).

³ Doutora em Geologia e professora do PPG-Mader, Faculdade UnB Planaltina (FUP), na linha de pesquisa sobre “avaliação socioambiental e agrária” (e-mail: suzitheodoro@unb.br).

10.1 Introdução

O presente capítulo analisa a contribuição da Marcha das Margaridas para a construção de políticas públicas de agroecologia no Brasil. A análise considerou o período entre os anos 2000 e 2015, por ter sido esse um momento em que se pode perceber a aproximação da pauta da agroecologia com as ações dos movimentos feministas e das mulheres do campo, das águas e das florestas, assim como da ação do Estado. Destaca-se, nesse processo, a construção e a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o seu Plano (Planapo I). Buscamos averiguar qual foi a influência das partes, das pautas e das demandas dessas mulheres para a concretização das políticas públicas e das ações governamentais que efetivaram a agroecologia.

Considerando tais fatores, procuramos investigar como ocorreu o processo de fortalecimento da pauta da agroecologia no âmbito da luta das mulheres, especialmente daquelas organizadas em torno da Marcha das Margaridas. Esse tema é relevante, porque aborda aspectos relativos à sinergia entre os movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres, e as demandas por políticas públicas construídas e apoiadas a partir das ações de mobilizações e de pressões populares para a sua construção, de forma direcionada ao público formado pela população rural brasileira. Esse conjunto de fatos pode ser visto sob a perspectiva de um desenvolvimento de cunho mais sustentável, que considere a democracia, a igualdade, a liberdade e a justiça como parâmetros de construção da sociedade.

Nesse contexto, apresentamos a história da Marcha das Margaridas, seu processo de constituição, organização e mobilização, a partir do movimento sindical rural, estruturado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em um contexto de fortalecimento da luta das mulheres rurais no Brasil. Nos debruçamos ainda sobre os diálogos dessa mobilização com o movimento feminista, que nos dão ferramentas fundamentais para análise e construção da pesquisa.

Pensando a agroecologia como um eixo estruturante, a pesquisa pretendeu contribuir para o entendimento de como as lutas políticas têm um papel preponderante na construção das políticas direcionadas às populações do campo, da floresta e das águas, com vistas à construção de um modo de vida com mais dignidade, com garantias de produção e acesso a alimentos saudáveis e com qualidade ambiental adequada para as presentes e futuras gerações. É relevante destacar que esta pesquisa pretendeu dar luz ao debate sobre a visão que os movimentos de mulheres e feministas, especialmente o grupo que compõe a Marcha das Margaridas, têm sobre o desenvolvimento rural sustentável e em que medida o tema da agroecologia constituiu-se em uma estratégia e uma proposta política que afirmasse a necessidade de autonomia e revelasse os processos de desigualdades entre homens e mulheres, nos âmbitos produtivos e reprodutivos. Nesse percurso, foi possível perceber as tensões, as disputas e os enfrentamentos entre os movimentos sociais e o Estado, em temas relativos ao lugar das mulheres na agricultura familiar, ao modelo de desenvolvimento e à formulação de políticas públicas a serem priorizadas.

Para o universo acadêmico, esse tema se apresenta como uma pesquisa diferenciada, frente às teorias e às reflexões que ainda são paudadas por um caráter eminentemente “universalista”⁴ e androcêntrico,⁵ que invisibilizam os mecanismos do patriarcado que impõem às mulheres o lugar do privado, do doméstico e do cuidado, diminuindo sua contribuição política e seus aportes para o mundo público. Ao mesmo tempo, ampliar a conformação da visão do Estado e como suas políticas públicas são construídas, considerando (ou não) as propostas dos movimentos sociais, em especial o de mulheres (na perspectiva feminista) e o agroecológico (no limiar entre a produção, a reprodução, a

⁴ Diz respeito ao discurso de um sujeito cognoscente universal, único, geralmente masculino, branco, heterossexual, da classe média, encobrindo a existência daqueles que não se encaixam nessas categorias (GALVÃO, 2002).

⁵ A teoria feminista define uma representação como androcêntrica quando esta descreve o mundo de acordo com os interesses, valores, emoções somente do gênero masculino (GALVÃO, 2002).

sustentabilidade da vida e a conservação ambiental), favorece a construção de estratégias de diálogo diferenciadas, ampliando possibilidades de novos estudos e propostas em acordo com as reais demandas da sociedade. Analisar o mundo pelo olhar das mulheres, observando suas experiências de vida e de luta, também tende a descortinar outras perspectivas, pautadas, em muitos casos, na resistência, na força, no aprendizado e na sustentabilidade da vida.

Paralelamente, quando aqui tratamos de agroecologia, estamos pressupondo que ela é uma ciência, um movimento e uma prática (WEZEL *et al.*, 2009), construída a partir de um processo de reflexão e de debate, ao mesmo tempo em que vem se firmando como um modo de vida, de produzir, de relacionar-se e viver no mundo. Isto implica na construção de relações respeitadas e igualitárias entre mulheres e homens e dessas(es) com a natureza. Esses princípios estão na base da contribuição conceitual e política do movimento feminista e de mulheres para a agroecologia.

Para tanto, a pesquisa discute as diferentes concepções da agroecologia, tanto no próprio movimento quanto no âmbito da Marcha das Margaridas, bem como nas políticas públicas para o desenvolvimento rural, buscando observar os encontros e desencontros entre as diferentes percepções. Compreender em que medida as concepções sobre a agroecologia construídas pelas mulheres na Marcha das Margaridas se viram expressas nas políticas públicas que tratam desse tema contribui para o entendimento do importante papel da organização e da participação social nos espaços de concertação e controle social.

Em se considerando tal entendimento, foi fundamental averiguar se, e em que medida, a Marcha das Margaridas influenciou na construção de políticas públicas de agroecologia. Nossa hipótese partiu do pressuposto de que a Marcha das Margaridas contribuiu efetivamente na construção dessa política pública, especialmente, porque a participação das mulheres e das organizações feministas estão assentadas em processos de diálogos e concertação, os quais incluem o desenvolvimento de consensos e dissensos. Reforçando essa hipótese, com o lançamento do Grupo de Trabalho que trabalharia na construção da Pnapo,

feito durante a 4ª Marcha das Margaridas, foi possível obter-se novos desdobramentos da política, que resultaram na elaboração e aprovação do Planapo I, no qual foram incluídas metas e ações específicas para as mulheres rurais. Neste caminho, é importante considerar que esta atuação foi permeada por conflitos e tensões das mulheres com as organizações sociais mistas em que estão inseridas e no âmbito da própria relação com o governo.

Portanto, considerando esse contexto e a hipótese, o objetivo da pesquisa foi efetuar uma análise da influência da Marcha das Margaridas para o fortalecimento da agroecologia no Brasil e em que medida este movimento foi estratégico para a conformação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e de seu Plano Nacional. Além disso, buscou-se avaliar como o conceito de agroecologia foi sendo alterado nos discursos das mulheres e dos movimentos de mulheres e feministas que constroem a Marcha das Margaridas ao longo de suas cinco edições; examinar as estratégias políticas utilizadas pelo coletivo de movimentos e organizações que constroem a Marcha das Margaridas para incidir sobre as políticas públicas para a agroecologia no Brasil, considerando a perspectiva feminista; e, não menos importante, analisar como a proposta de política pública de agroecologia defendida pela Marcha das Margaridas se expressa no âmbito da institucionalidade das políticas que contemplam o tema da agroecologia, bem como os seus desdobramentos.

10.2 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com base na epistemologia feminista que considera que todo(a) conhecedor(a), bem como o conhecimento produzido por esses(as), é localizado, negando, dessa forma, a apreendida noção de objetividade, conforme reflexões de Donna Haraway (1995). Esta perspectiva pressupõe que não há neutralidade axiológica e que a ideia de controle da ciência, por meio de experimentos e manipulações, é um limite, que pode ser tendencioso e manipulável e que nega a dicotomia sujeito-objeto, instituída pela ciência moderna.

Tal epistemologia tem por principal objetivo analisar a influência das relações desiguais de gênero nas concepções da construção do conhecimento, nos modos de produção e justificação da ciência, assim como sobre a visão que se tem do(a) sujeito cognoscente.

Em relação à metodologia feminista, consideramos que, para além do uso específico de determinadas técnicas de coleta de dados, estamos tratando da inclusão de questões referentes às mulheres ou às relações desiguais de gênero na construção do conhecimento, como mencionado por Cristina Bruschini (1992). Nesse sentido, diferentes abordagens podem utilizar-se de metodologias feministas, desde que construídas em uma perspectiva não sexista. As abordagens qualitativas são as mais utilizadas nas pesquisas feministas, conforme Marian McHugh e Lisa Cosgrove (2004), como as narrativas, a pesquisa-ação, a abordagem fenomenológica, os grupos focais, os estudos de caso, as histórias de vida, o método autobiográfico e os grupos de conceptualização (LINTON, 1997).

Dessa forma, as metodologias feministas são consideradas como instrumentos ou estratégias de mudança social, em especial, das situações de opressão e violência vividas pelas mulheres e devem orientar todo o processo de construção das investigações (BRUSCHINI, 1992; MCHUGH; COSGROVE, 2004; NEVES; NOGUEIRA, 2003). A partir de abordagens críticas, as pesquisas feministas têm buscado visibilizar e valorizar as experiências das mulheres, com o uso de análises e linguagens não sexistas (EICHLER, 1988) para o fortalecimento desse grupo social.

Como parte desse processo, consideramos fundamental demarcar nosso lugar de fala, como problematiza Djamila Ribeiro (2017). A autora, em seu livro *O que é o lugar de fala?*, baseado na teoria do ponto de vista feminista de Patrícia Hill Collins (1990), destaca a importância de considerar o lugar social de fala de sujeitos marcados pelo lugar de opressão e submissão, como as mulheres e as(os) negras(os). Ela mostra como a sociedade patriarcal e racista invisibiliza a voz das mulheres negras, em especial, e afirma a importância de contribuir para tirá-las de um lugar silenciado estruturalmente, dando voz e visibilidade às suas reflexões, realidades, demandas e vidas. Consideramos aqui a importância de explicitar que, sendo assim, não há lugar neutro de análise e

que é honesto explicitar as nossas experiências e os percursos que nos fizeram escolher o tema desta pesquisa, de onde o observamos e que relações temos com o estudo e as pessoas entrevistadas.

Os procedimentos metodológicos referenciam-se na pesquisa qualitativa para a busca de elementos conceituais e políticos em documentos produzidos pelos movimentos que têm participado do processo de construção da Marcha das Margaridas e, em especial, na percepção de mulheres que participaram dessa ação e contribuíram com os debates e as definições sobre a agroecologia e a vida das mulheres do campo, da floresta e das águas. Nas estratégias de investigação, foram utilizados dados secundários e entrevistas semiestruturadas. Com relação aos dados secundários, as bases para análise foram os documentos elaborados pela Marcha das Margaridas desde a sua primeira edição (2000) até a quinta realização, em 2015, quais sejam: cadernos de textos; pautas de reivindicações entregues para o governo federal; caderno de respostas do governo federal às demandas da mobilização; cartazes e notas públicas. Foram analisados, ainda, os documentos produzidos pelo governo federal referentes à Política e ao Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com pessoas que acompanharam (a partir de diferentes lugares e movimentos) esse processo de mobilização, a construção da proposta de temas para os debates e das pautas, bem como a negociação das demandas, a elaboração, a execução e o monitoramento das políticas públicas. Foram realizadas 14 entrevistas, envolvendo 16 pessoas (13 mulheres e 3 homens), entre os meses de abril a julho de 2018, em espaços de encontros dessas organizações, por Skype e presenciais, em Brasília, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Foram utilizados dois modelos de roteiros: um direcionado para representantes da Contag e das organizações parceiras da Marcha das Margaridas e outro para representantes do governo federal.

As perguntas para os movimentos e as organizações da sociedade civil tinham por objetivo buscar conhecer qual a relação à pessoa teve com a Marcha das Margaridas; de qual lugar observou ou contribuiu

para a marcha; como ela percebeu a entrada da agroecologia na pauta, além das mudanças conceituais pelas quais a concepção de agroecologia passou ao longo das edições. Buscamos averiguar de que forma esta marcha contribuiu para a construção das políticas públicas para a agroecologia, considerando ações e proposições. Além disso, buscamos observar como se deu o processo de negociação, conflitos e acordos na construção da Pnapo e do Planapo I, considerando as pautas e pressão da Marcha das Margaridas. Sob um olhar mais atento para a ação do poder público e representantes dos governos no diálogo e na negociação com a Marcha das Margaridas, e da pauta dessas com os diferentes ministérios e secretarias do governo federal, as perguntas foram mais direcionadas à percepção dessas(es) a partir da posição que ocuparam sobre as estratégias políticas da marcha, suas pautas, as ações, os espaços de diálogo e negociação, buscando avaliar em que medida a marcha influenciou na construção e na elaboração das políticas públicas de agroecologia no Brasil.

Consideramos que as perguntas lograram trazer elementos que possibilitassem respostas aos objetivos da pesquisa, dialogando com as hipóteses previamente estabelecidas. Para a análise dos dados, a conceituação e a categorização, tanto do estudo dos documentos quanto a partir dos resultados das entrevistas, usamos como referências gerais Strauss e Corbin (2008). Utilizamos atentamente a descrição de processos, considerando-a um passo relevante para a explicação e a sua interpretação, como lembra Flick (2009) e Gerring (2012).

Somando-se e dando substância a tais referências, decidimos utilizar o método de construção das linhas narrativas, proposto por Mary Jane P. Spink e Helena Lima (2013). Segundo essas autoras, na perspectiva construcionista, o rigor passa a ser concebido como a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo. Esse diálogo, desenvolvido no âmbito da pesquisa que se quer científica, não é um processo livre, encontrando-se preso aos processos históricos e sociais e, ainda, às vicissitudes dos relacionamentos humanos. O conceito de objetividade precisa, assim, ser revisto e ressituaado como processo intersubjetivo (SPINK; LIMA, 2013).

Considerando a ciência como uma prática social que está diretamente relacionada à comunicação de resultados, apresentamos as informações disponíveis, os passos que foram dados para a análise e a interpretação resultante desse trabalho. O rigor, geralmente considerado como parte da triangulação entre replicabilidade, generabilidade e fidedignidade, é visto por elas como a “objetividade possível no âmbito da intersubjetividade” (SPINK; LIMA, 2013, p. 83). As autoras propõem que se abandone a ideia da objetividade, resignificando-a como visibilidade, com a apresentação do processo pelo qual a interpretação, ou seja, a produção de sentido, foi sendo construída.

Em nossa pesquisa, seguimos os passos que elas sugerem como atividade-meio, na busca do sentido como fim, que foi inicialmente o diálogo entre as informações, matérias-primas da pesquisa: as conversas, os posicionamentos, na busca de nossas informações; a priorização, para entendê-los à luz de categorias, hipóteses e informações contextuais diversas, que já são parte do processo de interpretação. Posteriormente, mergulhadas nas informações coletadas, adicionados o confronto do processo de pesquisa e o estudo de campo (no caso, a realização das entrevistas), construímos (ou reafirmamos) nossas categorias gerais de análise, na busca tanto dos conteúdos quanto dos usos feitos desses. As categorias gerais (e subcategorias) definidas foram: Marcha das Margaridas; feminismo; agroecologia; políticas públicas; Npapo/Planapo.

A opção de método dialoga, ainda, com a pesquisa narrativa e a história oral, que buscam reconstituir, a partir das falas, um percurso e um processo, a partir da junção de diferentes falas de distintos lugares. Como afirmam Jean Clandinin e Michael Connelly (2011), a pesquisa narrativa é mais do que ouvir histórias: é uma maneira de viver, é uma forma de reconstruir vidas. Sobre as fontes orais, adquiridas a partir das entrevistas, acreditamos que estamos aqui reconstruindo, com a junção de diferentes sujeitos, de lugares diversos, uma nova história oral, criando significações. Buscamos ser tão fiéis quanto possível à forma de fala de cada pessoa, tentando respeitar seus modos, seus medos, suas expectativas e seus desejos expressos nas falas. Portelli (1997) ressalta que as fontes orais nos contam não apenas do

que se fez, mas também do que se queria fazer, do que se acreditava estar fazendo e o que agora pensa do que se fez.

Quanto ao uso da técnica da linha narrativa, a tratamos como recurso analítico que contribuiu para “esquematizar os conteúdos das histórias utilizadas como ilustrações e/ou posicionamentos identitários no decorrer da entrevista” (SPINK; LIMA, 2013, p. 93-94) que localiza o lugar de fala de cada entrevistada(o). Considerando que a imposição da linearidade, que localiza cronologicamente os fatos, é um limite, esse é um exercício de organização e compreensão em uma perspectiva temporal de fatos, eventos e sujeitos que contribuíram e foram importantes para a história que aqui (re)contamos. Por isso, escolhemos renomear a técnica para “rios narrativos”, pois o “rio que nasce de um fio de água e, em seu percurso, vai se adensando, crescendo, recebendo folhas, pedras e outras águas, indo em direção ao mar” (MOREIRA; SILIPRANDI; FERREIRA, 2018, p. 63), com base no termo que as mulheres do movimento agroecológico têm utilizado para mostrar a história e a memória da agroecologia a partir de seus lugares e suas vivências.

10.3 Abordagem teórica

A partir desta posição e do referencial teórico e metodológico, os conceitos centrais do feminismo permearam as discussões realizadas ao longo de toda a pesquisa, dialogando com conceitos teóricos como patriarcado e machismo (DELPHY, 2009; WALBY, 1990; PATMAN, 1993; AMORÓS, 1997; SAFFIOTI, 2004; MATOS; PARADIS, 2014); divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003; ENGELS, 1984); relações sociais de sexo (KERGOAT, 2003); feminismo (AMORÓS, 2000; SILIPRANDI, 2015; ALVES; PITANGUY, 1981); economia feminista (MORENO, 2014; CARRASCO, 2006). Consideramos nesse trabalho o patriarcado conforme Christine Delphy (2009, p. 173):

O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo

de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 1970, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”.

Silvia Walby (1990) definiu o patriarcado como “um sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora a mulher” (p. 20), e Carole Patman (1993) o considera como um sistema de poder análogo ao escravismo ou um conceito articulador central para o entendimento das relações políticas e sociais do mundo contemporâneo. Vale ainda citar a concepção de Celia Amorós (1997), que o vê o patriarcado como uma espécie de pacto interclassista metaestável, que teria como base o patrimônio de gênero dos homens na na construção de um acordo entre classes, em que esses se auto-instituem sujeitos referenciais do contrato social perante às mulheres que seriam consideradas como as contratadas. Saffioti (2004) destaca a relação do patriarcado com o capitalismo, como um binômio da dominação-exploração das mulheres pelos homens, na medida em que o sistema capitalista de beneficia da lógica patriarcal para lucrar com o menor pagamento à mão de obra feminina.

Olhando para a realidade do Brasil e para sua expressão no Estado, Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014) reafirmam o patriarcado como estruturante, todavia, conseguem enxergar processos de desestabilização dessa ordem a partir das ações políticas feministas. Elas afirmam que é necessária uma “despatriarcalização do Estado”, que seria a realização de ações que busquem abalar essa estrutura patriarcal. Nesse trabalho, procuramos identificar em que medida a ação da Marcha das Margaridas contribuiu nesse processo.

Engels (1984) em sua obra clássica *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, já falava sobre o patriarcado, constituído a partir da instituição das mulheres como propriedade privada dos pais/maridos, e como ele se expressava.

[...] a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, evidenciando, dessa forma, a opressão de classes e de sexos [...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1984, p. 70-71).

Um conceito central, então, para nosso estudo, que permeia toda a nossa análise, é o da divisão sexual do trabalho, como definido por Danièle Kergoat (2003), que a considera como uma divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo que atribui aos homens a esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva, onde as funções realizadas pelos homens têm forte valor social agregado. Tal divisão social do trabalho é orientada por dois princípios organizadores: o princípio de separação entre trabalhos de homens e de mulheres, e o princípio de hierarquização, no qual o trabalho de homem tem mais valor que o feminino.

Nesse contexto, utilizamos ao longo do trabalho o termo “machismo” algumas vezes, que Christine Delphy (2009) lembra ser parte dos termos utilizados pelas acadêmicas e militantes feministas para se referirem ao nível das atitudes e/ou das relações interindividuais, que expressam a lógica patriarcal nas práticas cotidianas. É preciso entender, ainda, as relações sociais de sexo como uma relação entre grupos sociais definidos como antagonicos (grupo social homem *versus* grupo social mulheres, que não deve ser confundido com a categorização biologizante macho-fêmea), percebendo que as práticas masculinas e femininas são construções sociais, não sendo causadas pela questão biológica, mas com base material e não apenas ideológica (demandando uma mudança na divisão de trabalho concreta). Assim como Kergoat (2003), as entendemos como construção social, ou seja, é preciso contextualizá-las e historicizá-las, e como relações de poder e dominação, que, então, podem ser modificadas.

Frente a essa realidade de desigualdade, violência e opressão estrutural contra as mulheres, temos o feminismo como um processo de organização, reflexão e ação política, como um movimento social, ao mesmo tempo que se constitui como uma teoria crítica da sociedade, que se posiciona no questionamento ao patriarcado, à divisão sexual do trabalho (por alguns grupos também do capitalismo e do racismo), na construção de uma sociedade justa, igualitária, conforme afirma Celia Amorós (2000).

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1981, p. 74), ao buscarem definir o que é o feminismo, destacam como a tarefa é desafiadora, já que o termo expressa um processo de transformação com raízes passadas, construída no presente, que não se sabe exatamente onde chegará, com avanços, retrocessos, contradições e tensões. Mas destacam que:

O feminismo *busca* repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção e a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder [...].

Nesse contexto, a economia feminista surge como uma corrente do pensamento econômico que se tornou uma ferramenta para análises e elaborações do feminismo, que tem como base o questionamento à exclusão da reprodução como parte da economia e busca dar visibilidade à interdependência entre produção e reprodução, considerando como parte da economia não apenas o que está na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras, como o faz a economia neoclássica, como nos mostra Renata Moreno (2014). Como afirma Cristina Carrasco (2006, p. 2-3):

A economia feminista não é uma tentativa de expandir os métodos e teorias existentes para incluir as mulheres, ela não consiste como Sandra Harding afirmou na ideia de “adicionar mulheres e misturar”. É algo muito mais profundo: uma mudança radical é pretendida na análise econômica que pode transformar a própria disciplina e permitir construir uma economia que integre e analise a realidade de mulheres e homens, tendo como princípio básico a satisfação das necessidades humanas.

Consideramos, em nossa pesquisa, o gênero como categoria de análise pela sua contribuição fundamental na desconstrução das bases biológicas que sustentam a inferiorização da mulher e na explicitação do papel imprescindível das relações de poder nas relações sociais desiguais entre homens e mulheres (SCOTT, 1995; PAULILO, 2016a, 2016b). Seguindo a compreensão de Joan Scott (1995), que discute gênero como elemento constitutivo de relações sociais e com base nas diferenças percebidas entre os sexos como sendo a forma primeira de significar as relações de poder, afirmamos a necessidade de rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, a partir da historicização e da desconstrução dos termos da diferença sexual.

Joan Scott (1995) também contribui com importantes reflexões acerca do papel da linguagem na reprodução (ou transformação) das desigualdades de gênero, geralmente reproduzindo a ideia do masculino como universal, o que gera a invisibilidade das mulheres na história, na memória e nos documentos. Atualmente, a epistemologia feminista tem proposto a linguagem inclusiva ou não generificada como forma de questionar o pensamento androcêntrico. Para isso, várias têm sido as propostas de escrita, na busca, inclusive, de não reforçar a ideia binária do gênero, limitada frente às diversas identidades de gênero já identificadas (BUTLER, 2003). Mesmo compreendendo essa limitação, escolhemos usar a(o) como forma de explicitar as mulheres como parte do mundo (falado, escrito, vivido), dentro de uma lógica socialmente construída que ainda reconhece, define, separa e hierarquiza homens e mulheres. Outra opção que fizemos ao longo deste trabalho

foi, sempre que possível, explicitar no corpo do texto e nas referências os nomes, e não apenas os sobrenomes, pois isso contribui para entender melhor como discursos e posicionamentos estão marcados pelas relações sociais de sexo.

10.4 Resultados e discussão

Com essa pesquisa, buscamos compreender qual havia sido a influência da Marcha das Margaridas para as políticas públicas voltadas à agroecologia no Brasil. A partir das análises teóricas, dos documentos governamentais e daqueles produzidos pela Contag, mas principalmente pelos relatos das pessoas que entrevistamos, concluímos que a marcha foi um marco e também fundamental para que fosse possível o anúncio, pela presidenta Dilma Roussef, em 2011, da criação de um grupo de trabalho que construiria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As análises nos mostraram que a decisão política governamental foi resultado da força política da Marcha das Margaridas, expressa na sua capacidade de mobilização, pressão, proposição e negociação, resultante do amplo arco de alianças construídas com diversos movimentos feministas, agroecológicos, sindicais, do campo, das águas e das florestas, desde 2010. Todavia, percebemos que o reconhecimento da história, atuação e capilaridade da Contag também ajudou para uma maior abertura do governo para o diálogo.

Essa contribuição, todavia, foi apenas uma parte. Muitos outros aportes já haviam sido dados, tanto para dentro do movimento sindical quanto para as políticas públicas de agroecologia e para as mulheres rurais. A partir do processo de articulação com o movimento agroecológico e feminista, as mulheres da Contag foram se apropriando da pauta, acumulando debates, levando reflexões para os espaços mistos e sensibilizando, não sem muitas tensões e conflitos, o conjunto do movimento sindical a assumir a agroecologia como perspectiva para o projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário que os orienta. Foram as mulheres que levaram esse tema para dentro do movimento sindical. Organizadas na Marcha das Margaridas, a partir de

uma longa história de organização das mulheres dentro do movimento sindical rural, elas contribuíram ainda para fortalecer o movimento feminista, levando elementos da realidade do campo e construindo reflexões, a partir de suas experiências, sobre a divisão sexual do trabalho, o patriarcado e a economia feminista. Além disso, o movimento feminista também cresceu com essa troca e possibilitou um espaço de construção de unidade, de formação de alianças entre as mulheres de diferentes realidades, de diversas identidades, em torno de uma pauta de todas, para todas.

Com relação ao movimento agroecológico, a ponte com a Marcha das Margaridas tem sido realizada pelo GT Mulheres da ANA que, apesar de compor a coordenação ampliada apenas na edição de 2015, tem mulheres, movimentos e organizações que a integram e que constroem a marcha desde 2000. A relação também tem sido de muita simbiose, de colaborações nos debates de aprofundamento conceitual e prático da agroecologia, mas, também, do feminismo, da soberania e segurança alimentar e das políticas públicas. Ao assumir o lema “Sem feminismo não há agroecologia”, reafirma a luta que as mulheres vinham travando por dentro do movimento agroecológico, fortalecendo-o. A Marcha das Margaridas, por sua dimensão e quantidade de pessoas que consegue envolver, ampliou a visibilidade desse tema, fazendo com que ela chegasse em locais que o movimento agroecológico ainda não havia alcançado, possibilitando um maior reconhecimento, transformando-a em agenda política governamental. Assim, a marcha, que juntou as mulheres da Contag com as militantes dos movimentos feministas e as mulheres do GT Mulheres da ANA, ganhou muito peso e muita legitimidade. Vale dizer que as mulheres da Contag também integravam outros espaços, para além do GT, somando à construção da luta coletiva, na articulação com outros movimentos sociais e no diálogo com os governos.

Identificou-se, ainda, que um importante legado da marcha foi a sua contribuição para a aproximação de movimentos que antes pouco dialogavam e que, por vezes, tinham até tensões e divergências conceituais fundantes. Trata-se da associação do debate de classe com os debates feministas e ambientais/ecológicos, colocando todas as lutas

como importantes para a construção de uma sociedade justa e igualitária, economicamente viável e ambientalmente harmônica.

Ao longo do processo de elaboração e análise dos dados, certificamo-nos de que vivemos em um Estado marcado pela lógica capitalista, patriarcal e racista que, todavia, por se constituir como resultado de relações sociais entre classes dominadas e dominantes, sem um caráter monolítico, tem espaços para o embate de concepções de mundo diversas, as quais possibilitam caminhos de resistência e de disputa de ideias. Em um estado democrático, existem espaços de diálogo entre a sociedade civil e a sociedade política, o que permite que sejam feitos tanto questionamentos à estrutura do Estado quanto à sua forma de atuação na gestão governamental e na construção, execução e implementação das políticas públicas. Assim, o feminismo e a luta das mulheres têm se colocado em espaços de participação social e de diálogo com os governos na tentativa de pressionar para que os interesses da maioria e as diferenças sejam consideradas na construção de uma sociedade com maior justiça social.

Sabemos que as mulheres foram, após o processo de democratização, aprendendo as formas de estar e atuar nos espaços de decisão, organização e participação política, historicamente definidos como um lugar dos homens. Elas foram crescendo junto com os processos coletivos e de auto-organização, criando conjuntamente estratégias de atuação na luta e na geração de políticas públicas. Algumas optaram por construir movimentos específicos, outras escolheram militar em movimentos mistos, mas a perspectiva feminista tem se fortalecido e intensificado suas ações de massa, suas mobilizações de rua, e, também, dos processos de transformação da vida das mulheres por dentro das estruturas do Estado. Nesse caminho, notamos uma busca por “despatriarcalizar o Estado” desde a construção de políticas públicas que transformem paradigmas políticos excludentes em práticas participativas e políticas que passem a considerar a realidade e as necessidades das mulheres desde seu lugar de vida e trabalho. Para isso, a ação das mulheres feministas que atuavam dentro dos governos e que tomaram como missão institucional a construção do feminismo e da

agroecologia foi fundamental em todo o período dos mandatos democráticos. E é a partir da vida no campo, nas águas e nas florestas que as “Margaridas” constroem sua ação.

Ao analisar o processo de aproximação da Marcha das Margaridas com a agroecologia, vimos que essa pauta passou a compor a análise e as demandas a partir da identificação, por parte das mulheres, de que elas já trabalhavam na perspectiva da sustentabilidade da vida, da preservação das sementes, da conservação das terras e águas e do respeito ao meio ambiente, antes mesmo de conhecer o termo. Elas já eram agroecológicas antes de sabê-lo e já eram feministas antes de exercer esse direito.

Nesse percurso sobre o conceito da agroecologia dentro das pautas da marcha, observamos que ele inicialmente estava muito relacionado ao tema ambiental, passando por uma perspectiva mais relacionada ao modo de produção. Mas as mulheres foram problematizando e trazendo novos elementos referentes às relações sociais e às desigualdades de gênero, questionando a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do seu trabalho produtivo, além do doméstico e de cuidados (tão fundamentais para a vida), passando a ter a economia feminista como uma perspectiva de análise. Passaram, então, a afirmar o lema “Sem feminismo não há agroecologia”. Percebeu-se, ainda, que o processo de organização e crescimento dessa pauta na marcha teve grande relação com o ambiente de ampliação e fortalecimento desse debate no processo de organização e fortalecimento da ANA.

No processo de construção de políticas públicas para a agroecologia, notamos que o feminismo e a luta das mulheres rurais, expressos na Marcha das Margaridas, trouxeram novos elementos para as políticas públicas e a agroecologia, entre os quais pode-se citar: *i*) a necessidade de liberdade e autonomia social, política e econômica das mulheres em um mundo sem violência; *ii*) a possibilidade de produção de alimentos saudáveis para todas e todos, para garantia da saúde e preservação do meio ambiente; *iii*) a urgência no acesso igualitário e justo a terra, água, créditos e assistência técnica, com um olhar específico sobre a situação desigual, de opressão e violência vivida pelas mulheres; *iv*) a invisibilidade tanto do trabalho doméstico e de cuidados quanto do trabalho

produtivo realizado por elas no campo, na floresta e nas águas; e v) a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de trabalho sobre os ombros das mulheres. A partir do diálogo com a agroecologia e o feminismo, as mulheres do campo, das águas e das florestas afirmaram que essas questões precisavam ser consideradas e que o governo precisava dar respostas por meio de políticas públicas que visassem a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre.

A pressão para que tais questões fossem consideradas foi fortalecida por meio de diversas estratégias políticas feministas utilizadas pelas mulheres, tais como: *i*) a luta pela criação de instâncias específicas de mulheres dentro da estrutura do Estado (a exemplo da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMRQ), mas, também, dos Comitês e das Comissões temáticas de mulheres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e na Cnapo e o Comitê de Organização Produtiva das Mulheres Rurais); *ii*) a cobrança para que todos os ministérios e seus temas conseguissem enxergar a realidade das mulheres rurais em suas ações (a pauta da Marcha das Margaridas dialogava com os diversos temas dos ministérios); *iii*) as cotas de participação em diversos espaços de participação, de representação e nas políticas (como a política de Ater); *iv*) a participação articulada entre as mulheres e seus movimentos para que temas referentes à agroecologia e ao feminismo circularassem nos diferentes espaços de participação e concertação social; e *v*) a aliança com as mulheres feministas do governo. Consideramos que todas essas estratégias foram centrais para que a pauta da agroecologia, na perspectiva feminista consubstancial, ganhasse força.

O fortalecimento da luta das mulheres rurais e o reconhecimento público conquistado pela Marcha das Margaridas acumularam força no processo de criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e seu Plano (Planapo I), atuando em todos os processos de construção: desde a proposição, passando pela pressão política, pela elaboração, pela execução, pelo monitoramento e pela avaliação das políticas, principalmente a partir da atuação na Cnapo. Ao analisar

a proposta de pauta, em especial a da Marcha das Margaridas de 2011, vimos que, além da demanda pela criação de um programa (que veio a constituir a Pnapo), muitas das questões foram transformadas em iniciativas, tanto referentes à visibilização e valorização do trabalho realizado pelas mulheres na perspectiva agroecológica, à assistência técnica específica, à organização produtiva e à autonomia econômica quanto relacionadas a temas diversos como a criação de bancos, políticas públicas de captação de água de chuva para a convivência com o semiárido, educação ambiental, inclusão das juventudes do campo, entre outros. Em 11 das 13 metas do Planapo, havia propostas que dialogavam com as pautas da Marcha das Margaridas de 2011, contando com cerca de 40 propostas (de um total de 125) como respostas diretas ou indiretas às demandas das mulheres do campo, das águas e das florestas.

Na relação com o Estado, a Marcha das Margaridas contribuiu ainda na pressão por mudanças de paradigmas políticos, além de colaborar duplamente com a construção de políticas públicas: tanto as de agroecologia quanto as políticas para as mulheres rurais, sob a perspectiva agroecológica. Com relação às mudanças de paradigmas, a Marcha problematizou os sujeitos considerados até então legítimos no diálogo com o Estado e colocou as mulheres do campo, das águas e das florestas como sujeitos políticos, como sujeitos de direitos, dando visibilidade e valorizando a multidimensionalidade das identidades das mulheres. Suas pautas também trouxeram para o Estado a necessidade da criação de mecanismos institucionais específicos para as mulheres (SPM e DPMRQ), assim como a necessidade de que a pauta das mulheres se tornasse transversal para todas as políticas públicas, além de cobrar uma execução de políticas públicas mais integradas. Elas pressionaram ainda o governo federal a se posicionar e dar mais atenção e recursos para as(os) mais necessitadas(os), a agricultura familiar, a agroecologia, as mulheres, tensionando para destravar políticas engessadas pelas contradições internas dos governos de coalização.

Quanto às políticas públicas de agroecologia, ao perceber que a marcha passou a colocá-la como pauta prioritária, o governo passou a incluí-la na agenda política, partindo — é importante dizer — de uma

perspectiva mais sistêmica, da qual o feminismo é parte intrínseca. Esse processo ampliou as possibilidades da institucionalização de políticas públicas de agroecologia no país, com um processo participativo de proposição e elaboração das propostas. No que se refere à contribuição para políticas públicas para mulheres rurais, identificamos conquistas concretas representadas por políticas de acesso à terra e à cidadania/documentação, políticas para organização produtiva e autonomia econômica, acesso ao crédito, Ater para Mulheres e políticas de enfrentamento da violência, como resultados da luta das “Margaridas” entre os anos de 2000 e 2015.

Não podemos, todavia, deixar de citar que todo esse processo de construção, contribuições e conquistas foi permeado por tensões e conflitos, não apenas entre sociedade civil e governo, mas especialmente entre homens e mulheres: averiguamos que grande parte dos embates tinha relação com o não reconhecimento das mulheres como sujeito político e como sujeito de direitos, fazendo com que os homens constantemente questionassem decisões, posicionamentos e propostas das mulheres (mesmo dentro dos próprios movimentos). O machismo institucional, que ainda acredita que cabem às mulheres apenas os assuntos relativos às famílias, às(aos) filhas(os), aos cuidados, foi vivenciado pelas mulheres durante todo esse percurso, tanto dentro dos movimentos quanto dos governos, expondo as mulheres a situações de desvalorização, desqualificação, isolamento, assédio moral e sexual. Outras tensões tinham relação com diferentes concepções de agricultura familiar, geralmente pautadas na lógica patriarcal, e da agroecologia, em um processo tenso de disputa com o agronegócio.

10.5 Considerações finais

As reflexões realizadas a partir dessa pesquisa nos permitiram observar que foi a força de várias mulheres juntas, reunidas em torno da perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com desenvolvimento rural sustentável e solidário, que tornou possível o surgimento de várias mudanças, bem como permitiu que diversas

estruturas fossem abaladas e que novos caminhos fossem construídos. Foram mulheres que escolheram atuar dentro do movimento sindical, de um movimento misto, entretanto, a partir das opressões e violências vividas em seu cotidiano (dentro e fora do movimento), conseguiram compreender que não apenas sua condição de classe, mas também de gênero, alterava suas vidas e que precisavam, então, ser transformadas. Aos poucos, com essa ação-reflexão, e essa militância no diálogo com o movimento feminista, elas foram percebendo-se e identificando-se como feministas. Isso também as fortaleceu, pois elas passaram a se sentir mais fortes, a se ver umas nas outras e passaram a sentir que essa luta também lhes pertencia. E assim, fez-se a Marcha das Margaridas!

Nesse processo, essas mulheres foram se unindo, formando alianças com tantas outras mulheres, outros movimentos, outras entidades e articulações, e entraram em contato com a perspectiva agroecológica, na qual também havia mulheres que lutavam para serem ouvidas, para que suas realidades fossem consideradas, para que sua contribuição na produção de alimentos saudáveis, para a preservação e conservação da sociobiodiversidade e para a construção de uma sociedade e um meio rural sem violência contra as mulheres fosse parte da luta de todas(os). Essas percepções e trocas permitiram um importante encontro! Um encontro que deu frutos, que fortaleceu ainda mais essas mulheres trabalhadoras rurais, que já não estavam mais sós, mas que eram também das florestas, das águas, do campo, e que levantavam as bandeiras do feminismo e da agroecologia.

Então, as mulheres da Marcha das Margaridas na sua atuação frente ao Estado, na sua cobrança de que o governo federal implementasse políticas públicas que fortalecessem as experiências agroecológicas que vinham sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais e por diversas organizações da sociedade civil, definiram que essa era, sim, uma pauta prioritária para elas, que brigariam em sua defesa, que mobilizariam sua força política pela agroecologia.

Mesmo com muitas tensões, conflitos e embates com os homens, tanto do governo quanto dos movimentos, os quais sempre foram permeados pelo machismo institucional e pelo não reconhecimento das

mulheres como sujeito, a força, cada dia maior, das mulheres que compunham a Marcha das Margaridas foi construindo incontáveis conquistas, passo a passo, às vezes pequenas, outras maiores. Conseguiram a titularidade conjunta da terra, a documentação, a assistência técnica para mulheres, o crédito e o fomento para sua produção e, também, o direito às unidades móveis para enfrentamento da violência. Junto a esse caldeirão de conquistas, conseguiram o impensável: que a agroecologia se tornasse uma orientação geral para muitas dessas políticas. E, aos poucos, a agroecologia passou a ser uma perspectiva de olhar para a vida e as ações do Estado no Brasil.

A convergência de diversos fatores contribuiu para essa conquista, mas foi o acúmulo de forças e o peso político da Marcha das Margaridas que conseguiu pressionar, com o impacto de 70 mil mulheres nas ruas de Brasília, para que o governo federal assumisse o compromisso de construir uma política de agroecologia no país, que viria a ser a primeira política de Estado do mundo específica para a agroecologia e a produção orgânica. Foi um marco!

Sem a força política da Marcha das Margaridas, provavelmente a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica não existiria, ou demoraria muito tempo para ser alcançada. É preciso reconhecer esse peso. É necessário visibilizar e valorizar a contribuição das mulheres e de sua luta feminista na construção da agroecologia, dentro e fora do âmbito do Estado. É fundamental que se reconheça esta conquista como uma vitória das *mulheres!*

Todavia, em decorrência do processo de ruptura democrática vivida no país, toda a construção de políticas públicas para mulheres rurais e para agroecologia, em diálogo com o feminismo, encontra-se sob ameaça e com riscos de retrocesso. Segue agora o desafio para que a próxima Marcha das Margaridas tenha força para mostrar ao país a necessidade urgente de mudar e retomar a democracia e a liberdade de expressão, mobilização e ação popular.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. Coleção Primeiros Passos, 44. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AMORÓS, Celia. Presentación (que intenta ser un esbozo del *status questionis*) In: AMORÓS, Celia (ed.). *Feminismo y filosofía*. Madrid, Síntesis, 2000. AMORÓS, Célia. *Tiempo de Feminismo: sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1997.

BRUSCHINI, Cristina. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosados Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 289-309.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania 7. São Paulo: SOF, 2003.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York, Routledge, Chapman and Hall, 1990.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (org.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. Tradução: Francisco Ribeiro Silva Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

EICHLER, Margrit. *Nonsexist research methods: A Practical guide*. Winchester: Allen & Unwin, Inc, 1988.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Tradução: Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALVÃO, Clarisse. *Contribuições da epistemologia feminista para uma crítica da ciência moderna*. Teoria e Metodologia das Ciências Sociais. 2002. Disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com.br/2012/04/contribuicoes-da-epistemologia.html>.

GERRING, John. *Social Science Methodology: a unified framework*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p. 7-41, 1995.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: NOBRE, Miriam *et al.* (org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LINTON, Rhonda. Rumo a um método feminista de pesquisa. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (org.). *Gênero, corpo, conhecimento* (p. 293-314). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulard. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Dossiê O Gênero da política: feminismos, Estado e eleições. *Cadernos Pagu*, n. 43, jul./dez. 2014.

McHUGH, Marian. C.; COSGROVE, Lisa. Feminist research methods: Studying women and gender. In: PALUDI, M. A. (ed.), *Praeger guide to the psychology of gender*. Westport: Praeger, 2004, p. 155-182.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memória das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SANCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAGORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma (coord.). *Agroecología em femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA, 2018.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. A economia na agenda política do feminismo. In: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2014.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, p. 408-412, 2005.

PATMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016a.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 15, edição especial, 2016b.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

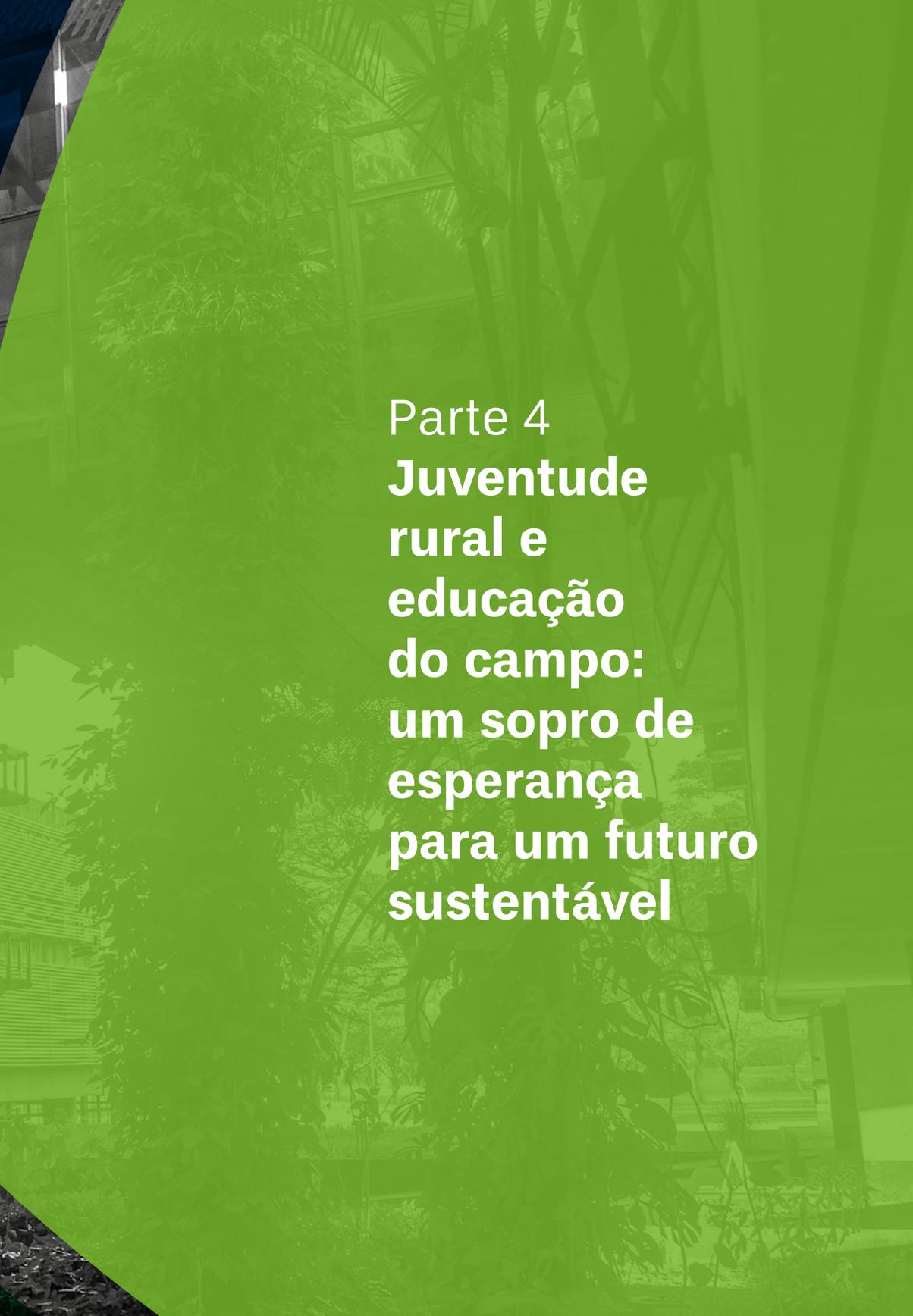
SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos de interpretação. In: SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Edição virtual. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2013.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Tradução: Luciane de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2008.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Brasil Blackwel, 1990.

WEZEL, Alexander. S. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, Paris, n. 29, p. 503-515, 2009.





Parte 4
**Juventude
rural e
educação
do campo:
um sopro de
esperança
para um futuro
sustentável**



11

Capítulo 11

Concepções não hegemônicas de desenvolvimento no contexto da educação de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Joice Marielle da Costa Moreira¹
Sérgio Sauer²

¹ Doutoranda do Ceam, Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e licenciada em Letras Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) pela Universidade de Brasília. Título da dissertação no PPG-Mader: A experiência do Pronera EJA no DF e entorno: o Projeto Tecicampo e as contribuições para o Desenvolvimento.

² Doutor em Sociologia, professor no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília (UnB), no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e pesquisador do CNPq.

11.1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo refletir sobre as concepções de desenvolvimento de participantes do Projeto Tecendo a Cidadania no Campo (Tecicampo), um projeto do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em sua modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizado no Distrito Federal e entorno, nos anos de 2012 a 2015. A partir de um panorama das concepções hegemônicas, a análise busca entender alternativas de desenvolvimento, especialmente concepções de desenvolvimento dos sujeitos, compreender similaridades e diferenças e refletir sobre desenvolvimento no campo, partindo dos sujeitos em conexão com políticas públicas.

O pressuposto da pesquisa é que, no Brasil, a classe trabalhadora foi historicamente privada do acesso à educação. No campo, essa exclusão tem sido ainda mais acentuada, ficando evidente nos altos índices de analfabetismo e na baixa média de formação escolar das populações. As lutas dos povos do campo pelo acesso à educação foram responsáveis pela construção da educação do campo, um novo paradigma de educação, construído *no* campo, *do* campo e *para o* campo (CALDART, 2000).

O Pronera foi instituído em 1998 e, desde sua criação, se expandiu tanto no número de projetos apoiados e financiados como nos níveis de formação. Inspirou a construção de diversas políticas públicas de educação do campo, sendo inserido no contexto das lutas por terra e pela reforma agrária — compreendida não somente como acesso à terra, mas também às condições para que os povos possam permanecer no campo e construir possibilidades de viver dignamente e se desenvolver, sendo a educação considerada como condição essencial para esse desenvolvimento.

O Projeto Tecicampo foi apoiado e financiado pelo Pronera e executado pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em acampamentos e assentamentos do DF e entorno. Foi executado em parceria com movimentos sociais e sindicais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno (FETADFE), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag),

Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR), dentre outros. Atuou na alfabetização e escolarização nos anos iniciais do ensino fundamental de 600 estudantes, na formação de educadoras populares que regeram as 50 salas de aula, além da formação de estudantes universitários (monitores) que acompanharam o Tecicampo.

Esta pesquisa possui caráter qualitativo e os dados foram obtidos, principalmente, por meio de entrevistas semiestruturadas, com cinco roteiros de entrevista, um para cada grupo de sujeitos da pesquisa (educandos, educadoras, monitores, lideranças dos movimentos envolvidos e coordenação do projeto). Com as educandas e os educandos, foram feitas entrevistas em grupo, transformando o levantamento em um processo pedagógico de reflexão conjunta. Diversos moradores dos acampamentos e assentamentos compareceram e solicitaram participação nas atividades de campo, fazendo surgir um grupo de entrevistados espontâneos, inicialmente não previsto, contribuindo ativamente nas discussões. Foram realizadas 23 entrevistas, sendo 19 em profundidade e quatro em grupos. Foram entrevistadas 62 pessoas, sendo 26 educandas e educandos; dez educadoras; cinco coordenadoras e coordenadores locais; dois monitores; duas coordenadoras do Tecicampo e dezessete participantes espontâneos.

O texto é composto por três partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira parte é uma revisão bibliográfica sobre concepções hegemônicas de desenvolvimento. A segunda parte apresenta algumas das concepções alternativas de desenvolvimento, que surgiram, sobretudo, a partir da década de 1970. A terceira parte mostra os resultados da pesquisa de campo, a partir das concepções de desenvolvimento dos sujeitos, e em que medida consideram o acesso à educação como contribuição para esse desenvolvimento.

11.2 Histórico e construção do desenvolvimento hegemônico

Na ciência moderna, a obra de Adam Smith é considerada como o esboço inicial de uma teoria do desenvolvimento, a partir da teorização sobre a natureza e a causa da riqueza. Posteriormente, diversos autores

refletiram sobre o progresso, especialmente a partir da experiência dos países da Revolução Industrial, no século XVIII. São relevantes as contribuições de alguns autores clássicos, independentemente de suas teorias, tendo destaque Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx e Joseph Schumpeter (AMARO, 2003).

Para compreender a evolução do conceito de desenvolvimento, também são importantes as teorias do bem-estar do início do século XX, com autores como A. Pigou, John Hicks, Lionel Robbins, Vilfredo Pareto, Alfred Marshall. São reconhecidas, ainda, as abordagens da “mudança”, representadas por autores como Max Weber, W. Sombart e Talcott Parsons, entre outros. Embora essas teorias já existissem, o período anterior ao final da Segunda Guerra Mundial é um importante marco para as elaborações, pois é quando a noção de desenvolvimento ganha “estatuto científico fundamentado e continuado” (AMARO, 2003, p. 42).

A partir de 1945, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), foram criados, buscando promover relações amistosas entre os países e institucionalizar as discussões sobre desenvolvimento (OLIVEIRA, 2010). Os países europeus, afetados pela guerra, com o apoio do plano Marshall, esperavam reconstruir suas cidades e retomar o progresso e as bases econômicas nacionais. A Guerra Fria estimulou a corrida armamentista, impulsionando a inovação tecnológica e o progresso, estabelecendo uma base de acumulação produtiva. Consequentemente, são relevantes os projetos políticos em disputa nos anos pós-guerra, influenciando noções e conceitos de desenvolvimento, com especial destaque para o Keynesianismo como novo paradigma da ciência econômica, afirmando a regulação do mercado através da intervenção do Estado na economia (REIS, 2008).

As produções teorizavam sobre desenvolvimento e progresso dos países, enfatizando o crescimento econômico, pois mudanças propostas tinham como foco a resolução dos “problemas e vícios do subdesenvolvimento” (AMARO, 2003, p. 40). Algumas teorias, e seus respectivos desdobramentos em projetos políticos, foram relevantes para perspectivas de desenvolvimento adotadas rumo ao progresso, permeando âmbitos científicos e ideológicos. Segundo Reis (2008), três teorias se

destacam, as quais resultaram em projetos políticos no pós-guerra: a teoria política e econômica liberal; a teoria Marxista e a teoria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Essas concepções de desenvolvimento, formuladas de 1945 até meados dos anos de 1980, têm em comum o fato de terem sido elaboradas a partir de uma visão do norte. Historicamente, os países europeus, localizados no centro do desenvolvimento capitalista-industrial, foram considerados desenvolvidos e modelos para o mundo (CARDOSO, 2017).

De acordo com Amaro (2003), a concepção de desenvolvimento foi assentada em onze *mitos* que guiavam o pensamento hegemônico e a construção da ciência, e fizeram com que o significado de desenvolvimento fosse tomado como sinônimo das ideias ou dos próprios mitos. São eles o economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo e uniformismo. Complementam-se e misturam-se, aparecendo em teorias sobre desenvolvimento em diferentes períodos e nos mais diversos projetos políticos. O uso das ideias presentes nos mitos, como se fossem sinônimos de desenvolvimento, permitiu que o termo fosse frequentemente cooptado, mascarando intenções e ações que se diziam promotoras de desenvolvimento (AMARO, 2003).

O termo passa a ser utilizado para se referir aos mais diversos elementos, inclusive a partir de legitimações que reforçam a confusão conceitual em torno do desenvolvimento. Um exemplo é a utilização do índice de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (indicador de nível econômico) para se aferir o desenvolvimento, como se este fosse limitado ao crescimento econômico. O uso do PIB, medido como uma média por pessoa, ignorou outras dimensões e valores fundamentais para um real desenvolvimento, desvalorizando elementos que efetivamente permitem às pessoas transformar suas próprias realidades, a exemplo do acesso à educação (SEN, 1999).

É necessário desambiguar essas noções de desenvolvimento. A noção do desenvolvimento hegemônico, inerentemente capitalista e que surge mascarado em conceitos, ideais e mitos, deve ser desconstruído,

pois não reflete desenvolvimento verdadeiro, sendo vantajoso apenas para alguns poucos, portanto, profundamente excludente.

Em oposição à essa concepção de desenvolvimento, está o *desenvolvimento real*, tratado a seguir. Essa noção de *desenvolvimento* engloba elementos de diversas construções, que fazem oposição, em diferentes níveis ou aspectos, ao desenvolvimento hegemônico. Diversas construções alternativas surgem, e cada uma traz elementos e abordagens ligeiramente diferentes entre si, pois têm foco em especificidades dos contextos nos quais surgem. Por isso, é comum que sejam denominadas com o acréscimo de adjetivos ao termo desenvolvimento como, por exemplo, pós-desenvolvimento, desdesenvolvimento, desenvolvimento zero, entre outros. Apesar de muitas diferenças, contêm elementos que contribuem na crítica, na desconstrução e na construção de uma noção de Desenvolvimento real.

11.3 Concepções alternativas: as origens de um real desenvolvimento

Com relação à dimensão do desenvolvimento, o mundo vivenciou diversas transformações a partir do período pós-guerra, tais como o aumento na efetividade da produção e produtividade; avanços na área da educação e da saúde; avanços científicos e tecnológicos; aumento na condição e no conforto na vida em geral, dentre outros processos que ocorreram como consequência do progresso (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

No entanto, o progresso teve como consequência diversos problemas. O acesso aos benefícios foi compartilhado por apenas um terço da população mundial e quase metade da riqueza mundial produzida está nas mãos de 1% da população mundial, demonstrando inequidade no desenvolvimento hegemônico. Isso refletiu em mal-estar social e carências nas áreas mais básicas na maior parte do mundo, como na saúde e na educação, tendo como indicativo a persistência de níveis altos de analfabetismo e a persistência de doenças para as quais já havia cura (AMARO, 2017), fazendo surgir novas formas de mal-estar social (AMARO, 2003). Além disso, constata-se a relação entre as concepções

hegemônicas de desenvolvimento e a degradação da natureza, a perda de biodiversidade, a destruição de ecossistemas e o aumento das injustiças no acesso aos recursos naturais, além do aumento de doenças públicas com risco de morte, a desumanização do trabalho, o afunilamento do saber científico, as intolerâncias culturais e religiosas, entre outros problemas (AMARO, 2003).

A constatação é que os modelos de desenvolvimento adotados não conseguiram beneficiar toda a população mundial, acirrando desigualdades e problemas sociais e ambientais. Isto chamou a atenção para a necessidade de se ressignificar e reconstruir concepções de desenvolvimento a partir de outras lógicas (FERREIRA; RAPOSO, 2017). Portanto, a partir dos anos de 1970, começaram a ocorrer mudanças nas concepções, em especial nos países que sofreram as consequências dos modelos anteriores. Essas mudanças se expressam no acréscimo de novos adjetivos à palavra ‘desenvolvimento’, construindo novos significados e ações (AMARO, 2003).

São muitos os conceitos e as noções que categorizam desenvolvimento, e novos termos ou adjetivos continuam a ser construídos. Alguns ainda estão em fase de construção e consolidação, enquanto outros já têm acúmulo de reflexão teórica e fundamentação científica, com graus diferenciados de reconhecimento. Muitos também já têm um reconhecimento institucional internacional, sendo utilizados na formulação de políticas públicas ou avaliação da aplicação das teorias e de seus resultados (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Considerando a fundamentação científica e o reconhecimento institucional internacional, cinco conceitos têm sido, recentemente, destacados: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano e desenvolvimento social.³ Estes termos surgem com propostas e, apesar de aspectos ligeiramente diferentes, estão dentro de uma construção que busca superar

³ Há ainda outros como, por exemplo, “desenvolvimento integrado”, que agrega características dos cinco termos (AMARO, 2003), mas o objetivo é discutir algumas noções, inclusive porque não seria possível, nesse capítulo, discorrer sobre todos os termos e conceitos de desenvolvimento.

os conceitos hegemônicos (AMARO, 2003). Considerando estas cinco noções, Amaro (2003) propõe três categorias analíticas, que ajudam a situar o debate em torno das concepções alternativas de desenvolvimento: a ambiental, a das pessoas e comunidades e a dos direitos humanos e da dignidade humana, associando-as em uma abordagem transversal.

A categoria ambiental contém concepções que privilegiam o meio ambiente nas discussões sobre desenvolvimento. O primeiro conceito, dentro da categoria ambiental, foi ecodesenvolvimento, sendo seguido por outras formulações, como desenvolvimento alternativo e desenvolvimento responsável. Em 1987, convencionou-se o conceito de desenvolvimento sustentável (AMARO, 2003), sendo o mais utilizado dentro da perspectiva ambiental. Foi conceituado em 1987, no Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum) como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (ONU, 1987, p. 41). Implica três exigências: a da solidariedade intergeracional, expressa na preservação na atualidade para que as outras gerações também possam usufruir dos recursos naturais; da integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias adotadas para o desenvolvimento, e na durabilidade dos processos de produção e consumo (AMARO, 2003).

O conceito de desenvolvimento sustentável precisa ser problematizado, pois o “sustentável” pressupõe qualidades como equilíbrio, “não desgaste” e duração no tempo. Isto faz com que se crie “a falsa expectativa de uma sociedade sustentável, em harmonia com a natureza, com exclusão da dimensão conflituosa ou das tensões sociais” (VARGAS; ARANDA; RADOMSKY, 2016, p. 102). Assim, o relatório Brundtland acabou por defender noções contraditórias, como crescimento econômico e preservação ambiental, sem considerar dimensões como exploração social de um grupo ou classe social por outro. Além disso, a definição inicial de desenvolvimento sustentável foi cooptada e utilizada indiscriminadamente por ideologias contrárias, assim como ocorreu com o conceito de desenvolvimento, devido à “disputa, tanto

conceitualmente quanto na construção da agenda política mais geral”, de desenvolvimento (VARGAS; ARANDA; RADOMSKY, 2016, p. 106).

A segunda categorização engloba concepções de desenvolvimento com o protagonismo das pessoas e das comunidades. Nesta, são primordiais as noções de “participação e da cidadania, sendo o desenvolvimento, antes de mais nada, o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos. A satisfação de necessidades é uma consequência, mas não a vertente principal do conceito” (AMARO, 2003, p. 57). Justamente pela participação popular nos processos de desenvolvimento, as diferentes concepções dentro dessa categoria tendem a surgir, com muita frequência, no nível local, relacionadas às múltiplas realidades concretas dentro das quais são propostas, incluindo uma multiplicidade de noções e nomenclaturas.

O primeiro conceito foi o desenvolvimento comunitário, criado nos trabalhos da ONU, na década de 1960, nos países considerados “subdesenvolvidos”. Posteriormente, outros conceitos surgiram, como desenvolvimento ao nível da aldeia (*village concept*); outro desenvolvimento (*another development*); desenvolvimento alternativo; desenvolvimento endógeno, desenvolvimento de baixo para cima (*bottom-up*) e desenvolvimento territorial (AMARO, 2003).

O desenvolvimento territorial teve grande repercussão no Brasil, guiando as reflexões que geram as ações de movimentos de luta pela terra em todo o país, sendo que na “noção de desenvolvimento territorial, o território constitui a unidade sobre a qual se assenta a ação de desenvolvimento” (CARDONA *et al.*, 2016, p. 113). Segundo Fernandes (2008), nesta concepção, o território está em constante processo de disputa entre dois modelos de desenvolvimento: o agronegócio (representado pelo capital) e a agricultura familiar, ou campesinato. O território é entendido como espaço de vida, multidimensional, mas “sempre uma construção política determinada por relações de poder” (FERNANDES, 2008, p. 41), sendo a obtenção de terras (reforma agrária) e o desenvolvimento territorial dos assentamentos, processos indissociáveis (FERNANDES, 2008).

Dois conceitos de destaque na centralidade das pessoas e das comunidades são os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento participativo. O desenvolvimento local é um desdobramento do territorial, acrescido das experiências concretas dos sujeitos ou grupos sociais. Está relacionado à satisfação das necessidades e às melhorias nas condições de vida de comunidades locais, a partir das capacidades e possibilidades da própria comunidade, que age como protagonista do desenvolvimento (AMARO, 2003). Em contraposição, o desenvolvimento participativo, embora também executado a nível local e centrado na ação das comunidades, se expressa nos processos de mudança e de melhoria nas condições de vida das pessoas a partir de sua participação nos processos (AMARO, 2003). Isso implica, sobretudo, na adoção de ações que partem de propostas mais amplas, não necessariamente nascidas nas comunidades, mas executadas com sua participação.

A terceira categorização é a dos direitos humanos e dignidade humana, na qual o desenvolvimento aparece associado à garantia e ao respeito aos direitos humanos essenciais e às condições básicas para que a dignidade humana seja respeitada. O foco dessa vertente está na satisfação das necessidades humanas básicas, e a preocupação mundial com essa questão tornou a categoria dos direitos humanos e da dignidade humana a mais institucionalizada dentre as categorias (AMARO, 2017). A educação como direito humano básico e condição para o desenvolvimento surge pela primeira vez dentro dessa perspectiva, o que constitui um importante avanço dessa vertente. Durante os anos de 1990, surgiram duas concepções de desenvolvimento dentro dessa categoria: desenvolvimento humano e desenvolvimento social. O desenvolvimento humano está relacionado ao “aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões (saúde, educação, bem-estar material, cultura, etc.)” (AMARO, 2003, p. 58).

O Relatório do Desenvolvimento Humano, publicado pela primeira vez em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), foi um importante marco na consolidação do conceito de

desenvolvimento humano, sendo que importantes dimensões passaram a ser consideradas para aferir o nível de desenvolvimento, entre elas a longevidade, saúde e educação (SEN, 1999). No relatório, o desenvolvimento humano foi conceituado como “um processo mediante o qual se ampliam as oportunidades dos indivíduos, as mais importantes das quais são uma vida longa e saudável, acesso à educação e o acesso a um nível de vida decente” (PNUD, 1990, p. 33). O relatório inaugura o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelos economistas Amartya Sen e Mahbudul ul Haq, como alternativa à análise pelo PIB *per capita* para aferir desenvolvimento.

Na perspectiva de Amartya Sen (1999) sobre o desenvolvimento humano, o objetivo central do desenvolvimento é a liberdade. Entende o desenvolvimento como uma expansão das liberdades, sendo alcançado quando são eliminadas as privações de liberdade de escolha. O protagonismo dos sujeitos é central, e há foco na liberdade de ser e de fazer (e não no ter). Embora as liberdades individuais assumam importante papel, não se pode esquecer as influências sociais para alcançar a liberdade individual. Ao mesmo tempo, são ampliadas as possibilidades das liberdades coletivas, pois o “que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 1999, p. 18).

O desenvolvimento social tem diversas semelhanças com o desenvolvimento humano, inclusive porque ambos foram construídos no âmbito da ONU. Surgiu em 1995, na Conferência de Copenhague, com o objetivo de determinar quais eram os problemas gerados pelo desenvolvimento, de modo a construir ações mitigadoras. Pretendia estabelecer acordos entre os países participantes, para garantir o cumprimento de compromissos que gerassem bem-estar social e acesso a condições mínimas de saúde e educação, estabelecer valores mínimos de salário, renda, pensão etc. Assim, o “Desenvolvimento Social é, portanto, entendido como o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por

parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (AMARO, 2003, p. 59).

Há, também, algumas concepções que negam o conceito de desenvolvimento, a partir da justificativa de que esta é uma categoria irremediavelmente cooptada. É esse o caso das teorias do pós-desenvolvimento, que trabalham com a ideia de superação do desenvolvimento, ao invés de desenvolvimentos alternativos (FERREIRA; RAPOSO, 2017). Essa seria criada a partir das experiências de países do sul global, em contraposição às concepções capitalistas e hegemônicas, a partir das epistemologias do Sul, nos termos propostos por Boaventura de Souza Santos (2007). Um importante conceito é o de emancipação social, que tem um sentido muito próximo ao que aqui está sendo tratado como *desenvolvimento (real)*. Santos (2007) defende a necessidade de adaptação (ou tradução intercultural) de termos, que não se reduza a traduzir as palavras, mas os sentidos nelas contidos, de modo a criar uma inteligibilidade, respeitando a diversidade epistemológica dos sujeitos.

Para Santos (2007), os significados contidos em termos como dignidade humana, respeito, emancipação, lutas de classe e liberação, para os povos ou grupos que fazem a opção pelo uso de cada um desses termos, estão em sintonia. No entanto, não significa que sejam sinônimos absolutos, e isso aponta para a necessidade de reconhecer que há diferenças e semelhanças, potencialidades de identificação e diferenciação entre os sentidos dos termos: “É necessário não preferir uma palavra a outra, mas [ao] traduzir dignidade e respeito por emancipação ou por lutas de classes, ver quais são as diferenças e quais as semelhanças. Por quê? Porque há muitas linguagens para falar da dignidade humana, para falar de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa” (SANTOS, 2007, p. 40). O termo *desenvolvimento*, como *desenvolvimento real*, faz sentido na tradução intercultural, proposta por Santos (2007), tratando-se de opções de uso do termo, em um sentido que também está em sintonia com termos como dignidade humana, respeito, emancipação social, luta de classes e liberação.

Diversos outros termos⁴ são utilizados como alternativa ao desenvolvimento. Amaro (2017) afirma que um dos que tem uso mais frequente é o ‘bem viver’ ou ‘*buen vivir*’, expresso por quatro expressões de povos locais da América Latina: *Sumak kawsay* (povo Quechua, no Equador e Bolívia, e também por outros povos no Peru, Argentina, Chile e Colômbia); *Suma Qamaña* (povo Aymará, na Argentina, Chile, Bolívia e Peru); *Teko Porã* (povo Guarani, na Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil).

Essas noções alternativas de desenvolvimento comportam elementos do que é entendido aqui como um real *desenvolvimento*. Conceitualmente, é temerário reduzir a um único conceito para englobar tantas dimensões da vida.⁵ Um dos riscos é reforçar a perspectiva do desenvolvimento capitalista, justamente porque a cooptação permite que o termo signifique basicamente qualquer coisa. Utilizado para defender ideias contrárias, contraditórias e de acordo com os interesses de grupos hegemônicos, acaba por reforçar a estratégia dos “mitos” do desenvolvimento.

A contribuição da sistematização de uma diversidade de dimensões do desenvolvimento em um único conceito é a possibilidade de se pensar o ser humano como um ser integral, que ocupa um espaço no mundo e com ele se relaciona, mas que também é parte do todo. Não considerar todas as dimensões do ser humano traz riscos ao uso de termos parciais, que sempre geram mais injustiças e desigualdades, e beneficiam apenas um segmento da sociedade (ou uma classe, um grupo social, geralmente a elite, por questões relacionadas ao acúmulo de poder e de capital).

⁴ Felicidade ou felicidade interna bruta (Himalaia); bem-estar (wellbeing – tradução nossa) (China, Índia, África do Sul); florescimento humano (human flourishing – tradução nossa) (traduzido para várias línguas e utilizado em diversos países); ubuntu (povo xhosa, África do Sul) e noflay (língua Wolof, do Senegal). Embora com algumas diferenças conceituais, todas têm em comum a ideia do “bem viver” (AMARO, 2017).

⁵ As múltiplas dimensões da vida humana, os vários aspectos dessas e implicações para os sujeitos, exigem formular e lutar por um desenvolvimento pleno, que considere todas as dimensões, mas a reflexão exige definições e a noção de desenvolvimento real parece ser mais adequada aqui.

É preciso esclarecer que, para que sejam evitadas novas cooptações nos usos do termo desenvolvimento para finalidades que atendam aos interesses hegemônicos e prejudiquem as pessoas, embora se trate de um conceito complexo, precisa estar em sintonia com necessidades, desejos, sonhos dos sujeitos. Alguns aspectos se aplicarão mais a uma realidade do que a outras, e só quem é capaz de verdadeiramente determinar quais dimensões do Desenvolvimento se aplicam ou não à sua realidade são os próprios sujeitos dessa vivência.

Assim, as políticas públicas, as ações governamentais e não governamentais e até as mediações acadêmicas (no papel exercido através do tripé ensino-pesquisa-extensão) são fundamentais, no sentido de possibilitar que as pessoas comecem a pensar sobre sua condição, seu papel nas mudanças e na transformação da própria realidade.

No entanto, algumas condições são necessárias para que seja possível alcançar um *desenvolvimento real*. Em primeiro lugar, transformações verdadeiras e duradouras só podem ocorrer por meio da agência e do protagonismo dos próprios sujeitos envolvidos. Conforme será tratado mais adiante, o acesso à educação, inicialmente a partir da alfabetização, é imprescindível no processo de elevação do nível de consciência, que permite aos sujeitos agir para transformar as realidades e para se desenvolver. Sem acesso à educação, não há Desenvolvimento verdadeiro.

11.4 As concepções de desenvolvimento dos sujeitos do Projeto Tecicampo

A opção por tratar sobre *desenvolvimento*, nesta pesquisa, vem da constante associação do termo às ações e práticas executadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o contexto da pesquisa. Os manuais de operação do Pronera tratam frequentemente sobre a contribuição da política pública para o desenvolvimento. Promover desenvolvimento é, inclusive, um dos objetivos do programa, conforme explicitado nas diretrizes operacionais: “Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, estimular, propor, criar, desenvolver e

coordenar projetos educacionais, com a visão de contribuir para a promoção do desenvolvimento” (BRASIL, 2016, p. 09).

O *desenvolvimento* como uma das possibilidades de contribuição de um Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) apoiado pelo Pronex também apareceu frequentemente no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Projeto Tecicampo. Houve, ainda, diversos depoimentos dos sujeitos da pesquisa sobre as contribuições do acesso à educação para as mais variadas expressões de desenvolvimento pessoal e coletivo nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária participantes do projeto.

A partir da fala dos sujeitos, foi possível constatar que há diversas noções e concepções de desenvolvimento presentes, muitas das quais estão em sintonia com as concepções tratadas até aqui. Assim, foi possível constatar concepções que se alinham a diferentes categorias de desenvolvimento alternativo (ambiental, pessoas e comunidades, direitos humanos e dignidade humana), bem como as diversas sobreposições dessas categorias. Também foi possível constatar visões de recusa ao conceito de desenvolvimento e busca de alternativas ao desenvolvimento. Concepções presentes nos conceitos elaborados dentro das ‘epistemologias do Sul’ também foram encontradas na fala dos sujeitos.

Quando perguntados sobre o que é desenvolvimento, uma das respostas mais frequentes foi como sinônimo de abrir a mente: “Tem muita gente que fala assim, que abriu a mente! Tinha a mente fechada. [...] Eu creio que é uma forma de desenvolvimento, a pessoa abriu a mente, né?” (COORDENADORA LOCAL 1, entrevista em 4 de agosto de 2018). “Abrir a mente” está relacionado a exercitar outras formas de pensar e compreender o mundo, de refletir sobre isso e usar essa reflexão para transformar a própria ação, adotar novos posicionamentos e novas formas de agir. Essa é a ideia da *práxis* (ação, que gera reflexão, que gera nova ação), que, para Gramsci (1981), inicialmente se apresenta como “uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo culturalmente existente)”, ou seja, como uma crítica ao senso comum, mas que pode partir do próprio senso comum, de modo a “inovar e tornar crítica uma atividade já existente” (GRAMSCI, 1981, p. 18).

Muitos expressaram uma relação entre o “abrir a mente” e a construção de conhecimento que, por sua vez, possibilita *desenvolvimento*. Pensar de formas diferentes possibilita aos sujeitos se relacionar de maneiras mais solidárias e respeitosas uns com os outros, o que faz com que uma mudança na dimensão pessoal seja extrapolada e se torne também uma mudança com efeitos na vivência coletiva. Os conflitos fazem parte da realidade dentro dos acampamentos e assentamentos, portanto, criar formas de resolver esses conflitos, superando as situações conflituosas, é entendido como importante avanço nesses espaços, e envolve as dimensões de práxis e resolução de problemas. A possibilidade de relações mais amistosas e, portanto, mais saudáveis, foi apontada como desenvolvimento: “a união mais do povo, né? [...] Agora sabe dialogar, sabe conversar. Porque no início era só briga” (EDUCADORA 5, entrevista em 22 de setembro de 2018).

Estabelecer relações mais saudáveis e com disposição para a resolução dos conflitos contribui para a construção de laços entre as pessoas, melhorando o convívio e fortalecendo processos coletivos por meio das conexões que os indivíduos vão estabelecendo entre si. Isso se dá por meio de trocas nos mais diversos níveis. O processo de trocas possibilita que a qualidade das relações, que tem consequências na qualidade de vida, seja alimentada por esses processos, gerando cada vez mais conexão. Esse processo é interpretado pelos sujeitos da pesquisa como parte do desenvolvimento, nas mais variadas dimensões da vida: “[Desenvolvimento é] você poder ter conexão com as pessoas que estão ao seu redor, em vários níveis, seja familiar, comunitário, social. Que essas conexões sejam conexões que te acrescentam nesse nível e às quais você possa acrescentar” (COORDENADORA 1, entrevista em 28 de junho de 2018).

Além da conexão entre as pessoas para o fortalecimento das dimensões coletivas, é apontada como essencial a conexão estabelecida entre as pessoas e o ambiente em que vivem, partindo dos níveis mais locais (a casa, o acampamento ou assentamento, o município etc.) até níveis mais amplos (o país, o continente e, quando extrapoladas as convenções de delimitação geográfica, o planeta, o universo). Nos processos

de alimentação das conexões, ocorrem os efeitos práticos nas dimensões da vida das pessoas. Um ambiente mais equilibrado e a consciência ambiental são possibilitados. A possibilidade de fazer escolhas conscientes, como a escolha por não utilizar agrotóxicos, é percebida como desenvolvimento. Os sujeitos reconhecem como parte do processo de *desenvolvimento* que a ação individual interfere nas esferas coletivas dos espaços de vida, inclusive na dimensão ambiental.

Uma concepção muito interessante de desenvolvimento que surge na fala dos sujeitos da pesquisa está relacionada ao conceito de *morte digna*, um dos termos provenientes das epistemologias do Sul. Traz uma dimensão do bem viver, que pressupõe viver “em harmonia com a Natureza e com os outros que nos rodeiam (em comunidade), tendo o suficiente, quanto à satisfação das necessidades fundamentais, para viver e morrer com dignidade” (AMARO, 2017, p. 95).

[...] todas as espécies têm o seu papel transformador, mas que esse papel transformador tem que ser uma transformação para a vida, e não uma transformação para morte. Embora a morte seja parte da vida, mas a morte tem que ser uma consequência de uma boa vida, onde o sujeito, de fato, não tem problema com ela, né? [...] e não o que a gente faz hoje, que é evitar, a todo custo tentar evitar a morte, como se isso fosse o principal sentido de manter a vida, quando na verdade o principal sentido de manter a vida é viver. E aí, viver bem. E poder produzir uma morte saudável, tão saudável quanto a própria vida [...] (COORDENADORA 1, entrevista em 28 de junho de 2018).

O direito a uma vida digna é uma dimensão explorada, tanto dentro das discussões sobre desenvolvimento quanto no bem viver, nas discussões sobre bem-estar social, e até quando se usa a felicidade como critério para medir qualidade de vida. No entanto, o conceito de morte digna é um ponto de vista bastante inovador, pois tenta superar o tabu gerado pelos temas relacionados à morte (AMARO, 2017). Além disso, é uma dimensão fundamental em um projeto de educação cujo

público-alvo é predominantemente idoso, pois ter uma relação saudável com essa temática contribui para a saúde mental dos indivíduos, gerando qualidade de vida.

Diversas falas situaram a compreensão dos sujeitos da pesquisa sobre o significado de desenvolvimento como desenvolvimento humano. Este, como entendido por Amartya Sen (1999), significa a expansão das liberdades individuais, de modo que as pessoas tenham condições de acessar o mínimo necessário para ter qualidade de vida, com destaque para o acesso à educação, saúde e longevidade (direito a ter uma vida longa). No entanto, as noções trazidas pelos sujeitos avançam em relação a essa concepção inicial de desenvolvimento humano, no sentido de entender como parte do processo de expansão das liberdades dimensões como saúde física, mental, espiritual e psíquica.

Seguindo um pensamento semelhante a esse, uma das concepções trazidas pelos sujeitos da pesquisa entende o desenvolvimento como a capacidade de ter algum nível de consciência sobre quais elementos consideram importantes para ter uma boa vida, dentro das possibilidades e necessidades individuais, mas também coletivas. A partir disso, é necessário que as pessoas encontrem os meios necessários para estruturar esses elementos, de modo a estabelecer novas condições de vida, novas possibilidades, e realizar novas coisas, a partir do que é considerado importante ou fundamental. Trata-se, portanto, de reconhecer onde se está, o que é importante para si ou para o grupo, saber como criar caminhos para se construir o que é importante e trilhar esses caminhos, de modo a chegar onde se quer chegar: “Pra mim, o *desenvolvimento* é isso: ter condições de buscar o que se precisa, o que se quer, saber como fazer isso, estabelecer essa nova condição que você busca” (MONITOR 2, entrevista em 26 de agosto de 2018).

Outra fala com ponto de contato com a concepção de desenvolvimento humano de Sen (1999) traz a dimensão de *ser* em contraposição à dimensão de *ter*. Para Sen (1999), a agência dos indivíduos tem papel central no desenvolvimento, e a liberdade de escolha passa pela liberdade de *ser* o que se quer ser e fazer o que se quer fazer. Somente sujeitos que agem com consciência sobre suas ações e os efeitos dessas ações, a

partir de um pensamento crítico (ou seja, sujeitos agentes, ou protagonistas), são capazes de exercitar sua liberdade de fazer escolhas. Essa capacidade de priorizar a dimensão do “ser” acima da dimensão “ter”, se for realmente feita como escolha (e não como imposição por falta de opção) é considerada como desenvolvimento por sujeitos da pesquisa.

[*Desenvolvimento é*] quando a gente consegue, olha bem, na periferia da capital, uma das mais corruptas do mundo, construir, plantar e colher coletivamente, se alimentar de comida de verdade sem pensar no lucro. Pensando só no bem-estar de cada um. Eu acho que isso foi um grande Desenvolvimento para a gente. Essa consciência de que *ser* é melhor que *ter* (EDUCADORA 2, entrevista em 13 de julho de 2018).

Diversas falas, que trazem elementos como “sair da inércia”, “ir além”, “correr atrás”, “galgar algo melhor”, “saber ir atrás”, “aprender mais” e “empoderamento”, apontam para um *desenvolvimento* como agência e protagonismo dos sujeitos. Significa reconhecer que a ação deles mesmos é capaz de transformar a realidade. Essa noção, além de estar presente nas concepções de desenvolvimento humano, também está presente na categoria “pessoas e comunidades” de desenvolvimento. A capacidade de refletir sobre a própria realidade e fazer escolhas que vão além da noção de desenvolvimento relacionado à satisfação mínima das necessidades (como está presente, por exemplo, no desenvolvimento social) também aparece na fala dos sujeitos. Não basta satisfazer as necessidades básicas. É necessário que os sujeitos tenham a possibilidade de fazer escolhas, dentro do que consideram que é prioritário para suas vidas.

Pra mim, *desenvolvimento* é sair da inércia, né? É você parar de pensar que você ter um feijão ali plantado com veneno é o suficiente só porque tem o feijão pra comer. Você começar a pensar que se você plantar um feijão sem veneno você vai ter uma economia na saúde, no bolso, porque você não vai comprar remédio... [...] Então pra

mim *desenvolvimento* é isso: é saber o que quer, pra onde vai e quando quer chegar. Então é desenvolvimento, pessoal e coletivo (COORDENADORA LOCAL 4, entrevista em 03 de outubro de 2018).

A dimensão ambiental aparece frequentemente nas falas. No geral, a preservação do meio ambiente aparece como *condição* para o *desenvolvimento*. Aqui, o meio ambiente é entendido como espaço de vida dos sujeitos, ou seja, a natureza não aparece como algo isolado das vivências das pessoas, como por vezes pode ser percebido em concepções conservacionistas. A relação entre a produção de alimentos e a preservação do meio ambiente aparece com frequência, sendo a preservação entendida não apenas como condição, mas também como consequência desse desenvolvimento, que é definido como “procurar galgar algo melhor, tanto em conhecimento quanto em recurso financeiro, como também a questão de produção. Produzir sem também agredir o meio ambiente. [...] E preservando também a questão dos mananciais” (COORDENADOR LOCAL 2, entrevista em 16 de setembro de 2018).

Na fala anterior, o desenvolvimento aparece como possibilidade de se alcançar algo melhor, inclusive do ponto de vista financeiro, o que é um elemento interessante. Pode parecer, mas esta visão não está reduzida ao crescimento econômico, um dos mitos do desenvolvimento hegemônico (AMARO, 2003). O ponto de vista financeiro e a produção estão relacionados à geração de renda, não à acumulação de capital. O financeiro é compreendido como desenvolvimento, no sentido de obter condições materiais que gerem meios para se ter uma vida digna no campo. A distinção entre geração de renda e crescimento econômico é feita de forma explícita, a partir da constatação de que a ideia dos sujeitos da pesquisa não é gerar riquezas, mas condições para produzir e se manter no campo.

Outra concepção de *desenvolvimento* que pode ser erroneamente interpretada é a visão desse ligado apenas à obtenção de infraestrutura. De fato, a infraestrutura tem impacto importante na qualidade de vida. Na fala de sujeitos da pesquisa, a infraestrutura mais importante é

acesso à água (poços artesianos, principalmente) para consumo humano e para as atividades agropastoris; estradas e pontes com qualidade mínima e manutenção, especialmente para escoamento da produção e locomoção; acesso à energia elétrica, dentre outros elementos.

É importante perceber que as estruturas mencionadas estão relacionadas não à infraestrutura em si, mas à função da infraestrutura: a escola significa acesso à educação; o posto de saúde significa acesso à saúde; a quadra de esportes significa acesso ao lazer; o poço artesiano significa acesso à água potável, e assim por diante. Embora expressem desenvolvimento como obras de infraestrutura, o objetivo é permitir que as pessoas acessem as condições básicas para que possam se desenvolver. Portanto, aí também está presente uma concepção alternativa de desenvolvimento. Além disso, há a defesa de que é o acesso à educação que possibilita que os sujeitos, de fato, usufruam do que chega até eles. Nesse sentido, não basta ter acesso à infraestrutura: é necessário ter acesso ao conhecimento que possibilita o uso daquilo que chega aos assentamentos e acampamentos, e isso pode ser possibilitado por meio da alfabetização e escolarização.

[...] às vezes a gente fala “O lugar não tem nada”, né? Mas se chega uma água, um poço artesiano, a energia, que não tinha, já vai... O lugar já vai ficar desenvolvido. [...] Quando nós mudamos pra cá, aqui não tinha nada. [...] A escola era uma casa, uma sede caindo aos pedaços, né? Aí de repente, com isso, já veio uma escola nova, bonita, né? [...] Agora tem a quadra, né? Não tinha posto saúde, tem. Não tinha energia, já tem. Tem poço artesiano, quase todas as casas já é poço artesiano. Não tinha estrada, nem estrada tinha, né? [...] A maioria das vezes a pessoa passa assim: “Desenvolvimento no lugar, né? O lugar não tinha nada, aí de repente já tem. Mas se eu não soubesse ler, igual, se você não sabe, você não podia nem mexer na internet, você ia poder mexer? Você ia fazer como? Então abriu a sua mente (COORDENADORA LOCAL 1, entrevista em 4 de agosto de 2018).

Ao mesmo tempo, os sujeitos consideram ser necessário que o conhecimento seja utilizado para transformar aspectos específicos da realidade que se quer mudar. Isso pode ser feito utilizando o conhecimento que se tem para acessar direitos e, por meio disso, se desenvolver. Assim, concepção de *desenvolvimento* condicionado ao acesso à educação também pode ser percebida na busca e no acesso a direitos: “Por exemplo: eu sei que eu tenho direito à educação, mas eu não sei como chegar a fazer esse meu direito acontecer. [...] Desenvolvimento pra mim é isso: é fazer valer aquilo que você conhece” (EDUCADORA 9, entrevista em 13 de outubro de 2018). O conhecimento proveniente do acesso à educação possibilita a ação dos sujeitos, de modo que acessem seus direitos. A partir disso, é possível transformar a realidade, materializando *desenvolvimento*: “[...] na prefeitura, ou na secretaria de agricultura, tem direito à semente? A pessoa, como já sabe ler, vai lá e traz daquele recurso pra si. [...]. Então o *desenvolvimento* [é] [...] saber ir atrás dos seus direitos e trazer para o seu crescimento da parcela” (COORDENADORA LOCAL 3, entrevista em 20 de setembro de 2018).

A inserção social e a participação qualificada nos processos sociais são apontadas pelos entrevistados como *desenvolvimento*, dialogando com as categorias de desenvolvimento relativas às *pessoas e comunidades*: “o desenvolvimento pode ser humano, do ponto de vista das pessoas serem letradas para aquilo que a sociedade necessita, serem inseridos socialmente. Desenvolvimento humano do ponto de vista da inserção social, da participação qualificada nos processos sociais” (COORDENADORA LOCAL 2).

Também foi possível constatar, na fala de sujeitos da pesquisa, a negação do uso do termo ‘desenvolvimento’. Isso ocorre porque, na visão desses sujeitos, o mesmo é compreendido como crescimento econômico, um dos mitos do desenvolvimento capitalista (AMARO, 2003). Faz com que seja compreendido como um processo limitado, que não se projeta para além da dimensão da economia, fazendo com que os sujeitos tenham que viver em função de alimentar um sistema que o ignora como sujeito, e o vê apenas como parte do sistema capitalista.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber múltiplas visões e concepções sobre o significado do termo *desenvolvimento* para os vários sujeitos da pesquisa. No geral, está expresso nas mudanças ou transformações, que ocorrem tanto na vida individual quanto na vida coletiva. Os processos educativos têm especial relevância, pois contribuem para que os próprios sujeitos sejam agentes e protagonistas dessas mudanças ou transformações, sendo *condição* para que haja *desenvolvimento*.

11.5 Contribuições do Pronera e do Tecicampo para o desenvolvimento

Do ponto de vista analítico, foi possível classificar os elementos que os sujeitos da pesquisa apontaram como expressões de desenvolvimento em três níveis: o primeiro deles se relaciona às mudanças ou transformações geradas a partir do que estava previsto pela própria política pública, e está intimamente ligado às ações de alfabetização, escolarização e seus desdobramentos na vida prática; o segundo nível se refere às transformações que não foram previstas inicialmente como objetivo da política pública, mas cujos resultados são atribuídos a ela, pelo caráter transformador de suas ações; e o terceiro nível envolve processos mais complexos de transformação, e geralmente demandaram mais tempo para amadurecimento, sendo sua motivação inicial atribuída ao Pronera ou ao Tecicampo.

Com relação ao primeiro nível, o *desenvolvimento* se expressou principalmente na habilidade de ler e escrever, no conhecimento dos conteúdos escolares (matemática, ciências naturais e sociais etc.), bem como nos desdobramentos a partir da aquisição dessas habilidades. O ato de aprender a escrever o próprio nome é apontado pelos sujeitos como conhecimento simples, mas significativo, que impactou de forma positiva a vida das educandas e dos educandos, pois possibilitou: assinar documentos e atas, motivando os sujeitos a participar mais ativamente dos processos coletivos; ler e escrever informações diversas, como o nome e o número de ônibus e o preço de produtos, possibilitando maior

autonomia nas tarefas do dia a dia, especialmente para transitar e administrar a vida financeira.

Esses processos, embora pareçam simples, geram transformações que extrapolam o primeiro nível, podendo ser classificadas no segundo nível de desenvolvimento. Os sujeitos apontam, por exemplo, que ler, escrever e assinar o nome contribuíram para que pudessem agir com mais autonomia, ajudando a superar o estigma e a discriminação ligados ao analfabetismo. Isso, por si só, contribui para que os sujeitos se posicionassem com mais confiança, buscando participar de forma qualificada dos processos sociais, além de promover o resgate da autoconfiança, autovalorização e dignidade.

Os sujeitos também apontaram como significativo o *desenvolvimento* proporcionado a partir das consequências do acesso à educação nos processos produtivos. Como exemplo, são mencionados conhecimentos relacionados à matemática, como: a quantidade de sementes a serem plantadas em cada “berço”; a quantidade de “berços” em cada linha; cálculos que permitiram fazer a escolha entre beneficiamento de produtos diversos ou venda *in natura*, dentre outros. Além disso, os sujeitos atribuem aos conteúdos trabalhados nas aulas a capacidade de fazer a opção pelo não uso de agrotóxicos e a adoção de práticas agroecológicas, sendo o próprio espaço de troca proporcionado pelo Pronera também considerado relevante nesse sentido, contribuindo para melhores relações entre os sujeitos e o meio ambiente.

O cuidado com o meio ambiente, inclusive a preservação da água, é apontado como relevante desenvolvimento. Além disso, a produção de alimentos a partir das hortas coletivas, contribuindo para a segurança e soberania alimentar e nutricional nos acampamentos e assentamentos, assim como práticas coletivas de resgate aos conhecimentos tradicionais, são compreendidos como expressões de *desenvolvimento*: “[a fabricação de] produto que lava o cabelo, que passa na pele. [...] O resgate de voltar a fabricar o sabão [...] A proteção da água, os remédios alternativos, xaropes [...]. Eu acho que foi a partir desse momento na sala de aula” (EDUCADORA 2, entrevista em 13 de julho de 2018).

Todas essas ações transformam positivamente os espaços nos

acampamentos e assentamentos, gerando qualidade de vida e *desenvolvimento*:

Eu acho que desenvolvimento chegou aqui quando esse lugar voltou a ter borboletas, voltou a ter beija-flor, voltou... eu sou ruim de nome de passarinho, mas tem vários passarinhinhos amarelos na minha janela, que canta lindo de manhã! É quando a gente manda analisar a água, e a água é de boa qualidade. E tem os que não usa, mas a grande maioria usa com consciência (EDUCADORA 2, entrevista em 13 de julho de 2018).

Os processos de socialização e construção coletiva de conhecimento, proporcionados durante os momentos pedagógicos, também são apontados como importante fonte de ações que são consideradas como *desenvolvimento*, pois possibilitaram a construção de um senso de comunidade, no qual estão presentes elementos como o respeito, a solidariedade, a participação. Os espaços de socialização foram apontados como importantes na promoção de saúde física e mental, fundamentais para a qualidade de vida e o *desenvolvimento* dos sujeitos.

Algumas das transformações apontadas pelos sujeitos da pesquisa como desenvolvimento precisaram de um tempo maior de amadurecimento, muitas das quais tiveram início durante o Pronera e o Tecicampo, mas atingiram seu ponto de maturidade após o final do projeto. Entendemos que tais transformações fazem parte do que classificamos como o terceiro nível de *desenvolvimento*. Nesse nível são apontadas, por exemplo, as contribuições na construção e consolidação dos processos coletivos, tendo como destaque: a influência positiva na organicidade dos acampamentos e assentamentos; o fortalecimento de vínculos, não só entre educandos e educadora, mas na comunidade como um todo; a consolidação da dialogicidade a partir das rodas de conversa, possibilitando descobertas e aprendizados que extrapolam a sala de aula, se tornando um legado dos sujeitos. Dentre as descobertas, os sujeitos mencionaram: reflexão e compreensão dos sentidos da

reforma agrária, da luta pela terra e dos próprios movimentos sociais e sindicais; reflexão e apropriação das identidades e territorialidades.

Todos esses processos tiveram como consequência ações que, além de se constituírem como *desenvolvimento*, em si mesmas, também repercutiram em outros elementos considerados como expressões de *desenvolvimento* pelos sujeitos. Nesse sentido, foram apontadas como relevantes: as feiras de comercialização da produção; as ações de economia solidária, com criação de moeda social, feiras de troca, recuperação de materiais para uso dentro dos acampamentos e assentamentos, reciclagem e reutilização de materiais diversos, compostagem de matéria orgânica, dentre outros; a mitigação da violência contra as mulheres, ações para a valorização da igualdade de gênero e maior participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e o combate ao machismo.

Outra contribuição frequentemente apontada como *desenvolvimento* pelos sujeitos foi a construção de uma “cultura de estudar”, a partir das ações educativas do Pronera. Significa que os sujeitos se viram inseridos dentro de um processo de estudo e aprimoramento, inclusive (mas não somente) atingindo níveis mais altos de escolarização e aprendizagem, compreenderam a importância disso em suas vidas e buscam construir meios e estratégias para continuar aprendendo. Essa “cultura” esteve presente em relatos de todos os tipos e grupos de sujeitos da pesquisa, sendo que o aumento no nível de escolaridade das educadoras e dos coordenadores locais teve destaque. Assim, os sujeitos atribuem ao Pronera e ao Tecicampo o papel de criar nos sujeitos o desejo por se manter em constante processo de aprendizagem, pois o aprender é reconhecido como importante dimensão da vida, para esses sujeitos.

Você sabe porquê que eu quero estudar? É porque eu não tive oportunidade quando eu era jovem e nem criança. Então agora, quando aparecer a oportunidade, eu vou cair dentro da sala de aula e eu não vou sair mais. E eu vou aprender. [...] Nem que seja bem velhinha de bastão, mas eu vou estar lá! [...] É o meu desejo. Estudar até... Até eu morrer (EDUCANDA 7, entrevista em 13 de julho de 2018).

Muitos outros elementos foram apontados pelos sujeitos da pesquisa como contribuições do Pronera e do projeto Tecicampo para o *desenvolvimento* nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária no Distrito Federal e entorno, mas a amplitude e complexidade dessas outras expressões de *desenvolvimento* exigem outros espaços de reflexão e discussão. No entanto, vale mencionar que não somente os assentamentos, acampamentos e os sujeitos daí provenientes se desenvolveram, mas também é relevante a contribuição dessa política pública de educação do campo para os movimentos sociais e sindicais, no sentido de formar sujeitos capazes, autônomos e emancipados. Também é relevante a contribuição para o *desenvolvimento* das universidades, no sentido de construção de conhecimento científico informado pela prática.

11.6 Considerações finais

O objetivo central foi analisar concepções de desenvolvimento dos participantes do Projeto Tecicampo, um projeto de EJA apoiado e financiado pelo Pronera. Foi necessário desconstruir concepções hegemônicas de desenvolvimento, especialmente as que sustentam o desenvolvimento hegemônico e capitalista. Resgatar o percurso histórico de construção da noção de desenvolvimento permite refletir sobre seus significados, inclusive a associação de diversos “mitos” ao termo.

A principal descoberta foi que as noções dos sujeitos da pesquisa não refletem o desenvolvimento hegemônico. A sistematização de concepções alternativas de desenvolvimento ajudou, portanto, a estabelecer diálogo com noções e perspectivas dos sujeitos em relação ao *desenvolvimento real*.

Foram identificadas várias concepções de desenvolvimento, englobando os mais diversos aspectos e dialogando com as concepções alternativas já existentes. No geral, trouxeram valores relacionados à autonomia, à dignidade e aos direitos. A materialização do *desenvolvimento* requer, portanto, reconhecer a situação presente, refletir sobre essa situação e agir para transformar a realidade, de modo que as pessoas consigam acessar o que consideram importante para uma vida digna.

Segundo os sujeitos da pesquisa, isso passa necessariamente pela educação e pela educação do campo, cuja natureza se contrapõe aos valores do desenvolvimento capitalista e da lógica neoliberal de educação.

Foram discutidas as diversas contribuições do Projeto Tecicampo para o *desenvolvimento*. Primeiro, as contribuições, entendidas como expressões de *desenvolvimento*, a partir dos processos educativos e seus desdobramentos. Depois, foram discutidas as expressões de desenvolvimento que exigiram um tempo maior de amadurecimento, configurando-se como mudanças mais duradouras e que extrapolaram os processos educativos propriamente ditos.

De modo geral, foi possível constatar que as ações educativas do Projeto Tecicampo contribuíram para o *desenvolvimento* dos sujeitos da pesquisa, a princípio, a partir das contribuições inerentes a processos educativos dessa natureza; *desenvolvimento* que ajuda as pessoas a terem mais autonomia para realizar atividades cotidianas, possibilitando viver com mais dignidade e qualidade de vida.

As reflexões geradas, a partir desses processos educativos e seus desdobramentos, possibilitam aos sujeitos agir e transformar as realidades nos acampamentos e assentamentos de formas muito profundas. Essas outras transformações, em geral, extrapolam o que está previsto como consequência direta do fazer educativo. No entanto, as pessoas atribuem ao acesso à educação, em um contexto como o do Pronera e do Tecicampo, o papel de semear as transformações. Posteriormente, por meio do protagonismo e da agência dos próprios sujeitos envolvidos, as transformações vão ganhando espaço para acontecer, possibilitando as mais variadas expressões de *desenvolvimento* nesses espaços.

Referências

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 4, Lisboa, p. 35-70, 2003.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-Envolvimento e... *Cadernos de Estudos Africanos* [online], n. 34, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2335>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra). Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Manual de operações Pronera*. Brasília: 2016.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CARDONA, Juan Camilo de los Ríos *et al.* Desenvolvimento rural: do agrícola ao territorial. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 108-118.

CARDOSO, Fernando Jorge. O desenvolvimento sem norte nem sul. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 34, jul./dez. 2017, p. 13-30.

FERNANDES, Bernardo M. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. *Educação do Campo: Campo - Políticas Públicas -Educação*. Série Por uma Educação do Campo. Brasília: Incra; MDA, 2008, v. 7, p. 39-66.

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 34, jul./dez. 2017, p. 1134-1144.

GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética de História*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

OLIVEIRA, Juliano Diniz de. *Ordem, instituições e governança: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no sistema ONU e a construção da ordem internacional*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RIO), Rio de Janeiro, 2010.

ONU. Report of the World Commission of Environment and Development, “*Our Common Future*”, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141, jul./dez. 2011.

REIS, Márcio Carneiro dos. O debate desenvolvimentista e as representações do desenvolvimento local. In: SECRETO, María Verónica; CARNEIRO, Maria José. BRUNO, Regina. *O campo em debate: terra, homens, lutas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008, p. 175-198.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara Paulina Cerpa; RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme. F. W. (org.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2016, p. 99-107.



12

Capítulo 12

A educação do campo no Distrito Federal¹

Cleide Maria de Souza²

Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril³

-
- ¹ Este capítulo é parte da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB de Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB).
 - ² Doutoranda em Educação (linha de pesquisa Educação do Campo) pela Universidade de Brasília, graduada em Ciências Biológicas e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader.
 - ³ Professor da Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília. Doutorado em Ecologia pela Universidade de Brasília, e pós-doutorado em Políticas e Gestão do Ensino Superior pela Universidade de Aveiro (Portugal).

12.1 Introdução

Ao longo das últimas décadas, a modalidade da educação do campo, constituída por meio das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais, vem fazendo um contraponto a forma e conteúdo da chamada educação rural, a qual, ignorando o contexto agrário, suas contradições e lutas dos povos do campo, se coloca a favor de interesses do mercado, com foco na formação de mão de obra para o trabalho assalariado rural.

A educação rural oferece aos camponeses uma extensão da educação urbana, desconsiderando a realidade vivenciada por esses sujeitos e não os incluindo na elaboração dos processos pedagógicos, afastando possibilidades de produzir conhecimentos que dizem respeito à vida e ao trabalho no campo. A luta pelo rompimento com esta proposta educativa, muito presente no meio rural, representa o esforço em garantir o direito à educação que seja no e do campo. Na concepção de Caldart (2004), a educação é no campo porque defende que esta deve ser ofertada no lugar onde se vive, e também é do campo porque deve vincular a produção do conhecimento ao lugar dos povos do campo, à sua cultura, às necessidades humanas e sociais, elaborando as propostas educativas com a participação destes povos.

Os instrumentos legais, fruto das lutas dos movimentos sociais, somados aos fundamentos teóricos, oferecem um acúmulo de significativa importância para a conquista de uma educação que tenha como princípio o respeito às especificidades dos sujeitos do campo. No Distrito Federal, a implementação da educação do campo teve início em 2011, quando a Secretaria de Educação de Estado do Distrito Federal (SEEDF) por meio da Gerência em Educação do Campo (Gecam) passou a orientar as escolas na construção do projeto de educação do campo. A partir dessas intervenções, surgiram, entre outras medidas, a Meta 8 do Plano Distrital de Educação (PDE), instituída pela Lei n.º 5.499, de 14 de julho de 2015, um documento orientador para o planejamento das ações da SEEDF para o período de 2015 a 2024, o qual contempla, por meio de 40 estratégias, ações imprescindíveis na garantia de direitos em favor da educação das populações do campo do Distrito Federal (SOUZA, 2018).

Nesse contexto, as escolas que ocupam o espaço rural ou atendem sujeitos que vivem nesses territórios deixam, ou deveriam deixar, de ser meramente rurais para se transformar em escolas que penetram a realidade social e histórica dos sujeitos do campo e se revestem com as particularidades encontradas em suas comunidades, tornando-se, de fato, escolas do campo (FERNANDES, 2006; CALDART, 2008; BRASIL, 2010).

Mediante essa reflexão, é importante entender de que modo os princípios da educação do campo estão sendo acessados pelos educadores e educadoras das escolas no meio rural. É pertinente conhecer a dimensão, a qualidade do debate estabelecido, a profundidade teórica e prática com que essas escolas se propõem a atender aos princípios da educação do campo. Uma atuação que só pode ser desencadeada pela presença dos povos do campo, pelo reconhecimento de suas histórias produzidas em meio às lutas sociais e a partir da discussão coletiva sobre essas tensões, buscando resgatar uma educação emancipatória, que possa abrir espaço para criação de novas políticas educacionais (CALDART, 2010).

No sentido de favorecer uma compreensão real das tensões enfrentadas no processo de transformação da educação rural para educação do campo, serão apresentados neste capítulo dados coletados em três escolas, aqui denominadas de ‘no meio rural’ do Distrito Federal, destacando categorias que emergiram das entrevistas com professores e gestores e das observações realizadas nessas unidades escolares.

12.2 Concepções de educação rural e educação do campo

As características da educação rural e educação do campo são discutidas por diversos autores, como Arroyo (2004, 2006), Fernandes (2006), Caldart (2004, 2008, 2010, 2012) e Souza (2016). Uma reflexão que conduz a identificação de fatores que ainda permeiam os processos educativos desempenhados pelas escolas no meio rural. Este exercício permite uma visão ampliada da questão da terra associada à educação, apontando caminhos para a constituição de novos referenciais teóricos e práticos que se desdobrem nas perspectivas da educação do campo.

O quadro 1 apresenta alguns pontos da abordagem dos autores em relação à presença dessas características nos espaços escolares em questão.

Quadro 1: Características da educação rural e da educação do campo

Educação rural	Educação do campo
1 Propostas de ensino voltadas às demandas capitalistas do mercado, propiciando a alienação à classe dominante.	1 Rompimento com as ideologias dominantes, motivando o protagonismo dos camponeses, fortalecendo os vínculos com a comunidade.
2 Extensão da educação urbana, marcada pela relação homem-natureza pautada na capacidade de força de trabalho e produção de mercadorias.	2 Referenciais teóricos e metodológicos contextualizados aos modos de vida, à cultura, à identidade camponesa.
3 Desvalorização dos saberes no âmbito social, cultural, histórico e econômico.	3 Práticas educativas que articulem as vivências socioculturais, respeitando a diversidade.
4 Práticas desvinculadas da realidade, relações de dominação e subordinação do conhecimento.	4 Processos educativos pautados na igualdade de direitos, na valorização do ser humano, na aprendizagem crítica na perspectiva da emancipação dos camponeses.
5 Silenciamento e exclusão das vozes, dos saberes dos educandos com a imposição do conhecimento dito universal.	5 Articulação entre o conhecimento popular e científico a partir de pedagogias próprias pensadas e construídas com e pelos camponeses.

De acordo com o pensamento de Caldart (2008, p. 65), a educação do campo é um conceito em construção, que busca um fenômeno à medida que se constitui historicamente. “Educação do campo tem raiz na sua materialidade de origem e movimento histórico a que se refere”, afirma a autora. Segundo ela, os questionamentos que devem ser feitos para compreender a lógica da educação do campo passam pelo campo e seus sujeitos, pelas políticas públicas, pela concepção de educação, aspectos que dizem respeito aos anseios dos movimentos sociais que deram origem a esse paradigma.

Para analisar a concepção de educação do campo, Caldart (2008) recomenda a tríade campo-políticas públicas-educação. Para ela, a relação comumente tensa que se dá entre estes termos é que consolida uma nova dimensão histórica, permitindo a utilização do nome “educação do campo”. É importante marcar o destaque feito pela autora de que pensar estes termos em separado não traduz a estrutura que dá sustentação à educação do campo.

Na relação com essa tríade, o campo ocupa posição primeira entre as discussões, antes mesmo da educação. A particularidade do campo tem relação com parte significativa da população do país, no que se refere aos processos produtivos dos quais depende a vida. Dessa maneira, o desenvolvimento da nação está vinculado ao campo e, conseqüentemente, às peculiaridades dos sujeitos do campo, sua cultura e seu trabalho, razão pela qual esse debate contrapõe a visão instrumentalizada de educação, que conduz à subordinação do trabalho, empobrecendo a formação na perspectiva humana (CALDART, 2008).

O cenário atual em que vivemos, onde a soberania alimentar⁴ tem sido alvo de calorosas discussões, propicia o fortalecimento da luta pela agricultura camponesa⁵, ampliando possibilidades de enfrentamento

⁴ A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo, de modo que a produção dos alimentos ocorra na escala da comunidade, favorecendo o controle do processo de alimentação (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007).

⁵ A agricultura camponesa tradicional se insere nas formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se articula através da relação entre propriedade, trabalho

aos modelos de produção hoje disseminados pelo agronegócio,⁶ que se comprometem com o capital financeiro em detrimento da vida das pessoas. É nesse contexto que se insere o papel articulador da educação do campo na condução de processos transformadores da formação para o trabalho no campo, o que, segundo Caldart (2010 p. 124), depende da inclusão de amplas questões:

A inserção neste embate implica colocar na agenda política e pedagógica das lutas e das práticas de Educação do Campo questões como crise alimentar, crise energética e crise financeira, soberania alimentar, Reforma Agrária (incluindo nela o debate sobre a propriedade social), agroecologia de perspectiva popular, biodiversidade, direito às sementes e à água como patrimônio dos povos, cooperação agrícola, descriminalização dos Movimentos Sociais, direitos sociais dos camponeses e das camponesas, crianças, jovens, adultos, idosos.

Nas conquistas em favor da terra e da educação, a articulação com os movimentos sociais se revela como um grande diferencial, demonstrando que essa luta só pode ser protagonizada por esses sujeitos. Nesse sentido, existem desafios nesse embate em pressionar por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o acesso à uma educação, cujos conteúdo e forma possam fazer com que os camponeses se reconheçam como sujeitos da história e do seu processo de formação, tornando-se capazes de romper com os valores e as visões de mundo que os fazem reféns da lógica do capital (CALDART, 2010).

e família. Contudo, não é considerada camponesa por ser pequena, sua particularidade não está em sua dimensão, mas sim as relações estabelecidas por ela de forma interna e externa (WANDERLEY, 1996).

⁶ O termo agronegócio, para uma compreensão crítica, se define pela articulação técnica, política e econômica dos elos representados pelos segmentos produtivos de insumos para a agricultura, do mercado de trabalho e de produção agrícola, bem como as etapas de armazenagem, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, agora articulados pelo capital financeiro em escala internacional (CHRISTOFFOLI, 2012).

12.3 Método

No que tange à análise dos caminhos adotados pelas escolas para efetivar a aplicação prática dos princípios da educação do campo, as contradições encontradas nessa tarefa ou as oportunidades que surgem dessas experiências, foram selecionadas três escolas localizadas no meio rural do Distrito Federal, as quais foram denominadas A, B e C.

A escolha das unidades escolares onde a pesquisa foi desenvolvida se deu dentre uma lista de escolas que, segundo informações da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape), tiveram representatividade nos cursos de formação, bem como em outras atividades formativas oferecidas pelo departamento, ou que ainda de alguma forma vem se destacando na organização do trabalho pedagógico desenvolvido nos espaços escolares na perspectiva da educação do campo. Essa seleção considerou a distribuição em Regiões Administrativas que compõem a maior extensão de área rural do Distrito Federal, assim como a proximidade das escolas de comunidades onde há presença da agricultura familiar ou empresarial e assentamentos da reforma agrária.

Os participantes das entrevistas foram selecionados com base nos seguintes critérios: residentes no local e fora dele, pessoas ligadas à gestão das escolas, professores representantes dos diversos níveis e modalidades de ensino ofertadas pelas escolas. Foram entrevistados grupos de até 5 participantes, sendo que, em cada escola, as entrevistas dos professores ocorreram separadamente do grupo de profissionais da gestão.

Para a pesquisa em cada Unidade Escolar, foram utilizados os métodos: observação, pesquisa documental e entrevista de grupo. De acordo com Barbour (2009), a utilização do grupo focal, cujo conceito é definido por diversos termos: “entrevista de grupo”, “entrevista de grupo focal” e “discussões de grupo focal”, que consiste em gerar e analisar a interação entre participantes de um grupo que detém uma visão consensual sobre o assunto em questão.

Nesse trabalho, o pesquisador assume a postura de moderador, conduzindo a discussão no grupo focal, de modo a fazer com que os

participantes conversem entre si a partir de tópicos de guia previamente elaborados com a intenção de provocar situações dinâmicas nas quais os integrantes possam se engajar na formulação de consenso, desenvolvendo explicações, explicitando opiniões divergentes, permitindo evidenciar contradições presentes no contexto da implementação da educação do campo. Os tópicos de guia utilizados na elaboração do roteiro para observação e entrevista foram fundamentados em eixos orientadores do trabalho pedagógico que ajudam a dar forma e conteúdo à escola do campo (SOUZA, 2018).

A partir das observações e entrevistas realizadas nas três unidades escolares, foi possível identificar cenários, representados por falas significativas a respeito de um mesmo assunto que se repetiu com frequência, ora de forma muito semelhante e ora de forma muito peculiar. Assim, emergiram desse estudo categorias de análise que, nesse texto, foram organizadas em: Conexão com a realidade; Desafios de formação e Integração na escola. Essas categorias são permeadas por eixos que representam os desafios, as possibilidades, e as expectativas manifestadas nas escolas.

12.4 As escolas no meio rural do Distrito Federal

12.4.1 *Conexão com a realidade*

A conexão do ensino com a realidade da vida é um dos princípios da educação do campo que permitem evidenciar diversas situações que a escola e a comunidade devem vivenciar. Contudo, ao que parece, a escola permanece refém de um sistema de educação bancária, o que acaba por contribuir para o distanciamento da realidade dos estudantes. Essa discussão diz respeito às construções práticas e teóricas da educação do campo nas escolas, experiências que propiciem a superação da sala de aula e da escola como espaços privilegiados de aprendizagem, situações que, quando aplicadas no âmbito da organização da escola como um todo, e especificamente no trabalho pedagógico, conduzem

a processos educativos comprometidos em sentido mais amplo com a formação humana e emancipatória (FREIRE, 2010; SAPELLI, 2013).

As escolas convivem com fatores de ordem maior que afastam as pessoas do campo. No quesito pertencimento, há uma enorme concordância em relação ao fato de que os alunos do campo em sua maioria consideram vergonhoso dizer que são do campo, segundo os relatos, eles veem na cidade o lugar onde podem encontrar oportunidades e valorização:

Eles ficavam com vergonha de se pronunciar, com medo de ter a questão do *bullying*... Os meninos achavam assim, que morar na roça é vergonhoso, e os de lá do bairro da cidade são os descolados (GESTORA DA ESCOLA A, 2018).

Em algum ponto a sociedade criou isso nas pessoas, então o campo, ele é transitório, o sonho de todo adolescente é ir para cidade (PROFESSOR DA ESCOLA B, 2018).

As particularidades do campo do Distrito Federal e suas contradições convergem em desafios para as escolas, os quais, de acordo com os estudos de Souza (2018), se estabelecem em função dos problemas para acesso à terra, à educação, pela insuficiência de apoio à agricultura familiar, o que representa barreiras para que esses sujeitos possam produzir e se estabelecer na terra.

Os baixos investimentos na agricultura familiar, assim como a morosidade em assentar e dar condições para que as pessoas possam prosperar na terra contribuem para repetir a história já tantas vezes contada, que motiva a visão de campo como lugar de atraso. Ao priorizar os interesses do capital, a lógica de organização do campo no Distrito Federal está longe de alcançar as necessidades reais dos sujeitos camponeses, oferecendo cada vez menos chances para que esses produtores possam ocupar o seu espaço (SOUZA, 2018).

Por outro lado, há divergências sobre a função que a escola está desempenhando na vida dos alunos dessas escolas, evidenciando a dificuldade em atender as necessidades daqueles que desejam permanecer

no campo, ou mesmo conseguindo ofertar condições para aqueles que querem trabalhar em outras áreas na cidade.

Um exemplo claro, alguns alunos são filhos de horticultores e a gente não tá conseguindo formar nem o aluno que vai pra cidade nem o que vai se tornar horticultor... a gente não tá produzindo nem um horticultor, que o pai dele trabalha lá com dignidade, então esse aluno tem vergonha do que o pai faz, mas ele não tem potencialidade pra ir pra cidade, e aí? (PROFESSOR NA ESCOLA C, 2018).

A utilização do inventário, instrumento norteador para que as escolas possam aprofundar no conhecimento das questões da realidade, assim como sistematizar essas informações, foi pouco citada pelos entrevistados. Embora as escolas ainda tenham dificuldade em se apropriar da proposta do inventário para se aprofundar em aspectos da realidade dos alunos, a partir das provocações durante essa pesquisa, houve o levantamento de contradições vivenciadas no contexto da escola e da comunidade.

De modo pontual, foram retratadas nas escolas questões ligadas a alimentação, modos de produção e preservação ambiental, o que revela questões desafiadoras para alcançar a identidade de escola do campo, por exemplo, como é tratar da proteção do meio ambiente, de alternativas de produção orgânica no cenário vivenciado cotidianamente pelos alunos e suas famílias em que produzem em grandes monoculturas utilizando agrotóxicos constantemente? Como falar sobre alimentação saudável e vivenciar na prática um cardápio de merenda escolar que é contraditório? Como questionar as condições de trabalho, se há entre eles há uma enorme satisfação em ter esse emprego no lugar que vivem?

A gente fala sobre produtos orgânicos, fala sobre alimentação saudável e a nossa merenda é uma contradição total. É tudo enlatado, feijão enlatado, carne enlatada, frango enlatado (GESTORA NA ESCOLA A, 2018).

Não pode desvalorizar a questão do profissionalismo do pai, por exemplo, a gente tem que tomar muito cuidado quando a gente vai falar do agronegócio, porque na verdade ele tem o pai como herói, e ele tá vendo o pai em cima de uma colhedeira, em cima de um pulverizador de veneno, então a gente não pode incriminar porque o aluno vai pensar que a gente tá incriminando o pai, a gente tem que incriminar um sistema (PROFESSOR NA ESCOLA C, 2018).

Ele tem essa consciência do que o que ele tá produzindo faz mal. Agora a gente tem que dar pra eles alternativas, por enquanto a escola ainda não tem esse potencial, mas eles têm aqui a oportunidade de saber que existe outro caminho (GESTOR NA ESCOLA C, 2018).

A indefinição de identidade da escola é acentuada, ainda mais, pela pouca familiaridade com a dinâmica social de seus sujeitos. As desigualdades sociais influenciam o pertencimento ao território camponês, contudo, a escola parece muito pouco atenta ao conhecimento desse processo. Se o campo e seus sujeitos se transformam em ritmo contínuo, a escola permanece estática e parece não acompanhar este movimento. A dificuldade em compreender a essência da educação do campo somada à incompreensão das especificidades das infâncias e adolescências constituídas no campo acabam por motivar a difusão do conhecimento descontextualizado da realidade.

O fato de a oferta em níveis mais elevados de ensino ir gradativamente diminuindo, conforme dados evidenciados no trabalho de Souza (2018), permite entender até que ponto a adolescência e a juventude do campo vão sendo legitimadas, visto que a maioria das escolas ofertam apenas os anos iniciais do ensino fundamental. Esse conjunto de fatores vai desde cedo contribuindo para preparar os sujeitos para a saída do campo (ARROYO, 2006).

Nesse contexto, a escola se coloca diante de um trabalho complexo e desafiador, o de transformar os projetos de campo, de educação e de sociedade que estão postos. Entretanto, insuficientemente preparada para lidar com as demandas que implicam em oferecer formação alinhada com as necessidades da agricultura camponesa, desempenhando um

trabalho educativo voltado ao desenvolvimento da organização social e política dos estudantes, que favoreça o debate em proporção ampla sobre questões fundamentais ligadas à vida, tais como o modo de produção dos alimentos e suas consequências para a saúde e o ambiente. As escolas no meio rural do DF sofrem o reflexo da expropriação da identidade camponesa e têm dificuldade de se reconhecer como do campo.

Apesar de enfrentar essas disputas, as escolas apresentam tentativas em caminharem direção à educação do campo, cada uma a seu modo em maior ou menor intensidade. Os caminhos encontrados pelas escolas são os projetos educativos, que no caso de duas escolas deixam visível a intencionalidade em discutir às questões da realidade do campo desde a criação de espaços que propiciem a inclusão da temática de modo constante na escola. Em uma das escolas não é muito evidente a abertura de espaço para essa discussão, ficando essa temática restrita as ações pontuais ao longo do ano. Nesse caso, a atuação é justificada pelas questões do campo não serem demandas muito presentes na realidade dos alunos, o que é contraditório com a afirmação de que a clientela mista de alunos inclui a identidade camponesa em parte significativa da população estudantil atendida pela escola.

Os projetos apresentam objetivos bastante diversificados: *i)* reconhecimento do contexto rural, através da valorização de espaços de produção no campo, granja, haras, horticultura orgânica, laticínios; *ii)* cultura camponesa, por meio do resgate de tradições e costumes do campo; *iii)* reconhecimento e preservação do Cerrado; *iv)* Semana Camponesa como espaço para conhecimento dos processos de luta pela terra, dos sistemas agroecológicos de produção, informações sobre agricultura familiar e empresarial; *v)* piscicultura e horta integrada como espaço de produção de conhecimento dos processos de cultivo; *vi)* e estudo técnico nas propriedades dos alunos, aplicação dos conhecimentos teóricos e troca de saberes.

Um dos projetos que acho que conseguiu abordar bastante coisa, tanto a parte aqui na escola, no cerrado,

trabalhamos a granja que eles não conheciam, fomos pro haras, laticínios, exploramos realmente o que tínhamos ao nosso redor (GESTORA NA ESCOLA A, 2018). No estágio do curso técnico em controle ambiental, eles vão para algumas chácaras e lá fazem estudo técnico do que pode ser melhorado (PROFESSOR NA ESCOLA B, 2018).

No início alguns estudantes falavam: “ah, mas não tem como professora é impossível produzir desse tanto sem veneno!”, mas como é um tema é bem recorrente na semana camponesa, eu trazia informações sobre o agronegócio, agroecologia e agricultura familiar pra gente contrapor, eu vi que com o tempo alguns foram entendendo melhor (PROFESSORA NA ESCOLA C).

Em geral, o reflexo deste trabalho no cotidiano dos alunos é citado de uma forma muito positiva, contribuindo para associar teoria e prática, estimular a curiosidade do aluno, integrar saberes dos alunos aos conhecimentos científicos, motivar a busca pelo conhecimento. A horta, que foi desenvolvida em apenas uma das escolas, pois as demais alegaram indisponibilidade de espaço, é considerada pelos alunos como um local atrativo, onde eles querem estar com mais frequência, e que ainda propicia estratégias para lidar com situações de indisciplina e desinteresse dos alunos.

Eles amam quando estão fazendo atividade que eles conhecem. Os do Assentamento dão aula para os demais... Nós temos alunos que quando está falando das coisas do campo, ele cria vida (GESTORA NA ESCOLA A, 2018). Esse projeto piscicultura passou a agregar com a horta... a outra professora teve uma ideia de fazer uma sala ecológica, tudo isso sempre mostrando a possibilidade de que eles pudessem desenvolver na comunidade deles. Eu percebi que muitos desses alunos passaram a sentir mais à vontade com a escola. Hoje é um dos espaços que só perde pra quadra de esporte em termos de visitação, todo mundo quer ir pra lá (PROFESSOR NA ESCOLA C, 2018).

Um destaque importante é que há educadores que anseiam por transformações no âmbito da conexão com a realidade, considerando como elementos essenciais para fortalecer esse vínculo: *i)* avançar na construção de leis, no sentido de que o estado compreenda as demandas específicas das escolas no meio rural do DF; *ii)* trazer mais conhecimento para o campo a partir do entendimento que quanto mais oportunidades de formação no campo, e de possibilidades para acessar espaços diversos de produção do conhecimento (esporte, teatro, cinema, exposições, integração com o Instituto Federal de Brasília (IFB) e UnB através da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), maiores serão as condições dos alunos se estabelecerem no campo, se assim decidirem, mas também estarem aptos a concorrer em outras áreas na cidade, caso haja entre eles essa pretensão; *iii)* ofertar material adequado diferente do livro didático hoje disponibilizado, que favoreça partir da realidade local e ampliar para uma visão global, de modo a contemplar todos os conteúdos necessários e não prejudicar a potencialidade de que esse aluno possa estar apto caso vá para a cidade; e *iv)* ampliar a visão sobre a importância do campo, estabelecendo condições para que o aluno possa compreender as contradições do campo e da cidade, portanto uma leitura crítica de mundo, e que de maneira muito clara possa ter condições de tomar decisões e atuar na própria realidade.

O termo igualdade de oportunidades para as escolas no meio rural é uma bandeira com grande representação nas falas. Há uma compreensão geral de que tudo que está na cidade precisa estar disponível para aqueles que estão no campo. Há grande destaque para o potencial dos alunos, referindo que muitos deles demonstram grande interesse pela temática do campo, mas que devem ter oportunidades iguais para decidir se realmente querem ficar no campo. No caso dos que moram na cidade, a preocupação é oferecer oportunidades para que tenham os mesmos conteúdos, mas não há relatos sobre incentivos para que estes possam se interessar em vir para o campo, embora, em algumas escolas, as atividades práticas e discussões voltadas ao campo parecem provocar o interesse dos alunos.

Sobre cursos de ensino superior, também chama a atenção o fato de que poucos alunos acessam o curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertado pela UnB/FUP em Planaltina. Em duas das escolas onde há o ensino médio, houve consenso de que este curso não é muito divulgado na escola, e que ainda é visto como de difícil acesso, apesar de alguns cursos serem ofertados em regime de alternância e especificamente para pessoas que residem em comunidades rurais.

12.4.2 Desafios de formação e integração na escola

Na perspectiva de atingir uma compreensão profunda da realidade e se articular ao contexto do campo, bem como provocar a apropriação do conceito da educação do campo, a formação apresenta-se como uma estratégia, além de valiosa, imprescindível. A questão é: quanto mais a escola reúne condições para adentrar a realidade que a cerca e conhecer as contradições que tem por função abordar, mais descobre o quanto exercer organicamente a educação do campo requer capacitação integral dos educadores.

Nesse sentido, a começar pelo perfil do professor das escolas no meio rural do Distrito Federal, que é bastante diverso, alguns complicadores se acumulam. De acordo com as três escolas pesquisadas, aqueles que têm um pertencimento ao local são minoria. Embora haja disponibilidade de formação específica ofertada pela EAPE, esta acaba não tendo uma adesão de muitos professores, pois, segundo os relatos, a distância do local onde é ofertado e o tempo de dedicação exigido inviabilizam a participação.

Em sua maioria, os profissionais das escolas demonstram limitações em compreender a essência da educação do campo, o que nos permite mensurar o quanto ainda é incipiente o acesso aos processos de formação específica para esses educadores. Embora as iniciativas venham ocorrendo, as escolas ainda não apresentam um número significativo, ideal à organização coletiva dessas instituições (SOUZA, 2018). Destacam-se, ainda, como fatores impeditivos para formar a identidade dos profissionais das escolas do campo, por um lado, a grande

rotatividade de professores não lotados definitivamente nessas escolas e, por outro, as questões de inadequação do perfil.

A ausência de mecanismos legais que instrumentalizem as escolas a partir de critérios de seleção e formação continuada de profissionais para atuar na educação básica do campo, limita a capacidade de organização coletiva na escola. Há profissionais muito comprometidos em desenvolver um trabalho voltado à realidade do campo, porém, o fato de muitos não se identificarem com a proposta faz com que esse trabalho fique restrito às ações pontuais, distanciando chances de construção de um projeto educativo sólido e contínuo nessas escolas.

Os educadores apontam entre suas maiores limitações: a dificuldade em realizar o trabalho interdisciplinar e coletivo, situações que, segundo eles, são provocadas pela falta de formação e também pela ausência da possibilidade do encontro entre educadores que atuam em turnos diferentes, dificultando a troca de experiência entre eles, assim como a construção de um trabalho coletivo, que é imprescindível para a organização da escola do campo.

Eu sei que há uma legislação própria, eu sei que ela é muito específica, mas ela acaba não chegando muito claramente, não... Há um déficit em relação à formação na escola. Se vier pra cá acontece (PROFESSOR - COORDENADOR NA ESCOLA B, 2018).

É uma coisa que sempre me incomodou, a escola nunca pode parar pra tratar de um assunto que realmente vai modificar toda escola. Porque não fazemos um curso de um dia, de dois ou três dias, mas que vá fazer toda diferença pra aplicabilidade pra todo o social. Nós chegamos aqui com o que nós conhecemos, nós vamos entrar na sala com o que nós conhecemos. E a escola do campo acontece? (PROFESSORA NA ESCOLA C, 2018).

Da mesma forma, os conhecimentos que envolvem o cultivo agroecológico são identificados como lacuna na formação dos educadores das escolas. Esse fator representa uma limitação para se contrapor aos modelos de produção amplamente difundidos pelo agronegócio,

dificultando aos educadores desenvolver atividades práticas que viabilizem a inserção dos estudantes e suas famílias em sistemas produtivos sustentáveis. Essa ferramenta precisa ser mais explorada pelas escolas no meio rural e isso depende de investimentos em oportunidades de trazer, para dentro das escolas, a comunidade, profissionais das ciências agrárias e da assistência técnica, assim como garantir o rigor na formação de educadores para atuarem na disseminação desses conhecimentos na escola (CALDART, 2016).

No caminho percorrido rumo à educação do campo, as relações estabelecidas pelas escolas na sua ação cotidiana junto aos estudantes, e também com a comunidade da qual fazem parte, têm papel fundamental. A participação coletiva e a percepção crítica são consideradas condições que dependem diretamente da superação de relações individualistas, centralizadas, que desconsideram os saberes dos alunos e que não incentivam a participação da comunidade nas tomadas de decisão. Entender este cenário é fator de transformação da forma como as escolas desempenham seus processos educativos.

Essa é uma questão de grande fragilidade nas escolas. É visível o reconhecimento da importância em estabelecer espaços de participação dos alunos e da comunidade, no entanto, há um consenso sobre a dificuldade em promover mais diálogo com a comunidade e posturas menos centralizadas no modo de ensinar. Algumas vezes o sistema é responsabilizado pelos comportamentos individualistas, pois incentiva o mérito individual em detrimento da valorização das ações coletivas. Em alguns casos, é citado o próprio receio do professor em perder sua autoridade, ou mesmo por não saber lidar com os conflitos provenientes de processos educativos mais participativos, que envolvam os saberes dos estudantes.

Quando relatadas situações em que a relação se dá de forma mais próxima, menos centralizada no professor, associando teoria e prática, as mudanças na postura do aluno também são percebidas. Assim, é notório que há aqueles que identificam como de grande potencial uma atuação mais mediadora por parte do professor e mais protagonista dos

alunos, de acordo com os relatos, essa característica acaba sendo um trabalho desenvolvido isoladamente por apenas parte dos professores.

Eu falava de curva de nível desde 1999, mas não sabia bater a curva, quando cheguei aqui tinha um aluno que sabia bater, falei: “Cara me ensina?”. Essa troca é tão fantástica, eu sei teoria da geografia, ele sabe a prática de uma parte da geografia. (PROFESSOR NA ESCOLA B, 2018).

Foi possível observar, em duas das escolas, oportunidades de construção de projetos com efetiva participação da comunidade, mesmo que de forma bastante pontual. Em uma delas, há relatos de que a escola sedia encontros de associações de produtores da comunidade, resultando em ganhos para ambas as partes. Foram trazidas, ainda, situações em que a escola se permitiu aprender com a comunidade, abrindo espaço para o conhecimento da realidade e para que seus sujeitos exerçam seu potencial:

[...] teve o ano em que trabalhamos exclusivamente com o Assentamento. O líder da associação nessa época era muito ativo, participante [...] a gente foi pra lá, levamos a escola toda debaixo do galpão. Eles contaram a história: como vieram parar aqui, porque o assentamento recebeu esse nome, foi contando toda a história do movimento (GESTORA NA ESCOLA A, 2018). Estou vendo uma abertura muito grande da escola, que está acontecendo de uma forma muito positiva. Essa comunidade tá se aproximando sim [...] tudo isso é em função dos projetos que os meninos participam levam essa história pra casa, traz coisas de casa, tem que trazer informações, os pais se interessam em saber como funciona. Na reunião de pais foi apresentado que tipo de trabalho a escola tá tentando inserir aqui (PROFESSORA NA ESCOLA C, 2018).

Apesar dos entraves encontrados e do reduzido investimento em promover o entrosamento com a comunidade, o entendimento da importância dessa relação mais aberta é um traço marcante nas falas.

Portanto, são apontadas algumas contradições que, sendo alvo de investimento, podem ressignificar as relações sociais entre escola e comunidade. Um desses elementos é a escola como fator de desenvolvimento na comunidade, como, por exemplo, o caso da merenda que vem de outras empresas, ao passo que poderia ser descentralizada, facilitando, dessa forma, que os produtores dos mesmos gêneros que a escola necessita e que estão presentes na comunidade, pudessem ter prioridade no fornecimento.

A questão das distâncias, das condições de acesso e das estradas também são citadas como um grande desafio quando se almeja pensar a escola junto com as comunidades. Argumenta-se que, se as escolas atendem uma área tão grande e diversa, deveria haver estratégias de iniciativa do poder público para viabilizar a inserção das escolas nesses espaços, gerando oportunidade de criar momentos na comunidade, fortalecendo vínculos com as representações sociais.

[...] porque não descentraliza o dinheiro da merenda pra que agente possa comprar do produtor aqui? [...] Entendeu? A escola integrada com a comunidade, gerando renda pra comunidade, fortalecendo a comunidade, ao mesmo tempo estaríamos contribuindo com o escoamento da produção e o povo do campo permanecer aqui (GESTORA NA ESCOLA A, 2018).

A escola tem seu poder, mas a gente sabe que a escola sozinha não consegue fazer tudo que precisa ser feito, talvez essa interação com as comunidades, associações, outras entidades da organização civil seria importante pra gente fazer uma contracorrente mais forte (GESTORA NA ESCOLA C, 2018).

O que se pode concluir a respeito da participação da comunidade nas escolas é que a mesma ainda fica restrita aos eventos e às situações corriqueiras de reuniões bimestrais. Entre os aspectos apontados pela ausência da comunidade, há aqueles relacionados ao desinteresse e os que alegam a distância das comunidades e a ausência de transporte. No entanto, situações de participação em processos de decisão, construção

coletiva de propostas educativas e atuação efetiva em projetos pela comunidade são raramente citados.

Essa aproximação com a comunidade, bem como seu engajamento efetivo na escola, é um caminho que não está dado, exige esforço para que seja construído, partindo de um planejamento coletivo, que permita abrir espaço de diálogo com a comunidade, promover interações com sua problemática, conhecer aspectos culturais, históricos da vida dos sujeitos e tomar conhecimento das tensões enfrentadas por eles. Esse é um trabalho que se torna possível quando a escola se integra aos movimentos sociais e passa a aprender com eles. Sobre este potencial, Arroyo (2014) defende que esses sujeitos assumem o papel que vai além de criticar e desestabilizar teorias pedagógicas dominantes, sendo capazes de construir e afirmar outras pedagogias.

Nesse sentido, foi identificado, nas escolas pesquisadas, pouco investimento nas relações sociais e comunitárias. O desconhecimento por parte de muitos dos educadores sobre a necessidade de realizar inventário, a fim de conhecer os sujeitos do campo e sua realidade, aponta para uma abordagem pouco coletiva, que não atingiu o entendimento em como utilizar essa ferramenta ou mesmo noção sobre seu potencial.

A concepção de valor e estratégias de construção do inventário, assim como orientações para que as relações mais humanas possam se estabelecer entre educadores, estudantes e comunidade são processos desafiadores, os quais dependem diretamente de uma formação em Educação do Campo por parte da coletividade de educadores, a qual deve acontecer de forma permanente na escola. Só assim será possível conhecer e conectar a realidade que está no entorno da escola aos conteúdos escolares, situação que contribui na formação da consciência sobre essa realidade por parte dos educadores, educandos e da comunidade, ao passo que ainda possibilita o reconhecimento da vida no meio escolar, o que torna a aprendizagem mais significativa. Do ponto de vista da relação escola, trabalho e agroecologia, o inventário possibilita ainda apontar as situações existentes na comunidade que representam fontes de conhecimento, oportunizando a inserção em trabalhos sociais vinculados à agricultura (HAMMEL; FARIAS; SAPELLI, 2015; CALDART, 2017).

Nas experiências realizadas nas escolas no meio rural do Distrito Federal, é possível identificar que os avanços alcançados têm por princípio a atuação conjunta das instituições de ensino, comunidade e movimentos sociais. A luta pela manutenção e conquista de direitos depende justamente do fortalecimento dessa articulação. Essa tarefa começa pela expansão da oferta de ensino em todos os níveis e modalidades no campo, a ser garantida sem necessidade de deslocamentos das comunidades, passando também pelo compromisso com a formação de sujeitos de luta social, capazes de compreender de forma crítica o ambiente político, econômico e social (FERNANDES; TARLAU, 2017).

São direitos imprescindíveis que precisam ocupar lugar de destaque na agenda pública, pois, como ressalta Arroyo (2004, p. 56): “Somente tem sentido uma política educativa se no campo existirem crianças, adolescentes, jovens ou adultos a educar”. Como estratégia fundamental em promover a formação dos camponeses possibilitando o acesso à educação em todos os níveis no país, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) representa uma dessas conquistas, que já vem mostrando o quanto pode fazer pelo campo. No entanto, esse programa vem sofrendo ataques, e depende de articulação política para que não venha a ser extinto.

A formação específica para os profissionais das escolas no meio rural e as medidas que viabilizem a participação das comunidades nos processos de tomada de decisões também devem ser alvo de pressões a fim de se criar mecanismos mais eficientes que atendam as especificidades das escolas. É ponto primordial para essa luta, entender que a abertura de diálogo com os movimentos sociais indica fortalecimento do debate da educação do campo na agenda pública. A própria trajetória e as experiências educativas que vem sendo protagonizadas pelos movimentos sociais, assim como a forte resistência, representam o potencial dessa aliança a fim de confrontar a disputa de interesse nas políticas de campo e de educação. Arroyo (2004, p. 60) destaca a importância da presença desses movimentos:

É inevitável que as pressões por uma outra presença do público no campo tendam a se radicalizar na medida em que a consciência dos direitos básicos cresce entre os povos do campo. É compreensível que sejam os movimentos sociais os atores que com maior radicalidade pressionam por políticas públicas. São esses movimentos os grandes educadores coletivos da nova consciência política dos direitos.

Como elemento fortalecedor dessa articulação, há que se considerar a existência do Fórum Distrital em Educação do Campo, instrumento que amplia oportunidades de diálogo entre as comunidades do campo, as instituições e os movimentos sociais, na constituição ou avaliação de políticas públicas. Da mesma forma, esse entrosamento pode ainda contribuir para adequar o currículo de acordo com as proposições feitas em educação do campo, e também se mostra como espaço ideal para discussão e acompanhamento no cumprimento de normativas como a Meta 8 do Plano Distrital de Educação, a qual contempla a educação do campo por meio de estratégias que representam transformações necessárias à organização pedagógica dessas escolas e a Política de Educação do Campo no âmbito do DF recentemente instituída através da Portaria 419, de 20 de dezembro de 2018, a qual orienta as escolas para atuar segundo um conjunto de princípios e procedimentos para atender as populações do campo (DISTRITO FEDERAL, 2014, 2018).

A Meta 8 abrange grande parte dos anseios por mudanças apontados pelos educadores, assim como dificuldades observadas no decorrer da pesquisa, por essa razão, devem ser alvo de pressões para acontecer na prática sem a influência de interesses patronais. Algumas das estratégias previstas no Plano Distrital de Educação (2015-2024) e suas implicações no momento atual são:

- 1) o uso do transporte pelas famílias, fator que hoje inviabiliza a participação das famílias no ambiente escolar;
- 2) parcerias com associações, cooperativas de produtores de alimentos orgânicos para haja fornecimento de gêneros alimentícios às

- escolas próximas, na relação direta entre produtor e escola, mesmo que esse não seja associado. Atualmente a escola não absorve a produção das comunidades locais e não prioriza alimentos orgânicos;
- 3) realização de concursos públicos específicos para a educação do campo, incluindo critérios quanto ao perfil dos educadores. As escolas atualmente não contam com medidas de formação do perfil de educador do campo;
 - 4) políticas em parceria com a Eape, Escolas Técnicas e Instituições de Ensino Superior (IES) para ofertar formação inicial e continuada aos profissionais da educação do campo. Nessa medida, as oportunidades de formação poderiam ter maior alcance, atendendo métodos e práticas da agroecologia, que hoje são considerados insuficientes pelas escolas;
 - 5) universalização da educação básica, garantia de cursos profissionalizantes com foco na demanda de uso sustentável da terra, estímulo à prática da agroecologia, destinando áreas específicas para cultivo no terreno próprio da escola. Há cada vez menos espaço disponível nas escolas para que sejam desempenhadas atividades agrícolas;
 - 6) elaboração de livros e materiais didáticos pedagógicos que contemplem, além dos conteúdos universais, os conteúdos relacionados à realidade local, constituindo políticas curriculares de valorização da identidade cultural dos povos do campo. Os materiais disponíveis não atendem essa demanda;
 - 7) reconhecimento do Fórum Permanente da Educação do Campo no Distrito Federal como instrumento de debates, de formulação de proposições, de construção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas da educação do campo, com ampla participação das instituições e dos órgãos dos sistemas de ensino, governamentais, dos movimentos sociais e populares, das entidades sindicais, dos profissionais da educação, das comunidades escolares e outros. Este instrumento não foi citado nas escolas, mas certamente representa grande potencial na articulação coletiva de todos os sujeitos da educação do campo.

Esse conjunto de medidas favorece, sobremaneira, o alinhamento da organização pedagógica das escolas aos princípios da educação do campo. Contudo, o despertar para uma ação integrada das escolas com a comunidade e os movimentos sociais é fator decisivo para levar adiante o trabalho desempenhado por aqueles que vêm levantando essa bandeira. Há que se enaltecer também a ação das escolas que a despeito das dificuldades, vem se comprometendo em fazer educação do campo. Essa trajetória remete a expectativas de um novo cenário para a continuidade desses avanços, atrelado à capacidade já demonstrada em alguns casos, que é de desempenhar o papel articulador com o campo e seus sujeitos.

12.5 Considerações finais

As escolas no meio rural do Distrito Federal caminham a passos lentos na implementação da educação do campo. Embora seus projetos educativos sejam representativos do esforço que as escolas têm empenhado em se aproximar dos princípios dessa proposta, elas apresentam dificuldades em assumir na totalidade uma identidade de escola do campo. Em grande parte dos processos educativos, a escola segue descolada das contradições em seu entorno e dos seus sujeitos, não conseguindo conectar os conteúdos escolares à realidade vivida nesse espaço, replicando os mesmos modelos de escola urbana, de modo a predominar uma organização que mais se assemelha aos princípios de uma educação rural.

Esse cenário, repleto de tensões e muito pouco favorável às condições sustentáveis de vida e produção no campo, permite entender que o que está em jogo é mais que um projeto de educação no campo ou exclusivamente do campo, são temas que incidem nos direitos dos camponeses, mas também de todos os seres humanos, em ter acesso aos alimentos saudáveis, sabendo onde e como foram produzidos, de ter o solo preservado, de defender a água dos interesses do capital, de investir em outros modelos de produção que não os pautados no lucro a qualquer preço, mas numa relação de respeito à natureza e às pessoas que produzem os alimentos. Essa é uma noção que coloca o campo e a cidade em um mesmo lado, numa relação de complementaridade, e

que por isso deve ser amplamente difundida entre todos os sujeitos da educação do campo, estejam eles no campo ou na cidade.

Portanto, esse resultado aponta a necessidade de aprimorar estratégias de formação continuada em Educação do Campo, de modo que essas estejam alinhadas às reais necessidades das escolas no meio rural do Distrito Federal e dos educadores que nelas atuam, direta e indiretamente. Vencer esse desafio implica em fortalecer a luta por políticas públicas que atendam às especificidades que as escolas apresentam, bem como garantir que medidas do poder público, já previstas, sejam colocadas em prática.

Esse certamente é um caminho fértil para tornar o ambiente educativo mais integrado, pois representa um passo decisivo para que as relações estabelecidas na escola, entre os educadores, com e entre os estudantes e com a comunidade se desenvolvam a partir de atitudes de colaboração, propiciando mudanças não somente no conteúdo a ensinar, mas essencialmente nos modos de produzir conhecimento, o que representa a formação mais humana, crítica e atuante, que necessita ser alcançada para romper com o histórico de desigualdades sociais e exclusão no campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzales. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzales. Escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 103-116.

ARROYO, Miguel Gonzales. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. *Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: Articulação Nacional “por uma educação do Campo”, 2004, p. 54-62.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. *Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CALDART, Roseli Salete (org.). *Caminhos para transformação da Escola 4: Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 7-17.

CALDART, Roseli Salete. *Escolas do campo e agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida*. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/301416870/Escolas-Do-Campo-e-Agroecologia-Roseli-Fev16-1>. Acesso em: 25 mai. 2018.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão*. Brasília: MDA/MEC, 2010, p. 103-126.

CALDART, Roseli Salete. Sobre a educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida (org.). *Educação do campo: campo- políticas públicas – educação*. Brasília: MDA, 2008, p. 67-86.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica; JESUS, Sônia Meire. *Por uma Educação do Campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004, p. 10-30.

CHRISTOFFOLI, Pedro I. Agroindústria. In: CALDART, Roseli Salete et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012, p. 74-81.

DISTRITO FEDERAL. *Portaria n.º 419/2018-SEEDF*, de 20 de dezembro de 2018, publicada no DODF n.º 242, página 51, que institui a Política Pública de Educação do Campo no DF.

- DISTRITO FEDERAL. *Plano Distrital de Educação*. Brasília, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA, 2006. p. 27-39.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; TARLAU, Rebecca. Razões para mudar o mundo: a educação do campo e a contribuição do Pronera. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, p. 545-567, jul./set., 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. *Declaração de Nyéléni*. Nyéléni, 2007.
- HAMMEL, Ana Cristina; FARIAS, Maria Isabel; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Complexos de Estudo – do inventário ao Plano de Estudos. In: SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; FREITAS, Luiz Carlos; CALDART, Roseli Salete (org.). *Caminhos para transformação da escola 3: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 67-96.
- SOUZA, Cleide Maria de. *Da Educação Rural à Educação do Campo: caminhos percorridos por escola no meio rural do Distrito Federal*. 2018. 123p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Planaltina. Universidade de Brasília, Planaltina, 2018.
- SOUZA, Maria Antônia. A educação do campo no Brasil. In: SOUZA, E. C.; CHAVES, V. L. J. (org.). *Documentação, memória e história da educação no Brasil: diálogos sobre políticas de educação e diversidade*. Tubarão: Copiart, 2016, p. 133-157.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. 1996.



13

Capítulo 13

A permanência das jovens no meio rural do Maranhão, do Piauí e de Alagoas

Luciana Porto¹

Mônica Celeida Rabelo Nogueira²

¹ Licenciada em História e mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB) – Faculdade UnB Planaltina (FUP). Dissertação intitulada: *Juventude Feminina no Rural do Nordeste: uma análise sobre o processo de permanência a partir do Censo (1980-2010) e da Pnad (1992-2015)*.

² Antropóloga, doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Linhas de Pesquisa: conflitos socioambientais, territórios tradicionais e sociobiodiversidade no Cerrado; educação para a interculturalidade e a sustentabilidade; políticas públicas, sociedade civil e projetos de base comunitária.

13.1 Introdução

A realidade revelada pelo Censo do IBGE é de uma população rural cada vez mais reduzida. A evasão das populações rurais para as cidades passou a substancializar a ideia de um campo sem condições de sustentar as suas próprias dinâmicas sociais e econômicas, corroborando para gerar explicações limitadas sobre as migrações internas no país. A percepção sobre o espaço rural passou a ser fortemente influenciada pelas discussões protagonizadas pelo atual modelo de desenvolvimento, baseado na modernização da agricultura e na aceleração do crescimento urbano e industrial, estabelecendo oposições como agricultura *versus* indústria e espaço rural *versus* cidade, sendo parte da estratégia para construir imagens hegemônicas sobre os espaços de vida e as formas de produção (MOREIRA, 2012).

Os processos migratórios passaram a ser vistos como mais recorrentes na região Nordeste, em particular na área rural, considerando que os mecanismos da modernização incidiram predominantemente sobre os setores mais capitalizados da agricultura, acentuando as desigualdades regionais já existentes. O cultivo de monoculturas em grandes extensões territoriais assumiu um padrão dominante desse modelo de desenvolvimento, acirrando as disputas pela terra. A redução das áreas produtivas, por estabelecimento familiar, passou a afetar as condições de vida de quem delas dependia, além de distinguir direitos de propriedade fundiária em relação ao gênero. As famílias, em virtude da forte concentração fundiária, encontravam-se em posição de desvantagem diante da onda tecnológica, que trouxe como consequência uma heterogeneização dos espaços, agravando a situação de marginalização, decadência e exclusão dos filhos e das filhas dos agricultores pobres (FAVARETO, 2010).

Desde então, o esvaziamento social e demográfico do campo tem sobressaído como um fenômeno inerente ao modelo de desenvolvimento em vigor, no qual a qualidade de vida passou a estar associada às oportunidades estabelecidas no espaço urbano em detrimento ao espaço rural, favorecendo a concentração da população em idade ativa

nos grandes aglomerados urbanos. Assim, o êxodo rural configurou-se como um fenômeno ligado à geração jovem, tendo em vista o impacto da modernização do campo sobre os seus projetos de vida, sendo que o caráter seletivo das migrações se tornou ainda mais nítido em relação à juventude feminina. A justificativa para essa seletividade se dá pelo enraizamento da cultura patriarcal de nossa sociedade que finca papéis sociais de gênero e modela uma divisão sexual do trabalho, levando a crescente masculinização do meio rural brasileiro (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Historicamente, são as mulheres jovens que mais abandonam o campo por falta de oportunidade ou pela recusa em assumir os mesmos papéis desempenhados por suas mães e avós na unidade de produção familiar (FERRARI *et al.*, 2004). Esses papéis referem-se a cuidar da casa, da prole, do marido, sem ter o reconhecimento social e financeiro do trabalho realizado.

Um cenário que se apresenta como fator desestruturante da reprodução social no campo, uma vez que o papel social das mulheres vai além da função produtiva, relacionando-se à biodiversidade agrícola, à garantia da diversidade cultural, à prestação de serviços ambientais e à construção de novas territorialidades (PACHECO, 2002). Portanto, a combinação da dimensão social, política e econômica constitui a centralidade da análise da juventude no desenvolvimento, notadamente, em relação às mulheres. Entender que a exclusão econômica das mulheres dentro de um processo de desigualdade regional e produtiva, firmada pelas instituições, tais como Estado e a família, mantém a subordinação feminina ao estabelecer laços entre si que formam uma barreira de entrada delas no desenvolvimento de forma igualitária e afetam a sua permanência no espaço de origem (BUTTO *et al.*, 2014).

É preciso entender que “a multiplicidade de interesses que envolvem os/as jovens do campo não caminha em uma única direção, ao contrário, ora se aproximam, ora se distanciam do “mundo rural”, apresentando diferentes formas de rupturas e continuidades” (CASTRO, 2006, p. 265). Nesse sentido, verifica-se que a relação da juventude com o campo é influenciada pela construção política da categoria agricultura familiar. A associação do grupo jovem à dinâmica de cultivo familiar favorece a

ressignificação da gestão e do trabalho desse modelo de agricultura, tornando-o inovador, eficiente, sustentável e com potencial de gerar desenvolvimento econômico, visto que tem sido reconhecido cada vez mais que é por meio desses(as) agricultores(as) que se dá o fornecimento dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (BARCELLOS, 2014).

Em virtude do que foi mencionado, Castro (2009) enfatiza que as pesquisas continuam a remeter a vida dos jovens rurais à luz de duas questões: a reprodução da agricultura familiar e camponesa e os processos migratórios. Contudo, para Stropasolas (2002), a migração não é a causa expressa para que haja o envolvimento social com a agricultura familiar. Antes disso, existem os conflitos externos e internos que procedem, de maneira singular e desigual, nas interações do rural com a sociedade global, indicando a necessidade não só das mudanças econômicas, mas uma redefinição do próprio sistema cultural e social que reproduz a agricultura familiar. Contudo, apesar de os debates sobre os novos contornos que têm ganhado o espaço rural trazerem a crítica em relação à associação que envolve a atividade agrícola como dinâmica central desse espaço, em razão da necessidade em se ampliar o entendimento sobre a diversidade de aspectos que envolvem o meio rural e vão além da agricultura, no cenário de desenvolvimento econômico atual, torna-se importante manter a afirmação de que o espaço rural é o lugar de desenvolvimento do modelo de produção familiar. É nítida a importância dos homens e das mulheres na condução de práticas agrícolas que incluem o bem-estar humano, esquecido cada vez mais com a expansão do agronegócio nas áreas rurais.

As pesquisas que discutem a temática do rural no Brasil, grosso modo, dedicam maior atenção à saída da juventude do campo, tendo como pano de fundo o processo de urbanização e o impulso econômico promovido pela modernização em determinadas regiões, assim como às dinâmicas intrafamiliares influenciadas pela divisão sexual do trabalho nas unidades de produção. Essa abordagem, na medida em que valoriza a perspectiva de esvaziamento, repercute decisivamente nos investimentos e políticas públicas — especialmente políticas sociais — dispensadas ao rural (VALADARES *et al.*, 2016). Dessa

forma, a ideia de desruralização tem marcado a organização territorial, mas não revela as diferenças regionais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999) e nem mesmo o tecido social existente no meio rural.

13.2 Metodologia adotada

Como fruto da pesquisa de dissertação, esse capítulo propõe-se a discutir as mudanças na permanência das jovens mulheres nos estados do Maranhão, do Piauí e de Alagoas, a partir da análise dos dados dos Censos Demográficos do IBGE no período de 2000 e 2010, com a aplicação do estudo de coorte, tendo em perspectiva (e como parâmetro) também os dados das pesquisas censitárias de 1980 a 2010. Estudos com visões convencionais apontam que o impacto em termos relativos de perda da população em idade ativa é significativo nesses estados³ (FUSCO *et al.*, 2011). Todavia, não se trata de uma perda localizada da região, pois até mesmo a situação do Nordeste que, no decorrer das décadas mostrou um processo heterogêneo, seguiu uma tendência de urbanização e concentração territorial da população, conforme a tipologia apresentada pelo IBGE. Essas delimitações e noções entre os espaços rural e urbano diferem de país para país, sendo fundamental considerá-las como construções sociais para a ocupação do território (WANDERLEY, 2000; GIRARDI, 2008).

A metodologia utilizada nessa pesquisa teve por objetivo captar o fenômeno reverso à migração e, dessa forma, colocar em discussão que a concepção do espaço rural ainda está baseada na legislação e em classificações que partem de critérios urbanos e invisibilizam grande parte da população que permanece em seu lugar de origem. Assim, foi empregado o estudo de coorte para a obtenção das taxas de permanência das jovens rurais nos estados nordestinos mencionados. O estudo de coorte consiste em selecionar uma amostra representativa de indivíduos com

³ A UF que registrou o maior saldo migratório negativo em 2000, segundo o Relatório da Fundação Nabuco, foi a Bahia, em que mais de 1,1 milhão de pessoas deixaram seu território. Contudo, conforme o próprio relatório, ao se avaliar o impacto de perda populacional, Maranhão, Piauí e Alagoas lideram a classificação.

a finalidade de se verificar como suas características evoluem ao longo de um dado período (IPTSP UFG, 2011). Conforme Mason e Wolfinger (2001), a análise de coorte busca resultados por meio da exploração de dimensões temporais importantes: a idade (tempo desde a entrada no evento) e o período (momentos em que um resultado é medido).

Foi adotado o estudo de coorte não concorrente. As análises partem do passado, porém conservam a base de uma pesquisa por coorte: exposição em direção ao evento (IPTSP UFG, 2011). Foi considerado o grupo da população jovem rural por ser um segmento apontado como o mais exposto ao fenômeno da migração, sendo que, a partir da escolha da região Nordeste, foi possível alcançar a comparabilidade entre homens e mulheres na mesma faixa etária em relação às taxas de permanência no Maranhão, no Piauí e em Alagoas. Apesar de possuírem áreas territoriais e densidades demográficas diferentes, esses estados são parecidos ao considerar as dificuldades econômicas e os indicadores sociais em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os quais mantêm as piores posições no *ranking* entre os estados.⁴ Mesmo com essa realidade, para Fusco e Ojima (2015), as mudanças ocorridas no Nordeste parecem indicar uma melhoria nas condições de vida ou mesmo dificuldade de inserção dos migrantes em centros mais dinâmicos, provocando comportamentos que, na visão oficial do censo, não são satisfatoriamente captados.

É importante destacar que, para efeitos desta pesquisa, a juventude compreende a idade de 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude.⁵ Os jovens são considerados indivíduos em preparação para a vida adulta e que, por isso, passam a ter um maior controle social sobre os seus comportamentos e projetos de vida. Existem dificuldades para se inserirem nos espaços de decisão, seja na família, nas comunidades ou mesmo nos espaços políticos (FORACCHI, 1972; ABRAMO, 1997; CASTRO,

⁴ Para mais informações, ver Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁵ Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Esse grupo, na faixa etária de 15 a 18 anos, é considerado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como jovem-adolescente e para demais demandas sociais tem-se a classificação de 18 a 24 anos como jovem-jovem e de 25-29 anos como jovem-adulto.

2009). Dentro dessa percepção, cabe mensurar que o(a) jovem rural encara e passa por questões e por problemas semelhantes. No entanto, são distintas as formas como estas questões e estes impasses são apresentados; assim como são desenvolvidas psicológica e emocionalmente as posturas dos rapazes e das moças diante da diversidade de situações vivenciadas no rural, sendo importante ressaltar as questões de gênero (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

O presente estudo de coorte utilizou as informações disponibilizadas pelos censos demográficos desde 1980, quando o censo passou a registrar a diminuição da população que estava no campo. Dessa forma, comparando as informações sobre o número de indivíduos que tinham entre 15 a 29 anos, com o número de indivíduos entre 26 a 40 anos no Censo de 1991; depois com o número de pessoas que tinham entre 35 a 49 anos no Censo de 2000 e, por último, com o número de pessoas que tinham entre 45 a 59 anos no Censo de 2010 (VALADARES *et al.*, 2016) obteve-se as taxas de permanência da juventude para os estados nordestinos. As idades mencionadas correspondem ao intervalo ocorrido entre cada censo, respectivamente, 1980-1991 (onze anos), 1991-2000 (nove anos) e 2000-2010 (dez anos).

Por exemplo, em 1980, a população rural brasileira entre 15 e 19 anos era de 4,235 milhões de pessoas (A). Em 1991, onze anos depois, a população rural de 26 a 30 anos era de 2,566 milhões de pessoas (B). Neste caso, a taxa de permanência da coorte entre 15 e 19 anos, em 1991, com censo de origem em 1980 (ou seja, a primeira linha da tabela), foi de 60,60% (B/A), o que significa que aproximadamente 60% das pessoas que moravam no campo em 1980 continuavam morando em 1991 (VALADARES *et al.*, 2016, p. 67).

Essa estratégia metodológica descarta dois efeitos que não eram desejáveis na pesquisa: o efeito do crescimento vegetativo (que é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade) e o efeito da pirâmide etária (que aponta a expectativa de vida da população). Ainda restou o efeito da migração (verificado na análise de coorte) e o efeito

do crescimento do perímetro urbano, sobre o qual não foi possível relacionar a sua ampliação sobre a dimensão da população rural observada. Assim, foram verificadas as diferenças entre as taxas de permanência por sexo, tendo como pressuposto que as jovens mulheres são as que menos continuam no lugar de origem.

13.3 Análise dos dados e discussão

A escolha por focalizar a juventude feminina em estados da região Nordeste rural decorreu das características que têm definido historicamente a forma de estruturação da agricultura nessa região, em que a grande maioria dos estabelecimentos se enquadra como sendo de agricultura familiar⁶ (EVANGELISTA, 2000), mas convive com a presença de forte concentração da produção e da renda pelas grandes propriedades, persistindo em caracterizar a história social e econômica do Nordeste tanto quanto o fenômeno das secas.

Ao desagregar as informações por estado, para verificar as taxas de permanência na região Nordeste, as mudanças em relação ao comportamento da juventude rural se revelaram nítidas ao longo do período analisado. Na sequência, são apresentadas as taxas de permanência da juventude rural residente no Maranhão, no Piauí e em Alagoas, com destaque para as jovens que não fazem parte do contingente de migrantes, com base nos dados dos Censos de 1980-1991, 1991-2000, 2000-2010. A diferença no crescimento ou na queda nas taxas de permanência deve ser interpretada em pontos percentuais em relação ao censo demográfico comparado.

⁶ Conforme a Lei n.º 11.326/2006, agricultor familiar é aquele que exerce atividades agropecuárias no campo e que cumpre os seguintes quesitos: I – não deter área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III – a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV – o estabelecimento ser dirigido pelo(a) agricultor(a) com sua família (art. 3).

Tabela 1: Taxa de permanência da juventude no campo por sexo – Maranhão (1980-2010)

Censos de origem		Taxa de permanência					
		Homem			Mulher		
Co-orte		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
		1980	15-19	65,99	56,68	91,76	69,83
20-24	72,09		57,53	92,40	71,80	59,31	89,40
25-29	78,64		55,59	91,47	76,50	58,19	92,07
1991	15-19		53,57	88,70		49,35	91,57
	20-24		56,32	94,94		53,19	94,66
	25-29		61,42	92,06		56,26	92,21
2000	15-19			70,32			75,31
	20-24			79,84			86,67
	25-29			91,43			92,46

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Ao analisar a taxa de permanência no estado do Maranhão (tabela 1), observa-se que, no período de 1980 a 1991, as mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos representavam 69,83% da juventude no meio rural maranhense, de modo que tiveram 3,84 p.p (pontos percentuais) a mais que os homens. Esse comportamento pôde ser observado no estado do Piauí (tabela 2), onde as mulheres permaneceram 55,13%, representando 2,62 p.p a mais que os homens na mesma faixa etária. Já no estado de Alagoas (tabela 5), a situação foi reversa, sendo que, na idade de 15 a 19 anos, os homens que tiveram um diferencial de 1,18 p.p a mais que as mulheres alagoanas, os quais representavam 63,09%.

Tabela 2: Taxa de permanência da juventude no campo por sexo – Piauí (1980-2010)

Censos de origem		Taxa de permanência					
		Homem			Mulher		
Co-orte		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	52,51	77,12	99,05	55,13	74,35	98,62
	20-24	67,24	77,91	98,03	65,65	76,45	99,25
	25-29	74,90	80,44	98,51	74,11	77,22	100,06
1991	15-19		53,35	90,04		53,07	91,44
	20-24		66,60	100,12		65,32	97,65
	25-29		75,68	98,14		73,26	99,54
2000	15-19			64,14			67,38
	20-24			77,07			81,85
	25-29			92,11			93,64

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Na idade de 20 a 24 anos, os jovens tiveram taxas de permanência superiores em relação à taxa feminina tanto dos estados do Maranhão como no Piauí. Os homens apresentaram uma taxa de 72,09% e 67,24%, isto é, 0,29 p.p e 1,59 p.p a mais que as mulheres maranhenses e piauienses nessa faixa etária. Essa tendência continuou entre os jovens de 25 a 29 anos, entre os quais os homens apresentaram taxas de permanência um pouco mais elevadas de 2,14 p.p (78,64%) e 0,79 p.p (74,90%) em relação às taxas das jovens. Contudo, em Alagoas é possível perceber que as taxas de permanência entre os jovens foram semelhantes (tabela 3), porém com o diferencial de 0,32 p.p a mais para as jovens de 20 a 24 anos (66,95%) e de 1,12 p.p a mais para as jovens de 25 a 29 anos (77,47%).

Tabela 3: Taxa de permanência da juventude no campo por sexo – Alagoas (1980-2010)

Censos de origem		Taxa de permanência					
		Homem			Mulher		
Co-orte		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	63,09	67,41	82,23	61,91	68,63	78,85
	20-24	66,63	74,54	80,25	66,95	70,83	84,99
	25-29	76,35	72,92	79,03	77,47	70,17	84,74
1991	15-19		56,89	73,58		55,28	78,45
	20-24		60,58	86,02		59,08	84,47
	25-29		68,89	82,98		69,25	79,50
2000	15-19			57,33			60,03
	20-24			66,58			68,97
	25-29			76,31			80,55

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

No intervalo de 1991 a 2000, a queda na taxa de permanência foi verificada para ambos os sexos, porém os homens permaneceram mais que as mulheres nos três estados verificados, com exceção da faixa etária de 25 a 29 anos no estado de Alagoas, que manteve a taxa de permanência mais elevada que a dos homens, assim como no período anterior. As alagoanas apresentaram uma taxa de 69,25% em relação à 68,89% referente aos homens, que, em pontos percentuais, significou uma diferença de 0,36 p.p. No Maranhão, os homens permaneceram mais que as mulheres nesse período, com diferenciais de 4,22 p.p (15 a 19 anos), 3,13 p.p (20 a 24 anos) e 5,16 p.p (25 a 29 anos) e no Piauí com diferenciais de 0,28 p.p, 1,28 p.p e 2,42 p.p, respectivamente.

Os dois primeiros períodos contemplados neste capítulo (1980-1991 e 1991-2000) evidenciaram tendências apontadas pela literatura sobre a categoria jovem, que se referem à maior permanência masculina no campo, frequentemente justificadas pelos conflitos relacionados à terra,

pelas tensões de gênero nos padrões sucessórios de herança e a falta de oportunidades econômicas (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; CARNEIRO, 2001; CASTRO, 2009; FERREIRA; ALVES, 2009). Dentro do trabalho familiar, o roçado como responsável pelo consumo familiar passou a ser uma atividade em oposição às atividades desempenhadas no espaço doméstico. Essa desqualificação trouxe uma conotação de inferioridade e segregação social, cultural e econômica, sugerindo que, de certa forma, as mulheres agricultoras não possuíam condições de realizar trabalho produtivo (TEDESCHI, 2009, p. 59).

Nesse sentido, dado o estreito espaço de possibilidades no meio rural, bem como a pouca probabilidade de alcançar a autonomia por meio da gerência das atividades produtivas, em razão da divisão sexual do trabalho, a alternativa que se disseminou como viável à jovem rural foi buscar maiores níveis de escolaridade (FERREIRA; ALVES, 2009). Assim, ao migrar, elas estariam deixando de realizar alguns dos papéis assumidos por elas em certas etapas da vida, afetando os arranjos familiares e socioculturais dos seus espaços de origem, inclusive a desaceleração no ritmo de crescimento populacional com a queda nas taxas de fecundidade. Por esse ângulo, podem ser observadas dinâmicas que vão além das estabelecidas pelo capital, mas que se desenvolvem pela mediação e pelo convívio socioespacial (BRUMES, 2011; CHAVES, 2012).

No período de 2000 a 2010, ocorreu um salto nas taxas de permanência feminina. As mulheres apresentaram taxas superiores às taxas masculinas nos três estados, em todas as coortes. No Maranhão, a diferença nos percentuais passou a ser de 4,99 p.p (15 a 19 anos), 6,83 p.p (20 a 24 anos) e 1,03 p.p (25 a 29 anos) a mais nas taxas de permanência feminina comparada à masculina. Na tabela 4, é possível verificar os diferenciais de perda e aumento na taxa de permanência entre os homens e entre as mulheres para esse estado. As quedas nas taxas de permanência, observadas no período de 1991 a 2000, foram recuperadas no intervalo de 2000 a 2010 gerando um saldo positivo em todas as coortes analisadas.

Tabela 4: Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Maranhão: 1980-2010)

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)			
	Homens		Mulheres	
	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1980-1991})}$	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{2000-2010})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}$	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1980-1991})}$	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{2000-2010})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}$
15-19	-12,41	+16,75	-20,48	+25,96
20-24	-15,77	+23,52	-18,61	+33,48
25-29	-17,22	+30,01	-20,24	+36,20

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Já no Piauí, a diferença foi de 3,24 p.p (15 a 19 anos), 4,78 p.p (20 a 24 anos) e 1,53 p.p (25 a 29 anos) a mais para as jovens piauienses em relação às taxas masculinas. Conforme a tabela 5, os diferenciais de perda observados no período de 1991 a 2000 foram menores que no Maranhão para ambos os sexos, sendo que, para os homens, os saldos foram positivos na faixa etária de 15 a 19 anos e 25 a 29 anos, enquanto as mulheres apresentaram apenas diferenciais de perda. De 2000 a 2010, houve o aumento significativo nas taxas de permanência tanto para os homens como para as mulheres, possibilitando que as mulheres tivessem maiores taxas de permanência em relação aos homens desse estado.

Tabela 5: Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Piauí: 1980-2010)

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)			
	Homens		Mulheres	
	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1980-1991})}$	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{2000-2010})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}$	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1980-1991})}$	$\frac{(\text{Tx. Perm.}_{2000-2010})}{- (\text{Tx. Perm.}_{1991-2000})}$
15-19	+0,84	+10,79	-2,06	+14,31
25-29	+0,78	+16,43	-0,85	+ 20,38

**Diferença entre as taxas de permanência
(em pontos percentuais)**

Coorte	Homens		Mulheres	
	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{- (Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{- (Tx. Perm.^{1991-2000})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{- (Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{- (Tx. Perm.^{1991-2000})}$
20-24	-0,64	+10,47	-0,33	+16,53
25-29	+0,78	+16,43	-0,85	+ 20,38

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Assim como no Maranhão e no Piauí, as mulheres em Alagoas apresentaram taxas de permanência mais elevadas em relação aos homens alagoanos. Os diferenciais entre as taxas de permanência foram de 2,7 p.p (15 a 19 anos), 2,39 p.p (20 a 24 anos) e 4,24 p.p (25 a 29 anos). Na tabela 6, verificamos que os diferenciais de perda no período de 1991 a 2000 foram semelhantes em ambos os sexos, mas foram as mulheres que tiveram uma maior perda nas taxas de permanência. Essa situação modificou-se no período de 2000 a 2010, quando as mulheres apresentaram maiores taxas que os homens, devido ao maior ganho nos pontos percentuais.

Por um lado, assim como considera Fusco e Ojima (2015), as transformações espaciais das atividades econômicas foram acompanhadas por mudanças no padrão demográfico brasileiro, afetando diretamente o comportamento dos fluxos migratórios na região Nordeste, sendo necessário observar características que levam à seletividade do fenômeno de sair e de permanecer em determinados contextos. Notadamente, para os autores, o Nordeste tem perdido um menor número de habitantes, bem como presenciado o retorno de parcela significativa dos seus migrantes anteriores, e mesmo recebendo população de outras localidades do país. Por outro, Wanderley (2001) realça a frágil e precária experiência urbana nos estados nordestinos. Para ela, a própria dimensão de algumas cidades impõe limitações ao contexto urbano, tendo em vista a presença marcante do mundo rural em contraste à estrutura predominante.

Tabela 6: Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Alagoas: 1980-2010)

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)			
	Homens		Mulheres	
	$(Tx. Perm.^{1991-2000}) - (Tx. Perm.^{1980-1991})$	$(Tx. Perm.^{2000-2010}) - (Tx. Perm.^{1991-2000})$	$(Tx. Perm.^{1991-2000}) - (Tx. Perm.^{1980-1991})$	$(Tx. Perm.^{2000-2010}) - (Tx. Perm.^{1991-2000})$
15-19	-6,20	+0,44	-6,63	+4,75
20-24	-6,05	+6,00	-7,87	+9,89
25-29	-7,46	+7,42	-8,22	+11,30

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Mesmo que não seja possível permanecer continuamente no rural, em algumas regiões, muitas migrações que se configuram como temporárias têm significado um forte elemento na definição e estruturação da base familiar que vive no campo. Segundo Silva e Menezes (2010), a migração temporária masculina favorece as redefinições dos espaços representados pela esfera pública e a esfera privada, que mesmo supondo mais trabalho diário para as mulheres, permite que elas assumam a posição de gerenciamento da unidade produtiva familiar, de modo que possam vislumbrar mudanças nas relações sociais de trabalho, que afetam a autonomia feminina no campo. Além disso, estas situações ajudam a desmitificar que o trabalho desenvolvido na agricultura pertence somente ao mundo masculino, considerando que a presença das mulheres na produção garante a sua continuidade, uma vez que a migração sazonal masculina tem se tornado possível devido à permanência delas na execução dos trabalhos realizados no espaço de moradia.

Outro fator apontado por Silva (2013) — como favorável à permanência — tem sido a resignificação da vida no campo. A permanência passa também pelo contexto de cada família e as distintas condições criadas para que haja uma negociação no espaço de vivência. É possível pensar em uma maior autonomia dos jovens, sem necessariamente ter de sair do campo ou se submeter a uma forte hierarquia familiar. Por pertencerem a uma geração com novas oportunidades, os jovens estão introduzindo no seio familiar fatores simbólicos, sociais, culturais e

econômicos que dão um novo equilíbrio entre a autonomia individual e a participação familiar, que implicam não só nas relações de geração, mas também nas relações de gênero e permanência.

As mudanças importantes em relação ao número de filhos que disputam a terra, alterando a visão que os jovens têm sobre as atividades agrícolas, as relações sociais e nas condições estruturais expostas para ambos os sexos (BRUMER, 2007), a determinação do espaço de trabalho juntamente à vida familiar e as suas relações com o restante da sociedade, assim como a definição do modo moderno de dividir o lar, a família, a vida privada e a vida pública são experiências históricas construídas que criam além dos bens materiais, bens simbólicos que são transmitidos de uma geração para a outra. O uso da propriedade familiar significa não somente um elemento de produção e de trabalho, mas a transmissão de valores, costumes e formas de organização familiar (ALVES, 2013).

13.4 Considerações finais

Ao realizar uma leitura das taxas de permanência da juventude rural nos estados do Maranhão, do Piauí e de Alagoas, foi possível perceber que o primeiro período contemplado nesta pesquisa (1980-1991) apresentou uma maior permanência masculina no Maranhão e no Piauí, com exceção da faixa etária de 15 a 19 anos. Não obstante, essa foi a única faixa etária que a permanência feminina foi menor que a dos homens no estado de Alagoas. Enquanto Maranhão e Piauí apresentaram situações semelhantes, o que teria acontecido no estado de Alagoas para que as mulheres mais jovens tomassem a decisão de sair do meio rural? E quais as dificuldades enfrentadas por essas mulheres que não possibilitaram que um maior número de jovens pudesse permanecer no meio rural desses estados?

O intervalo de 1991 a 2000 evidenciou tendências apontadas pela literatura sobre a categoria jovem: houve uma maior permanência masculina nos três estados analisados, sendo que, apenas na idade de 25 a 29 anos, no estado de Alagoas, as mulheres mantiveram taxas mais

elevadas em relação aos homens. Essa preponderância masculina no meio rural desses estados permite refletir sobre as questões elaboradas e sobre a importância de continuar a investigação sobre os variados cenários que podem estar dispostos em uma mesma região e como, ao longo das últimas décadas, foram conduzidos os anseios da categoria jovem para que pudessem vislumbrar um futuro no meio em que vivem.

No último período analisado (2000 a 2010), houve o aumento na permanência das jovens nos três estados verificados. Essa mudança positiva aponta para uma mesma tendência social, apesar das peculiaridades socioeconômicas existentes em cada estado da região Nordeste. Isso reforça que os fenômenos desencadeados pelas mudanças no modelo de desenvolvimento econômico não devem ser considerados como acontecimentos estanques, mas que ocorrem como resposta à ausência de qualidade de vida criada pelo acesso à oferta pública de infraestrutura básica e pelo acesso aos meios de produção.

Mesmo que não se possa mensurar a maior permanência das jovens mulheres com a criação e a atuação de políticas públicas direcionadas direta e indiretamente para a população rural nas últimas décadas, essas políticas podem ter contribuído para refrear, em alguma medida, a saída de jovens mulheres do campo. As ações que viabilizam um desenvolvimento no espaço rural tendem a ser afetadas pela visão de esvaziamento populacional. Isso justifica a necessidade de explorar a ligação do fenômeno da permanência da juventude rural com a presença de políticas públicas destinadas a esse espaço e como tal fenômeno, observado na apreciação dos dados, pode ser afetado caso essas políticas específicas venham a retroceder no curto e médio prazo, ou mesmo serem extintas.

Diferentemente dos desequilíbrios de permanência no meio rural entre os homens e as mulheres, apontados por estudos em algumas regiões do país, não se pode falar em masculinização rural nesses estados nordestinos na década analisada. A incorporação de novos valores culturais às relações sociais no campo e as mudanças socioeconômicas devem ser consideradas no cotidiano dos(as) jovens, permitindo influenciar novos comportamentos individuais e coletivos que podem ter-se refletido na descontinuidade de fluxos migratórios intensos na região

Nordeste. A seletividade espacial na economia do Nordeste, evidenciada por frentes de expansão específicas, expressa a lógica a região experimenta, ao mesmo tempo, pressões econômicas com intensidades diferenciadas que se expressam nas taxas de permanência da população local.

Para tanto, as constatações sobre a permanência das jovens no espaço rural nordestino, trouxeram para o debate a complexidade que rodeia a definição de rural como lugar de pertencimento. Os parâmetros oficiais avançam cada dia mais para transformar um maior número de municípios em espaços urbanos, o que tem sido criticamente discutido no campo acadêmico a partir de novas interpretações sobre a concepção de espaço rural. As divergências conceituais mostram que o espaço rural é um território em constante disputa por representar a base de consolidação do modelo de desenvolvimento econômico atual e por ser, ao mesmo tempo, espaço de reprodução social e atuação para um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

No decorrer dos anos, muitos foram os estudos que apontavam os problemas gerados com a saída de rapazes e moças do espaço rural, marcando a urgência em mudar o curso desse fenômeno. Este capítulo apontou que a permanência feminina no campo no Maranhão, no Piauí e em Alagoas se sobrepôs à decisão de migrar, justamente nesses estados que fazem parte da região que historicamente é marcada pelo estigma da pobreza e do baixo desenvolvimento social. Como o Nordeste é uma região heterogênea, escolheu-se estados com dimensões territoriais e populações rurais diferentes, mas que retrataram um mesmo fenômeno. Apesar de não saber por quais transformações cada estado passou e como isso teria afetado positivamente a sua população jovem, verificou-se que a permanência das gerações jovens no rural nordestino pode ser entendida como uma escolha de seus projetos de vida.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Edições UNESCO, 1998.

AGUIAR, Vilênia V. P.; STROPASOLAS, Valmir L. A problemática de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry *et al.* *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 157-182.

ALVES, Ana Elizabeth S. Divisão Sexual do Trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 2, mai./ago., Rio de Janeiro, p. 271-289, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/publication/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

BARCELLOS, Sérgio B. *A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 30 maio 2019.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J. *et al.* (org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Maria da. A migração sob diversos contextos. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

BUTTO, Andrea *et al.* Autonomia econômica das mulheres rurais nos Territórios da Cidadania. In: BUTTO *et al.* (org.). *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, p. 100-113.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e *masculinização no Brasil*: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28 p. (Texto para discussão n. 621).

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, v. 23, p. 22-55, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná *et al.* *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, EDUR, UFRRJ, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, E.F *et al.* (org.). *Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 245-275.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres que migram solteiras: aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981-1991. In: TEXEIRA *et al.* (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 147-166.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. *A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste*. Banco do Nordeste: Etene, 2000, p. 1-12.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FERRARI, Dilvan Luiz *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, 2004.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A. *et al.* (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009, p. 243-258.

FUSCO, Wilson *et al.* *Dinâmica Migratória do Nordeste*. Relatório de Pesquisa: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Presidente Prudente: Unesp Editora, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO DE PATOLOGIA TROPICAL E SAÚDE PÚBLICA (IPTSP, UFG). *Estudos de Coorte*. 2011. Disponível em: <https://posstrictosensu.iptsp.ufg.br/up/59/o/Modulo4-Estudosdecoorte.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

LIMA, S.M.V. *Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural*. Brasília: MDA, 2013.

MASON, W. M; WOLFINGER, N. H. Cohort Analysis. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Amsterdam: Elsevier Science, 2001.

MENEZES, M.A. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEXEIRA *et al.* (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 21-40.

MOREIRA, Roberto José. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, v. 20, n. 1, p. 248-271, 2012.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. In: OJIMA, R *et al.* (org.). *Migrações Nordestinas no Século 21: um panorama recente*. Blucher, 2015.

OLIVEIRA, Antonio T. R. de. In: OLIVEIRA, Luiz A. P. de e OLIVEIRA, Antonio T. R. (org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, 2011.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: *Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: Gênero e Cidadania, 2002, p. 1-30.

SILVA, Elisabete Joaquina. *As filhas de Pascoal: nova ruralidade e condições de permanência no campo entre jovens agricultoras no interior de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2013.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry *et al.* *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p.279-310.

STROPASOLAS; Valmir. Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens: *o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. Repositório UFSC, 2002.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas. *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 14, n. 2, jul./dez., p. 45-62, 2009.

VALADARES, Alexandre Arbex *et al.* Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília, DF: IPEA, 2016, p. 59-96.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-146, out. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). *Una nueva ruralidad en America Latina?* Buenos Aires, CLACSO, p. 31-44, 2001.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Este livro é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (FUP). Os 13 capítulos analisam o desenvolvimento rural brasileiro e seus impactos sobre o meio ambiente, estudando temas como financeirização, privatização e mercantilização da terra e natureza, especialmente conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais. Na contramão de processos de apropriação e expropriação, abordam a sociobiodiversidade do Cerrado, reconhecendo e valorizando produtos agroextrativistas e experiências de conservação. Analisam políticas públicas, discutindo conceitos e práticas com base na agroecologia e contribuições interdisciplinares e territoriais na integração e sinergia de políticas de desenvolvimento rural sustentável. As pesquisas tratam também da relação entre políticas de gênero e protagonismo das mulheres (suas reivindicações e lutas por autonomia, visibilidade e direitos), lançando olhares críticos sobre o sistema capitalista e patriarcal no campo. Esses olhares incluem, também, estudos sobre a juventude rural e a educação do campo como elementos fundamentais na construção do futuro e superação dos graves problemas ambientais e das desigualdades sociais e de gênero que assolam o campo brasileiro. As reflexões deste livro, para além de utopias, explicitam trabalhos engajados que, no cenário atual de rupturas, descontinuidades de políticas redistributivas e retrocessos sociopolíticos do país, vislumbram um campo menos desigual e mais sustentável.

Foto ao fundo:

Jardins da Reitoria/UnB.
Por Luis Gustavo Prado.



EDITORA

UnB

ISBN 978-65-5846-023-7



9 786558 460237